ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A.

FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 79.430.682/0001-22
NIRE: 41.3.0009026-2
Rua XV de Novembro, nº 123
CEP 80020-310, Centro
Curitiba – PR
[•] Ações Ordinárias
Valor Total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações: "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "NISS3"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **Farmácia e Drogaria Nissei S.A.** ("Companhia") e o acionista vendedor pessoa física conforme identificado na seção "Informações sobre a Oferta – Identificação do Acionista Vendedor" deste "Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Açoes Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. ("Acionista Vendedor" e "Prospecto Preliminar", respectivamente) em conjunto com o **Banco Safra S.A.** ("Safra" ou "Coordenador Líder"), o **Banco BTG Pactual S.A.** ("BTG Pactual" e "Agente Estabilizador"), o **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("Bank of America") e o **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual e o Bank of America, os "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, observado a seção "Informações sobre a Oferta – Liberação das Ações da Oferta Secundária" deste Prospecto ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, compreendendo: (i) a distribuição primária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária") e (ii) a distribuição secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor ("Oferta Secundária", e em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta").

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o *Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020 ("Ofício Circular CVM/SRE"), com "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") e atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), com os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e demais normativos aplicáveis, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), sendo que as Instituições Consorciadas participarão da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto).

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Safra Securities LLC, pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo BofA Securities, Inc. e pelo Itau BBA USA Securities, Inc. (em conjunto, os "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definido na *Rule 144A*, conforme alterada ("Regra 144A"), do *Securities Act* de 1933 ("*Securities Act*") dos Estados Unidos, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), conforme alterada; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. persons*), com base na *Regulation S* ("Regulamento S"), editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, nos termos do *Securities Act* e dos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários aplicáveis (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A.*" ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá, a critério da Companhia e/ou do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] Ações, sendo (i) até [•] de novas Ações de emissão da Companhia e (ii) até [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até [•] Ações, sendo (i) até [•] de novas Ações de emissão da Companhia e (ii) até [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e/ou pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400 ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento em que for fixado o Preço por Ação, seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(1)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(1)(2)(3)(4)
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária(5)	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária(5)	[•]	[•]	[•]
Total da Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações a serem recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 49 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre (a) a quantidade de ações a ser distribuída pela Companhia e o montante decorrente da referida distribuição, bem como (b) a quantidade de ações a ser alienada pelo Acionista Vendedor e o montante a ser por este recebido em virtude da referida alienação, veja "Informações sobre a Oferta - Quantidade, montante e recursos líquidos" na página 48 deste Prospecto.

A aprovação do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM e a realização da Oferta Primária (incluindo as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, e seus termos e condições, bem como a listagem da Companhia e das Ações no segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado e a aprovação da reforma do Estatuto Social, para adequá-lo às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de agosto de 2020, cuja ata [foi/será] devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná ("DOEPR") e no jornal "Bem Paraná".

A fixação do Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta Primária e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado da Companhia, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido no item 9 abaixo) e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCEPAR e publicada no DOEPR e no jornal "Bem Paraná".

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

Exceto pelos registros da Oferta na CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir de [•] de [•] de 2020, para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente por meio do preenchimento do boletim de subscrição ou da assinatura do contrato de compra e venda (observada a hipótese de dispensa de tais formalizações, a exclusivo critério das Instituições Participantes da Oferta, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações) após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de [•] de 2020.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR ESTÃO SOB ANÁLISE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, A QUAL AINDA NÃO SE MANIFESTOU A SEU RESPEITO. O PRESENTE PROSPECTO PRELIMINAR ESTÁ SUJEITO À COMPLEMENTAÇÃO E CORREÇÃO.

O PROSPECTO PRELIMINAR ESTÁ DISPONÍVEL NAS PÁGINAS DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS COORDENADORES, DA B3 E DA CVM.

O PROSPECTO DEFINITIVO SERÁ ENTREGUE AOS INVESTIDORES DURANTE O PERÍODO DE DISTRIBUIÇÃO.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 19 e 88, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder **Agente Estabilizador**

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2020

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **5**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **6**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **9**
PRINCIPAIS INFORMAÇÕES OPERACIONAIS E FINANCEIRAS 13
NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS 13
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, ACIONISTA VENDEDOR, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E AUDITORES **24**
SUMÁRIO DA OFERTA **26**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **43**
Composição do capital social 43
Descrição da Oferta 46
Aprovações societárias 47
Preço por Ação 47
Quantidade, montante e recursos líquidos 48
Custos de distribuição 50
Instituições Participantes da Oferta 53
Público Alvo 53
Cronograma Estimado da Oferta 54
Regime de Distribuição 54
Procedimento da Oferta 55
Oferta de Varejo 56
Oferta Institucional 59
Prazos de Distribuição e Liquidação 60
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 60
Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação 62
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 63
Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva 65
Acordos de Restrição à Venda de Ações *(Lock-Up)* [Nota: Item a ser atualizado conforme PFA.] 66
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração e Custódia das Ações e das Ações da Companhia 67
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 67
Estabilização do Preço das Ações e Formador de Mercado 68
Negociação das Ações na B3 69
Inadequação da Oferta 70
Condições a que a Oferta esteja submetida 70
Informações adicionais 70
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **77**
Banco Safra S.A. 77
Banco BTG Pactual S.A. 78
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. 79
Banco Itaú BBA S.A. 80
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA **82**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 82
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 83
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America 84
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA 84
Relacionamento Entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder 86
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual 86

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bank of America 86
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA 87
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES..... 88
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 98
CAPITALIZAÇÃO 101
DILUIÇÃO 102
ANEXO..... 105
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA..... 109
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA PRIMÁRIA..... 131
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL 137
DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400..... 143
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 155
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017 239
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 331

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “Farmácia e Drogaria Nissei S.A.” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Farmácia e Drogaria Nissei S.A., suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” deste Prospecto.

Acionista Vendedor ou Acionista Controlador	Sr. Sergio Maeoka.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	Safra Securities LLC, pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo BofA Securities, Inc. e pelo Itau BBA USA Securities, Inc.
Agente Estabilizador ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.
Companhia ou Nissei	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.

Contrato de Colocação	"*Contrato de Colocação, Coordenação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta, com a interveniência e anuência da B3.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Estabilização	"*Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Agente Estabilizador e a Corretora.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato a ser celebrado antes da disponibilização do Anúncio de Início, entre a Companhia, seus administradores e a B3, por meio do qual a Companhia e seus administradores concordaram em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, a fim de se qualificar para listagem no Novo Mercado.
Coordenador Líder ou Safra	Banco Safra S.A.
Coordenadores	Em conjunto, o Coordenador Líder, o BTG Pactual, o Bank of America e o Itaú BBA.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOEPR	Diário Oficial do Estado do Paraná.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia atualmente vigente.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia na data deste Prospecto, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.

IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas pelos Coordenadores da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2017, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JUCEPAR	Junta Comercial do Estado do Estado do Paraná.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/20, divulgado em 5 de março de 2020.
PIB	Produto Interno Bruto.

Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as regras e regulamentos da CVM, os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, normatizados e fiscalizados pelo CFC.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante nos termos de posse dos administradores, membros do Conselho Fiscal e dos controladores.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Farmácia e Drogaria Nissei S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.430.682/0001-22 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCEPAR, sob o NIRE 41.3.0009026-2.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 123, Centro, CEP 80020-310.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Acre, nº 205, Centro, CEP 80620-040, Centro. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. André Lissner. O telefone do departamento de relações com investidores é +55 (41) 3213-8356 e o seu endereço eletrônico é invest@nisseisa.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Código de Negociação das Ações na B3	As Ações serão listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 sob o código "NISS3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOEPR e no jornal "Bem Paraná".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website da Companhia	www.ri.nisseisa.com.br. As informações constantes do *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, ou declarações prospectivas, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 19 e 88, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras basearam-se, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. As estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, aos seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, podendo, portanto, intensificar o impacto dos demais riscos aos quais estamos sujeitos;

- o impacto do surto de coronavírus (COVID-19) na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;

- nossa capacidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do surto de coronavírus (COVID-19) em nossos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- nossa capacidade de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de nossos consumidores em razão do surto de coronavírus (COVID-19) ou outras pandemias, epidemias e crises similares), mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;

- alterações nas condições gerais na economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e a liquidez dos mercados de capitais;

- implementação das estratégias da Companhia;

- competição do setor, mudanças na demanda por serviços e produtos da Companhia, pressões sobre a formação de preços, introdução de novos produtos e serviços por nossos concorrentes;

- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação ou execução dos projetos da Companhia;

- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;

- nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando: (i) custo de aquisição de matérias primas; (ii) custos de operação e manutenção; (iii) encargos regulatórios e ambientais; e (iv) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios da Companhia, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas pelo novo governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconómica do País;

- interesses do Acionista Controlador;

- incapacidade de cumprir com as restrições contratuais à capacidade de endividamento;

- impactos da recessão econômica e do eventual ajuste fiscal que poderá afetar negativamente o crescimento da demanda na economia brasileira como um todo;

- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao nosso setor de atuação, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;

- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil; e

- outros fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 19 e 88, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 357.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE NOVA INFORMAÇÃO, OCORRÊNCIA DE EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não se pode assegurar que serão atualizadas ou revisadas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem não se concretizar ou ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência já que dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser baseada somente nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. Este sumário é apenas um resumo das nossas informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão em nosso Formulário de Referência e nas nossas demonstrações financeiras incluídas neste Prospecto. Leia este Prospecto e o nosso Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER, CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE, TODO ESTE PROSPECTO, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES "CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO", "PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", CONSTANTES NAS PÁGINAS 6, 19 E 88 DESTE PROSPECTO, ALÉM DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, A PARTIR DA PÁGINA 331, ENFATIZANDO AS SEÇÕES "3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS", "4. FATORES DE RISCO", "5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS" E "10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES", BEM COMO NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS A ESTE PROSPECTO, PARA UM ENTENDIMENTO MAIS DETALHADO DOS NOSSOS NEGÓCIOS E DA OFERTA PROPRIAMENTE DITA. RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES. DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DE NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, NOS TERMOS NO INCISO II, § 3º, DO ARTIGO 40 DA INSTRUÇÃO CVM 400.

Somos a maior rede varejista de farmácias do estado do Paraná, com um *market share* de aproximadamente 20% no estado e de 26% na cidade de Curitiba, capital do estado, conforme a IQVIA em junho de 2020. Na data de 30 de junho de 2020, possuíamos mais de 300 lojas, localizadas em 76 cidades diferentes, nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Nas cidades dos estados de São Paulo e Santa Catarina, possuímos um *market share*, em termos de receita de 4,5% e 3,3%, respectivamente, comprovando nossa forte presença nas regiões Sul e Sudeste do país. Em nível nacional, somos uma das 10 maiores redes de farmácias do Brasil tanto em termos de receita de vendas, quanto em número de lojas, conforme relatório divulgado pela Associação Brasileira de redes de Farmácias e Drogarias (ABRAFARMA).[1]

Nossa marca é amplamente reconhecida no mercado paranaense, tendo conquistado por 9 anos consecutivos o prêmio TOMA (*Top-of-Mind Awareness*) do Estado do Paraná em seu segmento.

Fomos um dos primeiros a introduzir o conceito de *drugstore* no mercado paranaense, fornecendo um portfólio variado que engloba medicamentos de referência (marca), medicamentos genéricos, medicamentos sujeitos a prescrição médica, medicamentos sem prescrição médica (*over-the-counter*), produtos polivitamínicos e mercadorias consideradas de primeira necessidade, dentre as quais estão alimentos semiprontos, produtos de higiene pessoal, cosméticos ("HPC") e eletrodomésticos. Na data do Formulário de Referência, possuíamos mais de 16 mil SKUs à venda em todas as nossas lojas, incluindo as lojas físicas e a plataforma digital.

Nossas lojas possuem espaços modernos, de fácil acesso, amplos estacionamentos, diversidade de produtos, disponibilidade de farmacêuticos qualificados que promovem o eficiente atendimento profissional e funcionamento 24 horas. Além disso, também possuem tamanho diferenciado (de aproximadamente 253m²), o que, além de ser superior ao tamanho adotado pela maioria das demais redes varejistas de farmácia, conforme apresentações públicas das companhias em 2017 e 2018, também propicia vantagem adicional para prestação de serviços e produtos de conveniência.

---

[1] Fonte: Informações disponibilizadas pela Associação Brasileira de redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma em 22 de abril de 2019).

Fonte: Companhia (1S20)

Adotamos diferentes formatos de lojas e diferentes sortimentos de nossos produtos, de forma a atingir e ter capilaridade em todos os segmentos de renda, da classe A à E. Isso é um diferencial da nossa marca, dado que os nossos concorrentes possuem um público-alvo mais específico, reduzindo o tamanho do mercado endereçável.

Atualmente, temos 5 classificações de lojas (AA, AB, ABC, BC e BCD), gerenciadas por clusters que determinam seu *layout* de exposição, *mix* de produtos, classe social e posicionamento promocional. Essas diretrizes potencializam o consumo dos clientes.

A tabela abaixo mostra informações para cada tipo de loja:

	Número de Lojas por Localização			**Indicadores**		
Tipo de loja[2]	**PR**	**SP**	**SC**	**% Faturamento**	**Área por Loja**	**Funcionários por Loja**
AA	13	–	–	5,4%	242m²	19
AB	42	1	2	13,4%	277m²	15
ABC	173	17	11	70,8%	260m²	17
BC	15	–	–	3,2%	204m²	14
BCD	23	2	2	7,2%	195m²	14

A humanização e relacionamento com os clientes são muito importantes para nós. Exemplos práticos desta premissa são nossos clubes de relacionamento - o Clube da Melhor Idade (voltado a qualidade de vida e reintegração a sociedade de clientes com mais de 55 anos e/ou aposentados), e o Clube da Mulher (Programa de fidelização com vantagens e benefícios tangíveis para o público feminino) - que contam com mais de um milhão de sócios. Além disso, também possuímos convênios com o Ministério da Saúde para a venda de medicamentos com preços subsidiados (por meio do programa "Farmácia Popular") e com os principais PBM's (Programa Benefício Medicamento) existentes no Brasil.

Nossos clubes de vantagens funcionam como um Customer Relationship Manager (CRM) com armazenamento contínuo de informações e processamento de dados para extração de comportamentos de compras de clientes identificados. A dinâmica dos clubes é autorizada em algoritmos que levam em consideração a inteligência promocional, inteligência aplicada ao negócio, ativação de estratégia multicanal e gestão de resultados. Tudo isso nos permite mapear as segmentações do período estudado, para estabelecer estágios de comunicação individualizada com nossos clientes. Dessa forma, elaboramos estratégias focadas e estruturadas para cada segmento/ cliente, ampliando nossas vendas, nossa fidelização e nossos números.

[2] ***Descrição dos tipos de loja: (i) geral AA (premium): classes social A, alto poder aquisitivo, residências alto padrão; (ii) geral AB (marca) classes social A- e B, classe média e média alta; (iii) geral ABC (preço e marca) classes social – público misto, atende a todas as classes. (iv) geral BC (preço) classes social B e C, classe média baixa e popular; (v) geral BCD (POP) classes social – C.***

Fonte: Companhia (2020)

Além das lojas físicas, nosso modelo de negócio também conta com uma plataforma *omnichannel* (vendas em lojas físicas, televendas/*delivery*, aplicativo de mensagens (*Whatsapp*) e *e-commerce)*, conceito de múltiplos canais que integram diversas ferramentas virtuais e facilidades em serviços a fim de qualificar ainda mais a experiência de compra do cliente. Nossa plataforma tecnológica tem como base a integração dos estoques dos canais físico e digital e a construção de soluções híbridas (*ship from store e store pick up*, entre outras soluções). Por meio deste formato, todas as nossas lojas físicas passam a atuar como "hubs" de distribuição, possibilitando aos clientes retirar e trocar nas lojas físicas produtos adquiridos na plataforma digital e receber em casa produtos que se encontravam nos estoques das lojas físicas, mas foram comprados na plataforma digital.

Fonte: Companhia (2020)

Por meio de nossa plataforma digital, o cliente pode comprar medicamentos e demais produtos, criar lembretes para sua medicação, programar entregas, criar lista de compras, verificar a disponibilidade de um determinado produto em qualquer loja da rede (com serviços de geolocalização), buscar por lojas com serviço farmacêuticos, utilizar leitura de códigos de barras para acelerar a compra de produtos, além de reunir o programa de fidelidade.

Também desenvolvemos um aplicativo para celulares com diversas funcionalidades para nossos clientes, como, por exemplo (i) indicação da loja mais próxima; (ii) histórico de lista de compras; (iii) filtro de busca por serviços farmacêuticos; e (iv) o serviço Nissei Express, que faz entregas no prazo de até 1 hora.

Acreditamos que o nosso modelo *omnichannel* proporciona maior rentabilidade e fidelização de nossos clientes, pois permite que sejam ofertados aos clientes menores prazos de entrega de produtos, menores custos de frete

e maior variedade de produtos. Além de proporcionar uma experiência de compra diferenciada e mais sofisticada para o cliente, o modelo *omnichannel* propicia maior alavancagem operacional, uma vez que a receita adicional gerada não acarreta, necessariamente, em aumento proporcional de nossas despesas – o que, consequentemente, aumenta a rentabilidade da operação e otimiza custos com logística e giro de estoque.

Fonte: Companhia.

Adicionalmente, a plataforma digital e as nossas lojas físicas se complementam, uma vez que:

- As lojas físicas se tornam base de divulgação da marca Nissei para potenciais clientes da plataforma digital que usualmente frequentam nossas mais de 300 lojas físicas, diminuindo a necessidade de investimento em *marketing* para a plataforma digital;
- Os clientes que vão até as lojas físicas para retirar ou trocar seus produtos comprados *online* criam um fluxo maior nas lojas, possibilitando aumento nas vendas das lojas físicas;
- A presença da loja física cria um ambiente de segurança para que o cliente possa comprar *online*, aumentando assim a conversão de nossa plataforma digital; e
- Tanto as lojas físicas quanto a plataforma digital são fonte de captação de *e-mails* de clientes, possibilitando interação pós-compra com os clientes por meio de e-mails promocionais e recomendações personalizadas de produtos.

Para suportar nossas lojas físicas e a plataforma digital, contamos com um centro de distribuição de aproximadamente 17.000 m² de área construída (39.900m² de área total), localizado em um anel viário com conexão a várias rodovias de acesso às regiões Sul e Sudeste, na cidade de Colombo, estado do Paraná, a 15km de distância do centro de Curitiba, inaugurado em 2013. Acreditamos que o nosso centro de distribuição conta com uma das estruturas mais modernas da América Latina, é capaz de atender até 500 lojas e opera, atualmente, com uma capacidade de utilização de 60% do seu espaço físico e apenas 1 turno na maioria das suas funções. Possuímos mais de 30 veículos próprios, que realizam entregas em um raio de até 100km, sendo as distâncias maiores realizadas por empresa terceirizada. Com a modernização da infraestrutura logística e tecnológica, conseguimos atingir processos centralizados, integração de sistemas e uma estratégia mais alinhada entre o centro de distribuição e lojas. E, recentemente, realizamos melhorias como Procfit/WMS, ampliação do espaço, quadro exclusivo de funcionários e potencial utilização de mais dois turnos.

Fonte: Companhia (1S20)

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
	(em R$ milhões, exceto percentuais)			
Receita líquida	758,8	1.499,5	1.345,6	1.236,7
Lucro Líquido (prejuízo)	(13.815)	(14.241)	(16.073)	2.961
EBITDA	110,0	136,7	63,1	94,6
Margem EBITDA	14,6%	9,1%	4,7%	7%
Dívida Bruta	443,468	382,748	306,934	247,420
Dívida Líquida	390,552	302,3460	277,0	146,1

A reconciliação das métricas não contábeis EBITDA, Margem EBITDA, Dívida Bruta e Dívida Líquida, estão descritas no item 3.2.

Informações Operacionais	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
	(em R$ milhões, exceto percentuais)			
Número de Lojas	301	298	282	246
Crescimento das Vendas Mesmas Lojas (SSS)	4,407%	2,794%	1,083	4,273%

NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Liderança Regional

Nós possuímos uma participação relevante, em termos de receita, no mercado das regiões Sul e Sudeste do Brasil, com uma participação aproximada de 14% do mercado farmacêutico das regiões de atuação, em termos de receita, em 2019, de acordo com informações do IQVIA.

Fonte: Companhia (1S20)

Conforme dados do IQVIA em junho de 2020, a Companhia conta também com um *market share*, em termos de receita de aproximadamente 19,6% no Paraná, 4,5% nos locais de atuação no Estado de São Paulo e 3.3% nos locais de atuação em Santa Catarina, comprovando uma forte presença no Sudeste e Sul do país e liderança incontestável nas mais importantes cidades e regiões do estado. Nos últimos anos, a Companhia vem aumentando sua participação nos mercados de São Paulo e Santa Catarina que permitem a companhia manter um crescimento diferenciado comparado ao restante do mercado.

Fonte: Companhia (1S20)

Formato de Loja, Serviços e Experiências Diferenciados – "Drugstore"

Com uma metragem diferenciada das demais redes de farmácia e drogaria brasileiras, as nossas lojas se classificam como "*drugstores*" e oferecem desde medicamentos a alimentos semiprontos, pequenas utilidades domésticas e até material de limpeza. Além da metragem diferenciada das lojas, os layouts são diferenciados e modulares, com amplo espaço para acomodar o diversificado mix de produtos, permitindo assim uma jornada de compras que flui entre medicamentos, alimentos prontos, produtos de higiene e beleza, eletro

portáteis, cuidados com a casa e até cuidados do pet. Atualmente, também fizemos a integração da loja com o estacionamento, possuindo a opção de testes de COVID, Compre & Retire e Drive-Thru. Esse *mix* de produtos, principalmente os de conveniência, são responsáveis por aumento considerável de nossa margem bruta quando comparado com os demais players do setor.

Apenas como referência, no ano de 2019, em Santa Catarina, foi concedida uma liminar para permitir venda de conveniência em farmácias, o que ocasionou um aumento expressivo da rentabilidade das lojas do estado, conforme mostrado abaixo.

Temos uma filosofia de que toda "*drugstore*" é uma loja grande; mas nem toda loja grande é uma "*drugstore*", o que nos adiciona mais uma vantagem competitiva *versus* nossos concorrentes. Assim, nosso conceito de "*drugstore"* envolve uma farmácia completa, proporcionando ao cliente lojas confortáveis, com um *mix* adequado de produtos que cumpra com todas as suas necessidades de compras e serviços variados. Essa disposição acaba gerando ao cliente economia não apenas financeira, pela competitividade em relação ao mercado, mas também de tempo, uma vez que viabiliza diversas soluções em um único local.

Adicionalmente, possuímos uma série de diferenciais como, por exemplo, os Serviços Avançados Nissei (SAN) - que é extensivo a todos os clientes -, que oferece programas de vacinação, exames laboratoriais (incluindo o exame de Beta HCG, de Glicemia, de Colesterol, de Dengue e de Chikungunya), acompanhamentos consultivos farmacêuticos para controle de diabetes, de colesterol, de peso, de hipertensão, revisão da medicação e também o programa de auxílio para dependentes do tabagismo.

Nós entendemos as necessidades da sociedade e nos prontificamos a desenvolver soluções rápidas para as diversas situações apresentadas. Um exemplo disso foi a agilidade da Companhia na disponibilização dos exames rápidos de COVID-19 pelo sistema de *drive-through*. A atuação da Companhia quanto à implantação de tais exames foi um trabalho completo, caracterizado pelas melhores práticas e padronizações, que se tornaram referência de procedimento junto aos órgãos de saúde governamentais.

Força da Marca

A companhia orgulha-se de ser uma marca amplamente reconhecida nas regiões de atuação no mercado brasileiro, tendo conquistado por 9 anos consecutivos o prêmio TOMA (*Top-of-Mind Awareness*) do Estado do Paraná em seu segmento.

Além disso, segundo pesquisa realizada pelo Grupo RIC/IBOPE – Prêmio IMPAR, 53% de nossos clientes consideram a Nissei a sua marca favorita no Paraná e, em Curitiba (PR), ocupamos a liderança e destaque nos atributos conhecimento espontâneo[3], conhecimento estimulado[4], compra nos últimos 12 meses e confiança na marca.

Pessoas e Cultura

Levamos muito a sério a humanização e o relacionamento não apenas com o cliente, mas também com nossos colaboradores. Assim, estamos presente nos principais *rankings* de melhores empresas para se trabalhar. Cerca de 91% dos profissionais dizem que indicariam a Nissei para um amigo e 81% aprovam a diretoria, com base em 303 a avaliações.[5]

[3] Se refere a medida do número de pessoas que expressam conhecimento de uma marca sem serem induzidas a fazê-lo
[4] Se refere a medida do número de pessoas que expressam conhecimento de uma marca quando solicitadas
[5] Fonte: ICTQ https://www.ictq.com.br/guia-de-carreiras/896-como-e-trabalhar-nas-farmacias-nissei

Fonte: Companha (2020)

Fonte: Companha (2020)

Acreditamos que um forte compromisso com nossos colaboradores resulta em uma força de trabalho mais produtiva e motivada. Dessa forma, em 2017, a nossa rede deu mais um passo importante e marcou a história do mercado farmacêutico brasileiro com a implantação de um novo conceito de atendimento ao cliente com o Processo de Treinamento Contínuo. Tal processo, a partir da formação de instrutores comerciais, busca promover a excelência, superar expectativas e oferecer uma experiência de compra incrível para consumidor, tornando-se referência no segmento e transformando a Nissei em um grande *case* de sucesso. Os treinamentos do Padrão Nissei (PN) são contínuos e abrangem praticamente todos colaboradores da empresa, sejam lotados nas lojas, CD ou Administrativo. Possuímos também um Centro de Treinamento e Capacitação (CTC), com aulas presenciais e plataforma de ensino a distância.

Nos importamos também com o plano de carreira dos nossos funcionários, por isso, temos um plano de crescimento desde a base, como auxiliar e jovem aprendiz, passando por assistente de loja I e II, analista de loja e multiplicador, gerente farmacêutico, gerente distrital e gerente regional. Tivemos mais de 300 colaboradores formados nas turmas de Sucessão Gerentes entre 2016 e 2019.

NOSSA ESTRATÉGIA

Expansão Física e Digital

Acreditamos na importância de estar recorrentemente oferecendo os melhores serviços para nossos clientes, trazendo uma experiência de compra positiva independente do canal de compra.

Por isso, em 2018 e início de 2019, fizemos a revitalização de 100% de nossas lojas, remodelando e modernizando o planograma, *layout* e comunicação visual, padronizando as lojas com o mesmo conceito de fachada, comunicação e salão de vendas. Além disso, também realizamos um investimento relevante em nossa plataforma digital, afim de facilitar e acelerar o acesso do cliente aos nossos produtos.

Em 2020, continuamos a investir em nossa estrutura e pretendemos expandir ainda mais nossos negócios por meio da abertura de novas lojas e aquisições de drogarias médias, já que vemos grande potencial de crescimento nas regiões em que atuamos e pretendemos aproveitar oportunidades de M&A no pós-COVID. Vemos também oportunidades em outros nichos de mercado, como aquisição de distribuidora de alto custo e crescimento no mix de marcas próprias. Além disso, planejamos aumentar nossas vendas por plataformas digitais.

Nosso processo de expansão é pautado pela experiência acumulada da Companhia e pela atualização de ferramentas de georreferenciamento com análises de renda do entorno e outros parâmetros obtidos através de sistema específico pela nossa área de inteligência.

Acreditamos que o processo de profissionalização da administração e melhoria de sistemas contínuo que fazemos desde 2014, alinhado com o aprimoramento de nosso processo de expansão, nos darão uma posição privilegiada para atingir maior grau de granularidade e altos níveis de retorno sobre o capital investido.

Nosso crescimento tem ocorrido de forma orgânica, inorgânica e gradual ao longo de nossa história. Buscamos manter esse crescimento em mercados de alto potencial de crescimento e rentabilidade. Nosso foco é não só continuar o crescimento relevante em regiões que atuamos e temos dominância, mas também expandir para microrregiões com características similares, em outros estados do país.

Fontes : Union Official Journal, McKinsey City Nav Brazil data base, Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).
Nota: (1) 56 categorias em 7 segmentos: Bebidas alcoólicas, Roupas e acessórios, Alimentos e bebidas, Artigos domésticos essenciais, Medicamentos, Cuidados pessoais, Brinquedos e jogos. O "Crescimento Esperado (%); 2017 – 2027" refere-se ao crescimento esperado do mercado.

Atualmente temos cobertura no Paraná em cidades com mais de 35 mil habitantes e queremos fazer a consolidação no estado e expansão nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, entre outros. Para isso, vamos utilizar como indicadores renda média da população, potencial de canibalização e competidores locais, análise de benchmark, densidade e fluxo populacional, TIR mínima, análise de payback e reconhecimento da marca Nissei na região.

Nossa flexibilidade de balanço nos permite estar atentos a oportunidades de mercado positivas de novas lojas e distribuidores e temos track-record com aquisições bem-sucedidas de farmácias locais, que reforçam nossa capacidade para realizar aquisições oportunas na nossa estratégia de expansão (Drogamed, Farmácia da Unimed, Drogaria Brasil, Farmácia Trajano, dentre outras).

Continuar o aprimoramento do conceito omnichannel já implantado em nossa Companhia

Acreditamos na importância de estar presentes de forma relevante em diversos canais para entregar um serviço mais completo para nossa base de clientes, por isso, buscamos expandir e fortalecer o nosso canal digital e continuar a desenvolver nossa plataforma *omnichannel*. Atualmente, nossos produtos estão disponíveis através do nosso website, de nosso aplicativo de celular (app) e por meio de *superapps* como UberEats e Rappi.

Nosso objetivo é fortalecer nossa relação com nossos clientes, melhorando sua experiência de compra em todos os nossos canais. Para isso, continuaremos investindo e aprimorando nossas plataformas digitais e seguiremos realizando soluções integradas com nossos parceiros estratégicos, aliando a experiência digital com a estrutura de lojas físicas.

Acreditamos que existam oportunidades relevantes de aumento de nossas vendas digitais, uma tendência acelerada em função da pandemia do COVID 19. Nossas vendas pelo *omnichannel*, que consistem em vendas realizadas através do nosso website, telefone e aplicativo de celular, geraram R4,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e R$ 8 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentando um crescimento de 76,93% em 2020 quando comparado ao período de seis meses de 2019.

Acreditamos no uso da tecnologia e de dados para conhecer nossos clientes e melhor atender suas necessidades. Nas lojas físicas, nossos sistemas proprietários facilitam a obtenção de dados sobre o comportamento de compra do cliente, medindo o tempo de compra do cliente, a conversão de venda em cada parte da jornada, a aderência dos colaboradores aos processos e o número de clientes que acessam o estoque estendido da loja.

Na plataforma digital, monitoramos buscas realizadas pelos clientes, plataformas (*site desktop*, *site mobile*, aplicativo *mobile*) mais utilizadas, com que frequência compram em nossa plataforma digital e como nossos produtos estão sendo avaliados, além de identificarmos informações sobre os hábitos do cliente. Nossos cientistas de dados utilizam esses dados para gerar informações que vêm otimizando nossa tomada de decisões com foco no cliente.

Oferecer o melhor sortimento de produtos aos nossos clientes

Pretendemos ser a rede varejista de farmácias com o mais completo portfólio de produtos para oferecer aos nossos clientes.

Para isso, empenhamo-nos em manter nossa excelente relação e parcerias com nossos fornecedores, com o objetivo de oferecer os melhores produtos do mercado. Nossas marcas exclusivas nos ajudam a disseminar cada vez mais nosso nome e aumentam nossa rentabilidade. Para isso, focamos na gestão da marca, tendo custo x benefício como principal atributo e fidelizando os clientes.

Além disso, buscamos continuar identificando lacunas em nosso portfólio, para desenvolver novos produtos, prospectar novos parceiros e continuar o ciclo de expansão de portfólio continuamente.

Por sermos uma *drugstore*, entendemos que ainda existem diversos nichos de mercado que podemos agregar ao nosso negócio buscando novas parcerias. Acreditamos que ainda temos muito a agregar como Agentes de Saúde, uma vez que existe todo um mercado de medicamentos de alto custo a ser melhor explorado. Estamos sempre estudando outros nichos que façam sentido para uma *drugstore* e que possam agregar valor à Nissei.

EVENTOS RECENTES

Impactos da Pandemia do COVID-19

Farmácias e drogarias sentiram menor impacto com a pandemia em relação a outros setores do consumo e varejo desde março de 2020, sendo um dos setores menos afetados pelo COVID-19 conforme demonstrado nos gráficos abaixo.

Fonte: Cielo (ICVA – Índice Cielo do Varejo Ampliado) and Sindusfarma (IQVIA).
(1) Excluídos os efeitos de Carnaval, Páscoa, entre outros feriados. (2) UDM = Últimos 12 meses

Por prestarem um serviço essencial, a maioria das farmácias e drogarias de rua permaneceram abertas durante as medidas de distanciamento social e bloqueio implementados por autoridades no Brasil. No total, 6 lojas da

Companhia foram fechadas em função dos decretos estaduais e municipais. Na data do Formulário de Referência, a Companhia não tem nenhuma de suas lojas com as operações paralisadas, em função da pandemia.

Até a presente data, os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram significativas e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado, as ações tomadas pela empresa, tais como redução de custos, reforço de estoque de itens vendáveis que tiveram aumento de demanda em função da pandemia, e redução de despesas garantiram que ao final do primeiro semestre de 2020, mesmo com os efeitos negativos da pandemia, o EBITDA da empresa ficasse 96,3% superior ao EBITDA do mesmo período no ano de 2019.

A fim de mitigar tais impactos em nossas operações, adotamos uma série de iniciativas internas envolvendo nossos clientes, colaboradores e fornecedores, incluindo, mas não se limitando a esforços de marketing direcionados, maior flexibilização de meios de pagamentos e investimentos em melhorias em nossos canais digitais e serviços.

Fonte: Companhia (2020)

Além disso, criamos campanhas para conscientização e proteção de nossos colaboradores e clientes, incentivando a utilização de máscaras, higiene pessoal, além de colocar grande parte de nossa força de trabalho administrativa em regime de trabalho remoto.

Para mais informações sobre os impactos do COVID-19 em nossas atividades e sobre as medidas tomadas por nossa Companhia em decorrência da pandemia, vide item 10.9 do Formulário de Referência.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nossa sede localiza-se na Rua XV de Novembro, 123, Centro, CEP 80020-310, Curitiba, PR, e nosso número de telefone é +55 (41) 32138356. O endereço do site é https://www.farmaciasnissei.com.br/. Informações contidas no *site* não constituirão parte do Prospecto, ou serão consideradas como incorporadas por referência ao Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde ("OMS") em razão da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19),

provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em dezembro de 2019, foi relatado que a COVID-19 surgiu em Wuhan, China. Em março de 2020, a OMS declarou como pandêmico o surto de COVID-19, desencadeando severas medidas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições às viagens e transportes públicos. Tais medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Consequentemente, as receitas das operações da Companhia podem vir a sofrer um declínio em decorrência dos impactos das restrições de circulação impostas nas jurisdições em que opera.

Mais especificamente para a nossa operação, pode haver interrupção do abastecimento por parte da indústria farmacêutica, que por sua vez, poderá sofrer devido à ausência de insumos para a produção dos remédios, ou mesmo por questões de infraestrutura e logística necessárias para a produção, distribuição e comercialização destes produtos, que poderão ser afetadas. Esses fatores poderão ter um impacto adverso e material nos nossos negócios e nos resultados das nossas operações, bem como na cotação das ações de nossa emissão.

Na data do Formulário de Referência, nenhuma loja permanece com suas atividades suspensas. Entretanto, não podemos garantir que as lojas que voltaram a operar não serão novamente fechadas em razão do surto do COVID-19, nem que não seremos obrigados a adotar medidas adicionais, incluindo o fechamento de outras lojas, em razão da mencionada pandemia ou que o fluxo de pessoas nos shoppings e em outros locais em que temos lojas retornará e/ou quando retornará aos patamares pré COVID-19, o que impactou e poderá continuar impactando o volume de vendas e, consequentemente, a receita e a geração de caixa da Companhia.

Mais especificamente para a nossa operação, pode haver interrupção do abastecimento por parte da indústria farmacêutica, que por sua vez, poderá sofrer devido à ausência de insumos para a produção dos remédios, ou mesmo por questões de infraestrutura e logística necessárias para a produção, distribuição e comercialização destes produtos, que poderão ser afetadas. Esses fatores poderão ter um impacto adverso e material nos nossos negócios e nos resultados das nossas operações, bem como na cotação das ações de nossa emissão.

A disseminação do COVID-19 nos levou a modificar nossas práticas de negócios (incluindo práticas de higienização de locais de trabalho dos funcionários e cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências) e podemos tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que determinamos ser do melhor interesse de nossos funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia do vírus ou, de outra forma, serão satisfatórias para atender às exigências das autoridades governamentais. Não há, também, como mensurar nesse momento os impactos desse surto nos negócios da Companhia.

Além disso, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que pode resultar em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto depois que o surto diminuir, o que pode continuar reduzindo a demanda por produtos e serviços da Companhia. Como resultado, acreditamos que a pandemia provocada pelo novo Coronavírus continuará a afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa.

A extensão do impacto que a COVID-19 terá em nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia, depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, não podem ser previstos e estão fora de nosso controle, incluindo novas informações que podem rapidamente surgir sobre a gravidade do vírus, o escopo do surto e as ações para contê-lo ou tratar seu impacto, entre outros. A pandemia do vírus COVID-19 resultou em uma volatilidade significativa no mercado

financeiro e incerteza em todo o mundo. Portanto, o valor de mercado de nossas ações pode ser afetado adversamente por eventos que ocorrem dentro ou fora do Brasil.

Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19. Mesmo após a contenção do surto do COVID-19, a Companhia pode continuar a ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação do COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto do COVID-19 é altamente incerto. Para informações sobre o impacto do COVID em nossos negócios, vide item 10.9 do Formulário de Referência. Até a data do Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em nossos negócios, além daquela apresentada nos itens 7.1, 10.1, 10.8, 10.9 e 13.16 do Formulário de Referência. Na data do Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos no item 4.1 do Formulário de Referência.

As ações de emissão da Companhia de titularidade do acionista controlador estão alienadas fiduciária em garantia do pagamento das Debêntures. Em caso inadimplemento das obrigações previstas na Escritura de Emissão e consequente excussão da alienação fiduciária pelo Debenturista, estará configurada a alteração do controle da Companhia, o que poderá acarretar o vencimento antecipado de determinados contratos financeiros da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, caso o Debenturista não desonere as ações de titularidade do acionista controlador objeto da oferta secundária, a oferta poderá ser cancelada ou modificada para redução do total de ações a serem colocadas no âmbito da Oferta

A totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelo acionista controlador, Sr. Sérgio Maeoka, estão alienadas fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures emitidas pela Companhia. Nos termos da Escritura de Emissão, em caso de um evento de liquidez, a Companhia deverá realizar a amortização obrigatória das Debêntures. Caso a Companhia não utilize os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta Inicial de Ações para a amortização antecipada integral das Debêntures, o Debenturista poderá considerar a obrigação de amortização antecipada prevista na Escritura de Emissão como inadimplida, o que pode ensejar a declaração do vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures. Na hipótese de decretação do vencimento antecipado das Debêntures, o Debenturista poderá iniciar a excussão das garantias outorgadas em garantia dos valores devidos pela Companhia, incluindo a alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Companhia e de titularidade do acionista controlador. Em caso de excussão da alienação fiduciária, o Debenturista consolidará a propriedade resolúvel das ações alienadas fiduciariamente e, a partir deste momento, poderá vender as ações alienadas fiduciariamente a terceiros, pelo preço, forma de pagamento e demais condições que julgar cabíveis, independentemente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial. Caso ocorra a consolidação da propriedade resolúvel das ações no Debenturista, tal fato implicará em alteração do controle da Companhia. Para mais informações sobre as Debêntures, ver itens 10.1(f), 18.5 e 18.12 do Formulário de Referência.

A Companhia é parte em contratos financeiros, contratos comerciais e contratos de locação, cujos termos podem prever vencimento antecipado ou rescisão em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia. Caso a alienação fiduciária das ações de titularidade do acionista controlador seja objeto de excussão e a propriedade de referidas ações seja transferida ao Debenturista e/ou a terceiros, estará configurada troca de controle da Companhia, o que pode gerar o vencimento antecipado desses contratos.

A Companhia não pode garantir que será capaz de obter com seus credores dos contratos financeiros e contrapartes de contratos comerciais, as confirmações por escrito de que renunciarão à declaração de vencimento antecipado em termos aceitáveis para a Companhia. Os contratos financeiros, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de cross-acceleration e de cross-default, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o vencimento antecipado ou no vencimento antecipado automático, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela relevante do seu caixa, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, em caso de transferência do controle da Companhia, a Companhia não pode garantir que os interesses do(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) não serão divergentes dos interesses da Companhia, de forma que decisões do(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) poderão afetar de forma relevante o nosso planejamento estratégico, as nossas decisões comerciais, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Ainda, no contexto da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia, o Debenturista e o acionista Controlador, na qualidade de acionista vendedor, celebraram termo de liberação da garantia em que o Debenturista se comprometeu a liberar a alienação fiduciária das ações da oferta secundária. Caso a liberação das ações objeto da oferta secundária não seja efetivada até a data de fixação do Preço por Ação, a oferta poderá ser cancelada ou, ainda, modificada para reduzir a quantidade de ações a ser colocada no âmbito da oferta, afetando, neste último caso, o cronograma da oferta, bem como poderá conferir aos investidores possibilidade de desistência de suas reservas e ordens, o que poderá comprometer a conclusão da oferta.

Podemos não ser capazes de renovar ou manter os contratos de locação de algumas de nossas lojas ou celebrar contratos de locação de novas lojas em termos aceitáveis, e as operações poderão ser adversamente afetadas.

Na data do Formulário de Referência, todos os imóveis em que as nossas 301 lojas estão localizadas são alugados de terceiros, sendo que parte dos locadores são partes relacionadas à Companhia. Um desses imóveis era anteriormente de propriedade da Companhia, mas foi transferido para a Nissei Administradora de Bens, companhia na qual nosso acionista controlador, em conjunto com pessoas a ele vinculadas (membros de sua família), detém o controle. Assim, todas as nossas lojas são sujeitas a contratos de locação que oferecem riscos que não dependem da nossa atividade e não podem ser controlados por nós.

A Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 ("Lei de Locações"), que trata da locação de imóveis urbanos, dispõe que o locatário terá direito à renovação compulsória do contrato desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) ajuíze ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anterior à data do término do prazo do contrato de locação em vigor. Caso não consigamos renovar em termos razoáveis os contratos de locação dos imóveis relevantes existentes, os quais possuem prazos de duração variados, podemos ser adversamente afetados e poderemos ser obrigados a alterar a localização dessas lojas, correndo o risco de redução da rentabilidade, o que afetaria adversamente nossas receitas operacionais. Os novos pontos podem não apresentar a mesma visibilidade que possuem atualmente ou não serem frequentados pelo público-alvo.

A referida Lei de Locações prevê, ainda, que, findo o prazo do contrato de locação, se o locatário continuar na posse do imóvel alugado por mais de 30 (trinta) dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato. Contratos vigentes por prazo indeterminado podem ser rescindidos a qualquer momento por qualquer das partes contratantes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem direito à indenização ou multa. Alguns dos nossos contratos de locação estão vigentes por prazo indeterminado, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação do respectivo imóvel, caso não haja acordo para renovação do respectivo prazo locatício. Caso tais contratos sejam rescindidos, teremos que buscar novos imóveis, o que acarretará custos de transição, bem como a interrupção das atividades. Adicionalmente, caso o valor de aluguel destes novos imóveis seja superior ao valor anteriormente pago, a rentabilidade das lojas poderá ser reduzida e afetar adversamente os resultados operacionais.

Na hipótese de o imóvel locado ser colocado à venda durante o prazo de vigência da locação, a locatária terá direito de preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, mediante notificação enviada pelo locador concedendo prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência; caso a locatária não o exerça, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro. A locatária cujo direito de preferência não for respeitado poderá adquirir o imóvel locado, mediante depósito judicial do preço de aquisição e de outras despesas de transferência pertinentes, desde que requeira a adjudicação do imóvel no prazo de 6 (seis) meses após o registro da respectiva escritura em nome do terceiro adquirente no Cartório de Registro de Imóveis competente, desde que o contrato de locação tenha sido averbado na matrícula do imóvel locado, pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação em questão. Caso o contrato de locação não esteja averbado, a locatária poderá apenas reivindicar do locador uma indenização por perdas e danos. Possuímos contratos de locação que não estão registrados nos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer a ela o direito de adquiri-lo, e, consequentemente, poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Ainda, se o imóvel locado for alienado a terceiros durante a vigência do prazo contratual, o adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, salvo se cumulativamente (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente. Caso estes requisitos não sejam preenchidos, o adquirente poderá solicitar a desocupação do imóvel locado à Companhia no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento pela locatária de notificação nesse sentido. A grande maioria dos nossos contratos de locação não contém cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei de Locações (Lei nº 8.245/91) e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios de registro de imóveis competentes.

Para informações sobre as ações renovatórias de locação, ver Seção 4.6 do Formulário de Referência.

Nossos negócios estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Em decorrência disso, nossa atividade é influenciada significativamente pelas condições econômicas e demais características desta região.

Em 30 de junho de 2020, 100% das lojas estavam localizadas na região Sul e Sudeste do Brasil e 100% do faturamento se encontravam ou resultava de tal região. Em decorrência disso, nossos negócios são sensíveis às condições econômicas e aos demais fatores que afetam essa região, tais como mudanças nos níveis de renda da população, inclusive em face das modificações e/ou revogações em programas de auxílio governamental (tais como o Bolsa Família e, inclusive o auxílio emergencial no âmbito da pandemia do COVID-19), custo de energia, nível de concorrência, imóveis, seguro, impostos, aluguéis, clima, fatores demográficos e disponibilidade de mão de obra. Caso haja desaceleração da economia da região ou ocorram mudanças significativas em quaisquer condições relativas aos fatores acima mencionados que resultem, inclusive, mas não se limitando, na redução da força de trabalho e dos níveis de renda, especialmente em relação à modificação e/ou revogação em programas de auxílio governamental, nossas atividades e nossos resultados poderão ser afetados adversamente.

A não obtenção, atrasos ou cancelamento de licenças ou alvarás, podem impactar negativamente os negócios da Companhia.

A implementação e operação das lojas, filiais e projetos da Companhia está condicionada à obtenção e renovação de licenças e alvarás exigidos pela legislação aplicável, tais como a regulamentação ambiental e de zoneamento. A obtenção dessas licenças e desses alvarás está sujeita à outorga pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais, tais como o Ministério Público. A não obtenção, a não renovação, os atrasos, os embargos ou os cancelamentos de licenças e/ou alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, ou operação em desacordo com as licenças e alvarás e suas condicionantes/exigências técnicas, poderá levar à interrupção ou ao cancelamento da atividade de filiais e/ou dos projetos da Companhia, a penalidades administrativas e criminais ou a multas. Isso poderá causar um impacto negativo adverso relevante sobre a imagem, a reputação, as atividades e os negócios da Companhia.

Ainda, o descumprimento da regulamentação poderá sujeitar a Companhia e seus administradores a penalidades administrativas e criminais, bem como ao dever de reparar eventuais danos causados por sua conduta.

Ademais, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como o pedido intempestivo de sua renovação e a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento, poderão prejudicar ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e operação ou manutenção da operação regular dos empreendimentos.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, ACIONISTA VENDEDOR, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
Rua Acre, nº 205
CEP 80620-040, Centro
Curitiba, PR
At.: André Lissner
Tel.: +55 (41) 3213-8356
Website : www.ri.nisseisa.com.br.

Acionista Vendedor

Sergio Maeoka
Rua Acre, nº 205
CEP 80620-040, Centro At.: Sergio Maeoka
Tel.: +55 3213-8356

Coordenadores da Oferta

Banco Safra S.A. ou Coordenador Líder
Avenida Paulista, nº 2.100
CEP 01310-930, São Paulo, SP
At.: João Paulo Feneberg Torres
Tel.: 55 (11) 3175-4184
Website: https://www.safra.com.br

Banco BTG Pactual S.A. ou Agente Estabilizador
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Fabio Nazari
Tel.: 55 (11) 3383-2000
Website: https://www.btgpactual.com

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo – SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
Website: http://www.merrilllynch-brasil.com.br/

Banco Itaú BBA S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
Website: http://www.itau.com.br/

Consultores Legais Locais da Companhia e do Acionista Vendedor

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, 1100
CEP 01455-906, São Paulo, SP
At.: Sr. Guilherme Sampaio Monteiro
Tel.: +55 (11) 3247-8400
Website: http://www.pinheironeto.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Tauil | Chequer Advogados associado a Mayer Brown LLP
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455, 5º, 6º e 7º andares
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Srs. Carlos Motta e Rodolfo Tella
Tel.: +55 (11) 2504-4204 | (11) 2504-4651
www.tauilchequer.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia e do Acionista Vendedor	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
White & Case LLP Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277, 4o andar CEP 01452-000, São Paulo, SP At.: Sr. John Guzman Tel.: +55 (11) 3147-5607 *Website*: http://www.whitecase.com	**Mayer Brown LLP** 1221, Avenue of the Americas 10020-1001 New York, NY | EUA At.: Srs. David Bakst e Juan Pablo Moreno Tel.: +1 212 506 2551 www.mayerbrown.com

Auditores Independentes da Companhia

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533
CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
At.: Edson Rodrigues da Costa
Telefone +55 (41) 3304-2500
Website: www.kpmg.com.br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 143.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 19 e 88, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 357, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017 e nas informações intermediárias referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionista Vendedor	Sr. Sergio Maeoka.
Ações	[•] ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, observado a seção "Informações sobre a Oferta – Liberação das Ações da Oferta Secundária" na página 45 deste Prospecto.
Ações Adicionais	Montante de até [•] Ações de emissão da Companhia, correspondentes a até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares), sendo (i) até [•] novas Ações de emissão da Companhia e (ii) até [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] Ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] Ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 43 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Montante de até [•] Ações, sendo (i) até [•] novas Ações de emissão da Companhia e (ii) até [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, correspondentes a até 15% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais), que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400.

Agentes de Colocação Internacional	Em conjunto, o Safra Securities LLC, o BTG Pactual US Capital LLC, o BofA Securities, Inc. e o Itau BBA USA Securities, Inc.
Agente Estabilizador ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser disponibilizado em até seis meses contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 73 deste Prospecto, informando acerca do resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 73 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente disponibilizado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de suspensão ou qualquer modificação na Oferta, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 73 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A aprovação do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM, a realização da Oferta Primária (incluindo as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, e seus termos e condições, bem como a listagem da Companhia e das Ações no segmento especial de listagem da B3 denominado ao Novo Mercado e a aprovação da reforma do Estatuto Social, para adequá-lo às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de agosto de 2020, cuja ata [foi/será] devidamente registrada na JUCEPAR e publicadas no DOEPR e no jornal "Bem Paraná". A fixação do Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta Primária e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado da Companhia, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCEPAR e publicada no DOEPR e no jornal "Bem Paraná". Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

Atividade de Estabilização e Formador de Mercado	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações da Companhia na B3, por um período compreendido entre a data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, e o 30º dia, inclusive, contado de tal data, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação da CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério. Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, em relação às Ações, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.
Aviso ao Mercado	Aviso disponibilizado em [•] de [•] de 2020, a ser novamente disponibilizado em [•] de [•] de 2020, data do início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com objetivo de apresentar uma relação completa das Instituições Consorciadas participantes da Oferta, incluindo informações relacionadas ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 73 deste Prospecto.
Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Companhia	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$21.720.362, totalmente subscrito e integralizado, representado por 150.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.
Contrato de Colocação	Contrato de Colocação, Coordenação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão, da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., celebrado entre o Acionista Vendedor, na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Agente Estabilizador, a Corretora, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual será devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, conforme disposto no artigo 5º do Regulamento do Novo Mercado, antes da divulgação do Anúncio de Início, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o BTG Pactual, o Bank of America e o Itaú BBA, considerados em conjunto.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 54 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, que deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações, sem considerar as Ações Suplementares, aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.

Destinação de Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária obtidos por nós com a Oferta serão destinados integralmente para: (i) crescimento orgânico e inorgânico e (ii) resgate integral das Debêntures e otimização da estrutura de capital. Não receberemos qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos" na página 98 deste Prospecto.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia a elas subjacentes, nos termos previstos no seu Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 109 deste Prospecto e na seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 716.
Distribuição parcial	Não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda suficiente para subscrição/aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 93 deste Prospecto Preliminar.**
Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Ocorrerá caso o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus.

Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto foi determinada pela Companhia com base em suas informações econômico-financeiras disponibilizadas neste Prospecto, a fim de propor o valor que, no seu entendimento, melhor reflete o valor das Ações e levando em consideração um preço que favoreça os objetivos de dispersão e liquidez pretendidos para a Oferta. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seus Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto. Para mais informações, veja a condição de eficácia indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo", na página 55 deste Prospecto.
Fatores de Risco	**Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 19 e 88 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 357, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**
Garantia Firme de Liquidação	A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizarem/liquidarem as Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação, individual e não solidária, é vinculante a partir do momento em que forem assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e forem cumpridas as condições neles previstas, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM nos termos da Instrução CVM 480, concedidos os registros da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações objeto da garantia firme de liquidação, efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares); e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado; multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Colocação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta	O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 331, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. **Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.**
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de restrição à emissão e/ou venda de Ações e de ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem assinados pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Administradores.

Investidores Estrangeiros	Os (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act,* bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários aplicáveis; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com a legislação vigente no país (*non-U.S. persons*), com base no Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores Estrangeiros e os Investidores Institucionais Locais considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	(a) Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de (b) fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e/ou profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo, para estes, valores máximos de investimento e, para os mencionados no item (b), valores mínimos de investimento, nos termos da Instrução CVM 539.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, bem como clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observado, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Instrução da CVM 539.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.

Mecanismos de Garantia de Dispersão Acionária	No contexto da Oferta de Varejo e considerando que devem ser envidados melhores esforços para atingir a dispersão acionária, conforme previsto no Artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado e segundo o Plano de Distribuição, o montante de, no mínimo, 10%, e, no máximo, 20% da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.
Negociação na B3	As Ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "NISS3".
Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária.
Oferta Primária	Distribuição pública primária de, inicialmente, [•] novas Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Lei 4.131, pela Resolução CMN 4.373 e pela Instrução CVM 560.
Oferta Secundária	Distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Lei 4.131, Resolução CMN 4.373 e pela Instrução CVM 560.
Oferta de Varejo	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Não Institucionais.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020.

Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada no Contrato de Colocação pela Companhia e Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações incialmente ofertadas, opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento em que for fixado o Preço por Ação, seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada.
Período de Colocação	Prazo de até dois dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início para que os Coordenadores da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, data esta que antecede em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, o qual, nos termos da Deliberação CVM 476, não estará sujeito a eventual cancelamento por excesso de demanda.

Pessoas Vinculadas

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia e/ou do Acionista Vendedor e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

Prazo de Distribuição

Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto nos artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço, não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do respectivo artigo 55. **A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente na fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 92 deste Prospecto Preliminar.**

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto, em especial as seções "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ação" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia", bem como na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 357, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Prospecto Definitivo

O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo ao Prospecto Definitivo.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Registros da Oferta	O pedido de registro da Oferta foi protocolizado perante a CVM em [28] de agosto de 2020, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" na página 70 deste Prospecto.
Resolução de Conflitos	A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei do Mercado de Capitais, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

[**Nota:** A ser atualizado conforme PFA.] [A Companhia, o Acionista Vendedor e os Administradores obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de [180 (cento e oitenta)] dias contados da data do Prospecto Definitivo ("Período de *Lock-up*"), conforme seja aplicável em cada Instrumento de *Lock-up*, a não efetuar quaisquer das seguintes operações, direta ou indiretamente, conforme aplicável em cada caso, sem o prévio consentimento dos Agentes de Colocação Internacional e dos Coordenadores da Oferta: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra, empenhar, emprestar, conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra, realizar qualquer venda a descoberto (*short sale*) ou dispor de qualquer forma ou conceder quaisquer direitos (qualquer dessas ações, uma "transferência"), ou registrar ou dar causa a qualquer arquivamento relacionado a uma declaração de registro (ou equivalente) nos termos do *Securities Act* ou das leis ou regulamentos do Brasil, em todos os casos, com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia, quaisquer opções ou certificados (*warrants*) detidos na data do Prospecto Definitivo ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ou que representem o direito de receber quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou qualquer participação no capital social da Companhia, seja direta ou indiretamente (incluindo, mas não se limitando, quaisquer ações ordinárias relativas ao capital social da Companhia ou outros valores mobiliários que possam ser atribuídos, de titularidade direta ou beneficiária pela Companhia, o Acionista Vendedor e os Administradores, nos termos e de acordo com as regras e regulamentação da SEC ou do Brasil), bem como valores mobiliários que possam ser emitidos mediante o exercício de uma opção ou certificado relativo às ações ordinárias de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*"); (ii) celebrar qualquer contrato de *swap* ou qualquer outra forma de acordo por meio do qual seja transferido, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos qualquer direito econômico relacionado aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sendo tal operação, conforme prevista no item (i) acima ou neste item (ii), liquidada mediante entrega de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em moeda corrente ou sob outra forma de pagamento; (iii) no caso da Companhia, estabelecer ou aumentar uma posição equivalente de venda (*put equival*ent) ou liquidar ou diminuir uma posição equivalente de compra (*call equivalent*) de Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up, conforme os termos da Seção 16 do *Securities Act*, ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i), (ii) e (ii) acima.

As restrições previstas acima com relação ao Acionista Vendedor e os Administradores são expressamente acordadas para evitar que o Acionista Vendedor e os Administradores se envolvam em qualquer transação de *hedge* ou outra transação que tenha como objetivo ou que seja razoavelmente esperado que leve ou resulte na emissão de novas ações ordinárias de emissão da Companhia ou a venda ou a disposição de ações ordinárias de emissão da Companhia, mesmo que tais valores mobiliários venham a ser transferidos por alguém que não o Acionista Vendedor e os Administradores. A proibição com relação à realização de *hedge* ou outras transações pode incluir, sem limitação, qualquer venda a descoberto ou qualquer aquisição, venda ou outorga de qualquer direito (incluindo, sem limitação, qualquer opção de compra ou de venda) com relação a quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou parcela do capital social da Companhia, ou quaisquer outros valores mobiliários, ou com relação a qualquer valor mobiliário que inclua, se relacione ou venha a derivar de qualquer parte significante do valor das ações ordinárias emitidas pela Companhia.

As Ações adquiridas pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e Administradores no mercado aberto após a data de conclusão da Oferta não estarão sujeitas às restrições listadas acima. As vedações listadas acima não se aplicarão, conforme aplicável em cada Instrumento de *Lock-up*, no caso da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Administradores, nas hipóteses de transferência de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-Up* realizadas (i) como doações de boa-fé; (ii) a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *Lock-Up* e/ou de familiares imediatos do mesmo; (iii) a qualquer afiliadas conforme definidas na Rule 405 do *Securities Act*, ou (iv) com o consentimento prévio por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, respectivamente, desde que (A) qualquer transferência, disposição ou distribuição com relação aos itens (i), (ii), (iii), (iv), o cessionário se comprometa por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *Lock-up* e confirme que está cumprindo os termos aqui previstos desde a presente data, (B) com relação aos itens (i), (ii) e (iii), a transferência não envolva provisão para valor e (C) com relação aos itens (i), (ii) e (iii), nenhuma transferência deve resultar de um pedido de registro público ou anúncio relativo ao mesmo durante o Período de *Lock-up*. Para os fins deste item, considera-se "familiar imediato" qualquer relacionamento de sangue, matrimonial, parceria doméstica ou adoção, até o primeiro primo. Sem prejuízo do disposto acima, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Administradores poderão transferir Valores Mobiliários sujeitos ao *Lock-up* em determinadas hipóteses expressamente previstas no Contrato de Distribuição.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.]

	Para mais informações, veja o fator de risco "A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up* pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia" constante da seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações" na página 92 do Prospecto Preliminar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) aplicável aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Valor Total da Oferta	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$21.720.362, totalmente subscrito e integralizado, representado por [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal[, considerando o desdobramento de ações aprovado em pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em [•] de agosto de 2020, que aprovou o desdobramento das ações na proporção de [•] ações ordinárias para cada ação ordinária existente.]

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado em até 187.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual[1]		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[2][3]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	R$21.720.362,00	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**R$21.720.362,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•]e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Composição Atual[1]		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[2][3]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em [•] de agosto de 2020.
(2) Com base no Preço por Ação de R[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(3) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual[1]		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[2][3]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em [•] de agosto de 2020.
(2) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(3) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual[1]		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[2][3]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em [•] de agosto de 2020.
(2) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(3) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•] % do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•] % do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Principais acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos Administradores da Companhia na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual[1]		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Sérgio Maeoka	[•]	98	[•]	[•]
Outros	[•]	2	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em [•] de agosto de 2020.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Composição Atual[1]		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Sérgio Maeoka	[•]	98	[•]	[•]
Outros	[•]	2	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em [•] de agosto de 2020.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementar e sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual[1]		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Sérgio Maeoka	[•]	98	[•]	[•]
Outros	[•]	2	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em [•] de agosto de 2020.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual[1]		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Sérgio Maeoka	[•]	98	[•]	[•]
Outros	[•]	2	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	0	[•]	[•]
Ações em circulação	0	0	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em [•] de agosto de 2020.

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção "15. Controle e Grupo Econômico" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 692.

Identificação do Acionista Vendedor

Seguem abaixo descrição do Acionista Vendedor:

SERGIO MAEOKA, brasileiro, empreendedor, casado, portador do documento de identidade RG nº 1.979.673-6 SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 358.417.029-04, com escritório comercial na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, 123, CEP 80020-310.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 692 deste Prospecto.

Liberação das Ações da Oferta Secundária

A totalidade das Ações de titularidade do Acionista Vendedor encontra-se, nesta data, alienada fiduciariamente em favor do titular ("Debenturista") das debêntures da primeira emissão da Companhia ("Debêntures"). Tendo em vista que parte dos recursos líquidos da Oferta Primária será destinada ao resgate total das Debêntures, em [•] de [•] de2020, o Debenturista e o Acionista Vendedor celebraram [termo de liberação da garantia] em que o Debenturista se comprometeu a liberar a alienação fiduciária das Ações previamente e condicionado à realização da Oferta. Dessa forma, até a data de fixação do preço por Ação da Oferta, todas as Ações objeto da Oferta estarão livres e desoneradas, inclusive, para fins de colocação das Ações no contexto da Oferta Secundária. Para mais informações sobre as Debêntures, ver itens 10.1(f), 18.5 e 18.12 do Formulário de Referência, bem como a seção "Destinação dos Recursos" na página 98 deste Prospecto.

Características gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA, com os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de Instituições Consorciadas, sendo que as Instituições Consorciadas participarão da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, (i) nos Estados Unidos, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definido na Regra 144A, do *Securities Act*, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. persons*), com base no Regulamento S, editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, nos termos do *Securities Act* e dos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários aplicáveis, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei 4.131, ou da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, que não o Brasil.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério da Companhia e/ou do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] Ações, sendo (i) até [•] de novas Ações de emissão da Companhia e (ii) até [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até [•] Ações, sendo (i) até [•] de novas Ações de emissão da Companhia e (ii) até [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia e/ou pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações, no momento em que for fixado o Preço por Ação, seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação e no item "Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 62 deste Prospecto. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Capitais.

Aprovações societárias

A aprovação do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM e a realização da Oferta Primária (incluindo as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, e seus termos e condições, bem como a listagem da Companhia e das Ações no Novo Mercado e a aprovação da reforma do Estatuto Social, para adequá-lo às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de agosto de 2020, cuja ata [foi/será] devidamente registrada na JUCEPAR e publicadas no DOEPR e no jornal "Bem Paraná".

A fixação do Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta Primária e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado da Companhia, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCEPAR e publicada no DOEPR e no jornal "Bem Paraná".

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas abaixo, exceto no caso de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do respectivo artigo 55.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, incluindo operações de *total return swap*, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta, para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 95 deste Prospecto Preliminar.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário" na página 92 deste Prospecto Preliminar.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 43 deste Prospecto.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção de Ações ofertada por cada um deles], aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos recebidos pela Companhia oriundos da Oferta Primária e por cada um Acionista Vendedor oriundos da Oferta Secundária.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionista Vendedor	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionista Vendedor	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionista Vendedor	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Acionista Vendedor	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Os recursos decorrentes da Oferta Primária serão destinados [a conta de capital social da Companhia/conta de reserva de capital da Companhia, na seguinte proporção de [•]% e [•]%, respectivamente.]

Custos de distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um. Para informações detalhadas sobre as despesas, veja a seção "***Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com parte significativa dos custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta***" constante na página 97 deste Prospecto.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pela Companhia, sem considerar a Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões[3]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas de Registro na CVM[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas da B3[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(3) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um.

(4) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(5) As taxas da B3, inclusive de distribuição serão arcadas integralmente pela Companhia.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia, dos consultores externos do Acionista Vendedor, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia. As despesas com os consultores legais locais do Acionista Vendedor também serão pagas pela Companhia.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pela Companhia, sem considerar a Opção das Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões[3]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas de Registro na CVM[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas da B3[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(3) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais deverão ser pagos pela Companhia.

(4) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(5) As taxas da B3, inclusive de distribuição serão arcadas integralmente pela Companhia.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia, dos consultores externos do Acionista Vendedor, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia. As despesas com os consultores legais locais do Acionista Vendedor também serão pagas pela Companhia.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pelo Acionista Vendedor, considerarando a Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões[3]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas de Registro na CVM[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas da B3[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[4][7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(3) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(4) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(5) As taxas da B3, inclusive de distribuição serão arcadas integralmente pela Companhia.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia, dos consultores externos do Acionista Vendedor, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia. As despesas com os consultores legais locais do Acionista Vendedor também serão pagas pela Companhia.

Segue abaixo a descrição dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pelo Acionista Vendedore, considerando a Opção das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões[3]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas de Registro na CVM[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxas da B3[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[4][7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas[8][9]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(3) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(4) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(5) As taxas da B3, inclusive de distribuição serão arcadas integralmente pela Companhia.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia, dos consultores externos do Acionista Vendedor, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia. As despesas com os consultores legais locais do Acionista Vendedor também serão pagas pela Companhia.

Não há outra remuneração devida pela Companhia e pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e do Acionista Vendedor, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	[•]
2	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•]
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]
5	Encerramento do Período de Reserva	[•]
6	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta	[•]
7	Concessão dos registros da Oferta e da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•]
8	Início de negociação das Ações no segmento Novo Mercado da B3 Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]
9	Data de Liquidação	[•]
10	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]
11	Data limite para a liquidação das Ações Suplementares	[•]
12	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•]

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Para informações sobre (i) suspensão, cancelamento, modificação da Oferta, e/ou (ii) prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte o item "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento" na página 60 deste Prospecto Preliminar.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Regime de Distribuição

A Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação.

Os esforços de venda das Ações exclusivamente no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Capitais.

Após a disponibilização do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento dos Períodos de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (incluindo as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400, o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e observadas as disposições do item "Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 62 deste Prospecto.

Não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, no prazo de até três dias úteis contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda suficiente para subscrição/aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta*", na página 93 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, mediante uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que as Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, nos termos da Deliberação CVM 476, não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais).

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que devem ser envidados melhores esforços para atingir a dispersão acionária, conforme previsto no item 12 do Regulamento do Novo Mercado e segundo o Plano de Distribuição, o montante de, no mínimo, 10%, e, no máximo, 20% da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (b), (c) e (e) abaixo e das seções "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva", nas páginas 60 e 65 respectivamente deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva;

(b) **o Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data do cancelamento do Pedido de Reserva pela Instituição Consorciada.

(c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data do cancelamento do Pedido de Reserva pela Instituição Consorciada;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser subscrita/adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (h) abaixo;

(e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, a cada Investidor Não Institucional de acordo com o Contrato de Colocação, e desde que efetuado o pagamento previsto no item (e) acima o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 60 deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nas alíneas (b), (c), (e) acima e da seção "Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva" deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração, limitado ao número inteiro apurado;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos na Oferta Institucional, na página 59 deste Prospecto; e

(h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e a quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, observado o percentual máximo destinado à Oferta de Varejo, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide o item "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 60 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 19 e 88 respectivamente, do Prospecto Preliminar, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 357; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou de cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada instituição; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes do Prospecto Preliminar.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos do item "Oferta de Varejo" na página 56 deste Prospecto, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta, do Acionista Vendedor e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores máximos de investimento e assumindo, cada Investidor Institucional, a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional para, então, apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada aos respectivos Investidores Institucionais na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante sistema de registro na B3, preenchimento do boletim de subscrição (observada a possibilidade de dispensa de tal formalidade, a exclusivo critério dos Coordenadores da Oferta, nos termos do parágrafo 2º o artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM n.º 860, de 22 de julho de 2020) ou assinatura do contrato de compra e venda, conforme o caso, cujos modelos finais serão previamente apresentados à CVM e que informam o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, conforme o caso, no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Prazos de Distribuição e Liquidação

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até dois dias úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a disponibilização do Anúncio de Início, em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, cancelamento, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos descritos nas páginas 56 a 58 deste Prospecto.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do descritos nas páginas 56 a 58 deste Prospecto e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5° dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Assim, na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos descritos nas páginas 56 a 58 deste Prospecto, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

Informações Sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a celebração do Contrato de Colocação, o encerramento dos Períodos de Reserva, a conclusão do *Procedimento e Bookbuilding*, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A" pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a distribuição de Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares), de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade[1]	Percentual (%)	Quantidade[2]	Percentual (%)
Safra	[•]	[•]	[•]	[•]
BTG Pactual	[•]	[•]	[•]	[•]
Bank of America	[•]	[•]	[•]	[•]
Itaú BBA	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,0%**	**[•]**	**100,0%**

(1) Sem considerar as Ações Adicionais.
(2) Considerando as Ações Adicionais.

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária de os Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizarem/liquidarem as Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas pelos seus respectivos investidores, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que forem assinados o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e forem cumpridas as condições neles previstas, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM, concedidos os registros da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado; multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Colocação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das Ações da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações ordinárias, conforme o caso. As Ações darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da disponibilização do Anúncio de Início, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social. Dentre referidos direitos e benefícios assegurados aos titulares das Ações, destacam-se os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, incluindo, observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 10% (dez por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionistas controladores (*tag along*);

(g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída voluntária do Novo Mercado. A saída do Novo Mercado poderá ocorrer, independentemente da realização da referida oferta pública de aquisição, na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral extraordinária da Companhia, nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado; e

(h) direito de retirada dos acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, considerados os termos, hipóteses e exceções previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores mobiliários” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 716.

Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição/contratos de compra e venda ou, ainda, ordens de subscrição/aquisição formalizadas no sistema de registro da B3, conforme o caso, que tenha recebido e deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos integralmente, por tal Instituição Consorciada, aos respectivos investidores, os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função de IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ser suspensa, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva, boletins de subscrição/contratos de compra e venda ou, ainda, ordens de subscrição/aquisição formalizadas no sistema de registro da B3. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva e/ou boletins de subscrição/contratos de compra e venda ou, ainda, ordens de subscrição/aquisição formalizadas no sistema de registro da B3 cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Acordos de Restrição à Venda de Ações *(Lock-Up)* [Nota: Item a ser atualizado conforme PFA.]

[A Companhia, o Acionista Vendedor e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatuária da Companhia ("Administradores") celebrarão acordos de restrição à emissão e/ou venda de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Instrumento de *Lock-Up*"), por meio dos quais obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Prospecto Definitivo ("Período de *Lock up*"), conforme seja aplicável em cada Instrumento de *Lock-up*, a não efetuar quaisquer das seguintes operações, direta ou indiretamente, conforme aplicável em cada caso, sem o prévio consentimento dos Agentes de Colocação Internacional e dos Coordenadores da Oferta: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra, empenhar, emprestar, conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra, realizar qualquer venda a descoberto (*short sale*) ou dispor de qualquer forma ou conceder quaisquer direitos (qualquer dessas ações, uma "transferência"), ou registrar ou dar causa a qualquer arquivamento relacionado a uma declaração de registro (ou equivalente) nos termos do *Securities Act* ou das leis ou regulamentos do Brasil, em todos os casos, com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia, quaisquer opções ou certificados (*warrants*) detidos na data do Prospecto Definitivo ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ou que representem o direito de receber quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou qualquer participação no capital social da Companhia, seja direta ou indiretamente (incluindo, mas não se limitando, quaisquer ações ordinárias relativas ao capital social da Companhia ou outros valores mobiliários que possam ser atribuídos, de titularidade direta ou beneficiária pela Companhia, o Acionista Vendedor e os Administradores, nos termos e de acordo com as regras e regulamentação da SEC ou do Brasil), bem como valores mobiliários que possam ser emitidos mediante o exercício de uma opção ou certificado relativo às ações ordinárias de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*"); (ii) celebrar qualquer contrato de *swap* ou qualquer outra forma de acordo por meio do qual seja transferido, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos qualquer direito econômico relacionado aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sendo tal operação, conforme prevista no item (i) acima ou neste item (ii), liquidada mediante entrega de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em moeda corrente ou sob outra forma de pagamento; (iii) no caso da Companhia, estabelecer ou aumentar uma posição equivalente de venda (*put equivalent*) ou liquidar ou diminuir uma posição equivalente de compra (*call equivalent*) de Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up, conforme os termos da Seção 16 do *Securities Act;* (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

As restrições previstas acima com relação ao Acionista Vendedor e os Administradores são expressamente acordadas para evitar que o Acionista Vendedor e os Administradores se envolvam em qualquer transação de *hedge* ou outra transação que tenha como objetivo ou que seja razoavelmente esperado que leve ou resulte na emissão de novas ações ordinárias de emissão da Companhia ou a venda ou a disposição de ações ordinárias de emissão da Companhia, mesmo que tais valores mobiliários venham a ser transferidos por alguém que não o Acionista Vendedor e os Administradores. A proibição com relação à realização de *hedge* ou outras transações pode incluir, sem limitação, qualquer venda a descoberto ou qualquer aquisição, venda ou outorga de qualquer direito (incluindo, sem limitação, qualquer opção de compra ou de venda) com relação a quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou parcela do capital social da Companhia, ou quaisquer outros valores mobiliários, ou com relação a qualquer valor mobiliário que inclua, se relacione ou venha a derivar de qualquer parte significante do valor das ações ordinárias emitidas pela Companhia.

As Ações adquiridas pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e Administradores no mercado aberto após a data de conclusão da Oferta não estarão sujeitas às restrições listadas acima. As vedações listadas acima não se aplicarão, conforme aplicável em cada Instrumento de *Lock-up*, no caso da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Administradores, nas hipóteses de transferência de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-Up* realizadas (i) como doações de boa-fé; (ii) a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *Lock-Up* e/ou de familiares imediatos do mesmo; (iii) a qualquer afiliadas conforme definidas na Rule 405 do *Securities Act*, ou (iv) com o consentimento prévio por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, respectivamente, desde que (A) qualquer transferência, disposição ou distribuição com relação aos itens (i), (ii), (iii), e (iv), o cessionário se comprometa por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *Lock-Up* e confirme que está cumprindo os termos aqui previstos desde a presente data, (B) com relação aos itens (i), (ii) e (iii), a transferência não envolva provisão para valor e (C) com relação aos itens (i), (ii) e (iii), nenhuma transferência deve resultar de um pedido de registro público ou anúncio relativo ao mesmo durante o Período de *Lock-up*. Para os fins deste item, considera-se "familiar imediato" qualquer relacionamento de sangue, matrimonial, parceria doméstica ou adoção, até o primeiro primo. Sem prejuízo do disposto acima, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Administradores poderão transferir Valores Mobiliários sujeito ao *Lock-up* em determinadas hipóteses expressamente previstas no Contrato de Distribuição.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja o fator de risco "A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up* pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia" constante da seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" na página 88 deste Prospecto Preliminar.**

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração e Custódia das Ações e das Ações da Companhia

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração e custódia das Ações e das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta", na página 62 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e no Acionista Vendedor e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos Auditores Independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e o Acionista Vendedor assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia e o Acionista Vendedor a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e/ou o Acionista Vendedor e contra a Companhia e/ou o Acionista Vendedor no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia e/ou o Acionista Vendedor forem condenados em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, na página 94 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 73 deste Prospecto.

Estabilização do Preço das Ações e Formador de Mercado

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações da Companhia na B3, por um período compreendido entre a data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, e o 30º dia, inclusive, contado de tal data, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação da CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 70 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, em relação às Ações, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003 para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Negociação das Ações na B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

A Companhia e a B3 celebrarão, até a data de disponibilização do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado, conforme disposto no artigo 5º do Regulamento do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Por meio do Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia aderirá ao segmento especial do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

As Ações serão negociadas no Novo Mercado sob o código “NISS3”, a partir do dia útil seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início.

Para informações adicionais sobre a negociação das ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta. Recomenda-se, antes da decisão de investimento nas Ações, a leitura do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, em especial a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência da companhia, e do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir da página 88 deste Prospecto.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas na seção “12.12 – outras informações relevantes” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 649 e no Regulamento do Novo Mercado.

Inadequação da Oferta

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia", a partir das páginas 88 e 19 deste Prospecto, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 357, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Pandemia do COVID-19 (novo coronavírus)

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde ("OMS") em razão da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Mais especificamente para a nossa operação, pode haver interrupção do abastecimento por parte da indústria farmacêutica, que por sua vez, poderá sofrer devido à ausência de insumos para a produção dos remédios, ou mesmo por questões de infraestrutura e logística necessárias para a produção, distribuição e comercialização destes produtos, que poderão ser afetadas. Esses fatores poderão ter um impacto adverso e material nos nossos negócios e nos resultados das nossas operações, bem como na cotação das ações de nossa emissão.

Na data deste Prospecto Preliminar, nenhuma loja permanece com suas atividades suspensas. Entretanto, não podemos garantir que as lojas que voltaram a operar não serão novamente fechadas em razão do surto do COVID-19, nem que não seremos obrigados a adotar medidas adicionais, incluindo o fechamento de outras lojas, em razão da mencionada pandemia ou que o fluxo de pessoas nos shoppings e em outros locais em que temos lojas retornará e/ou quando retornará aos patamares pré COVID-19, o que impactou e poderá continuar impactando o volume de vendas e, consequentemente, a receita e a geração de caixa da Companhia.

Mais especificamente para a nossa operação, pode haver interrupção do abastecimento por parte da indústria farmacêutica, que por sua vez, poderá sofrer devido à ausência de insumos para a produção dos remédios, ou mesmo por questões de infraestrutura e logística necessárias para a produção, distribuição e comercialização destes produtos, que poderão ser afetadas. Esses fatores poderão ter um impacto adverso e material nos nossos negócios e nos resultados das nossas operações, bem como na cotação das ações de nossa emissão.

A disseminação do COVID-19 nos levou a modificar nossas práticas de negócios (incluindo práticas de higienização de locais de trabalho dos funcionários e cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências) e podemos tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que determinamos ser do melhor interesse de nossos funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia do vírus ou, de outra forma, serão satisfatórias para atender às exigências das autoridades governamentais. Não há, também, como mensurar nesse momento os impactos desse surto nos negócios da Companhia.

Além disso, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que pode resultar em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto depois que o surto diminuir, o que pode continuar reduzindo a demanda por produtos e serviços da Companhia. Como resultado, acreditamos que a pandemia provocada pelo novo Coronavírus continuará a afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa.

A extensão do impacto que a COVID-19 terá em nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia, depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, não podem ser previstos e estão fora de nosso controle, incluindo novas informações que podem rapidamente surgir sobre a gravidade do vírus, o escopo do surto e as ações para contê-lo ou tratar seu impacto, entre outros. A pandemia do vírus COVID-19 resultou em uma volatilidade significativa no mercado financeiro e incerteza em todo o mundo. Portanto, o valor de mercado de nossas ações pode ser afetado adversamente por eventos que ocorrem dentro ou fora do Brasil.

Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19. Mesmo após a contenção do surto do COVID-19, a Companhia pode continuar a ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação do COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto do COVID-19 é altamente incerto. Para informações sobre o impacto do COVID em nossos negócios, vide item itens 4.1, 7.1, 10.1, 10.8, 10.9 e 13.16 do Formulário de Referência e o fator de risco "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*", descrito no item FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES na página 88 deste Prospecto.

As consequências adversas da atual pandemia continuam ocorrendo após a emissão de suas informações financeiras intermediárias referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e, assim, até a data deste Prospecto, não há informações adicionais disponíveis para que a administração da Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em seus negócios, além daquela apresentada nos itens 3.9 e 10.9 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 331 e daquelas apresentadas nas informações financeiras intermediárias referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Na data deste Prospecto, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando seus negócios.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar, ter acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou obter informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

COMPANHIA

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
Rua Acre, nº 205
CEP 80620-040, Curitiba - PR
At.: Sr. André Lissner
Tel.: +55 (41) 3213-8356
http://www.ri.nisseisa.com.br (neste *website* clicar em "[•]" e, então, "[•]").

COORDENADORES DA OFERTA

Coordenador Líder

Banco Safra S.A.
Avenida Paulista, nº 2.100
CEP 01310-930, São Paulo – SP
At.: Sr. João Paulo Feneberg Torres
Tel.: +55 (11) 3175-4184
https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm (neste *website*, clicar em "Ações - Farmácia e Drogaria Nissei S.A." e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo - SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website* acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Farmácia e Drogaria Nissei S.A." clicar em "Prospecto Preliminar").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo – SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br/(neste *website*, clicar em "Prospectos" e, posteriormente, clicar em "Farmácia e Drogaria Nissei").

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500,
1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
Fax: +55 (11) 3708-8107
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Farmácia e Drogaria Nissei S.A." e, posteriormente, clicar em "2020" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

O Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

www.cvm.gov.br, em tal página, no campo "Acesso Rápido", acessar "Consulta – Ofertas Públicas em Análise", em seguida, no quadro "Tipo de Oferta", linha Ações, selecionar o link com o volume na coluna "Primárias", na sequência, no quadro referente à emissora "Farmácia e Drogaria Nissei S.A." acessar o link "Prospecto".

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Farmácia e Drogaria Nissei S.A.", link no qual serão disponibilizados os Prospectos da Oferta).

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3:

Companhia

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
http:// https://www.ri.nisseisa.com.br (neste *website* clicar em "[•]" e, então, "[•]").

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Safra S.A.
https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm (neste *website*, clicar em "Ações - Farmácia e Drogaria Nissei S.A." e escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco BTG Pactual S.A.
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Farmácia e Drogaria Nissei S.A." escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
http://www.merrilllynch-brasil.com.br/ (neste *website*, clicar em "Prospectos" e, posteriormente, clicar em "Farmácia e Drogaria Nissei" e escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta)

Banco Itaú BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Farmácia e Drogaria Nissei S.A." e, posteriormente, clicar em "2020" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", e escolher o link específico de cada aviso ou comunicado da Oferta.

Comissão de Valores Mobiliários

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas", posteriormente no campo "Informações sobre Companhias", selecionar "Informações periódicas e eventuais (ITR, DFs, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercados, entre outros)". Nesta página digitar "Farmácia e Drogaria Nissei S.A." e, em seguida, clicar em "Continuar" e, na sequência, em "Farmácia e Drogaria Nissei S.A.". Ato contínuo, na opção "Período de Entrega" selecionar um período que se inicie, no máximo, na data do Anúncio de Início. Em sequência, na opção "Categoria", escolher "Documentos de Oferta de Distribuição Pública", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Farmácia e Drogaria Nissei S.A." link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que o Acionista Vendedor não possui página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2020, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores que estes baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes do Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA O PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 19 E 88 DO PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

"O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM e será registrada em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [28] de agosto de 2020.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

Banco Safra S.A.

O Grupo J. Safra, reconhecido conglomerado bancário e de private banking, possui mais de 175 anos de tradição em serviços financeiros e presença em mais de 20 países, com atividades nos EUA, Europa, Oriente Médio, Ásia, América Latina e Caribe. Entre as empresas financeiras incluídas no Grupo estão o Banco Safra S.A., Banco J. Safra S.A., o Safra National Bank of New York e o J. Safra Sarasin Holding. Em março de 2020, o Grupo J. Safra possuía, em valores agregados, gestão de recursos de terceiros no montante de R$1,3 trilhão.

O Banco Safra S.A. atua como banco múltiplo e figura como o quarto maior banco privado por total de ativos, segundo ranking Valor 1000 divulgado em 2019 (por ativos totais). Nesta mesma data, a gestão de recursos de terceiros totalizava R$249,5 bilhões e a carteira de crédito expandida somava R$110,6 bilhões.

Investment Banking: atua na originação, execução e distribuição de ofertas de ações no mercado doméstico e internacional, bem como operações de fusões e aquisições, dentre outras.

Fusões e Aquisições: atua na assessoria junto às principais empresas e fundos do Brasil, tendo conduzido operações tais como a venda da Lotten Eyes para a Amil (2016), assessoria exclusiva na venda da Alesat para Glencore (2018) e assessoria exclusiva na venda de 43 lojas do Grupo Pão de Açúcar para a gestora TRX (2020), configurando entres os líderes deste mercado no primeiro semestre de 2020.

Em Fundos de Investimento Imobiliário, o Safra atuou como Coordenador do IPO e *Follow-on* do HSI Malls FII, *follow-on* do fundo JS Real Estate Multigestão FII, IPO do fundo Vinci Offices FII e *follow-on* do Vinci Logística FII e do IPO do Blue Macaw Office Fund II FII, totalizando cerca de R$3,0 bilhões em ofertas em 2019.

Private Banking: oferece assessoria financeira e patrimonial aos seus clientes e familiares, combinando soluções personalizadas com gerenciamento de riscos, alocação especializada de ativos e confidencialidade.

Asset Management: atuante desde 1980 na gestão de recursos de terceiros através de carteiras administradas e fundos de investimento, com oferta de variedade de produtos aos diversos segmentos de clientes. Em abril de 2020, possuía aproximadamente R$94,6 bilhões de ativos sob gestão.

Sales & Trading: criada em 1967, a Safra Corretora atua nos mercados de ações, opções, índice de ações, dólar e DI, além de possuir equipe de pesquisa “Research”. Esta equipe é responsável pelo acompanhamento e produção de relatórios macroeconômicos e setoriais, incluindo a cobertura dos setores de Construção Civil, Bancos, Mineração, Siderurgia, Consumo, dentre outros.

Renda Fixa: atua na originação, execução e distribuição de financiamentos estruturados e títulos de dívidas no mercado doméstico e internacional, incluindo bonds, CCB, CRA, CRI, debêntures, FIDC, notas promissórias, dentre outros, configurando entres os líderes deste mercado.

Mercado de Capitais: em 2019, os principais destaques do Safra foram a participação na estruturação e distribuição de operações de CRI, CRA, Debêntures de Infraestrutura, Debêntures, Bonds, Letras Financeiras, Notas Promissórias, Ações e Cotas de Fundos de Investimento listados, totalizando mais de R$17,5 bilhões em operações para fundos de investimento e empresas dos mais variados setores, tais como Banco RCI, CCP, Cosern, Cyrela, EDP, Engie, Gasmig, HSI, Klabin, Log-in, Raízen, Rede D'Or, Sabesp e Vinci.

Banco BTG Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC e Dimed, assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar e Quero Quero.

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. está presente no Brasil desde 1953, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor.

Banco Itaú BBA S.A.

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts (DRs)*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Safra e as demais sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.:

- Operações de Fiança, datadas de 12 de fevereiro de 2020, no montante total de R$458.484,00 e saldo devedor de R$462.158,00 em 31 de julho de 2020, com garantia de cartões e com vencimento em 12 de março de 2021.

- Linhas de capital de giro, datadas de 04 a 09 de setembro de 2019, no montante total de R$80.000.000,00 e saldo devedor de R$76.761.513,00 em 31 de julho de 2020, sendo 21 operações sem garantias e duas com garantia de recebíveis de cartões e com vencimentos entre 29 de julho de 2026 a 03 de Agosto de 2026. A remuneração recebida pelo Safra é de CDI + 3% a 4% a.a.

- Operação de *leasing*, datada de 22 de março de 2018, no montante total de R$350.720,00 e saldo devedor de R$88.690,00 em 31 de julho de 2020, com garantia de veículos e com vencimento em 22 de março de 2021. A remuneração recebida pelo Safra é de 12% a.a.

- Operações de financiamento de veículos, datadas de 05 de novembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019, no montante total de R$416.420,00 e saldo devedor de R$342.907,00 em 31 de julho de 2020, com garantia de veículos e com vencimentos entre 05 de novembro de 2022 a 02 de dezembro de 2022. A remuneração recebida pelo Safra é de 10% a 12% a.a.

- Cartões de Crédito, datados de 16 de abril de 2001 a 17 de março de 2011, com saldo devedor de R$$24.082,00 em 31 de julho de 2020, e com vencimento em 31 de dezembro de 2043.

- Aplicação financeira em depósito poupança no valor total de R$10.663.153,41 em 21 de julho de 2020.

- Aplicação financeira em renda fixa no valor total de R$5.001.279,05 em 31 de julho de 2020.

Além do relacionamento relativo à Oferta e os descritos acima, o Safra e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento relevante adicional com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Safra e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Safra e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Safra e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Safra no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Safra e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Safra e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* pode influenciar a demanda e o preço das ações de emissão da Companhia", na página 95 deste Prospecto.**

Nos últimos 12 meses, o Safra e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Safra e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Banco Safra poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Safra entende que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Safra e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico, que possa ensejar qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Safra como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico.

Entretanto, a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realizar operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações relativas à Oferta – Custos de Distribuição", deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico ao BTG Pactual e/ou a qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, o Bank of America e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico.

Entretanto, a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico poderão, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realizar operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações relativas à Oferta – Custos de Distribuição", deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico ao Bank of America e/ou a qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Itaú BBA e as demais sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos relevantes com a Companhia e demais sociedades de seu grupo econômico:

- 1 (uma) cédula de crédito bancário (CCB), da modalidade Capital de Giro, emitida em 17 de março de 2020, no valor de principal de R$15 milhões, com vencimento dia 17 de setembro de 2020 e remunerado à taxa CDI acrescido 3,50% ao ano. A CCB conta com aval como garantia. Na data deste Prospecto, o contrato possui saldo em aberto no valor de R$15,094 milhões;

- Prestação de serviços à Companhia de cobrança, com volume médio mensal de R$2,21 milhões, contratado em 2004, com prazo de vencimento indeterminado, sem quaisquer garantias e sem taxa de juros, sendo remunerado em decorrência do pagamento pela Companhia de tarifas bancárias usuais de liquidação e baixa no valor de R$2,50 por operação; e

- Prestação de serviços à Companhia de sistema Sispag/Boletos, com volume médio mensal de R$17,5 milhões, contratado em 2004, com prazo de vencimento indeterminado, sem quaisquer garantias e sem taxa de juros, sendo remunerado em decorrência do pagamento pela Companhia de tarifas bancárias usuais de liquidação e baixa no valor de R$2,26 por operação.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento comercial relevante com o Itaú BBA e demais sociedades do seu conglomerado financeiro.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para a prestação de serviços financeiros, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, formador de mercado, crédito ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não as Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia.

Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá influenciar a demanda e os preços das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de derivativos e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações de nossa emissão" deste Prospecto.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento Entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, o Safra e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Acionista Vendedor. Entretanto, o Acionista Vendedor poderão, no futuro, contratar o Safra e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realizar operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações relativas à Oferta – Custos de Distribuição", deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor aos Safra e/ou a qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Safra como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Acionista Vendedor.

Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realizar operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações relativas à Oferta – Custos de Distribuição", deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BTG Pactual e/ou a qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bank of America

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, o Bank of America e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Acionista Vendedor.

Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realizar operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações relativas à Oferta – Custos de Distribuição", deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Bank of America e/ou a qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou outras sociedades do seu conglomerado financeiro, prestam serviços bancários para o Acionista Vendedor, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, prevista em "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionista Vendedor ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" na página 19 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo, na página 357 deste Prospecto, as informações trimestrais e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e pelos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas não conhecidos pela Companhia ou que, atualmente, a Companhia considera irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das Ações de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 357 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e no valor das ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, incluindo a cotação das ações de nossa emissão, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

As ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Controlador estão alienadas fiduciária em garantia do pagamento das Debêntures. Em caso inadimplemento das obrigações previstas na Escritura de Emissão e consequente excussão da alienação fiduciária pelo Debenturista, estará configurada a alteração do controle da Companhia, o que poderá acarretar o vencimento antecipado de determinados contratos financeiros da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, caso o Debenturista não desonere as ações de titularidade do Acionista Controlador (na qualidade de Acionista Vendedor) objeto da Oferta Secundária, a Oferta poderá ser cancelada ou modificada para redução do total de ações a ser colocado no âmbito da Oferta.

A totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelo Acionista Controlador estão alienadas fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures emitidas pela Companhia. Nos termos da escritura de emissão, em caso de um evento de liquidez (como a Oferta), a Companhia deverá realizar o resgate obrigatório das Debêntures. Caso a Companhia não utilize os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta para o resgate antecipado integral das Debêntures, o Debenturista poderá considerar a obrigação de resgate antecipado previsto na Escritura de Emissão como inadimplida, o que pode ensejar a declaração do vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures. Na hipótese de decretação do vencimento antecipado das Debêntures, o Debenturista poderá iniciar a excussão das garantias outorgadas em garantia dos valores devidos pela Companhia, incluindo a alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Controlador. Em caso de excussão da alienação fiduciária, o Debenturista consolidará a propriedade resolúvel das ações alienadas fiduciariamente e, a partir deste momento, poderá vender as ações alienadas fiduciariamente a terceiros, pelo preço, forma de pagamento e demais condições que julgar cabíveis, independentemente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial. Caso ocorra a consolidação da propriedade resolúvel das ações no Debenturista, tal fato implicará em alteração do controle da Companhia. Para mais informações sobre as Debêntures, ver itens 10.1(f), 18.5 e 18.12 do Formulário de Referência.

A Companhia é parte em contratos financeiros, contratos comerciais e contratos de locação, cujos termos podem prever vencimento antecipado ou rescisão em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia. Caso a alienação fiduciária das ações de titularidade do Acionista Controlador seja objeto de excussão e a propriedade de referidas ações seja transferida ao Debenturista e/ou a terceiros, estará configurada troca de controle da Companhia, o que pode gerar o vencimento antecipado desses contratos.

A Companhia não pode garantir que será capaz de obter com seus credores dos contratos financeiros e contrapartes de contratos comerciais, as confirmações por escrito de que renunciarão à declaração de vencimento antecipado em termos aceitáveis para a Companhia. Os contratos financeiros, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de cross-acceleration e de cross-default, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o vencimento antecipado ou no vencimento antecipado automático, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela relevante do seu caixa, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, em caso de transferência do controle da Companhia, a Companhia não pode garantir que os interesses do(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) não serão divergentes dos interesses da Companhia, de forma que decisões do(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) poderão afetar de forma relevante o nosso planejamento estratégico, as nossas decisões comerciais, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Ainda, no contexto da Oferta, o Debenturista e o Acionista Controlador, na qualidade de Acionista Vendedor, celebraram [termo de liberação da garantia] em que o Debenturista se comprometeu a liberar a alienação fiduciária das Ações da Oferta Secundária. Caso a liberação das Ações objeto da Oferta Secundária não seja efetivada até a data de fixação do Preço por Ação, a Oferta poderá ser cancelada ou, ainda, modificada para reduzir a quantidade de Ações a ser colocada no âmbito da Oferta, afetando, neste último caso, o cronograma da Oferta, bem como poderá conferir aos investidores possibilidade de desistência de suas reservas e ordens, o que poderá comprometer a conclusão da Oferta.

Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações e ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. A este respeito, vide risco "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*" na página 88 deste Prospecto.

Em 31 de março de 2020, a capitalização bursátil de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R$3,1 trilhões e a média de negociações diárias era de, aproximadamente, R$36 bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 33,9% do volume total de ações negociadas na B3 durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020, enquanto que a New York Stock Exchange, nos Estados Unidos, teve uma capitalização bursátil de aproximadamente US$16,8 trilhões em 31 de março de 2020, com média do volume diário de negociação de aproximadamente US$251 bilhões durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações. Se um mercado ativo e líquido de negociação das Ações não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. A este respeito, vide risco "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*" na página 88 deste Prospecto.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-Up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Administradores celebrarão acordos de restrição à venda de Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas ou que venham a ser emitidas pela Companhia, por meio dos quais concordarão, pelo Período Inicial de *Lock-up*, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de qualquer outra forma dispor ou outorgar quaisquer direitos, direta ou indiretamente, registrar ou pedir o registro de uma distribuição ou oferta pública nos termos do *Securities Act* ou da Legislação Brasileira, opções ou *warrants* para a compra já detidos ou que venham a ser detidos, ou quaisquer valores mobiliários passíveis de conversão ou permuta ou que representem o direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia emitidas em seu favor ou que, nos termos da legislação, tenha direito de receber ou celebrar qualquer acordo de *swap* ou outro acordo que transfira a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos da titularidade, ou *warrants* ou outros direitos de compra, de quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos a *Lock-up*, ou anunciar publicamente a intenção de executar qualquer operação especificada acima.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo Acionista Vendedor e pelos Administradores estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, incluindo operações de *total return swap*, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta, para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos” na página 98 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja demanda para subscrição/aquisição da totalidade das Ações objeto da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição/contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

Os investidores na Oferta poderão sofrer diluição imediata no valor de seus investimentos nas Ações.

Caso o Preço por Ação seja superior ao valor patrimonial por ação, assim entendido como o resultado da divisão (1) do valor consolidado no ativo da Companhia, reduzido do valor consolidado do seu passivo, pela (2) quantidade total de ações que compõe o capital social da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão integralizar/liquidar um valor que é superior ao valor patrimonial por ação, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento na Companhia.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de Ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e o Acionista Vendedor também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e/ou o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Um eventual processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, pode envolver valores elevados, o que poderá afetar negativamente a Companhia.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada por seu atual Acionista Controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de sua emissão.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, caso exercidas, e sem considerar as Ações Suplementares), o atual Acionista Controlador da Companhia serão titulares, em conjunto, de [•]% ([•] por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, o atual Acionista Controlador da Companhia, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, incluindo sobre as estratégias de desenvolvimento, gastos e plano de distribuição de dividendos, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e boletins de subscrição/contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, poderá deixar imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, veja a seção “Violações das Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva” na página 65 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta ou sociedades dos seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos contratadas com terceiros para proteção (*hedge*) ou operações de *total return swaps*, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400. Desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 331.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

Os titulares das Ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares das ações ordinárias de Emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando negativamente o valor e a liquidez de nossas ações. Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

Por fim, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

A Companhia arcará com parte significativa dos custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta.

A Companhia acará com parte significativa dos custos e das despesas da Oferta, incluindo os custos e das despesas da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos em decorrência da Oferta Primária e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de, aproximadamente, (i) R$[•], sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; (ii) R$[•], considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; (iii) R$[•], sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (iv) R$[•], considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: (i) crescimento orgânico e inorgânico e (ii) resgate integral das Debêntures e otimização da estrutura de capital, conforme abaixo definido.

Crescimento orgânico e inorgânico. A Companhia possui um plano de expansão para crescimento orgânico por meio da abertura de novas lojas entre o 3º Trimestre de 2020 e 2025 no Paraná, Santa Catarina, São Paulo e outros potenciais novos estados que a Companhia julgar fazer sentido para sua estratégia de crescimento.

A Companhia também pretende ampliar o mix de produtos de marca exclusiva e investir nas plataformas digitais com o objetivo de ampliar o faturamento por meio dos seus canais digitais. Também pretende ampliar a oferta de serviços como vacinação e manipulação.

O plano da Companhia para o crescimento inorgânico pode incluir a aquisição de redes de drogarias médias. Além disso, a Companhia poderá entrar em novos nichos de mercado como na distribuição de medicamentos de alto custo, por meio de aquisições. Na data deste Prospecto, a Companhia não havia celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para qualquer tipo de aquisição.

Resgate total das Debêntures. A Companhia pretende utilizar parte dos recursos líquidos da Oferta para o resgate total das debêntures conversíveis em ações, no valor total estimado para a 1ª série de R$[•] milhões e para a 2ª série de R$[•] milhões. As debêntures foram emitidas em 29 de outubro de 2017, no valor de principal de R$153,1 milhões, junto ao fundo privado CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica ("Debenturista"), com prazo de 48 meses (31 de outubro de 2021) para o vencimento da 1º série e 72 meses (31 de outubro de 2023) para o vencimento da 2º série, sendo esta última com direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série ("Debêntures"). O recurso foi utilizado em 2018, basicamente, para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

As Debentures são garantidas pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de atual ou futura titularidade dos intervenientes garantidores; (ii) cessão fiduciária de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos decorrentes de tais ações, direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos ao capital social da emissora de titularidade dos intervenientes garantidores; e (iii) fiança, prestada pelo Sr. Sergio Maeoka. As ações estão em processo de liberação em vista da potencial oferta secundária.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das Debêntures da 1ª série renderá juros de: (i) 14,5% a.a. (capitalizados semestralmente), nos seis primeiros meses a contar da data da integralização das debêntures (ii) 16,5% a.a. (capitalizados semestralmente), do 7º ao 12º mês a contar da data da integralização das debêntures e (iii) 18% a.a. (capitalizados semestralmente), a partir do 13º mês a contar da data da integralização das debêntures e até o pagamento integral da respectiva debênture da primeira série. A remuneração primeira série será devida em parcelas semestrais, sendo devida a primeira parcela ao final do 6º mês contado a partir da data da integralização das debêntures, e as demais devidas a cada 6 meses, observado que, a cada 6 meses, (i) 50% da remuneração primeira série será paga em dinheiro e (ii) 50% da remuneração primeira série será capitalizada e incorporada ao saldo do valor nominal unitário da totalidade das Debêntures da primeira série.

A segunda série das Debêntures é remunerada por meio de um *equity kicker* calculado sobre juros de 4,4% incidente sobre valor econômico da Companhia.

Direito de Put das Debêntures 2ª Série. Após a 48º mês a contar da Data de Emissão, o Debênturista tem o direito de venda das Debêntures da 2ª Série contra a Companhia pelo valor positivo resultante da aplicação da taxa de 8,5% sobre o EBITDA Ajustado, relativos aos 12 meses anteriores à data de solicitação, acrescido do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª série e decrescido dos valores que já tenham sido pagos a título de pagamento parcial da remuneração da Debênture da 2ª série.

Cap de Remuneração. As Debêntures da 1ª série e da 2ª série possuem, em conjunto, um limite (*cap*) de remuneração utilizando-se o método de retorno total previsto no anexo V da escritura de emissão ("Retorno Total"). Caso o valor do Retorno Total representando um retorno para o Debenturista seja superior a 22% em Dólares sobre o valor de R$150 milhões, 50% do que exceder esse percentual será devido à Emissora, podendo o Debenturista compensar o montante do Retorno Total devido à Emissora com o valor que a Emissora ainda deva pagar de acordo com os termos da escritura de emissão das Debêntures. Para mais detalhes sobre as Debêntures, ver itens 10.1(f) e 18.5 e 18.12 do Formulário de Referência.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
	(em %)	*(em R$)*
Crescimento Orgânico e Inorgânico	[•]	[•]
Resgate total das Debêntures	[•]	[•]
Otimização da estrutura de capital	[•]	[•]
Total	**100,0%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta e presumindo que não haverá exercício de opção de sobrealocação ou colocação de ações adicionais.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g., como resultado da pandemia COVID-19). Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização, exceto pela quitação obrigatória das séries 1 e 2 das Debêntures.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, a aplicação prevista na tabela acima poderá ser reduzida (sempre observando a amortização integral e obrigatória das Debêntures em detrimento das demais obrigações) e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Em virtude do pagamento prioritário das Debêntures descrito acima, a Debenturista fará a liberação da alienação fiduciária das Ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor previamente e condicionado à realização da Oferta. Dessa forma, até a data de fixação do preço por Ação da Oferta, todas as ações objeto da Oferta e de titularidade do Acionista Vendedor estarão livres e desoneradas, inclusive, para fins de colocação das Ações da Oferta Secundária.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados ao Acionista Vendedor.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento (redução) de R$[•] milhões nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 101 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos, financiamentos e debêntures consolidados (circulante e não circulante) e patrimônio líquido consolidado da Companhia em 30 de junho de 2020, indicando a: **(i)** posição real em 30 de junho de 2020; e **(ii)** posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) estimados em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Real" foram extraídas das nossas informações trimestrais consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, auditadas pelos Auditores Independentes. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 343 e 555 deste Prospecto, respectivamente, bem como com as informações trimestrais consolidadas da Companhia, referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e com as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as quais se encontram anexas a este Prospecto, a partir da páginas 155.

	Em 30 de junho de 2020	
	Real	**Ajustado Pós-Oferta[(1)(3)]**
	(em milhares de R$)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante)	[•]	[•]
Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante)	[•]	[•]
Patrimônio Líquido	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[(2)]	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R$[•] milhões, calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) e patrimônio líquido.

(3) Considera o resgate da totalidade das Debêntures em circulação com os recursos líquidos captados no âmbito da Oferta Primária, conforme descrito na seção "Destinação dos Recursos" na página 98 deste Prospecto.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[•] milhões e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$[•]. Os referidos valores patrimoniais por ação ordinária representam o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo (i) número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de junho de 2020, ou (ii) número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de junho de 2020.

Considerando: (i) a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido da Companhia seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", página 50 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2020, considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	Após a Oferta Primária
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 30 de junho de 2020	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas[2]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 30 de junho de 2020 ajustado para refletir a Oferta[2]	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores[2][3]	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores[2][4]	**[•]%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 43 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de [•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia considerando o grupamento das ações ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em [•] de [•] de 2020; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Plano de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de agosto de 2020, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. ("Plano"), que versa sobre os programas que irão disciplinar a outorga de opções de compra a colaboradores da Companhia.

De acordo com o Plano, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia os executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores, colaboradores e empregados da Companhia e de suas controladas que sejam considerados pessoas chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia, conforme vierem a ser escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia, desde que vinculados à Companhia há, pelo menos, 6 meses ("Participantes").

	Após a Oferta Primária
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[(1)]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 30 de junho de 2020 considerando a Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano de Opção	[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuída aos atuais acionistas	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir a Oferta Primária	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores da Oferta considerando a Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano de Opção	[•]
Percentual de diluição imediata para os investidores da Oferta considerando a Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano de Opções	**[•]%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é preço médio da Faixa Indicativa.

[Para mais informações sobre os Planos de Opções, veja os itens "*13.4 Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária" a "13.8 Informações Necessárias para Compreensão dos Dados Divulgados nos itens 13.5 a 13.7*" e item "*13.16 – Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes*", do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.]

Debêntures Conversíveis

No âmbito das Debêntures, a critério do debenturista, as debêntures da 1ª série e/ou a debênture da 2ª série podem ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia a partir, e inclusive, do penúltimo dia útil do 48º mês contado da data de emissão. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado da totalidade das debêntures, acrescido da remuneração de conversão, calculada conforme fórmula prevista na respectiva escritura de emissão.

As bases da conversão (i) deverão respeitar a proporção de ações ordinárias em que o capital social da Companhia estiver dividido à época da conversão; (ii) deverão respeitar a proporção em que as classes de ações ordinárias estiverem divididas à época da conversão; e (iii) serão calculadas nos termos da fórmula abaixo:

$$\textbf{Número de Ações} = \frac{\textbf{(Valor Nominal Unitário x D) + Remuneração de Conversão}}{\textbf{Valor da Ação objeto da Conversão}}$$

sendo:

Número de Ações = número total de ações em que as debêntures deverão ser convertidas, respeitando-se a proporção entre as ações ordinárias de diferentes classes, se for o caso.

Valor Nominal Unitário = Valor Nominal Unitário das debêntures integralizadas não amortizado até o dia útil imediatamente anterior à data da conversão.

D = Quantidade de debêntures não amortizadas.

Remuneração de Conversão = remuneração da primeira série devida pro rata temporis até o duia útil imediatamente anterior à data de conversão e encargos moratórios, calculado um dia útil imediatamente anteior à data de conversão.

Valor da Ação objeto da Conversão = R$121,45

As ações originadas da conversão de debêntures terão os mesmos direitos das demais ações de emissão da Companhia, incluindo, sem limitação, o direito ao recebimento integral dos dividendos do exercício social em que ocorrer a conversão. Para mais informações sobre as debêntures, ver itens 10.1(f), 18.5 e 18.12 do Formulário de Referência.

Considerando que a Companhia utilizará parte dos recursos líquidos captados na Oferta Primária para realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, não haverá qualquer evento de diluição em decorrência das Debêntures emitidas.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

A Companhia não realizou aumentos de capital nos últimos cinco exercícios sociais, nem no exercício social corrente.

Histórico de Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações de Ações

Em [•] de agosto de 2020, a Companhia aprovou o desdobramento das ações ordinárias na proporção de [•] ações ordinárias para cada ação ordinária existente.

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA PRIMÁRIA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A.
CNPJ/ME nº 79.430.682/0001-22
NIRE 41.3.0009026-2

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1. A **FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3 S.A."), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação da Diretoria.

Artigo 3. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de:

(i) Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas (CNAE 4771-7/01);

(ii) Comércio varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de fórmulas (CNAE 4771-7/02);

(iii) Comércio varejista de produtos de perfumaria e de higiene pessoal (CNAE 4772-5/00);

(iv) Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos (CNAE 4771-7/03);

(v) Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (CNAE 4729-6/99);

(vi) Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (CNAE 4751-2/01);

(vii) Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente (CNAE 4759-8/99);

(viii) Comércio varejista de jornais e revistas (CNAE 4761-0/02);

(ix) Comércio varejista de artigos de papelaria (CNAE 4761-0/03);

(x) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (CNAE 4763-6/01);

(xi) Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (CNAE 4789-0/05);

(xii) Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem (CNAE 4789-0/08);

(xiii) Comércio varejista de produtos não especificados anteriormente (CNAE 4789-0/99;

(xiv) Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência (CNAE 4729-6/02);

(xv) Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01);

(xvi) Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários (CNAE 4693-1/00);

(xvii) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01);

(xviii) Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 4646-0/01);

(xix) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (CNAE 4637-1);

(xx) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (CNAE 4930-2/02);

(xxi) Comércio de ervanário (CNAE 4771-7/03);

(xxii) Comércio de produtos dietéticos (CNAE 4729-6/99 e 4637-1/99);

(xxiii) Comércio de material de limpeza e higiene (CNAE 4649-4/08);

(xxiv) Prestação de serviços de perícia técnica relacionada à Segurança do Trabalho (CNAE 7119-7/04);

(xxv) Atividades de enfermagem (CNAE 8650-0/01);

(xxvi) Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (CNAE 8630-5/03);

(xxvii) Recebimento de contas de luz, água, telefone e boletos de cobrança em geral (CNAE 6619-3/02);

(xxviii) Depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 5211-7/99);

(xxix) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 46.46-0-02);

(xxx) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 46.49-4-08); e

(xxxi) Prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 82.11-3-00).

Parágrafo Primeiro. A filial situada à Rodovia do Contorno Norte, 305, Colombo, PR, NIRE 4190131975, CNPJ 79.430.682/0255-40, possui o seguinte objeto social:

(i) Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas (CNAE 4771-7/01);

(ii) Prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 82.11-3-00);

(iii) Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01);

(iv) Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 4646-0/01);

(v) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 46.46-0-02);

(vi) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 46.49-4-08); e

(vii) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01).

Parágrafo Segundo. A Companhia poderá explorar outros ramos de atividade afins ou complementares ao objeto expresso no Artigo 3 acima.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$21.720.362,00 (vinte e um milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e sessenta e dois reais) e está dividido em 21.720.362,00 (vinte e uma milhões, setecentas e vinte mil, trezentas e sessenta e duas) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Terceiro. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados. O custo de transferência da propriedade das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, elevando o número total de ações até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma deste Estatuto Social e de deliberação da Assembleia Geral, mediante a deliberação do Conselho de Administração, na forma do artigo 168 da Lei das S.A.

Parágrafo Primeiro. O aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado previsto neste Artigo, poderá ser realizado por meio da emissão de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá fixar as condições da emissão e subscrição, preço por ação, forma e prazo de integralização, forma de colocação

(pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo. Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado previsto neste artigo, o Conselho de Administração poderá, ainda, deliberar e aprovar: (i) a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, com base no plano aprovado pela Assembleia Geral; e (ii) aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Artigo 7. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das S.A., ou, ainda, para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das S.A.

Artigo 8. Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

Seção I – Organização

Artigo 9. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das S.A. e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A., as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência para segunda convocação, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por seu substituto, ou nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais. Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo Segundo. Salvo se de outra forma expresso na Lei das S.A., as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na Assembleia Geral, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social. Todo acionista poderá participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das S.A. e regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A., a Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação.

Parágrafo Quarto. As atas de Assembleia Geral deverão ser (i) lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas

Artigo 10. Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 11. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

Seção II - Competência

Artigo 12. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

(i) deliberar sobre a emissão de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações (inclusive debêntures) da Companhia, ressalvado o disposto no Artigo 6 acima;

(ii) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão total ou parcial envolvendo a Companhia ou a transformação de seu tipo societário;

(iii) deliberar sobre a alteração das matérias sujeitas à aprovação da Assembleia Geral, bem como das normas aplicáveis a convocação e realização da Assembleia Geral;

(iv) tomar as contas dos administradores da Companhia e/ou de suas controladas, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a liquidação e dissolução da Companhia ou qualquer de suas controladas, o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como sobre a eleição e a destituição de liquidantes e do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(vi) autorizar os administradores a confessar falência, ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial;

(vii) deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia;

(viii) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos

(ix) aprovar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(x) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

(xi) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

(xii) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;

(xiii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; e

(xiv) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor.

Parágrafo Primeiro. Para fins da alínea (x) acima:

(i) a Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(ii) caso o quórum previsto na alínea (a) acima não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e

(iii) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. A Companhia não concederá financiamentos ou garantias para os acionistas, membros de seu Conselho de Administração ou Conselho Fiscal (quando instalado) ou seus Diretores, exceto na medida em que tais financiamentos ou garantias sejam requeridos por lei ou de outra forma aprovados por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia.

Artigo 13. O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto, à legislação aplicável ou a acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede da Companhia, sob pena de responsabilidade pessoal.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇAO

Seção I – Disposições Gerais

Artigo 14. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 15. O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será unificado e de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido

entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias consecutivas, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 16. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Primeiro. Só é dispensada a convocação prévia da reunião do Conselho de Administração e da Diretoria como condição de sua validade se presentes todos os seus membros.

Parágrafo Segundo. Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão fazer-se representar e manifestar seu voto por meio de: (a) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (b) voto escrito enviado antecipadamente e (c) transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, bem como por sistema de áudio ou videoconferência ou outros meios semelhantes, desde que permitam a identificação e participação efetiva na reunião, de forma que os participantes consigam simultaneamente ouvir uns aos outros.

Artigo 17. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre os membros da administração.

Artigo 18. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 45 deste Estatuto Social.

Parágrafo Único. A posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando aplicável) sujeita-se, ainda, à assinatura de termo de adesão às Políticas da Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à B3 S.A. a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Artigo 19. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento de fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Artigo 20. Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente denominados "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia

Parágrafo Primeiro. A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o Artigo 11, parágrafo 5º, inciso II da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada

("Lei 6.385"); e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

Parágrafo Segundo. Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro. As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Seção II – Conselho de Administração

Subseção I – Composição

Artigo 21. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo3 (três) e, no máximo, 11 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo ("Conselheiros").

Parágrafo Primeiro. Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

Parágrafo Segundo. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo Terceiro. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo 2º deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Quarto. O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem (i) for empregado, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, prestador de serviços ou ocupar cargos de administração em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no parágrafo 5º deste Artigo.

Parágrafo Quinto. O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo Sexto. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas dentre os membros da

administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia ou aos seus afiliados. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros.

Artigo 22. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

Parágrafo Primeiro. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído, ao Presidente do órgão, o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo. No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pela Assembleia Geral.

Subseção II – Reuniões

Artigo 23. O Conselho de Administração reunir-se-á (i) pelo menos 6 (seis) vezes ao ano, de acordo com calendário a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, independentemente de qualquer convocação; ou (ii) extraordinariamente, sempre que necessário, mediante a respectiva convocação feita nos termos deste Estatuto.

Artigo 24. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, se ausente o primeiro, mediante notificação escrita entregue a cada membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e com indicação da data, hora, lugar e ordem do dia detalhada e apresentação dos documentos pertinentes e necessários para a deliberação sobre os assuntos a serem tratados. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente ou ao Vice-Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Parágrafo Primeiro. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo Segundo. Cada Conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

Parágrafo Terceiro. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia e somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Quarto. O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido em violação a este Estatuto, à legislação aplicável ou a acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede da Companhia.

Artigo 25. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar entre os presentes.

Parágrafo Primeiro. O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nas hipóteses de ausência temporária ou impedimento, pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente e, não havendo indicação, por escolha dos demais Conselheiros. Não poderá qualquer outro membro do Conselho de Administração, exercendo temporariamente as funções do Presidente exercer o voto de

qualidade previsto no parágrafo 1º do artigo 22. Na hipótese de vacância permanente do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o novo titular seja nomeado em Assembleia Geral, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo Segundo. No caso de ausência temporária ou impedimento de qualquer membro do Conselho de Administração, tal membro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro daquele órgão, por ele indicado por escrito, o qual, além de seu voto, proferirá o voto em nome do membro ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo Terceiro. No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado em Assembleia Geral. O Conselheiro substituto exercerá sua função até o término do mandato do substituído. Além dos casos de morte, impedimento ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do membro do Conselho de Administração que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos.

Parágrafo Quarto. Em qualquer caso, se o membro do Conselho de Administração a ser representado for Conselheiro Independente, o membro que o representar também deverá ser um Conselheiro Independente.

Parágrafo Quinto. Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 16 deste Estatuto Social deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Subseção III - Competência

Artigo 26. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger e destituir seus membros, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

(iii) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;

(iv) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

(v) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente, observado o disposto neste Estatuto Social;

(vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral;

(vii) aprovar investimentos, estabelecimento qualquer associação, consórcio, parcerias ou alianças com terceiros envolvendo a Companhia e/ou suas controladas, exceto se expressamente previsto no orçamento anual;

(viii) aprovar celebração de quaisquer acordos no âmbito de processos judiciais, arbitrais ou administrativos em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;

(ix) aprovar a prática, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de doações, inclusive no contexto de programas de assistência social da Companhia, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração, desde que não previsto no orçamento anual da Companhia;

(x) aprovar a realização de transações entre a Companhia e/ou suas controladas e quaisquer partes relacionadas em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração, e observado que eventuais membros não poderão participar da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a matéria;

(xi) aprovar concessão de empréstimos pela Companhia ou qualquer de suas controladas em favor de quaisquer terceiros, incluindo adiantamentos ou empréstimos a fornecedores, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;

(xii) propor à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(xiii) deliberar sobre a admissão à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, bem como sobre ofertas de valores mobiliários de sua emissão no Brasil ou no exterior;

(xiv) aprovar a contratação de qualquer operação de endividamento pela Companhia e/ou suas controladas em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;

(xv) aprovar o plano anual de negócios ("Plano Anual"), os orçamentos anuais preparados pela Diretoria da Companhia e/ou suas controladas ("Orçamento") e/ou qualquer alteração relevante que venha a ser feita subsequentemente. Para fins desta alínea, "relevante" significa qualquer alteração que implique variação igual ou superior a (a) 10% (dez por cento) do total das despesas previstas no Orçamento; ou (b) 10% (dez por cento) do valor total previsto para investimentos em ativos fixos não circulantes;

(xvi) aprovar orçamento da área de auditoria interna e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;

(xvii) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e/ou quaisquer de suas controladas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(xviii) aprovar a outorga ou concessão, pela Companhia ou qualquer de suas controladas de garantias, incluindo garantia real, garantia fidejussória ou aval, para garantir obrigações da Companhia ou suas controladas, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;

(xix) deliberar sobre o resgate ou aquisição, pela Companhia, de ações, ou por qualquer de suas controladas de ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou cancelamento ou alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(xx) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando a: (a) Código de Ética e Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação de Administradores; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (e) Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários ("Políticas da Companhia");

(xxi) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(xxii) autorizar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos limites autorizados no Artigo 6 deste Estatuto Social, fixando as condições da emissão e subscrição, preço por ação, forma e prazo de integralização, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xxiii) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6 deste Estatuto Social, aprovar: (i) a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, com base no plano aprovado pela Assembleia Geral; e (ii) o aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(xxiv) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior;

(xxv) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures; e

(xxvi) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações.

Artigo 27. O Conselho de Administração designará os membros dos demais Comitês que vierem a ser instituídos para seu assessoramento, com objetivos e funções definidas, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo Único. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Seção II – Diretoria

Subseção I – Composição

Artigo 28. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração ("Diretores"), sendo (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais, se eleitos, terão suas atribuições designadas pelo Conselho de Administração na reunião que os eleger. Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais, de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Subseção II – Eleição e Destituição

Artigo 29. Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 45 deste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. O Diretor-Presidente será obrigatoriamente substituído: (i) em caso de afastamento ou impedimento por período de até 30 (trinta) dias, por outro Diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias, por Diretor nomeado pelo Conselho de Administração em reunião especialmente convocada para tal fim; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância. No caso de substituição, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor-Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro. Os demais Diretores (exceto pelo Diretor-Presidente) serão obrigatoriamente substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, por outro Diretor indicado pelo Diretor-Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância. Em tais casos, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo(s) Diretor(es).

Subseção III – Reuniões

Artigo 30. A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro. Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria.

Subseção IV – Competência

Artigo 31. Compete à Diretoria, como órgão colegiado, ademais de implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração:

(i) administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

(ii) realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de credito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social;

(iii) aprovar a venda, aquisição, desinvestimento, alienação, oneração de ativos ou bens do ativo não circulante até o limite de alçada estabelecido pelo Conselho de Administração;

(iv) submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(v) preparar as demonstrações financeiras anuais e trimestrais, para submissão ao Conselho de Administração, bem como, se for o caso, demonstrações ou balancetes emitidos em menor periodicidade;

(vi) propor ao Conselho de Administração o Orçamento Plano Anual;

(vii) aprovar a abertura, encerramento e alteração do endereço de filiais, agências, lojas, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia; e

(viii) decidir sobre qualquer assunto que não seja competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Compete ao Diretor-Presidente (i) coordenar e supervisionar a atuação dos demais Diretores, dirigindo o trabalho da Companhia e determinando os procedimentos a serem seguidos (ii) definir e acompanhar as diretrizes estratégicas a serem observadas pelos demais Diretores, com visão de curto, médio e longo prazo, em consonância com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, (iii) e (v) exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Parágrafo Terceiro. Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças da Companhia, e suas controladas, que abrange análise de investimento e gestão de risco, preservando a integridade financeira; (ii)

planejar a elaboração do orçamento consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia; (iii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e controladas; (iv) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia, incluindo oportunidades de negócios; (v) manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais; (vi) manter os ativos da Companhia devidamente segurados; (vii) controlar o acervo patrimonial da Companhia; (viii) planejar e executar as atividades de pagamentos, contabilidade, tesouraria, crédito e cobrança; e (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Subseção V - Representação

Artigo 32. Observado o disposto nos parágrafos abaixo, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada por:

(i) 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Presidente; ou

(ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, ou

(iii) 1 (um) Diretor, isoladamente, para a celebração de contratos de locação de lojas, ou para a prática de atos ou celebração de contratos com valor inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais),

Parágrafo Primeiro. As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores, sendo um o Diretor Presidente, salvo quando se tratar de outorga de poderes para a prática dos atos previstos nos itens i, ii e iv do parágrafo seguinte, casos em que poderão ser assinadas por um único Diretor; (ii) especificar expressamente os poderes conferidos; e (iii) conter prazo de validade limitado a no máximo 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes para representação da Companhia em processos administrativos e judiciais, que poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo. É vedado aos Diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder financiamentos, fianças, avais ou qualquer outra espécie de garantia, ou contrair obrigações de qualquer natureza em operações estranhas aos negócios sociais. Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia, respondendo o Diretor e/ou o procurador infrator pessoalmente pelos efeitos de tais atos e pelas obrigações deles decorrentes.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 33. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas nas hipóteses previstas em lei ou pelos regulamentos da CVM.

Artigo 34. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais aplicáveis ("Conselheiros Fiscais").

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado que terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente à sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado nem livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 45 desde Estatuto Social.

Parágrafo Quarto. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada na Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no Artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S.A.

Parágrafo Quinto. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 35. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro. As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros.

Parágrafo Segundo. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Terceiro. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo Quarto. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 36. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria procederá à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes devidamente registrados na CVM escolhidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 37. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social, a Diretoria e o Conselho de Administração apresentarão à Assembleia Geral proposta

sobre a destinação do lucro líquido do exercício social, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A.

Parágrafo Único. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Artigo 38. Após realizadas as deduções contempladas no Artigo 37 acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma:

(i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social serão alocados para a reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 100% (cem por cento) do capital social não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;

(iii) a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório e destinada para a reserva de incentivos fiscais;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (vi) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A;.

(v) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 10% (dez por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A.

Parágrafo Primeiro. O dividendo previsto na alínea (vi) do caput deste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia.

Parágrafo Segundo. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Artigo 39. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo distribuídos pela Companhia previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que tem direito, sendo lhes assegurado o

pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o crédito no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 40. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

(i) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

(ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A; e

(iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo a serem distribuídos pela Companhia, se houver.

Artigo 41. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º, parágrafo 2º deste Estatuto Social.

Artigo 42. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Seção I – Alienação do Controle Acionário

Artigo 43. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPITULO VIII
DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 44. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes, se houver) obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal ou decorrente da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e

seus efeitos das disposições contidas na Lei 6.385, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 S.A. e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. A posse dos administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória, referida no *caput* deste Artigo 45.

CAPÍTULO IX
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 45. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante ou liquidantes, bem como os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 46. As disposições contidas nos Capítulos VII e VIII, bem como as demais regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social (incluindo, *inter alia*, a vedação de os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não possam ser acumulados pela mesma pessoa, constante do Artigo 14), somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

Artigo 47. O Conselho de Administração poderá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, dispensada a eleição de Conselheiros Independentes e de 1 (um) Vice-Presidente, enquanto a Companhia não obtiver o registro de companhia aberta na CVM, na qualidade de emissor de valores mobiliários “Categoria A”.

Artigo 48. Deverão ser observadas pelos acionistas, pelos administradores, pelos membros do Conselho Fiscal e pela Companhia as disposições de acordo(s) de acionistas da Companhia arquivado(s) em sua sede, sendo-lhes expressamente vedado praticar qualquer ato em desconformidade ou acatar ou registrar qualquer declaração de voto de qualquer acionista signatário ou administrador vinculado a acordo(a) d**e** acionistas arquivado(s) na sede social que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em referido(s) acordo(s) de acionistas.

Artigo 49. As disposições contidas no parágrafo único do Artigo 1, inciso (x) do Artigo 12, parágrafo único do Artigo 14, parágrafo 2º do Artigo 21, Artigo 40 e Artigo 41, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Artigo 50. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

****

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA PRIMÁRIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A.
CNPJ 79.430.682/0001-22
NIRE – 41300090262

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2020

Data, Horário e Local: No dia 24 de agosto de 2020, às 09:45 horas, na sede social da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de novembro, 123, Centro, CEP 80020-310.

Mesa: Os trabalhos foram presididos por Sergio Maeoka e secretariados por Alexandre Maeoka.

Convocação: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, quais sejam (i) Sergio Maeoka; (ii) Alexandre Maeoka; e (iii) Patrícia Maeoka Aisengart Accioly.

Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre:

(i) a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

(ii) a submissão do **(a)** pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa denominado "Novo Mercado" ("Novo Mercado"); e **(b)** pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3;

(iii) submissão à CVM do pedido de realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); e

(iv) autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

Deliberações: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

(ii) a submissão à B3 **(a)** do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e **(b)** do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado;

(iii) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Safra S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Bank Of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (em conjunto, os "Coordenadores da Oferta"), e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, sendo **(a)** nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela U.S. *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado, e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários, e **(b)** nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações

Ordinárias de Emissão da Companhia", a quantidade inicial de ações poderá, a critério dos Acionistas Vendedores e da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta; e

(iv) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata, incluindo, mas não se limitando a aprovar o Prospecto e o Offering Memorandum e a celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta, no que fiz respeito à própria Companhia, ressalvada a necessidade de aprovação, pelos respectivos acionistas, de informações sobre os mesmos que sejam incluídas nos documentos relacionados à Oferta, bem como a decisão de qualquer acionista de alienar suas ações ou não no âmbito da Oferta.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Presenças: (aa) Mesa: Sergio Maeoka – Presidente; e Alexandre Maeoka – Secretário. (aa) Acionistas Presentes: (i) Alexandre Maeoka; (ii) Sergio Maeoka; e (iii) Patricia Maeoka Aisengart Accioly. Curitiba, 24 de agosto de 2020

Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Curitiba, 24 de agosto de 2020

(Página de assinaturas da Assembleia de Acionistas da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. de 24 de agosto de 2020)

Mesa:

Sergio Maeoka
Presidente

Alexandre Maeoka
Secretário

Acionistas:

Sergio Maeoka

Alexandre Maeoka

Patricia Maeoka Aisengart Accioly

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A.
CNPJ 79.430.682/0001-22
NIRE – 41300090262

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [•] DE AGOSTO DE 2020

Data, Horário e Local: No dia [•] de agosto de 2020, às 10:30 horas, na sede social da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de novembro, 123, Centro, CEP 80020-310.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Mesa: Os trabalhos foram presididos por [Sergio Maeoka] e secretariados por [Alexandre Maeoka].

Ordem do dia: Deliberar sobre:

(i) a fixação e justificativa do preço de emissão de ações da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secunda de Ações da Companhia, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, cuja realização foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em [•] de agosto de 2020, que compreenderá a distribuição pública primária de [•] ([•]) Ações e a distribuição secundária ("Oferta");

(ii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.");

(iii) a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações a serem emitidas;

(iv) a aprovação dos direitos atribuídos as novas Ações;

(iii) a verificação da subscrição das Ações distribuídas no âmbito da Oferta e a homologação do novo capital social da Companhia; e

(iv) a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum*; e

(v) a autorização para que os diretores pratiquem todos os atos necessários para conclusão da Oferta.

Deliberações: Instalada a reunião, após a discussão das matérias da ordem do dia, os Conselheiros presentes, sem quaisquer restrições, deliberaram, por unanimidade:

(i) aprovar o preço de R$ [•] ([•]) por Ação, no âmbito da Oferta ("Preço por Ação"), o qual foi determinado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado pelos coordenadores da Oferta ("Procedimento de *Bookbuilding*"), junto a investidores institucionais, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a investidores institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão, em decorrência da Oferta, de [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R$[•] ([•]) cada ação ("Preço por Ação"), passando o capital social da Companhia de [•] ([•]) ações ordinárias, para [•] ([•]) ações ordinárias, com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia. Do Preço por Ação de R$ [•] ([•] reais): [(a) o valor de R$ [•] ([•] reais) será destinado à conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$ [•] ([•] reais) em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente será destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R$ [•] ([•] reais) destinada à reserva de capital];

(iii) a forma de integralização das Ações sujeitas à Oferta, que deverá ser feita em moeda corrente nacional, na data de liquidação da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos das cláusulas aplicáveis do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A.;

(iv) a atribuição, aos titulares das novas Ações emitidas em virtude do aumento do capital social da Companhia, dos mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das Ações previamente emitidas pela Companhia, de acordo com a Lei das S.A., o Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia, a partir da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta;

(v) a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [●] ([●]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$ [●] ([●] reais), dividido em [●] ([●]) Ações. O Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral Extraordinária a proposta para alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o novo capital social; e

(vi) aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; e

(vii) autorizar que a diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. Para tanto, a diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, tomar todas as providências e praticar todo e qualquer ato necessário à realização e conclusão da Oferta, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, inclusive o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta.

Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Presenças: (aa) Mesa: [Sergio Maeoka] – Presidente; e [Alexandre Maeoka] – Secretário. Conselheiros Presentes: (aa) [nome conselheiros]. Curitiba, [●] de agosto de 2020

Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Curitiba, [•] de agosto de 2020

Mesa:

_____	_____
Sergio Maeoka	**Alexandre Maeoka**
Presidente	Secretário

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

Farmácia e Drogaria Nissei S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua XV de novembro, 123, Centro, CEP 80020-310, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.430.682/0001-22, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41.3.0009026-2 ("Companhia"), no âmbito da oferta pública por meio de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("Ações") e de titularidade do acionista vendedor mencionado no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Acionista Vendedor" e "Prospecto Preliminar", respectivamente) a ser realizada: (i) no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob coordenação do Banco Safra S.A. ("Safra" e "Coordenador Líder"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" e "Agente Estabilizador"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), Banco Itaú BBA S.A., ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, Bank of America, "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3; e (ii) fora do Brasil (inclusive nos Estados Unidos da América) através de colocação privada ("Oferta"), declara, de acordo com o artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) a Companhia é responsável pela veracidade, consistência, precisão, suficiência e pertinência das informações prestadas por ocasião do registro e divulgadas publicamente ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações divulgadas publicamente ao mercado (através do, inter alia, Prospecto Preliminar e prospecto definitivo), são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor por ocasião do registro da Oferta, no prospecto preliminar, incluindo seus respectivos anexos, contém, na presente data, e o prospecto definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes consideradas necessárias para suficientemente informar os investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações que possam ser relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar foi, e o prospecto definitivo será, elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(v) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o prospecto definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

_____

André Lissner

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

_____

Alexandre Maeoka

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

Sergio Maeoka, brasileiro, natural de Santa Isabel do Ivaí – PR, maior, data de nascimento 07/06/1960, empreendedor, casado sob o regime de separação total de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.979.673-6 expedida pela SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 358.417.029-04, com endereço comercial na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua XV de novembro, 123, Centro, CEP 80020-310 ("Acionista Vendedor"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública por meio de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **Farmácia e Drogaria Nissei S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua XV de novembro, 123, Centro, CEP 80020-310, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.430.682/0001-22, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41.3.0009026-2 ("Companhia") todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade do Acionista Vendedor, conforme mencionado no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. a ser realizada: (i) no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") , com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob coordenação do Banco Safra S.A. ("Safra" e "Coordenador Líder"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" e "Agente Estabilizador"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), Banco Itaú BBA S.A., ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, Bank of America, "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3; e

(ii) fora do Brasil (inclusive nos Estados Unidos da América) através de colocação privada ("Oferta"), declara, de acordo com o artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) O Acionista Vendedor é responsável pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, suficiência e pertinência das informações prestadas por ocasião do registro e divulgadas publicamente ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações divulgadas publicamente ao mercado (através do, inter alia, Prospecto Preliminar e prospecto definitivo), são e serão, conforme é de conhecimento do Acionista Vendedor, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor por ocasião do registro da Oferta, no prospecto preliminar e no prospecto definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, na presente data, e o prospecto definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes consideradas necessárias para suficientemente informar os investidores acerca da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades e dos riscos inerentes às tais atividades, sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações que possam razoavelmente ser relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o prospecto definitivo será, elaborado de acordo com as leis e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(vi) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o prospecto definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

_____

Sergio Maeoka
Acionista Vendedor

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

BANCO SAFRA S.A., instituição financeira com escritório na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, CEP 01310-930, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 58.160.789/0001-28, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocações das Ações no exterior, compreendendo (i) a distribuição primária de ações de emissão da Companhia; e (ii) a distribuição secundária de ações de emissão da Companhia e de titularidade do acionista vendedor identificado no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A.*" ("Acionista Vendedor", "Prospecto Preliminar" e Oferta", respectivamente), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob sua coordenação e do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America") e Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com BTG, Bank of America e o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta") declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 13 de julho de 2020 ("Auditoria"), a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Farmácia e Drogaria Nissei S.A.*" ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e, nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles, a emissão de carta-conforto para os Coordenadores da Oferta;

(iv) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram aos Coordenadores da Oferta e seus assessores legais os documentos que consideraram relevantes e necessários para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item "(iv)" acima, foram solicitados pelos assessores legais, em nome dos Coordenadores da Oferta, à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado;

(vi) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos, bem como prestaram todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar (incluindo seus anexos e informações a serem prestadas e divulgadas) e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo (incluindo seus anexos e informações a serem prestadas e divulgadas), diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

I. tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar (incluindo seus anexos) e as informações a serem prestadas no Prospecto Definitivo (incluindo seus anexos), serão, nas datas de suas respectivas divulgações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

II. o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes a sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

III. o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, [●] de [●] de 2020

BANCO SAFRA S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2020

KPDS 636046

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações do resultado **8**

Demonstrações do resultado abrangente **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa **11**

Demonstrações do valor adicionado **12**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **13**

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas

Aos acionistas da
Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. ("Companhia") que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados, em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações para os períodos de três e seis meses e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo das debêntures

Veja Nota 4, 25 e 37 das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia, em 29 de outubro de 2017, emitiu debêntures conversíveis em ações. A operação está dividida em duas séries, a primeira série subsequentemente mensurada pelo custo amortizado e a segunda pelo valor justo, essa última no montante de R$ 48.582 mil em 30 de junho de 2020. A mensuração do valor justo envolve um modelo de avaliação e estimativas. A estimativa sobre o método de cálculo e sobre a mensuração deste valor envolve projeções e premissas. Considerando o elevado grau de julgamento relacionado à determinação dessas projeções e premissas, como da taxas de crescimento anual da receita, da previsão da margem EBITDA e da taxa de desconto ajustada ao risco, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos critérios adotados pela Companhia para determinação das premissas para estimar a taxa de crescimento anual da receita, a margem EBITDA e a taxa de desconto ajustada ao risco utilizadas no modelo de valor justo da Companhia. - Revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar potencial inconsistência ou viés da administração no desenvolvimento futuro das estimativas. - Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são suficientes e apropriadas em relação aos requerimentos das normas vigentes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo das debêntures, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Período anterior não auditado

Não examinamos as demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2019, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado individual e consolidada (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, apresentada como informação suplementar. Essas demonstrações, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do período corrente, foram anteriormente revisadas por nós, sendo emitida conclusão sem ressalva em 30 de agosto de 2019.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/019	30/06/2020 *	31/12/2019
Ativo	**Notas**				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**8**	42.070	80.402	42.070	80.426
Aplicações financeiras	**9**	43.878	10.001	43.878	10.001
Contas a receber de clientes	**10**	84.483	84.843	84.483	84.927
Estoques	**11**	187.215	242.473	187.215	242.473
Impostos a recuperar	**12**	70.461	12.998	70.461	12.998
Instrumentos financeiros derivativos	**14**	10.846	-	10.846	-
Outros ativos	**15**	24.216	39.404	24.216	41.299
		463.169	470.121	463.169	472.124
Não circulante					
Outros investimentos	**16**	-	12.454	-	12.454
Direitos sobre precatórios	**13**	55.931	50.160	55.931	50.160
Impostos a recuperar	**12**	44.617	7.324	44.617	7.324
Ativo fiscal diferido	**36**	29.496	14.383	29.496	14.383
Depósitos judiciais	**30**	5.359	5.054	5.359	5.054
Outros ativos	**15**	107.856	21.515	107.856	33.833
		243.259	110.890	243.259	123.208
Investimentos	**18**	-	107.261	-	-
Ativo biológico	**19**	-	-	-	40.023
Imobilizado	**20**	235.842	230.457	235.842	308.962
Intangível	**21**	18.648	22.156	18.648	22.162
		254.490	359.874	254.490	371.147
Total ativo		**960.918**	**940.885**	**960.918**	**966.479**

		Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/019	30/06/2020 *	31/12/2019
Passivo	**Notas**				
Circulante					
Fornecedores	**22**	191.876	254.535	191.876	254.658
Arrendamento financeiro a pagar	**23**	41.725	41.580	41.725	41.580
Empréstimos e financiamentos	**24**	55.366	46.917	55.366	47.263
Debêntures	**25**	241.331	88.806	241.331	88.806
Obrigações sociais e trabalhistas	**26**	59.383	39.624	59.383	39.698
Obrigações fiscais e tributárias	**27**	32.595	6.691	32.595	6.764
Parcelamento de tributos	**28**	4.175	3.182	4.175	3.353
Outros débitos	**29**	12.830	3.984	12.830	6.347
		639.281	485.319	639.281	488.469
Não circulante					
Arrendamento financeiro a pagar	**23**	110.970	101.630	110.970	101.630
Empréstimos e financiamentos	**24**	146.771	145.469	146.771	145.773
Debêntures	**25**	-	100.906	-	100.906
Parcelamento de tributos	**28**	26.991	27.615	26.991	27.767
Provisão para contingências	**30**	9.880	7.862	9.880	7.862
Outros débitos		-	1.674	-	-
Impostos diferidos	**36**	-	-	-	23.618
		294.612	385.156	294.612	407.556
Patrimônio líquido					
Capital social	**31**	21.720	21.720	21.720	21.720
Reservas de lucros	**31**	5.305	3.510	5.305	3.510
Ajuste de avaliação patrimonial	**31**	-	45.180	-	45.180
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		27.025	70.410	27.025	70.410
Participação de não controladores		-	-	-	44
		27.025	70.410	27.025	70.454
Total passivo e patrimônio líquido		**960.918**	**940.885**	**960.918**	**966.479**

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	Semestre				Trimestre			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	**30/06/2019** (não auditado)	**30/06/2020 ***	**30/06/2019** (não auditado)	**30/06/2020**	**30/06/2019** (não auditado)	**30/06/2020 ***	**30/06/2019** (não auditado)
Receita operacional líquida	**32**	758.575	710.211	758.809	711.632	356.461	360.971	356.511	361.306
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**33**	(501.095)	(476.971)	(501.553)	(476.971)	(228.139)	(238.687)	(228.139)	(238.688)
Lucro bruto		257.480	233.240	257.256	234.661	128.322	122.284	128.372	122.618
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas	**33**	(35.652)	(22.691)	(36.083)	(22.966)	(18.310)	(7.758)	(18.443)	(8.048)
Despesas comerciais	**33**	(202.540)	(189.381)	(202.540)	(189.381)	(100.435)	(99.747)	(100.435)	(99.836)
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	**33**	(414)	(434)	(414)	(434)	(205)	(198)	(205)	(198)
Outras receitas operacionais, líquidas	**34**	56.821	482	53.525	482	56.585	89	53.289	89
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência e tributo sobre o lucro		75.695	21.216	71.744	22.362	65.957	14.670	62.578	14.625
Receitas financeiras	**35**	16.748	456	16.907	464	8.244	123	8.402	123
Despesas financeiras	**35**	(100.324)	(45.913)	(100.369)	(45.927)	(66.911)	(24.054)	(66.936)	(24.066)
Despesas financeiras, líquidas		**(83.576)**	**(45.457)**	**(83.462)**	**(45.463)**	**(58.667)**	**(23.931)**	**(58.534)**	**(23.943)**
Resultado da equivalência patrimonial	**18**	(3.907)	943	-	-	(3.276)	(89)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(11.788)**	**(23.298)**	**(11.718)**	**(23.101)**	**4.014**	**(9.350)**	**4.044**	**(9.318)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**36**	(17.140)	-	(17.261)	(246)	(17.140)	-	(17.196)	(81)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**36**	15.114	7.223	15.164	7.273	10.679	4.076	10.704	4.126
		(2.026)	**7.223**	**(2.097)**	**7.027**	**(6.461)**	**4.076**	**(6.492)**	**4.045**
Prejuízo do período		**(13.814)**	**(16.075)**	**(13.815)**	**(16.074)**	**(2.447)**	**(5.274)**	**(2.448)**	**(5.273)**
Prejuízo atribuível a (em reais):		(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)	(2.447)	(5.274)	(2.448)	(5.273)
Controladores		(13.809)	(16.069)	(13.810)	(16.068)	(2.446)	(5.272)	(2.447)	(5.271)
Não controladores		(5)	(6)	(5)	(6)	(1)	(2)	(1)	(2)
Resultado por ação (básico e diluído):		(0,64)	(0,74)			(0,11)	(0,24)		

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**30/06/2019** (não auditado)	**30/06/2020 ***	**30/06/2019** (não auditado)	**30/06/2020**	**30/06/2019** (não auditado)	**30/06/2020 ***	**30/06/2019** (não auditado)
Prejuízo do período	(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)	(2.447)	(5.274)	(2.448)	(5.273)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	**(13.814)**	**(16.075)**	**(13.815)**	**(16.074)**	**(2.447)**	**(5.274)**	**(2.448)**	**(5.273)**

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Atibuivel aos acionistas controladores							
		Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**21.720**	**2.449**	**15.259**	**45.374**	**-**	**84.802**	**41**	**84.843**
Prejuízo do período	-	-	-	-	(16.075)	(16.075)	1	(16.074)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	-	148	(148)	-	-	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(48)	-	-	(48)	-	(48)
Saldos em 30 de junho de 2019 (não auditado)	**21.720**	**2.449**	**15.359**	**45.226**	**(16.075)**	**68.679**	**42**	**68.721**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**21.720**	**2.449**	**1.061**	**45.180**	**-**	**70.410**	**-**	**70.410**
Prejuízo do período	-	-	-	-	(13.814)	(13.814)	(1)	(13.815)
Realização da reserva de avaliação patrimonial (nota 18)	-	-	45.180	(45.180)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros (nota 29)	-	-	(9.272)	-	-	(9.272)	-	(9.272)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-		(13.814)	-	13.814	-	-	-
Resultado da venda de investimentos ao acionista (nota 18)	-	-	(20.299)	-	-	(20.299)	-	(20.299)
								-
Saldos em 30 de junho de 2020	**21.720**	**2.449**	**2.856**	**-**	**-**	**27.025**	**-**	**27.024**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Semestre 01/01/2020 a 30/06/2020			
		Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019 (não auditado)	30/06/2020 *	30/06/2019 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	**Notas**				
Prejuízo do período		(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)
Ajustes por:					
Ganho na alienação de outros investimentos	**17b**	(2.754)	719	(2.754)	719
Resultado da baixas de ativo imobilizado	**21**	711	235	711	235
Resultado da baixas do ativo intangível		1.098	-	1.098	-
Resultado da variação do valor justo do ativo biológico		-	-	3.389	-
Depreciação e amortização (imobilizado e intangível)	**20 e 21**	38.671	34.156	39.242	34.156
Equivalência patrimonial	**18**	3.907	(943)	-	-
Provisão para recebimento de créditos		(414)	(434)	(414)	(434)
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques		(3.357)	(1.352)	(3.357)	(1.352)
Perda de créditos na baixa de ativos (Maeoka)	**17a**	6.285	-	6.285	-
Provisão para contingências		2.018	(562)	2.018	(798)
Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures		1.632	1.615	1.632	1.615
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e arrendamentos)		74.352	23.273	74.389	23.355
Atualização de valores de precatórios		(1.981)	-	(1.981)	-
ICMS-ST não definitivo - extemporâneo	**12a**	(68.090)	-	(68.090)	-
ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - extemporâneo	**12c**	(9.326)	-	(9.326)	-
Rendimento de aplicação financeira	**35**	(896)	(3)	(896)	(3)
Instrumentos financeiros derivativos	**35**	(10.846)	-	(10.846)	-
Variação cambial	**35**	11.905	-	11.905	-
Imposto de renda e contribuição social	**36**	2.026	-	2.097	-
Pagamento de juros - debêntures	**25**	(8.228)	(7.522)	(8.228)	(7.276)
Pagamento de arrendamento - juros	**23**	(8.482)	-	(8.482)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	**24**	(7.561)	(6.690)	(7.598)	(6.699)
(Aumento)/redução dos ativos:					
Contas a receber de clientes		774	(5.395)	858	(4.831)
Impostos a recuperar		(17.340)	(9.739)	(17.340)	(9.739)
Estoques		67.791	27.880	67.791	27.880
Depósitos judiciais		(305)	(236)	(305)	-
Outros investimentos		-	(450)	-	(450)
Outros ativos		19.111	(3.006)	19.111	(3.201)
Aumento / (redução) dos passivos:					
Fornecedores		(71.835)	(20.097)	(71.844)	(20.270)
Obrigações sociais e trabalhistas		19.759	6.904	19.685	6.939
Obrigações fiscais e tributárias		8.764	550	8.764	471
Parcelamentos de tributos		369	(656)	46	(736)
Outros débitos		(4.175)	300	(3.059)	399
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**29.769**	**22.472**	**30.686**	**23.906**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aplicações financeiras	**24**	(32.981)	-	(32.981)	-
Aquisições de imobilizado	**24**	(10.671)	(8.960)	(11.081)	(9.759)
Aquisições de intangível	**24**	(835)	(1.364)	(835)	(1.364)
Aplicações no ativo biológico	**23**	-	-	(602)	(751)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(44.487)**	**(10.324)**	**(45.499)**	**(11.874)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos		33.207	20.141	33.456	20.141
Pagamento de empréstimos - principal		(35.237)	(33.992)	(35.415)	(34.014)
Novos custos da transação		(170)	-	(170)	-
Pagamento de arrendamento		(21.414)	(18.459)	(21.414)	(18.459)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(23.614)**	**(32.310)**	**(23.543)**	**(32.332)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(38.332)**	**(20.162)**	**(38.356)**	**(20.300)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**8**	80.402	29.607	80.426	29.974
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**8**	42.070	9.445	42.070	9.674
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(38.332)**	**(20.162)**	**(38.356)**	**(20.300)**

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Semestre			
	Controladora		Consolidado*	
	30/06/2020	**30/06/2019** (não auditado)	**30/06/2020**	**30/06/2019** (não auditado)
Receitas (1)	**788.609**	**732.431**	**786.440**	**733.331**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	788.609	732.431	789.830	733.331
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(3.390)	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	**563.981**	**529.773**	**564.996**	**529.729**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	501.095	474.373	501.552	474.373
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	62.886	55.400	63.444	55.356
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	**224.628**	**202.658**	**221.444**	**203.602**
Depreciação e amortização (4)	37.790	33.637	38.363	33.637
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	**186.838**	**169.021**	**183.081**	**169.965**
Valor adicionado recebido em transferência (6)	**70.453**	**1.046**	**74.425**	**103**
Resultado da equivalência patrimonial	(3.907)	943	-	-
Ganhos tributários	60.598	-	60.598	-
Receitas financeiras	17.097	636	17.256	636
Outras	(3.335)	(533)	(3.429)	(533)
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	**257.291**	**170.067**	**257.506**	**170.068**
		-		
Distribuição do valor adicionado	**257.291**	**170.067**	**257.506**	**170.068**
Pessoal	**119.201**	**108.001**	**119.220**	**108.001**
Remuneração direta	103.883	93.337	103.883	93.337
Benefícios	9.760	9.391	9.768	9.391
FGTS	5.558	5.273	5.569	5.273
Impostos, taxas e contribuições	**51.558**	**32.201**	**51.714**	**32.201**
Federais	36.801	24.953	36.957	24.953
Estaduais	14.441	7.025	14.441	7.025
Municipais	316	223	316	223
Remuneração de capital de terceiros	**100.346**	**45.940**	**100.387**	**45.940**
Juros	86.757	43.896	86.798	43.896
Outras financeiras	13.589	2.044	13.589	2.044
Remuneração de capital próprios	**(13.814)**	**(16.075)**	**(13.815)**	**(16.074)**
Prejuízo do período	(13.814)	(16.075)	(13.815)	(16.074)

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua XV de Novembro, 123, em Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral. A Companhia realiza suas vendas de mercadorias e serviços por meio de 301 lojas, sendo 266 lojas no Paraná, 20 em São Paulo e 15 em Santa Catarina.

A Companhia arrenda o centro de distribuição, localizado na cidade de Colombo - PR, de onde distribui seu estoque .

As lojas da rede também recebem abastecimento direto de grandes distribuidores para medicamentos e conveniência.

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1º série e 72 meses para o vencimento da 2º série (vide notas explicativas 25). O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R$ 176.112. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes deve-se a da reclassificação do saldo a pagar das debêntures para o curto prazo em 30 de junho de 2020. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração. Para esta estimativa foi levado em conta as expectativas de reestruturação organizacional prevista para 2020, em não se realizando tal reestruturação, valor parcial ou integral destas debêntures, as quais possuem prazo de vencimento final em 29 de outubro de 2021 será reclassificado para longo prazo.

Adicionalmente, os prejuízos apresentados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, refletem substancialmente o custo da dívida dos recursos financeiros obtidos para dar viabilizar o projeto de expansão da Companhia e a consequente depreciação relacionada.

Venda de investimento

A Nissei Administradora de Bens Ltda. tem como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da

madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) que detinha na então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Desta forma deixou de participar na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. A venda da participação societária tem por objetivo o foco exclusivo da Companhia no mercado farmacêutico, considerando as oportunidades potenciais de crescimento de vendas e serviços. Vide informações referentes à base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2020 na nota explicativa 6a.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Até a presente data os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram relevantes e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado nos meses de Abril e Maio, as ações de redução de custos tomadas pela empresa garantiram a recuperaçào dos resultados perdidos nestes dois meses em função desta perda de faturamento. A partir de Junho a empresa voltou a ter o faturamento em linha com o orçamento original.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP n°03/2020, diante do cenário atual que o país atravessa por conta da COVID-19, mesmo considerando os baixos impactos observados, a Companhia avaliou potencias perdas na realização dos ativos, como por exemplo as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um amento significativo no risco de crédito.

A Companhia adotou como premissa para avaliação dos impactos na perda esperada de crédito os saldos de contas a receber em 30 de junho de 2020, conforme demonstrado na nota explicativa 10, a qual demonstra que osaldo a receber está substancialmente concentrado com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra). A Administação não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento signigficativo no risco de crédito em relação a realização destes momentos que justificassem qualquer impacto na provisão.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo em 30 de junho de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.
A Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 em 26 de agosto de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 23 – prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de junho de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 25 – valorização das debêntures (valorização conforme projeções de resultados financeiros futuros);

Notas explicativas 30 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 36 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC e IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 18 - ativo biológico (determinação do valor justo da valorização do ativo);

Nota explicativa 25- debêntures (determinação do valor justo da segunda série de debêntures). Os valores do contrato de debêntures consistem em duas séries, sendo a primeira série ao valor das taxas pré-fixadas com prazo de 48 meses (custo amortizado) e a segunda série ao valor justo, nos termos do contrato e descritos na referida nota explicativa.. A segunda série de emissão de debêntures é mensurada a cada data de reporte, ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- A segunda série da debênture é mensurada pelo valor justo, enquanto a primeira séria é mensurada pelo custo amortizado; Contratos de *swap* para proteção cambial – nota 14
- Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na consolidação dos saldos comparativos está contemplado o investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda..

		Porcentagem de participação	
	Controle	**2020**	**2019**
Nissei Administradora de Bens Ltda.	Direto	-	99,96%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2020 o Grupo efetivou a venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. (veja detalhes na nota explicativa 18). Por este motivo, os saldos consolidados apresentados nestas demonstrações financeiras e identificados como demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período findo de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 consideram os efeitos da consolidação das informações da então investida, até a data de sua venda. Os saldos apresentados no balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 são exclusivamente os da próprias Companhia, tendo em vista a venda sua única subsidiária, em 30 de junho de 2020.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controladora. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Não foram eliminados nos procedimentos de consolidação os saldos e operações proporcionais à participação dos sócios não controladores, na consolidação da controlada Nissei Administradora de Bens.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita do Grupo advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas do Grupo. Entende-se portanto que trata-se de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, carta de débito e dinheiro. As vendas parceladas ocorrem através de cartão de crédito em até seis parcelas mensais.

Verbas de marketing e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento o Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em outras condições que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de venda do Grupo. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado

desses acordos comerciais a crédito como receita de serviços prestados (verbas), tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros e dividendos recebidos como fluxos de caixa de investimento, e, juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Impostos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado.

h. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Instalações - 10 anos
- Veículos em uso - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Edificações – 25 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - Conforme contrato de locação vigente.
- Direito de uso – arrendamento – conforme contrato de locação vigente (vide detalhes na nota 23)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Intangível

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

– Softwares - 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, do Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas	
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vigência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vigência do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso maior que 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

n. Arrendamentos

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo não atua como arrendador em contratos que contém um componente de arrendamento.

o. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.
As receitas do Grupo são provenientes integramente do mercado nacional e concentradas na região sul do país. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas estão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias..

As seguintes normas alteradas e interpretações não impactaram as demonstrações financeiras intermediárias do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Caixa e bancos	27.069	46.400	27.069	46.424
Aplicações financeiras	15.001	34.002	15.001	34.002
	42.070	**80.402**	**42.070**	**80.426**

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB possuem liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 100,40%, refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Em 30 de junho de 2020, as aplicações financeiras estão concentradas, no Banco Votorantim, o montante de R$ 10.000 e no Banco Itaú, o montante de R$ 5.001 (2019: Banco Votorantim R$33.002 e Banco Safra R$1.000).

9 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Em 30 de junho de 2020 as aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB estão vinculadas à operações de empréstimos junto ao Banco ABC Brasil S.A. R$ 10.142 (R$ 10.001 em 2019) e Banco Votorantim R$ 33.736, sendo a realização das aplicações no prazo de 12 meses. Os recursos aplicados estão atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% e 100,40%, respectivamente), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Cartões de crédito	75.613	77.949	75.613	77.949
Cartão próprio – convênio	7.071	6.898	7.071	6.898
Farmácia popular	3.955	2.458	3.955	2.458
Outras contas a receber	100	208	100	292
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.256)	(2.670)	(2.256)	(2.670)
	84.483	**84.843**	**84.483**	**84.927**

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
A vencer	73.577	81.074	73.577	81.158
Vencidos em até 30 dias	7.197	1.245	7.197	1.245
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.055	1.089	2.055	1.089
Vencidos entre 61 e 90 dias	247	786	247	786
Vencidos acima de 91 dias	3.663	3.319	3.663	3.319
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.256)	(2.670)	(2.256)	(2.670)
	84.483	**84.843**	**84.483**	**84.927**

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável
As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber das administradores de cartão de crédito de primeira linha (Cielo, Rede e Safra). Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênio representam contratos específicos com companhias que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos critérios seletivos para aceitação destas companhias.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 37.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Saldo inicial	(2.670)	(895)	(2.670)	(895)
Constituições	-	(2.670)	-	(2.670)
Reversões	414	895	414	895
	(2.256)	**(2.670)**	**(2.256)**	**(2.670)**

11 Estoques (Controladora e Consolidado)

	30.06.2020	**31.12.2019**
Mercadorias para revenda	186.369	240.411
Materiais de consumo	846	2.062
	187.215	**242.473**

Os estoques de mercadorias para revenda estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	30.06.2020	**31.12.2019**
Centro de distribuição	50.057	67.994
Lojas da rede	142.768	176.732
(-) Provisão de estoques (a)	(5.610)	(2.253)
	187.215	**242.473**

(a) A provisão para perda nos estoques inclui: i) as mercadorias vencidas e danificadas nos estoques do Grupo, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, totalizando R$ 2.337 (2019: R$ 2.253); e ii) provisão para perdas prováveis de inventário geral na rede de lojas no montante de R$ 3.273 (2019: R$ zero). O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

As perdas de mercadorias para revenda, materiais de consumo e as variações no saldo de estoques foram incluídos no "Custo dos Produtos Vendidos" e totalizam R$ 501.095 (R$ 474.538 em 30 de junho de 2019). Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas nos períodos e totalizaram R$ 10.288 (R$ 6.289 em 30 de junho de 2019).

A movimentação da provisão de estoques no período encontra-se apresentada a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	(2.253)	(2.664)
Constituições	(5.610)	(2.253)
Reversões	2.253	2.664
	(5.610)	**(2.253)**

12 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Tributos sobre o lucro a recuperar		
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	415	361
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	90	90
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	7	6
	512	**457**
Outros tributos a recuperar		
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (a)	99.246	14.549
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (b)	5.984	5.306
PIS – Programa de integração social (c)	1.664	-
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social (c)	7.662	-
Outros impostos a recuperar	10	10
	114.566	**19.865**
Total dos impostos a recuperar	**115.078**	**20.322**
Ativo circulante	**70.461**	**12.998**
Ativo não circulante	**44.617**	**7.324**

(a) Os créditos de ICMS no ativo circulante e não circulante, estão compostos da seguinte forma:

	30.06.2020	31.12.2019
Composição dos créditos de ICMS a recuperar (ressarcimento)		
ICMS-ST - transferências entre estabelecimentos (a.1.)	14.450	14.549
ICMS-ST - pago antecipadamente (a.2.)	16.706	-
ICMS-ST - não definitivo do período corrente (a.3.)	12.864	-
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a.3.)	55.226	-
	99.246	**14.549**

a.1. Ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias nos estabelecimentos

O montante de R$ 14.450 (R$ 14.549 em 31 de dezembro de 2019) é oriundo do ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centros de Distribuição no Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária. O respectivo montante deve ser compensado no período estimado entre 12 e 24 meses nas operações do Grupo. Os impactos no resultado foram refletidos em recuperação de custo da mercadoria vendida.

a.2. Regime Especial – atribuição da condição de substituto tributário a estabelecimento atacadista

Em 25 de maio de 2020, através da publicação em Diário Oficial o Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, concedeu o regime especial ao estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR, sendo o mesmo beneficiado e eleito sujeito passivo por substituição, para efeitos de retenção do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) relativo às operações subsequentes, nas operações de saída com as mercadorias, sendo: cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador; lâmina e aparelho de barbear; produtos alimentícios e produtos farmacêuticos. A vigência do regime especial iniciou-se em 01 de junho de 2020.

Os impactos do referido regime são incialmente: i) na prorrogação de prazo de recolhimento da substituição tributária após a entrada em vigência do regime especial, considerando que o imposto será apurado com base nas saídas do estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR e recolhido no mês posterior da emissão do documento fiscal; ii) ressarcimento dos montantes pagos antecipadamente e anteriores ao referido regime, e iii) aumento do ICMS próprio e redução do ICMS-ST referente as transferências destinadas aos estados de São Paulo e Santa Catarina, de forma a possibilitar a realização dos créditos acumulados. O Grupo antecipadamente realizou pagamento de substituição tributária (ST) nas compras dos estoques diretamente no Centro de Distribuição Colombo-PR no montante de R$ 16.707 até 31 de maio de 2020. O respectivo montante deve ser compensado no período estimado entre 12 e 36 meses nas operações do Grupo.

a.3 ICMS-ST não definitivo

O montante de R$ 12.864 em 30 de junho de 2020 é resultante do regime normal de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas e referente aos créditos tributários de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais no período corrente.

O montante de R$ 55.226 refere-se ao reconhecimento extemporâneo dos referidos créditos de ICMS-ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais do período de julho de 2017 a setembro de 2019. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Conforme recepção da matéria e regulamentação no Estado do Paraná, através do Decreto nº 3886/2020, e NPF° 002, não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF, a qual permite o levantamento e ressarcimento e/ou complemento das diferenças do ICMS-ST a partir de outubro de 2016. O respectivo montante já levantado e reconhecido deverá ser realizado no período estimado entre 12 e 36 meses nas operações do Grupo.

(b) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias, compondo o montante de R$ 5.984 (R$ 5.306 em 31 de dezembro de 2019). A Empresa está em fase de distribuição das petições por posto de fiscalização, e em observância das normas legais irá pleitear a restituição em espécie.. Dessa forma, a expectativa é de realizar o montante no prazo de 12 meses.

(c) Mandado de segurança – Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Trânsito em julgado

Em 26 de maio de 2020, o mandado de segurança impetrado pelo Grupo, transitou em julgado favoravelmente à empresa, afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O reconhecimento do direito aplica-se também às operações já realizadas. Portanto, será possível recuperar os valores pagos a título de PIS e Cofins sobre ICMS destacado nas operações pretéritas, nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento. Como o ajuizamento ocorreu em 14/03/2017, será possível recuperar os valores pagos de 14/03/2012 a 26/05/2020.

Em 30 de junho de 2020, o Grupo tem levantado os montantes abaixo:

	30.06.2020
PIS – Programa de integração social	
Período corrente	219
Reconhecimento extemporâneo – crédito	1.066
Reconhecimento extemporâneo – atualização	379
	1.664

COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	
Período corrente	1.009
Reconhecimento extemporâneo – crédito	4.910
Reconhecimento extemporâneo – atualização	1.743
	7.662

Os respectivos créditos serão compensados em até 12 meses e estão devidamente atualizados pela SELIC. Os impactos no resultado estão apresentados como ganho tributário R$ 5.976, referente ao valor do crédito principal extemporâneo, e R$ 2.122 como atualização financeira pela SELIC.

13 Direitos sobre precatórios (Controladora e Consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	30.06.2020	**31.12.2019**
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	43.398	42.925
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	7.312	5.804
Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c)	3.790	-
Outros precatórios estaduais (d)	1.431	1.431
	55.931	**50.160**
Ativo circulante	**-**	**-**
Ativo não circulante	**55.931**	**50.160**

(a) Os créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016 somam, em 30 de junho de 2020, o montante de R$ 43.398 (R$ 42.925 em 2019), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR. Para o período de seis meses findo em 2020 e em 2019, foi reconhecido no resultado a atualização do respectivo crédito no montante de R$ 473 e R$ 10.028, respectivamente.

(b) Os saldos do precatório 51.218/97, remanescentes no valor de R$ 7.312 (R$ 5.804 em 2019) são provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito. Em 30 de junho de 2020, os valores estão atualizados com critérios aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), sendo o saldo remanescente de R$ 7.312 (R$ 5.804 em 2019).A atualização teve impacto no resultado do Grupo de R$ 1.508 em 2020 (R$ 1.363 em 2019).

(c) Os saldos remanescentes do precatório nº 51.218/97 no valor de R$ 3.790, tem como credora originária CR Almeida, sendo o crédito praticamente certo nas premissas dos assessores jurídicos do Grupo, bem como nos relatórios de conciliação com a Procuradoria do Estado do Paraná. A aquisição do crédito aconteceu nos termos do Segundo Termo Aditivo ao Acordo para Dissolução Parcial da Sociedade assinado em 30 de junho de 2020 pelos representantes legais da Farmácia e Drogarias Nissei (compradora) e Comércio de Medicamentos Maeoka (vendedora), o valor de aquisição é R$ 10.154 e a quitação ocorreu com saldo a receber do conta corrente entre as partes envolvidas. Após a avaliação dos créditos do precatório, a administração da Companhia, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos e utilizando dos relatórios da Procuradoria do Estado do Paraná, entendeu que a operação de compra e valor praticamente certo de crédito do precatório, resultava na perda do valor recuperável, sendo o montante de R$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período.

(d) Os demais créditos de precatórios, que somam R$ 1.431, registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo. Tais precatórios serão realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

14 Instrumentos financeiros derivativos

As estratégicas e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas nota explicativa nº 37.

Em 30 de junho de 2020, o Grupo tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco Votorantim, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Valor do principal	Ponta ativa	Ponta passiva	Resultado
33.000	43.865	33.019	**10.846**

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 24.

15 Outros ativos

Os valores a receber estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Outros ativos – partes relacionadas				
Venda de participação societárias (a)	87.000	-	87.000	-
Venda de ativos imobilizados (b)	15.619	1.843	15.619	-
Antecipações para coligadas (c)	-	10.075	-	10.075
Mútuos a receber (d)	3.702	3.702	3.702	9.837
Hiperzoo Pet Shop	-	-	-	3.221
Antecipações de lucros	-	2.226	-	4.541
Total outros ativos – partes relacionadas	**106.321**	**17.846**	**106.321**	**27.674**
Acordos comerciais a receber	15.827	30.703	15.827	30.703
Bloqueios judiciais	-	3.094	-	3.094
Antecipações para colaboradores	2.553	3.082	2.553	3.082
Antecipações para fornecedores	2.082	2.972	2.082	2.972
Prêmios de seguros	641	854	641	854
Outros	4.648	2.368	4.648	6.753
Total outros ativos – terceiros	**25.751**	**43.073**	**25.751**	**47.458**
Total outros ativos	**132.072**	**60.919**	**132.072**	**75.132**
Ativo circulante	**24.216**	**39.404**	**24.216**	**41.299**
Ativo não circulante	**107.856**	**21.515**	**107.856**	**33.833**

(a) O montante de R$ 87.000 a receber refere-se a venda da participação societária da controlada Nissei Administradora de Bens – As informações adicionais da operação de venda consta nas notas explicativas 17 e 18.

(b) O valor de R$ 15.619 a receber refere-se a venda de ativos imobilizados do Grupo no período. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 17.

(c) Os valores em aberto com a parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka em 31 de dezembro de 2019, envolve direitos a receber da sociedade, os quais foram totalmente liquidados em 30 de junho de 2020, por meio de acordo entre as partes. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 17.

(d) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes não prevê prazo para pagamento e atualização dos saldos por taxa de juros – vide nota explicativa 17.

16 Outros investimentos (Controladora e Consolidado)

O Grupo habilitou-se para aquisição da massa falida Comércio de Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coleto, conforme processo judicial na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperações da Comarca de Curitiba - PR, ao final do processo absorveu os terrenos e imóveis da referida massa falida face aos pagamentos realizados pelo Grupo aos demais credores.
A composição dos pagamentos aos credores está demonstrada abaixo:

	30.06.2020	**31.12.2019**
Aquisição sub judice	-	4.598
Liquidações de dívidas	-	3.553
Parcelamentos federais	-	2.583
Parcelamentos estaduais	-	227
Parcelamentos municipais	-	36
Outros	-	1.457
	-	**12.454**

Os valores supracitados estão demonstrados a valores originais e compreendem pagamentos de débitos tributários, gastos com reformas em imóveis e credores privilegiados, trabalhistas e quirografários.

O processo teve trâmite final no mês de maio de 2020 e os bens da massa falida foram transferidos para o Grupo. Estes bens foram vendidos no mês de junho, conforme descrito na nota explicativa 17b, por R$15.619, sendo apurado um ganho de R$ 2.754, reconhecido na rubrica “outras receitas operacionais” dentro do resultado do período.

17 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos.

Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora		**Consolidado**	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Ativo não circulante				
Com. de medicamentos Maeoka Ltda. (a)	-	10.075	-	10.075
Nissei Administradora de Bens (b)	15.619	1.843	15.619	-
Antecipação de lucros	-	2.226	-	4.541
Hiperzoo Pet Shop (e)	-	-	-	3.221
Venda de participação societárias para sócios (c)	87.000	-	87.000	-
Mútuo de sócios (d)	3.702	3.702	3.702	9.837
Total do ativo não circulante	**106.321**	**17.846**	**106.321**	**27.674**

Passivo				
Nissei Administradora de Bens	2.075	1.674	2.075	-
Dividendos a pagar aos acionistas (f)	6.210	-	6.210	-
Total do saldo passivo	**8.285**	**1.674**	**8.285**	**-**
Passivo circulante	**8.285**	**-**	**8.285**	**-**
Passivo não circulante	**-**	**1.674**	**-**	**-**

(a) Em 30 de junho de 2020, o Grupo firmou acordo com a Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda., o que resultou, dentre outros, na liquidação do mútuo ativo de R$ 10.075 por meio do recebimento do precatório mencionado na nota explicativa 13, cujo valor foi avaliado em R$ 3.790, sendo reconhecida perda de R$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período. Não há valores adicionais decorrentes desta negociação entre as empresas.

(b) O saldo em aberto em 30 de junho de 2020 refere-se a venda de imóveis no valor de R$ 15.619, o qual será pago em conta corrente do Grupo até junho de 2022, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórias de 3% ao ano. O valor da transação gerou ganho na venda de imobilizado no montante de R$ 2.754 reconhecido no resultado do Grupo.

(c) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R$ 87.000, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo de até 24 meses. O valor da transação foi estabelecido conforme contrato estabelecido entre as partes, cujo valor poderia ter sido diferente se negociado com terceiros. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 18.

(d) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento é agosto de 2021, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórias de 3% ao ano.

(e) O montante de R$ 3.221 refere-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop. Conforme mencionado na nota (b), a Companhia vendeu sua participação (99,9641%) do investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento está classificado como longo prazo.

(f) Em 30 de junho de 2020, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R$ 9.272 em atos legais, dos quais R$ 6.210 permanecem em aberto na data base.

O Grupo possui imóveis locados da Nissei Administradora de Bens. As transações de aluguel são precificadas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

	30.06.2020	**31.12.2019**
Centro de Treinamentos Nissei	87	315
Loja Nissei - Champagnat Batel	16	64
Loja Nissei - Alto da VX 24 horas	90	353
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	28	107
Loja Nissei - Praia de Leste	36	140
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	33	122
Outros aluguéis	185	661
	475	**1.762**

Remuneração do pessoal chave da Administração
A remuneração de pessoal-chave da administração inclui a distribuição de pró-labore mensal destinado à presidência e aos diretores, totalizando em 30 de junho de 2020 o montante de R$ 886 (R$ 1.628 em 31 de dezembro de 2019).

As participações no capital social da controladora estão distribuídas, conforme segue:

Farmácia e Drogaria Nissei S.A. - O capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem de valor nominal, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

18 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos saldos

	30.06.2020	31.12.2019
Investimento em controlada	-	107.261
	-	**107.261**

Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., evidenciada na rubrica "Investimentos em controlada". Desta forma, saindo na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida.

b. Movimentação dos saldos

Abaixo movimento das transações envolvendo o respectivo investimento.

	Nissei Adm. Bens
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**107.261**
(+) Aumento de capital social	3.918
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(3.907)
(-) Realização da reserva de reavaliação por venda de quotas	(45.180)
(-) Realização do custo de aquisição e aportes de capital	(62.119)
(-) Outros ajustes	27
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**

A equivalência patrimonial dos resultados da investida até 30 de junho de 2020 no montante de R$ 3.907 foi reconhecida no resultado do Grupo.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda na integralidade das quotas (99,9641%) de participação na investida Nissei Administradora de Bens, resultando na realização do saldo da reserva de reavaliação no patrimônio líquido e custo de aquisição e demais aportes das quotas da sociedade, conforme evidenciado acima, nos montantes de R$ 45.180 e R$ 62.119, respectivamente.

Tendo em vista que a operação em questão foi realizada com o controlador final do Grupo, os efeitos da venda da participação societária foram reconhecidos em seu patrimônio líquido, conforme segue:

(+) Valor da alienação do investimento	87.000
(-) Valor do investimento na data da alienação	(107.299)
Perda registrada no patrimônio líquido	**(20.299)**

c. Detalhes da investida

	30.06.2020	**31.12.2019**
Ativo circulante	1.366	2.003
Ativo não circulante	148.337	134.369
Ativo total	**149.703**	**136.372**
Passivo circulante	2.763	3.136
Passivo não circulante	39.613	25.917
Patrimônio líquido	107.327	107.319
Total do passivo e patrimônio líquido	**149.703**	**136.372**
Demonstração do resultado:		
Receitas líquidas	1.176	3.495
(Prejuízo) lucro líquido do exercício / período	(3.908)	145
Participação (%) (a)	99,9641%	99,9641%
Equivalência patrimonial	**(3.907)**	**143**

(a) O investimento foi vendido em 30 de junho de 2020. Vide detalhes na nota 18a.

19 Ativo biológico (Consolidado)

A controlada mantém investimentos em plantações de pinus e eucaliptos, sendo os mesmos acompanhados periodicamente nos preceitos do CPC 29 / IAS 41 / CPC 46 / IAS 13, reconhecendo seus efeitos nas demonstrações contábeis do Grupo, considerando certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos biológicos correspondem à plantação de árvores, basicamente representada por eucaliptos e pinus com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos), em uma área total cultivada de 2.307 hectares no montante de R$ 40.023 em 2019. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, no grupo de outras despesas e receitas operacionais.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de

colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a. Mensuração dos valores justos

A Companhia avalia o ativo biológico por mensuração baseada em mercado, objetivando estimar o preço pelo qual uma transação de venda ou transferência não forçada do ativo deveria ocorrer, seguindo os preceitos do CPC 46 / IAS 13.

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas pela quantidade do volume comercial calculada através do Incremento Médio Anual – IMA e a previsão ou planejamento de manejo correspondente a cada região.

Abaixo segue demonstrativo do resultado dos estudos realizados por profissional qualificado na avaliação do valor justo:

	31.12.2019
Saldo de início do exercício	**36.204**
Variação por mudança no valor justo	2.512
Novos investimentos	1.307
Saldo no final do exercício	**40.023**

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Tipo	**Técnica de avaliação**	**Inputs significativos não observáveis**	**Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo**
Madeira em pé - pinus e eucaliptos com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 17 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	• Preços futuros estimados de madeira por m3 (2019: R$ 5,00 - 140,00, média ponderada de 65,00; 2020: R$ 5,00 – 140,00, média ponderada de R$ 66,00). • Custo de manutenção do plantio por hectare (2019: 120,00 - 450,00, média ponderada de R$ 263,00; 2020: 120 – 450,00, média ponderada de R$ 263,00) • Taxa de desconto ajustada ao risco (2019 - 9,5%; 2020: 9,5%)	O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se: • os preços da madeira forem superiores (inferiores); • os custos de manutenção do plantio forem menores (maiores); ou • a taxa de desconto ajustada ao risco forem menores (maiores).

20 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

	Controladora e Consolidado			Controladora			Consolidado		
	30.06.2020			31.12.2019			31.12.2019		
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Imobilizado									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	59.736	-	59.736
Edificações	-	-	-	-	-	-	21.330	(4.177)	17.153
Benfeitorias em imóvel de terceiros	71.058	(38.673)	32.385	66.687	(34.808)	31.879	66.687	(34.808)	31.879
Equipamentos de informática	25.353	(15.781)	9.572	24.103	(14.185)	9.918	24.116	(14.198)	9.918
Instalações	26.541	(12.081)	14.460	25.649	(11.118)	14.531	25.649	(11.118)	14.531
Máquinas e equipamentos	7.384	(4.862)	2.522	7.297	(4.540)	2.757	7.552	(4.733)	2.819
Móveis e utensílios	56.926	(27.080)	29.846	55.278	(24.414)	30.864	55.486	(24.570)	30.916
Veículos de uso	6.242	(4.961)	1.281	6.507	(4.910)	1.597	10.204	(7.106)	3.098
Direito de uso – arrendamento	212.333	(68.214)	144.119	181.716	(44.071)	137.645	181.716	(44.071)	137.645
Imobilizado em andamento	1.657	-	1.657	1.266	-	1.266	1.267	-	1.267
Total	**407.494**	**(171.652)**	**235.842**	**368.503**	**(138.046)**	**230.457**	**453.743**	**(144.781)**	**308.962**

b. Movimentação do ativo imobilizado (Controladora)

	Controladora										
Custo	**Terrenos**	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, Utensílios e Ferramentas**	**Equipamentos de informática**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóvel de terceiros**	**Direito de uso – arrendamento**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**	**-**	**23.751**	**7.119**	**49.732**	**21.691**	**6.902**	**59.737**	**-**	**1.397**	**170.329**
Adições	-	-	898	58	2.591	1.119	365	1.816	162.005	2.113	170.965
Baixas	-	-	(12)	-	(73)	-	(815)	(640)	-	-	(1.540)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	1.985	-	(1.985)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	**-**	**-**	**24.637**	**7.177**	**52.250**	**22.810**	**6.452**	**62.898**	**162.005**	**1.525**	**339.754**
Adições	-	-	1.018	120	3.028	1.293	314	1.037	20.259	3.142	30.211
Baixas	-	-	(6)	-	-	-	(259)	(489)	(548)	(160)	(1.462)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	3.241	-	(3.241)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**25.649**	**7.297**	**55.278**	**24.103**	**6.507**	**66.687**	**181.716**	**1.266**	**368.503**
Adições	(a) 7.467	(a) 5.398	892	103	1.654	1.242	36	1.521	(a) 35.176	5.223	58.712
Baixas	(a) (7.467)	(a) (5.398)	-	(16)	(6)	(4)	(289)	(1.982)	(4.559)	-	(19721)
Transferências	-	-	-	-	-	12	(12)	4.832	-	(4.832)	-
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**	**-**	**26.541**	**7.384**	**56.926**	**25.353**	**6.242**	**71.058**	**212.333**	**1.657**	**407.494**

	Controladora								
Depreciação acumulada	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, Utensílios e Ferramentas**	**Equipamentos de informática**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóvel de terceiros**	**Direito de uso – arrendamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**	**(9.321)**	**(3.905)**	**(19.483)**	**(11.283)**	**(4.560)**	**(26.313)**	**-**	**(74.865)**
Adições	-	(887)	(317)	(2.406)	(1.409)	(547)	(4.679)	(21.639)	(31.884)
Baixas	-	5	-	15	-	375	426	-	821
Saldo em 30 de junho de 2019	**-**	**(10.203)**	**(4.222)**	**(21.874)**	**(12.692)**	**(4.732)**	**(30.566)**	**(21.639)**	(105.928)
Adições	**-**	**(916)**	**(318)**	**(2.540)**	**(1.493)**	**(416)**	**(4.682)**	**(22.432)**	**(32.797)**
Baixas	-	1	-	-	-	238	440	-	679
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(11.118)**	**(4.540)**	**(24.414)**	**(14.185)**	**(4.910)**	**(34.808)**	**(44.071)**	**(138.046)**
Adições	(29)	(963)	(325)	(2.670)	(1.600)	(297)	(5.012)	(24.143)	(35.039)
Baixas	29	-	3	4	4	246	1.147	-	1.433
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**	**(12.081)**	**(4.862)**	**(27.080)**	**(15.781)**	**(4.961)**	**(38.673)**	**(68.214)**	**(171.652)**

(a) Estas transações não envolveram caixa.

c. Movimentação do ativo imobilizado (Consolidado)

	Consolidado										
Custo	**Terrenos**	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, Utensílios e Ferramentas**	**Equipamentos de informática**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóvel de terceiros**	**Direito de uso – arrendamento**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**62.228**	**22.618**	**23.751**	**7.340**	**49.939**	**21.704**	**9.670**	**59.737**	**-**	**1.397**	**258.384**
Adições	-	-	898	58	2.591	1.119	1.164	1.816	162.005	2.113	171.764
Baixas	-	-	(12)	-	(73)	-	(815)	(640)	-	-	(1.540)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	1.985	-	(1.985)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	**62.228**	**22.618**	**24.637**	**7.398**	**52.457**	**22.823**	**10.019**	**62.898**	**162.005**	**1.525**	**428.608**
Adições	564	49	1.018	154	3.029	1.293	648	1.037	20.259	3.143	31.194
Baixas	(3.056)	(1.337)	(6)	-	-	-	(463)	(489)	(548)	(160)	(6.059)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	3.241	-	(3.241)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**59.736**	**21.330**	**25.649**	**7.552**	**55.486**	**24.116**	**10.204**	**66.687**	**181.716**	**1.267**	**453.743**
Adições	14.236	14.638	892	129	1.654	1.242	421	1.521	35.176	5.222	75.131
Baixas	(7.467)	(5.398)	-	(16)	(6)	(4)	(695)	(1.982)	(4.559)	-	(20.127)
Transferências	-	-	-	-	-	12	(12)	4.832	-	(4.832)	-
Baixa saldos investida	(66.505)	(30.570)	-	(281)	(208)	(13)	(3.676)	-	-	-	(101.253)
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**	**-**	**26.541**	**7.384**	**56.926**	**25.353**	**6.242**	**71.058**	**212.333**	**1.657**	**407.494**

	Consolidado								
Depreciação acumulada	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, Utensílios e Ferramentas**	**Equipamentos de informática**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóvel de terceiros**	**Direito de uso – arrendamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(3.525)**	**(9.321)**	**(3.993)**	**(19.619)**	**(11.326)**	**(6.631)**	**(26.314)**	**-**	**(80.729)**
Adições	(267)	(887)	(317)	(2.425)	(1.409)	(683)	(4.679)	(21.639)	(32.306)
Baixas	-	5	-	15	-	375	426	-	821
Saldo em 30 de junho de 2019	**(3.792)**	**(10.203)**	**(4.310)**	**(22.029)**	**(12.735)**	**(6.939)**	**(30.567)**	**(21.639)**	**(112.214)**
Adições	(385)	(916)	(333)	(2.541)	(1.463)	(609)	(4.682)	(22.432)	(33.361)
Baixas	-	1	-	-	-	442	440	-	883
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(4.177)**	**(11.118)**	**(4.733)**	**(24.570)**	**(14.198)**	**(7.106)**	**(34.809)**	**(44.071)**	**(144.781)**
Adições	(367)	(963)	(334)	(2.680)	(1.600)	(512)	(5.012)	(24.143)	(35.611)
Baixas	29	-	3	4	4	652	1.147	-	1.839
Baixa saldos investida	4.515	-	202	166	13	2.005	-	-	6.901
Saldo em 30 de junho de 2020	**-**	**(12.081)**	**(4.862)**	**(27.080)**	**(15.781)**	**(4.961)**	**(38.674)**	**(68.214)**	**(171.652)**

Venda de ativo imobilizado

Em 30 de junho de 2020, a Companhia vendeu os bens adquiridos no processo de Massa Falida - Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coleto para a Nissei Administradora de Bens pelo valor de R$ 15.619, conforme nota explicativa 17, devendo os montantes serem recebidos no período de 24 meses. A transação gerou ganho de R$ 2.754 reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais no resultado do período.

Garantias

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 24.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para o período de seis meses findo em30 de junho de 2020 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

21 Intangível (Controladora e Consolidado)

Custo	**Software em uso**	**Software em desenvolvimento**	**Fundo de Comércio**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**14.324**	**-**	**10.275**	**24.599**
Adições	1.364	-	-	1.364
Baixas	-	-	(235)	(235)
Amortizações	(2.214)	-	(58)	(2.272)
Saldo em 30 de junho de 2019	**13.474**	**-**	**9.982**	**23.456**
Adições	354	-	800	1.154
Baixas	-	-	(5)	(5)
Amortizações	(2.387)	-	(62)	(2.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**11.441**	**-**	**10.715**	**22.156**
Adições	580	15	240	835
Baixas	(6)	-	(705)	(711)
Transferências	15	(15)	-	-
Amortizações	(2.386)		(1.246)	(3.632)
Saldo em 30 de junho de 2020	**9.644**	**-**	**9.004**	**18.648**

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica “Software” refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e substituição do banco de dados.

Fundo de comércio
Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 30 de junho de 2020, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliado ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

A amortização dos fundos de comércio ocorre conforme descrito nota 6 (i).

22 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Fornecedores de mercadorias	183.601	244.065	183.601	244.065
Fornecedores de bens e serviços	8.275	10.470	8.275	10.593
	191.876	**254.535**	**191.876**	**254.658**

23 Arrendamentos a pagar

O Grupo arrenda uma série de imóveis para o seu espaço de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

- O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir essa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.

- Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

- Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se utilizar as seguintes premissas:

- Contratos de lojas com contratos de prazos originais ou aditivos de renovações vigentes e que geram resultados operacionais economicamente viáveis considerou-se o prazo restante do contrato.

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.

- Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

O Grupo avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação, considerando se haverá um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou em 0,91% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo no final do prazo contratual, foram consideradas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações de planos comerciais estratégicos e intenção dos locadores na continuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo ressalta que irá acompanhar periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período findo em 30 de junho de 2020, foi a seguinte:

Movimentação	**Contrato arrendamentos**
Passivo reconhecido em 1º de janeiro de 2019	**148.382**
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Pagamentos efetivados - principal	(38.129)
Pagamentos efetivados – juros	(15.725)
Juros reconhecidos no resultado	15.918
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(1.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**143.210**

Passivo circulante	**41.580**
Passivo não circulante	**101.630**
	143.210
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	35.176
Pagamentos efetivados - principal	(21.414)
Pagamentos efetivados – juros	(8.482)
Juros reconhecidos no resultado	8.530
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(4.325)
Saldo em 30 de junho de 2020	**152.695**
Passivo circulante	41.725
Passivo não circulante	110.970
	152.695

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

	31.06.2020	31.12.2019
Menos de 1 ano	41.725	41.580
Entre 1 e 5 anos	101.209	89.480
Mais de 5 anos (Centro de distribuição)	9.761	12.150
	152.695	**143.210**

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período findo em 30 de junho de 2020, foi a seguinte:

Direito de uso de arrendamento **Ativo reconhecido em 01 de janeiro de 2019**	**148.382**
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.88
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(548)
Depreciação no período	(44.071)
Direito de uso de arrendamento **Saldo em 31 de dezembro de 2019**	**137.644**
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	35.176
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(4.559)
Depreciação no período	(24.142)
Saldo em 30 de junho de 2020	**144.119**

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n/°1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possa chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada – 0,91% a.m.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 0,3% a.m.
- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo):

	31.06.2020	31.12.2019
2020	21.234	41.580
2021	40.023	30.866
2022	36.078	30.131
2023	30.847	24.266
2024	11.705	4.127
2025 em diante	12.808	12.150
	152.695	**143.210**

24 Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**Indexador**	**30.06.2020**	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
4131 (a)					
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	44.924	40.746	44.924	40.746
Total		**44.924**	**40.746**	**44.924**	**40.746**

Moeda nacional

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**Indexador**	**30.06.2020**	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Capital de giro					
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	76.107	78.246	76.107	78.246
Banco Paulista	Pré fixada + pós fixada (CDI)	937	3.751	937	3.751
Banco do Brasil	Pré fixada + pós fixada (CDI)	1.179	7.322	1.179	7.322
Banco Santander	Pré fixada + pós fixada (CDI)	441	2.992	441	2.992
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	11.323	7.737	11.323	7.737
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	38.415	38.309	38.415	38.309
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	15.030	2.136	15.030	2.136
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	10.077	6.858	10.077	6.858
Total		**153.509**	**147.351**	**153.509**	**147.351**

Arrendamentos					
(Leasing)					
Banco Safra	Pré fixada	99	161	99	326
Banco Daycoval	Pré fixada	315	441	315	441
HP Financial	Pré fixada	2.334	2.449	2.334	2.449
Total		**2.748**	**3.051**	**2.748**	**3.216**
CDC					
Banco Safra	Pré fixada	353	415	353	688
Banco Bradesco	Pré fixada	357	520	357	732
Banco Itaú	Pré-Fixada	246	303	246	303
Total		**956**	**1.238**	**956**	**1.723**
Total de empréstimos e financiamentos		**202.137**	**192.386**	**202.137**	**193.036**
Circulante		**55.366**	**46.917**	**55.366**	**47.263**
Não circulante		**146.771**	**145.469**	**146.771**	**145.773**

Covenants financeiros

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de junho de 2020.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia.

Taxas contratadas

O Grupo trabalha na data de 30 de junho de 2020 com juros pré-fixados e juros pós-fixados.

As taxas médias de juros são:

- Pré-fixado - Juros médios de 1,09 % a.m.
- Pós fixados – Juros médios de CDI + 0,35% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bens e direitos:

- Aval dos acionistas
- Fluxo de carteira de cartão de crédito
- Aplicações financeiras (nota explicativa 9)
- Fluxo de outros recebíveis (convênios)
- Ativos do Grupo e de acionistas, sendo: i) acionistas - Fazenda de Guarapuava, incluindo o ativo biológico; imóveis comerciais e residências e ii) Companhia - Alienação fiduciária de estoques no valor de R$ 7.300.
- Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos no ano compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2018	**138.112**	**138.643**
Captações	160.552	160.912
Juros e atualizações	12.577	12.621
(-) Pagamento do principal	(105.852)	(106.097)
(-) Pagamento de juros	(13.542)	(13.582)
(-) Novos custos da transação	(1.795)	(1.795)
Amortização de custo da transação	2.334	2.334
Saldo em 31.12.2019	**192.386**	**193.036**
Captações	33.207	33.456
Juros e atualizações	18.885	18.923
(-) Pagamento do principal	(35.237)	(35.415)
(-) Pagamento de juros	(7.561)	(7.598)
(-) Novos custos da transação	(170)	(170)
Amortização de custo da transação	627	627
Exclusão pela venda da investida	-	(722)
Saldo em 30.06.2020	**202.137**	**202.137**

Cronograma de pagamento:

2020	38.996
2021	33.768
2022	36.374
2023	33.301
2024	33.191
2025	16.873
2026	9.634
Total	**202.137**

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas renegociações de empréstimos junto aos Bancos do Brasil e Safra, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo movimento:

Saldo em 31.12.2019	**2.134**
(-) Novos custos da transação	170
Amortização de custo da transação	(627)
Saldo em 30.06.2020	**1.677**

25 Debêntures (Controladora e Consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Primeira série (custo amortizado)	192.749	149.110
Segunda série (valor justo)	48.582	40.602
Total	**241.331**	**189.712**
Passivo circulante	**241.331**	**88.806**
Passivo não circulante	**-**	**100.906**
	241.331	**189.712**

A operação realizada em 29 de outubro de 2017 no montante total de R$ 153.061 é composta por emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento final em 31 de outubro de 2021 e, a segunda série deverá ser liquidada até 31 de outubro de 2023, iniciando o direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série.

A conversão das ações somente é aplicável no caso de não pagamento das debênture, sendo as ações da Companhia garantia do montante devido no vencimento final.

As premissas de remuneração do contrato caracterizam a operação como um contrato combinado de forma que no reconhecimento inicial, a primeira série R$ 192.749 em 30 de junho de 2020 (R$ 149.110 em 31 de dezembro de 2019) é registrada pelo custo amortizado, e, a segunda série R$ 48.582 em 30 de junho de 2020 (R$ 40.602 em 31 de dezembro de 2019) por valor justo.

Após o reconhecimento inicial, a primeira série é mensurada pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e, a segunda série, anualmente é mensurada pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Para classificação dos saldos do passivo circulante, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração e a reestruturação em curso e esforços para repactuar suas dívidas através de contratações de linhas de crédito com custos menores ou extensão das linhas existentes, cujos recursos serão utilizados para amortização destas debêntures..

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures série 1	Debêntures série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**131.250**	**37.041**	**168.291**
Parcela passivo circulante	**3.693**	**-**	**3.693**
Parcela passivo não circulante	**127.557**	**37.041**	**164.598**
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização de juros - série 1	330	-	330
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	3.561	3.561
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	31.034	-	31.034
(-) Pagamento de juros	(15.517)	-	(15.517)
Total das movimentações	**17.860**	**3.561**	**21.421**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**149.110**	**40.602**	**189.712**
(+) Apropriação custo da transação	1.005	-	1.005
(+) Atualização de juros - série 1	50.862	-	50.862
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	7.980	7.980
(-) Pagamento de juros	(8.228)	-	(8.228)
Total das movimentações	**43.639**	**7.980**	**51.619**
Saldo em 30 de junho de 2020	**192.749**	**48.582**	**241.331**
Parcela passivo circulante	**192.749**	**48.582**	**241.331**
Parcela passivo não circulante	**-**	**-**	**-**

(*) O pagamento de juros da primeira série é dividido em parcelas semestrais, sendo que 50% da remuneração deve ser liquidada em dinheiro, e 50% deve ser capitalizada e incorporada ao saldo do valor nominal da totalidade das debêntures, os quais deverão ser integralmente quitados na data de vencimento da primeira série.

Primeira série

Cada uma das debêntures da primeira série fará jus a juros simples pré-fixados entre 14,5% a 16,5% a.a. nos primeiros 12 meses e 18% a.a. a partir do 13º mês, capitalizados semestralmente. O prazo de vencimento é de 48 meses a partir da emissão de Debêntures (29 de outubro de 2017). Foram emitidas 153.061.000 debêntures na modalidade no valor de R$ 1.

Para o cálculo do custo amortizado, foi considerado o fluxo previsto de pagamentos baseado na melhor estimativa da Administração.

Segunda série

A segunda série das debênture é remunerada considerando:

a. Com evento de liquidez

Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo; ou,

b. Sem evento de liquidez

A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA Ajustado* acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.

*Calculado com o objetivo de avaliação dos índices de covenants.

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado do Grupo no processo de emissão de debêntures foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo detalhamento:

(a) Taxa de estruturação - Considerado a taxa de 2% do valor da operação, compreendendo o montante de R$ 3.061, sendo realizado proporcional aos 48 meses da operação. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação da taxa de estruturação	**3.061**
Apropriações	
2017	(128)
2018	(765)
2019	(765)
2020	(382)
Saldo a apropriar	**1.021**

(b) Serviços especializados para análise preliminar, remodelagem e avaliação econômica e estratégica do Grupo, bem como orientação no preparo das informações e documentos, prospecção, abordagem e negociação com financiadores interessados, remunerados a taxa de sucesso de 3% dos recursos liberados líquidos dos impostos. O valor compreende o montante de R$ 4.992. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação de serviços especializados	**4.992**
Apropriações	
2017	(208)
2018	(1.248)
2019	(1.248)
2020	(623)
Saldo a apropriar	**1.664**

Antecipações despesas

As antecipações de estruturação, ainda não apropriados integralmente no resultado do Grupo, foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista. O montante inicial reconhecido foi de R$ 1.300, sendo apropriados conforme:

Contratação de serviços especializados	**1.300**
Apropriações	
2017	(54)
2018	(325)
2019	(325)
2020	(162)
Saldo a apropriar	**434**

Covenants

Os covenants financeiros são (data-base para apuração: 30 de outubro):

(a) Obrigação de não-oneração das ações do Grupo e do fluxo de caixa de dividendos; vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R$ 30.000; e

(b) Indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido (empréstimos e parcelamentos tributários, reduzido das disponibilidades) divido pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e

(c) Distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da emissora e/ou quotistas da Nissei Administradora, valor que exceda R$ 4.000 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.

Tendo em vista aos esforços do Grupo para repactuação das dívidas através de contratação de linhas de créditos ou extensão das linhas existentes, o Grupo obteve, em 4 de dezembro de 2019 e 23 de abril de 2020, a anuência do Debenturista, com vigência até 31 de outubro de 2020 e 30 de novembro de 2020, respectivamente, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações do Grupo, no caso do não cumprimento da cláusula prevista no item (a) e (b), acima descritos.

Contudo, a anuência está condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações, de forma cumulativa:

- Quando do recebimento pelo Grupo de valores oriundos de precatórios no valor mínimo de R$ 35.000, sendo certo a utilização para amortização facultativa previstas no contrato com a debenturista.
- Autorização para utilização de bens em garantia de operações financeiras relacionadas, sendo os ativos biológicos, as fazendas de Guarapuava, Itaperuçu e Rio Branco e Condomínio Brava.
- Amortização de juros da parcela de abril de 2020 prorrogada para 27 de julho de 2020, sem prejuízo as cláusulas contratuais.
- Amortização parcial de debêntures, no valor de R$ 8.000 até 30 de novembro de 2020, sendo R$ 4.000 pagos até 31 de agosto de 2020 e valor restante em 30 de novembro de 2020.
- Pagamento de waiver fee em favor da Debenturista, no valor de R$ 450, o mesmo será adicionado aos montantes devidos por conta da operação inicial.
- Permanecer adimplente com todas as obrigações assumidas em âmbito da escritura e do contrato de alienação fiduciária.

Waiver adicional

O Grupo obteve em 25 de agosto de 2020, uma carta formalizando e consolidação as anuências e aprovações prévias já obtidas da debenturista (CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica) para a realização das operações abaixo descritas, as quais eram objeto de covenant no contrato de debêntures. As tratativas para as respectivas transações já eram previstas no contrato inicial com a debenturista e foram previamente aprovadas (até 30 de junho de 2020) pelas debenturistas. Abaixo os assuntos aprovados:

- Distribuição de dividendos a pagar para os acionistas – R$ 7.000.

- Operações de compra e venda de imóveis por meio das quais a Nissei Administradora adquiriu 3 imóveis da Companhia, pelo valor global de R$ 15.619.

- Operação de venda das quotas da Comércio de Medicamentos Maeoka na totalidade (1% do capital), juntamente com o prejuízo da operação no resultado do Grupo, bem como dispensa de aportes adicionais pelos acionistas do Grupo. Detalhes dos movimentos da operação estão na nota explicativa nº18.

- Operação de venda das quotas da Nissei Administradora de bens na integralidade (99,9641% do capital), conforme descrito na nota explicativa 18.

Garantias
A operação está garantida por:

(a) alienação fiduciária da totalidade das ações do Grupo.

(b) cessão fiduciária parcial dos dividendos distribuídos,

(c) garantia pessoal (aval) do acionista controlador.

26 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Salários a pagar	10.940	9.253	10.940	9.278
FGTS a recolher	3.680	1.323	3.680	1.326
INSS a recolher	12.213	4.297	12.213	4.306
Provisão de férias e encargos	26.057	17.340	26.057	17.340
Prêmios de produtividade e companhas	6.134	6.735	6.134	6.735
Outras obrigações trabalhistas	359	676	359	713
	59.383	**39.624**	**59.383**	**39.698**

O Grupo aderiu as medidas tributárias (Portaria nº 139/2020/ Portaria nº 150/2020), adotadas pelo Ministério da Economia no combate ao COVID-19, referente a prorrogação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias (INSS) e FGTS no que refere aos desembolsos patronais, sendo prorrogado até 30 de junho de 2020, os montantes de R$ 8.110 e R$ 2.742, respectivamente. Os montantes referem-se as competências março, abril e maio de 2020 e serão recolhidos na integralidade no segundo semestre de 2020, sem juros e multas, conforme o cronograma de datas das medidas pertinentes.

27 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
PIS e COFINS a recolher	2.931	745	2.931	754
IRPJ a recolher (a)	4.394	-	4.394	45
CSLL a recolher (a)	2.031	-	2.031	18
ST - Substituição tributária a recolher (b)	10.826	4.136	10.826	4.135
IRPJ - provisão ano corrente (a)	8.206	-	8.206	-
CSLL - provisão ano corrente (a)	2.510	-	2.510	-
Outros impostos e taxas	1.697	1.810	1.697	1.812
	32.595	**6.691**	**32.595**	**6.764**

(a) Os montantes a pagar e provisionados de IRPJ e CSLL estão detalhados na nota explicativa 36.

(b) O incremento na rubrica de ST – Substituição Tributária a recolher está diretamente vinculado com a mudança do regime tributário do Centro de Distribuição Colombo-PR, mencionado na nota explicativa 12, e aos impostos de competência de março e abril, contemplados no pedido extraordinário de dilação de prazo, protocolado junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

28 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias, estão compostos de parcelamentos de tributos realizados pela controladora, sendo que os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
REFIS				
Programa de regularização tributária – PRT	18.310	18.957	18.310	18.957
Programa especial de regularização tributária – PERT	11.583	11.840	11.583	11.840
	29.893	**30.797**	**29.893**	**30.797**
Outros				
Lei 10552/2002	-	-	-	323
Parcelamento Ordinário - Receita Estadual Paraná	1.273	-	1.273	-
	1.273	**-**	**1.273**	**323**
Total dos parcelamentos	**31.166**	**30.797**	**31.166**	**31.120**
Passivo circulante	**4.175**	**3.182**	**4.175**	**3.353**
Passivo não circulante	**26.991**	**27.615**	**26.991**	**27.767**

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

O Grupo aderiu as medidas tributárias (Portaria nº 139/2020/ Portaria nº 150/2020) adotadas pelo Ministério da Economia no combate ao COVID-19, prorrogação do prazo de recolhimento tributos federais (incluindo parcelados) das competências de abril e maio de 2020, sendo R$ 202 e R$ 450 para o Programa especial de regularização tributária – PERT e Programa de regularização tributária – PRT, respectivamente. As parcelas das competências mencionadas, serão recolhidos na integralidade no segundo semestre de 2020, sem juros e multas, conforme o cronograma de datas das medidas pertinentes.

Em 30 de junho de 2020 o Grupo está atendendo as condições necessárias para a sua manutenção dos programas.

29 Outros débitos

Abaixo demonstramos a composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Mútuos a pagar (a)	2.075	1.674	2.075	-
Dividendos a pagar (b)	6.210	-	6.210	-
Outros valores a pagar	4.545	3.984	4.545	6.347
	12.830	**5.658**	**12.830**	**6.347**
Passivo circulante	**12.830**	**3.984**	**12.830**	**6.347**
Passivo não circulante	**-**	**1.674**	**-**	**-**

(a) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a pagar aos acionistas. As condições negociadas entre as partes Vide nota explicativa 17.

(b) O valor de dividendos a pagar refere-se ao montante autorizado em 30 de junho de 2020 sobre as reservas de lucros da Companhia levantados na respectiva data.

30 Provisão para contingências e depósitos judiciais (Controladora e Consolidado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30.06.2020	**31.12.2019**
Demandas prováveis		
Trabalhistas e previdenciárias	2.600	2.270
Cíveis e administrativas	7.280	5.592
	9.880	**7.862**
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias	5.093	4.755
Cíveis e administrativas	266	299
	5.359	**5.054**

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis
Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ R$ 3.690 (R$ 7.682 em 31 de dezembro de 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

31 Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R$21.720, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

b. Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

c. Ajuste de avaliação patrimonial
A controlada Nissei Administradora de Bens optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para as normas CPC´s e IFRS, pelo custo atribuído daquela data. Em decorrência da adoção do custo atribuído foram efetuados o registro de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquido do efeito do imposto de renda passivo diferido. O valor desta reserva foi integralmente realizado por conta da alienação do investimento do Grupo na controlada (vide nota explicativa 18).

d. Destinação do lucro
Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto do Grupo confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos (limitado aos covenants da Debênture – nota explicativa 24).

Em 30 de junho de 2020 os acionistas aprovaram em atos societários legais a distribuição de dividendos no montante de R$9.272.

e. Venda de investimentos entre acionistas
O Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R$ 87.000, sendo que o valor de investimento na mesma data era de R$ 107.299, resultando numa perda de R$ 20.299. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 18.

32 Receita líquida de vendas

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Receita operacional brut	**30.06.20**	**30.06.19**	**30.06.20**	**30.06.19**	**30.06.20**	**30.06.19**	**30.06.20**	**30.06.19**
		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
Vendas de mercadorias	782.010	727.278	782.010	728.785	366.928	369.148	366.928	370.655
Verbas de marketing e publicidade (a)	8.125	6.862	8.125	6.862	3.577	3.887	3.577	3.887
Prestação de serviços	3.406	1.932	3.685	1.932	2.490	1.218	2.561	74
	793.541	736.072	793.820	737.579	372.995	374.253	373.066	374.616
Deduções sobre vendas/serviços								
Impostos sobre vendas/ serviços (b)	(30.034)	(22.220)	(30.079)	(22.306)	(14.021)	(11.365)	(14.042)	(11.393)
Devoluções e abatimentos	(4.932)	(3.641)	(4.932)	(3.641)	(2.513)	(1.917)	(2.513)	(1.917)
	(34.966)	(25.861)	(35.011)	(25.947)	(16.534)	(13.282)	(16.555)	(13.310)
Receita operacional líquida	**758.575**	**710.211**	**758.809**	**711.632**	**356.461**	**360.971**	**356.511**	**361.306**

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência e v) Alto Custo.i). As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.

(a) Os saldos registrados na rubrica “Verbas de marketing e publicidade” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.

(b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

Receita de vendas por tipo de produto

	Semestre				Trimestre			
Vendas de mercadorias	**Controladora**		**Consolidado**		**Controladora**		**Consolidado**	
	30.06.2020	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**
		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
Medicamentos	**454.507**	**437.309**	**454.507**	**437.309**	**214.589**	**228.416**	**214.589**	**228.416**
Marca	324.568	329.488	324.568	329.488	150.403	170.788	150.403	170.788
Genérico	89.233	86.074	89.233	86.074	42.828	45.029	42.828	45.029
Similar	40.706	21.747	40.706	21.747	21.358	12.599	21.358	12.599
Higiene e beleza	**260.396**	**227.499**	**260.396**	**227.499**	**121.729**	**109.387**	**121.729**	**109.387**
Manipulação	**4.802**	**4.223**	**4.802**	**4.223**	**2.383**	**2.185**	**2.383**	**2.185**
Conveniência	**56.080**	**52.833**	**56.080**	**52.833**	**25.110**	**26.128**	**25.110**	**26.128**
Alto Custo	**1.293**	**1.773**	**1.293**	**1.773**	**604**	**1.115**	**604**	**1.115**
	777.078	**723.637**	**777.078**	**723.637**	**364.415**	**367.231**	**364.415**	**367.231**
Outras vendas								
Vendas - propriedade para investimento	-	-	-	1.507	-	-	-	1.507
Verbas de marketing e publicidade (a)	8.125	6.862	8.125	6.862	3.577	3.887	3.577	3.887
Prestação de serviços	3.406	1.932	3.685	1.932	2.490	1.218	2.561	74
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(30.034)	(22.220)	(30.079)	(22.306)	(14.021)	(11.365)	(14.042)	(11.393)
	(18.503)	**(13.426)**	**(18.269)**	**(12.005)**	**(7.954)**	**(6.260)**	**(7.904)**	**(5.925)**
Receita operacional líquida	**758.575**	**710.211**	**758.809**	**711.632**	**356.461**	**360.971**	**356.511**	**361.306**

33 Custos e despesas por natureza

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Controladora	
	30.06.2020	**30.06.2019** (não auditado)	**30.06.2020**	**30.06.2019** (não auditado)	**30.06.2020**	**30.06.2019** (não auditado)	**30.06.2020**	**30.06.2019** (não auditado)
Mercadorias vendidas	501.095	476.971	501.553	476.971	228.139	238.687	228.139	238.688
Despesas de pessoal	138.629	124.316	138.875	124.316	69.819	62.695	69.933	62.695
Depreciação e amortização	38.671	34.156	39.242	34.156	20.395	17.617	20.703	17.617
Propaganda e publicidade	3.437	3.179	3.437	3.179	1.383	1.783	1.383	1.783
Criação e produção	1.108	1.027	1.108	1.027	482	460	482	460
Taxas de administração de operadoras de cartões	9.251	6.638	9.251	6.638	4.551	3.419	4.551	3.419
Fretes e carretos	4.232	3.351	4.232	3.351	1.707	1.723	1.707	1.723
Serviços de terceiros	14.024	14.675	14.159	14.675	6.635	7.366	6.700	7.366
Despesas com manutenção	5.378	5.359	5.465	5.359	2.524	2.578	2.555	2.578
Outros	23.876	19.805	23.268	20.080	11.454	10.062	11.069	10.441
Total	**739.701**	**689.477**	**740.590**	**689.752**	**347.089**	**346.390**	**347.222**	**346.770**
Classificados como								
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	501.095	476.971	501.553	476.971	228.139	238.687	228.139	238.688
Despesas administrativas	35.652	22.691	36.083	22.966	18.310	7.758	18.443	8.048
Despesas comerciais	202.540	189.381	202.540	189.381	100.435	99.747	100.435	99.836
Perda ao valor recuperável do contas a receber	414	434	414	434	205	198	205	198
Total de despesas	**739.701**	**689.477**	**740.590**	**689.752**	**347.089**	**346.390**	**347.222**	**346.770**

34 Outras receitas operacionais líquidas

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Controladora	
	30.06.2020	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**
Outras receitas		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a)	55.226	-	55.226	-	55.226	-	55.226	-
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (b)	5.372	-	5.372	-	5.372	-	5.372	-
Ganho na venda de ativo imobilizado (c)	2.754	-	2.754	-	2.754	-	2.754	-
Outras receitas	378	482	472	482	142	89	236	89
Total	**63.730**	**482**	**63.824**	**482**	**63.494**	**89**	**63.588**	**89**
Outras despesas								
Perdas em outros ativos com partes relacionadas (d)	6.867	-	10.257	-	6.867	-	10.257	-
Outras receitas	42	-	42	-	42	-	42	-
Total	**6.909**	**-**	**10.299**	**-**	**6.909**	**-**	**10.299**	**-**
Outras receitas operacionais, líquidas	**56.821**	**482**	**53.525**	**482**	**56.585**	**89**	**53.289**	**89**

(a) Vide nota explicativa 12.
(b) Vide nota explicativa 12.
(c) Vide nota explicativa 16.
(d) Vide nota explicativa 17 (a).

35 Resultado financeiro

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Controladora	
	30.06.2020	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**
Receita financeira		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)		(não auditado)
Rendimentos com aplicações financeiras	896	3	896	3	542	1	542	1
Resultado positivo – Swap(a)	10.846	-	10.846	-	3.151	-	3151	-
Atualização - processo tributário (b)	2.122	-	2.122	-	2.122	-	2122	-
Descontos obtidos	27	19	27	19	12	6	12	6
Outros - receitas financeiras	2.857	434	3.016	442	2.417	116	2.575	116
Total	**16.748**	**456**	**16.907**	**464**	**8.244**	**123**	**8.402**	**123**
Despesa financeira								
Juros sobre empréstimos	57.842	24.501	57.879	24.501	44.663	12.797	44.700	12.797
Ajuste a valor presente (c)	9.176	9.386	9.176	9.386	3.721	5.091	3.721	5.091
Juros passivos	204	123	204	123	116	71	116	71
IOF	620	857	620	857	235	527	235	527
Despesas bancária	480	488	480	488	235	265	235	265
Atualização Debênture – Série 2	7.980	1.704	7.980	1.704	7.056	861	7.056	861
Variação Cambial	11.905	19	11.905	19	3.187	19	3.187	19
Outras despesas financeiras	3.587	873	3.595	887	3.145	468	3.133	480
Juros de arrendamentos (d)	8.530	7.962	8.530	7.962	4.553	3.955	4.553	3.955
Total	**100.324**	**45.913**	**100.369**	**45.927**	**66.911**	**24.054**	**66.936**	**24.066**

a) Detalhes do montante de R$ 10.846 estão na nota explicativa 14.
b) Detalhes do montante de R$ 2.122 estão na nota explicativa 12.
c) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.
d) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 22.

36 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a. Conciliação de imposto de renda e contribuição social

	Semestre				Trimestre			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.06.20	**30.06.19** (Não auditado)	**30.06.20**	**30.06.19** (Não auditado)	**30.06.20**	**30.06.19** (Não auditado)	**30.06.20**	**30.06.19** (Não auditado)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(11.788)	(23.298)	(11.788)	(23.101)	4.014	(9.350)	4.044	(9.318)
Imposto utilizando a alíquota nominal vigente (34%)	4.008	7.921	4.008	7.854	(1.365)	3.179	(1.375)	3.168
(+) Adições permanentes	**(16.021)**	**(10.348)**	**(16.021)**	**(10.348)**	**(10.429)**	**(5.243)**	**(10.429)**	**(5.243)**
Amortização de arrendamentos (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(8.208)	(7.357)	(8.208)	(7.357)	(4.318)	(3.760)	(4.318)	(3.760)
Juros de arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(2.900)	(2.707)	(2.900)	(2.707)	(1.548)	(1.345)	(1.548)	(1.345)
Perda por equivalência patrimonial	(1.328)	-	(1.328)	-	(1.114)	-	(1.114)	-
Outras adições (brindes/multas/outras)	(3.585)	(284)	(3.585)	(284)	(3.449)	(138)	(3.449)	(138)
(-) Exclusões permanentes	**9.975**	**9.304**	**9.945**	**9.220**	**5.090**	**4.567**	**5.071**	**4.539**
Contraprestação arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	9.975	8.983	9.975	8.983	5.090	4.597	5.090	4.597
Ganho de equivalência patrimonial	-	321	-	321	-	(30)	-	(30)
Imposto de renda sobre base presumida de controlada	-	-	(30)	(84)	-	-	(19)	(28)
Outros	12	346	(29)	301	243	1.573	241	1.581
Total	**(2.026)**	**7.223**	**(2.097)**	**7.027**	**(6.461)**	**4.076**	**(6.492)**	**4.045**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.140)	-	(17.261)	(246)	(17.140)	-	(17.196)	(81)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.114	7.223	15.164	7.273	10.679	4.076	10.704	4.126
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(2.026)**	**7.223**	**(2.097)**	**7.027**	**(6.461)**	**4.076**	**(6.492)**	**4.045**
Alíquota efetiva	**17,2%**	**31,0%**	**17,8%**	**30,4%**	**161,0%**	**43,6%**	**160,5%**	**43,4%**

Diferido

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O Grupo estima que irá realizar imposto de renda diferido ativo até 2024.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Ativo não circulante				
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	4.267	3.582	4.267	3.582
Outras provisões (financeiras, estoques e outros)	25.229	4.841	25.229	4.841
Prejuízos fiscais a compensar	-	5.960	-	5.960
Total ativo não circulante	**29.496**	**14.383**	**29.496**	**14.383**

Passivo diferido em 31 de dezembro de 2019 - Consolidado
Os montantes de R$ 23.618 em 31 de dezembro de 2019, refere-se a ajuste de avaliação patrimonial reconhecido na reavaliação de ativos.

37 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito
Risco de liquidez e estrutura de capital
Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2020 e de 31 dezembro de 2019 e podem ser assim sumarizados (saldos do consolidado):

	Controladora		**Consolidado**	
	30.06.2020	**31.12.2019**	**30.06.2020**	**31.12.2019**
Total dos financiamentos e empréstimos	202.137	192.386	202.137	193.036
Debêntures	241.331	189.712	241.331	189.712
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(42.070)	(80.402)	(42.070)	(80.426)
Dívida líquida	401.398	301.696	401.398	302.322
Patrimônio líquido	27.025	70.410	27.025	70.454
Índice de alavancagem financeira	**14,85**	**4,28**	**14,85**	**4,29**

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 30 de junho de 2020				
Financiamentos e empréstimos	55.366	55.773	83.364	9.634
Debêntures (série 1 + série 2)	241.331	-	-	-
Fornecedores	191.876	-	-	-
Passivo de arrendamento	41.725	110.970		

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado, em especial o risco cambial nas operações de empréstimos com taxas estrangeiras. A política é proteger a exposição estimada em moeda estrangeira por meio de swaps de taxas de câmbio.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Ativos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	42.070	80.426
Aplicações financeiras	43.878	10.001
Contas a receber de clientes	84.483	84.927
Outras contas a receber	132.072	75.132
	302.503	**250.486**
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Fornecedores	191.876	254.658
Empréstimos e financiamentos	202.137	193.036
Debênture série 1	192.749	149.110
Outras contas a pagar	12.830	6.347
	599.592	**603.151**

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo (consolidado)

	30.06.2020	31.12.2019
Ativos financeiros		
Instrumento financeiro derivativo – SWAP	10.846	-
Passivos financeiros:		
Debêntures série 2	48.582	40.602

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para os instrumentos financeiros do Grupo de ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures (série 1) do Grupo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial (debêntures - série 2), assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
a. Com evento de liquidez Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo, ou, b. Sem evento de liquidez A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.	Previsão da taxa de crescimento anual da receita Previsão da margem do Ebitda Taxa de desconto ajustada ao risco	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • a margem do Ebitda fosse maior (menor); ou • a taxa de desconto ajustada o risco fosse menor (maior). Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do Ebitda

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.	Não aplicável.	Não aplicável.

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de junho de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de 2,15% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros
A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de junho de 2020:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	190.232	(1.022)	(2.045)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira
O Grupo está exposto principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	2020		2019	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	4.493	-	3.298	762

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez
A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo,

escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

38 Lucro (prejuízo por ação)

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação. A Companhia possui ações potenciais na forma de debêntures conversíveis emitida. Nenhum ajuste é requerido no lucro diluído por ação visto que seria anti-diluído.

	Semestre		Trimestre	
	30.06.2020	**30.06.2019**	**30.06.2020**	**30.06.2019**
Prejuízo do período	(13.814)	(16.075)	(2.447)	(5.274)
Média ponderada de ações ordinárias (unidades)	**21.720.362**	**21.720.362**	**21.720.362**	**21.720.362**
Ações ordinárias existentes (a)	21.720.362	21.720.362	21.720.362	21.720.362
Prejuízo por ação básico e diluído (em Reais)	(0,64)	(0,74)	(0,11)	(0,24)

(a) Não houve mudanças no número de ações ao longo do período.

39 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 30 de junho as transações que não envolveram caixa são principalmente: (i) o ganho tributário com créditos tributários descritos na nota 12, (ii) venda de ativos imobilizados – nota 19, (iii) venda de investimento nota 18 e (iv) perda ao valor recuperável do crédito de precatório – nota 17(a) e 13.

40 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 360.562 para danos materiais.

***

Relatório da Administração 2T20

Data da versão: 27/08/20 - Roger

Farmácia e Drogarias Nissei S.A.

CNPJ 79.430.682/0001-22

Relatório da Administração 2º Trimestre de 2020

Senhores acionistas,

Curitiba, Estado do Paraná, 30 de junho de 2020 – A Farmácia e Drogarias Nissei S.A., a apresenta a suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2020, as comparações de resultado do primeiro semestre de 2020 (1S20) usam como base o primeiro semestre de 2019 (1S19).

As demonstrações da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Sumário

Sumário – Valores em R$ mil	1S20	1S19	Var.	Var. %
Nº de Lojas	301	290	11	3,8%
Nº de Funcionários *	5.109	5.202	-93	-1,8%
Receita Bruta	788.888	733.938	54.950	7,5%
Lucro Bruto (R$)	257.256	234.661	22.595	9,6%
Lucro Bruto (%)	32,6%	32,0%		0,6 p.p.
EBITDA (R$)	110.415	56.518	53.897	95,4%
EBITDA (%)	14,0%	7,7%		6,3 p.p.
Resultado Líquido (R$)	(13.815)	(16.074)	2.259	14,1%
Resultado Líquido (%)	-1,8%	-2,2%		0,4 p.p.

* Desconsiderados funcionários afastados

Introdução

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral e serviços correlatos a agente de saúde.

Constantemente a administração da Companhia avalia o desempenho de suas operações e resultados de suas lojas, direcionando as estratégias comerciais, definindo locais e formato de expansão através de novos pontos comerciais, formas de vendas pelo *omnichanel* (diversos canais em que a empresa atua, inclusive digitais) e mix de produtos e serviços que são colocados a disposição dos clientes. Conforme a estratégia e resultados obtidos, a administração também estuda o encerramento de unidades deficitárias com resultados abaixo do esperado, bem como a migração de pontos comerciais de forma a buscar melhores resultados.

Investimentos

Os investimentos no primeiro semestre de 2020 (1S20) totalizaram R$ 27,9 milhões, 151,1% acima do registrado no mesmo período de 2019, quando foi de R$ 11,1 milhões. Os investimentos vêm sendo direcionados principalmente à expansão de lojas e estrutura de tecnologia da informação.

Investimentos	1S20	1S19	Var.	Var. %
Expansão/Reformas	10.124	8.782	1.342	15,3%
Tecnologia da Informação (TI)	1.242	1.119	123	11,0%
Terrenos e Edificações	16.009	0	16.009	n.m.
Veículos	421	1.164	-743	-63,8%
Outros	129	58	71	122,4%
Total	**27.925**	**11.123**	**16.802**	**151,1%**

Receita Bruta

A receita bruta no primeiro semestre de 2020 atingiu R$ 788,9 milhões, um crescimento de 7,5% em comparação com o primeiro semestre do ano anterior, quando foi de R$ 733,9 milhões. A variação na receita foi resultado da abertura de novas lojas no período, pelo processo de maturação das lojas existentes no período anterior e também pelos efeitos da COVID-19 a partir de Março de 2020.

Tivemos no primeiro semestre de 2020 um crescimento médio na venda de mesmas lojas (***Same Store Sales - SSS***) de 4,4%, enquanto que as vendas de lojas maduras (***Mature Same Store Sales - MSSS***), que são aquelas com mais de 3 anos, o crescimento foi de 1,6%.

Nos últimos 12 meses inauguramos 23 novas lojas sendo 13 no primeiro semestre de 2020. A empresa permanece com a estratégia de expansão visando a um crescimento sustentável e equilibrado.

Em junho de 2020 a empresa conta com um total de 70,7% das lojas maduras (maiores de 3 anos) e 29,3% ainda em curva de maturação.

Mix de Vendas

Para acompanhamento das vendas da empresa a administração acompanha o peso de grupos de produtos no montante total das vendas da companhia. O mix de vendas se manteve praticamente estável durante o período.

Lucro Bruto e Margem Bruta

A Companhia apresentou um lucro bruto de R$ 257,3 milhões no primeiro semestre de 2020, um crescimento de 9,6% sobre o 1S19, quando foi de R$ 234,7 milhões. O resultado no 1S20 representa 32,6% da receita bruta, um aumento de 0,6 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Despesas Comerciais

O total de Despesas Comerciais no 1S20 foi de R$ 202,5 milhões, um crescimento de 6,9% sobre o 1S19, quando corresponderam a R$ 189,4 milhões. Como percentual da receita, as despesas comerciais foram de 25,7% no 1S20, uma redução de 0,2 p.p. sobre os 25,9% no 1S19.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Administrativas totalizaram R$ 36,1 milhões no primeiro semestre de 2020, ou 4,6% da receita bruta, uma variação de 57,1% sobre o 1S19, quando totalizaram R$ 23,0 milhões, ou 3,1% da receita bruta.

EBITDA

No primeiro semestre de 2020 atingimos um EBITDA de R$ 110,4 milhões, com uma margem de 14,0%, um crescimento de 95,4% sobre o EBITDA do 1S19, que foi de R$ 56,5 milhões, ou 7,7% de margem. A margem expandiu 6,3 p.p. entre estes períodos. O principal motivo para a variação foi o impacto da nova norma do IFRS 16.

EBITDA	1S19	1S20
Prejuízo do período	(16.074)	(13.815)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(7.027)	2.097
(+) Despesas e receitas financeiras líquidas	45.463	83.462
(+) Depreciações e amortizações	34.156	38.671
(=) EBITDA	**56.518**	**110.415**

Depreciação, Despesas financeiras líquidas e Imposto de Renda e CSLL

A Depreciação no primeiro semestre de 2020 foi de R$ 38,7 milhões, ou 4,7% da receita bruta. No primeiro semestre de 2019 foi de R$ 34,2 milhões, um crescimento de 13,3% em termos nominais, mas apenas 4,9% da receita bruta, uma variação de apenas 0,2 p.p. em relação ao 1S19. Cabe destacar que o período utilizado para as depreciações das reformas e expansão é considerado conforme o prazo do contrato de aluguel vigente, o que acelera sua realização em comparação com a taxa fiscal.

* Não considerado os impactos do arrendamento (IFRS16)

As despesas financeiras líquidas atingiram R$ 83,5 milhões no primeiro semestre de 2020, passando de 6,2% da receita bruta no 1S19 para 10,6% no período atual, um crescimento de 4,4 p.p. O motivo deste crescimento no semestre foi a contabilização do provisionamento do valor estimado do de um kicker (ou prêmio) relacionado à debênture emitida pela Companhia em 2017 e que incide sobre possível evento de liquidez.

O Imposto de Renda e Contribuição Social no primeiro semestre de 2020 foi de R$ 2,1 milhões, enquanto que no mesmo período de 2019 foi uma constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no valor de R$ 7,0 milhões. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos serão utilizados para compensação de futuros valores a pagar relativos a estes impostos, estudos da empresa demonstram a expectativa de realização futura dos mesmos.

Resultado do período

O resultado líquido da Companhia foi impactado no período pelas despesas financeiras decorrentes da emissão de debênture, incluindo a provisão do kicker, pela depreciação acelerada dos investimentos realizados a partir 2018, principalmente relacionados a benfeitorias realizadas em lojas alugadas, e pela reestruturação societária realizada pela empresa em Junho de 2020 e ocasionou prejuízos fiscais que levaram à constituição de ativo

diferido. O resultado líquido no primeiro semestre de 2020 foi negativo em R$ 13,8 milhões, em comparação com resultado negativo em R$ 16,1 milhões no 1S19.

Ciclo de Caixa

O ciclo de caixa da Companhia no 2T20 foi de 17 dias, oscilando em níveis similares aos apresentados nos anos anteriores, sendo uma referência para as Companhias do setor.

Endividamento

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1º série e 72 meses para o vencimento da 2º série (vide notas explicativas 4.b e 24). O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, considerando a abertura de lojas novas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

O nível de endividamento líquido da companhia, ao final de Junho de 2020 é de R$ 357,5 milhões, em comparação com R$ 294,1 milhões ao final de Junho de 2019. Sem a operação da Debênture o endividamento líquido cai para 116,2 milhões ao final de Junho de 2020 e para R$ 115,5 milhões ao final de Junho de 2019.

Em linha com a variação das despesas financeiras liquidas o aumento deve-se principalmente a variação de juros das debêntures iniciadas em outubro de 2017 com taxa de 14,5% a.a. passando para 16,5% a.a. a partir do segundo semestre de 2018 e chegando a 18% em 2019.

Política de destinação dos resultados do exercício

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos. Em 30 de junho de 2020, a Companhia encerrou com resultado antes do imposto de renda e da contribuição social de (R$ 11.718).

Recursos Humanos

Em 30 de junho de 2020, a Nissei contava com cerca de 5.109 colaboradores. As despesas com pessoal no período, no montante total de R$ 138,9 milhões, apresentaram um crescimento de 11,7% em comparação com o 1S19, ou aproximadamente 17,6% da receita bruta. Além dos gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela Companhia a seus colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, refeição e educação, transporte, treinamentos internos e externos, entre outros.

Pandemia COVID-19

A pandemia do COVID-19 impactou , principalmente, as operações do mês de março de 2020 da Companhia, marcado inicialmente pela evolutiva de crescimento de faturamento e seguida pela manutenção dos níveis de faturamentos esperados para o segundo trimestre de 2020.

Os esforços da Companhia consistem em resguardar a saúde de seus colaboradores, seus postos de trabalhos e o atendimento seguro e eficiente de seus clientes.

A Companhia implementou o comitê de decisões estratégicas relacionadas à pandemia COVID-19, formado por membros de saúde internos, gestores e diretores, objetivando ações eficientes para o enfrentamento à pandemia COVID-19.

Para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores, a Companhia implementou as seguintes ações: (i) disponibilização de equipamentos de proteção individual para todo quadro funcional de lojas, centros de distribuição, call center e escritórios, (ii) comunicação diária com orientações dos protocolos apropriados para a utilização dos equipamentos de segurança individual, bem como medidas corretas a serem tomadas em caso de suspeitas da doença nos ambientes de trabalho, (iii) reforços aos procedimentos de higienização em todos os locais; (iv) implementação de home office aos colaboradores dos escritórios, em regime de escala, garantindo o distanciamento entre os postos de trabalho; (v) afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de riscos, (vi) programas de acompanhamento constante por equipes treinadas de técnicos de saúde e segurança no

trabalho e (vii) programas de vacinação para outras doenças conhecidas e com controle adequado (gripe, sarampo e outras).

Para garantir a manutenção e a qualidade das operações da Companhia, bem como a saúde e a segurança de seus clientes, as seguintes medidas foram tomadas: (i) adequação dos ambientes de lojas, incluindo o controle de entradas de clientes, a implementação de áreas de isolamento de um metro entre clientes e funcionários no balcão e também nos caixas, bem como o fornecimento de álcool em gel em todos os estabelecimentos, (ii) adequação dos estoques para atendimento de produtos relacionadas à pandemia, incluindo o acompanhamento constante dos níveis de abastecimento para atender as demandas de seus clientes, (iii) esforços para ampliação de plataformas de atendimentos online por aplicativos, proporcionando fácil acesso e agilidade na entrega nas diversas localidades de seus clientes, (iv) implementação de postos de atendimentos adequados e isolados das áreas internas das lojas para a realização de testes rápidos de COVID-19 e (v) participação social na comunidade com doações para hospitais e órgãos governamentais de produtos relacionadas ao combate da pandemia COVID-19.

Perspectivas

Apesar do cenário adverso, a Companhia continua confiante no desenvolvimento dos seus negócios e no Brasil. Continuaremos oferecendo uma ampla e inovadora oferta de produtos em nossas lojas, com o conceito de *drugstore*, a preços competitivos, oferecendo comodidade e praticidade à nossos clientes, através das lojas físicas e também por meios digitais visando obter resultados positivos e sustentáveis, com benefícios para todos os públicos envolvidos. Embora a pandemia possa alterar o mercado, a administração da Companhia entende que as ações tomadas para redução de despesas foram efetivas e os números do começo de 2020 são positivos, corroborando com as perspectivas de confiança sobre o futuro.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que de alguma forma contribuíram as atividades, o desenvolvimento e o forte crescimento das operações da Companhia no primeiro semestre de 2020.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua XV de novembro, 123, Centro, CEP 80020-310, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.430.682/0001-22, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41.3.0009026-2 ("Companhia"),

declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período findo em 30 de junho de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao ao período findo em 30 de junho de 2020.

Alexandre Maeoka
Diretor Presidente

André Lissner
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório da administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **13**

Balanços patrimoniais **19**

Demonstrações do resultado **20**

Demonstrações do resultado abrangente **21**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **22**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto **23**

Demonstrações do valor adicionado **24**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **25**

Farmácia e Drogarias Nissei S.A.
CNPJ 79.430.682/0001-22
Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Curitiba, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2020 – A Farmácia e Drogarias Nissei S.A., apresenta a suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As demonstrações da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Sumário

Sumário – Valores em R$ mil	2017	2018	2019
Nº de Lojas	246	282	298
Nº de Funcionários *	4.437	5.100	5.319
Receita Bruta	1.271.445	1.384.164	1.551.526
Lucro Bruto (R$)	449.718	460.216	506.974
Lucro Bruto (%)	35,4%	33,2%	32,7%
EBITDA (R$)	92.091	63.135	136.681
EBITDA (%)	7,2%	4,6%	8,8%
Resultado do Exercício (R$)	12.961	(16.073)	(14.241)
Resultado do Exercício (%)	1,0%	-1,2%	-0,9%

* Desconsiderando funcionários afastados

Introdução

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos, produtos alimentícios de conveniência em geral e serviços correlatos a agente de saúde.

Constantemente a administração da Companhia avalia o desempenho de suas operações e resultados de suas lojas, direcionando as estratégias comerciais, definindo locais e formato de expansão através de novos pontos comerciais, formas de vendas pelo *omnichanel* (diversos canais em que a empresa atua, inclusive digitais) e mix de produtos e serviços que são colocados a disposição dos clientes. Conforme a estratégia e resultados obtidos, a administração também estuda o encerramento de unidades deficitárias com resultados abaixo do esperado, bem como a migração de pontos comerciais de forma a buscar melhores resultados.

Entidades controladas
A Companhia possui investimento na Empresa Nissei Administradora de Bens Ltda., tendo como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

Investimentos
Os investimentos no ano de 2019 totalizaram R$ 23,2 milhões, em comparação com R$ 74,6 milhões em 2018 e R$ 26,9 milhões em 2017. Os investimentos têm sido direcionados principalmente na abertura de novas lojas, reformas das lojas atuais e na atualização tecnológica. Em 2018 o nível de investimentos foi superior aos demais anos em função da capitalização da Companhia via emissão de Debênture e o plano de revitalização e abertura de lojas com a utilização de parte significativa destes recursos.

Investimentos	2017	2018	2019
Expansão/Reformas	22.060	62.006	18.169
Tecnologia da Informação (TI)	2.618	8.645	2.412
Terrenos e Edificações	1.988	1.430	613
Veículos	77	2.020	1.812
Outros	177	535	212
Total	**26.920**	**74.636**	**23.218**

Receita Bruta
Receita bruta total de 2019 foi de R$ 1.551,5 milhões, superando em 12,1% os valores realizados de 2018, quando foi de R$ 1.384,2 milhões, com crescimento de 8,9% sobre o resultado de 2017, quando a receita bruta atingiu R$ 1.271,4. No acumulado do período apresentado, de 2017 a 2019, a receita bruta registrou um crescimento de R$ 280,1 milhões, ou 22,0%. O crescimento da receita foi decorrente principalmente da abertura de novas lojas no período, do processo de maturação das lojas existentes e do crescimento de lojas já maduras.

O crescimento médio da venda de mesmas lojas (*Same Store Sales - SSS*) em 2019 foi de 2,8%, 1,7 p.p. acima do registrado em 2018. Observamos um crescimento médio também da venda de lojas maduras (*Mature Same Store Sales - MSSS*) de 2,6%, também 2,1 p.p. acima do crescimento registrado em 2018. Importante mencionar que o crescimento apresentado é afetado do prazo necessário para maturação das novas lojas.

Nos últimos três anos inauguramos 80 novas lojas, sendo 21 nos últimos 12 meses. A empresa permanece com a estratégia de expansão visando a um crescimento sustentável e equilibrado.

Em dezembro de 2019 a empresa contava com um total de 71,5% das lojas maduras (abertas há de 3 anos) e 28,5% ainda em curva de maturação, em 2018 as lojas maduras representavam 71,1%, já em 2017 esse número era de 81,1%. A distribuição etária foi impactada pela abertura de novas lojas durante o período.

Mix de Vendas

O mix de vendas se manteve praticamente estável durante o período apresentado.

Lucro Bruto

A Companhia apresentou um lucro bruto de R$ 507,0 milhões no ano de 2019, 10,2% acima do apresentado em 2018, quando foi de R$ 460,2 milhões, o qual foi 2,3% acima do resultado de 2017, quando atingiu R$ 449,7 milhões. A margem bruta em 2019 foi de 32,7% da receita bruta, em comparação com 33,2% em 2018 e 35,4% em 2017. A variação na margem bruta foi resultado principalmente do impacto de impostos decorrente da mudança no mix de produtos, assim como a abertura de novas lojas.

Despesas Comerciais

O total de despesas comerciais em 2019 foi de R$ 372,7 milhões, um crescimento de 4,2% sobre o valor apresentado em 2018, que foi de R$ 357,7 milhões, um aumento de 26,6% sobre 2017. As despesas comerciais em 2019 representaram 24,0% da receita bruta, com uma redução de 1,8 p.p. sobre o ano de 2018, quando foi de 25,8%, e um crescimento de 3,6 p.p. sobre 2017. Em 2018 o percentual das despesas com vendas, foi superior a 2017 e 2019 devido ao grande número de abertura de lojas, ainda em curva de maturação, assim como o grande número de reformas de lojas, que impactaram o faturamento do exercício.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 69,6 milhões em 2019, 14,8% acima do registrado em 2018, quando foram de R$ 60,6 milhões, sendo 26,2% abaixo do apresentado em 2017. Estas despesas representavam 4,5% da receita bruta, praticamente em linha com o percentual de 2018, o qual teve uma redução de 2,0 p.p. em relação à 2017. Em 2017 as despesas gerais e administrativas foram impactadas principalmente pelos efeitos relativos à multa e juros de atualização de processos previdenciários (INSS) assim como correção monetária relativa aos parcelamentos do Refis. Importante considerar que em 2017 a taxa Selic estava significativamente superior em relação aos níveis atuais.

EBITDA

Em 2019 atingimos um EBITDA de R$ 136,7 milhões, 116,5% acima do valor registrado em 2018, quando foi de R$ 63,1 milhões, uma queda de 31,4% em relação à 2017. A queda do EBITDA em 2018 está relacionada com a reforma de grande parte das lojas, assim como a abertura de novas lojas, as quais necessitam de um tempo para maturação. Já a variação de 2018 para 2019 é decorrente do impacto da norma IFRS 16. A margem EBITDA foi de 8,8% em 2019, um crescimento de 4,2 p.p., principalmente pelo motivo já citado. Em 2017 a margem EBITDA foi de 7,2%.

Segue abaixo a composição e cálculo do EBITDA:

EBITDA	**2017**	**2018**	**2019**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	12.961	(16.073)	(14.241)
(+) Imposto de renda e contribuição social	6.246	(10.606)	(3.855)
(+) Despesas e receitas financeiras líquidas	61.047	68.921	84.393
(+) Depreciações e amortizações	11.837	20.893	70.384
(=) EBITDA	**92.091**	**63.135**	**136.681**

Depreciação, Despesas financeiras líquidas e Imposto de Renda e CSLL

A depreciação em 2019 atingiu R$ 26,3 milhões, representando 1,7% da receita bruta. Em 2018 foi de R$ 20,9 milhões, sendo 1,5% da receita bruta, um crescimento de 0,6 p.p. em relação à 201, quando a depreciação foi de R$ 11,8 milhões ou 0,9% da receita bruta. O aumento da depreciação deve-se ao grande volume de investimentos no decorrer dos anos de 2018 e 2019, em especial nas linhas de expansão e reformas de lojas e investimento de tecnologia. Cabe destacar que o período utilizado para a depreciação das reformas e benfeitorias é conforme o prazo dos contratos de aluguel vigentes, o que acelera a sua realização.

* Não considerado os impactos do arrendamento (IFRS16)

As despesas financeiras líquidas atingiram R$ 84,4 milhões em 2019, em comparação com R$ 68,9 milhões em 2018 e R$ 61,0 milhões em 2017. Como percentual da receita bruta representaram 5,4% em 2019, 5,0% em 2018 e 4,8% em 2017. O valor apresentado é reflexo do nível de endividamento registrado pela Companhia durante o período.

O Imposto de Renda e Contribuição Social em 2019 representou uma constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no valor de R$ 4,2 milhões, assim como em 2018, quando a constituição do diferido foi de R$ 10,9 milhões. Apenas no ano de 2017 a Companhia registrou Imposto de Renda e Contribuição Social correntes a pagar, no valor de R$ 7,1 milhões. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos serão utilizados para compensação de futuros valores a pagar relativos a estes impostos.

Resultado Líquido

O resultado líquido em 2019 foi negativo em R$ 14,2 milhões, assim como em 2018, quando foi negativo em R$ 16,1 milhões. Em 2017 foi positivo em R$ 13,0 milhões. O resultado líquido da Companhia foi impactado no período pelas despesas financeiras decorrentes da emissão de debênture e pela depreciação acelerada dos investimentos realizados a partir 2018, principalmente relacionados a benfeitorias realizadas em lojas alugadas, e ocasionou prejuízos fiscais que levaram à constituição de crédito fiscal diferido.

Ciclo de Caixa

O ciclo de caixa da Companhia em 2019 foi de 18 dias, oscilando em níveis similares aos apresentados nos anos anteriores, sendo uma referência para as Companhias do setor.

Endividamento
Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1º série e 72 meses para o vencimento da 2º série. O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte das dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, considerando a abertura de lojas novas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

O nível de endividamento líquido da companhia em 2019 era de R$ 292,3 milhões, um crescimento de R$ 15,4 milhões em comparação com 2018, quanto era de R$ 277,0 milhões, o qual cresceu R$ 130,8 milhões em relação a 2017, quanto estava em R$ 146,1 milhões. Sem considerar a operação da Debênture, o endividamento líquido era de 102,6 milhões em 2019, R$ 108,7 milhões em 2018 e um caixa líquido de R$ 3,6 milhões em 2017.

Política de destinação dos resultados do exercício
Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encerrou o exercício com prejuízo de R$ 14.241. Em 31 de dezembro de 2018, encerrou o exercício com prejuízo de R$ 16.073 e em 31 de dezembro de 2017 encerrou o exercício com lucro líquido de R$ 12.961.

Recursos Humanos
Em 31 de dezembro de 2019, a Nissei contava com cerca de 5.319 colaboradores, um aumento de 219 pessoas em relação à 2018, quando tinha 5.100 colaboradores. Em 2017 a empresa tinha 4.437 colaboradores. As despesas com pessoal em 2019, no montante total de R$ 257,0 milhões, apresentaram um crescimento de 7,5% em comparação com 2018, ou aproximadamente 16,6% da receita bruta. Comparando com 2017, quando foram de R$ 207,0 milhões, o crescimento em 2018 foi de 15,5%. Além dos gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela Companhia a seus colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, refeição e educação, transporte, treinamentos internos e externos, entre outros.

Perspectivas

Apesar do cenário adverso, a Companhia continua confiante no desenvolvimento dos seus negócios e no Brasil. Continuaremos oferecendo uma ampla e inovadora oferta de produtos em nossas lojas, com o conceito de *drugstore*, a preços competitivos, oferecendo comodidade, conveniência e praticidade aos nossos clientes, através das lojas físicas e também por meios digitais, visando obter resultados positivos e sustentáveis, com benefícios para todos os públicos envolvidos. Embora a pandemia possa alterar o mercado, a administração da Companhia entende que as ações tomadas para redução de despesas foram efetivas e os números do primeiro semestre de 2020 são positivos, corroborando com as perspectivas de confiança sobre o futuro.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que de alguma forma contribuíram para as atividades, o desenvolvimento e o forte crescimento das operações da Companhia neste período.

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das transações de arrendamento de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06(R2) / IFRS 16

Veja as Notas 4a, 5 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamento, principalmente de imóveis onde operam suas lojas, terrenos e sede administrativa. O pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – *Leases*), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu aspectos contábeis complexos que servem de base para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, e estão relacionados à: i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; e requerimentos de divulgação específicos relacionados com a transição da norma e seu impacto contábil. Devido ao julgamento envolvido no processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação do processo da administração para identificação dos contratos de arrendamento e os controles implementados para captura das informações dos contratos de arrendamento necessárias para mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento. - Avaliação, com o auxílio de especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pelo Companhia com dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as taxas de desconto, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas. - Para uma amostra dos contratos, comparamos os prazos de arredamentos e valores considerados na mensuração com os respectivos contratos, bem como avaliamos a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela Companhia para determinação dos prazos de arrendamento, incluindo a avaliação da Companhia quanto a razoável certeza de renovações contratuais. - Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação dos contratos e mensuração dos impactos de adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensuração do valor justo das debêntures	
Veja as Notas 4b, 25 e 34 (iii) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia, em 29 de outubro de 2017, emitiu debêntures conversíveis em ações. A operação está dividida em duas séries, a primeira série subsequentemente mensurada pelo custo amortizado e a segunda pelo valor justo, essa última no montante de R$ 40.602 mil em 31 de dezembro de 2019. A mensuração do valor justo envolve um modelo de avaliação e estimativas. A estimativa sobre o método de cálculo e sobre a mensuração deste valor envolve projeções e premissas. Considerando o elevado grau de julgamento relacionado à determinação dessas projeções e premissas, como da taxas de crescimento anual da receita, da previsão da margem EBITDA e da taxa de desconto ajustada ao risco, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: – Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos critérios adotados pela Companhia para determinação das premissas para estimar a taxa de crescimento anual da receita, a margem EBITDA e a taxa de desconto ajustada ao risco utilizadas no modelo de valor justo da Companhia. – Revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar potencial inconsistência ou viés da administração no desenvolvimento futuro das estimativas. – Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são suficientes e apropriadas em relação aos requerimentos das normas vigentes. – Durante a realização dos nossos procedimentos de auditoria foram identificados ajustes que não foram realizados pela Administração por serem considerados como imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo das debêntures, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras
Chamamos a atenção para a nota explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir alterações imateriais e o aprimoramento de determinadas divulgações em notas explicativas conforme descrito nessa nota explicativa. Em 20 de março de 2020, 7 de março de 2019 e 20 de março de 2018, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, que agora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, nosso relatório substitui os relatórios emitidos anteriormente. Nossa opinião não contêm ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Controladora			Consolidado		
Ativo	**Notas**	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	**9**	80.402	29.607	101.041	80.426	29.974	101.293
Aplicações financeiras	**10**	10.001	-	-	10.001	-	-
Contas a receber de clientes	**11**	84.843	74.386	66.663	84.927	75.077	67.309
Estoques	**12**	242.473	250.588	191.127	242.473	250.588	191.127
Impostos a recuperar	**13**	12.541	8.730	9.270	12.541	8.730	9.270
Tributos sobre o lucro a recuperar	**13**	457	3.172	2.380	457	3.172	2.380
Outros ativos	**15**	39.404	21.975	21.133	41.299	22.533	21.631
		470.121	388.458	391.614	472.124	390.074	393.010
Não circulante							
Outros investimentos	**16**	12.454	11.712	11.682	12.454	11.712	11.682
Direitos sobre precatórios	**14**	50.160	38.769	38.769	50.160	38.769	38.769
Impostos a recuperar	**13**	7.324	7.324	-	7.324	7.324	-
Ativo fiscal diferido	**33**	14.383	10.257	-	14.383	10.257	-
Outros ativos	**15**	21.515	18.786	13.602	33.833	29.991	23.517
Depósitos judiciais	**28**	5.054	4.558	3.977	5.054	4.558	3.977
		110.890	91.406	68.030	123.208	102.611	77.945
Investimentos	**18**	107.261	107.118	105.300	-	-	-
Ativo biológico	**19**	-	-	-	40.023	36.204	34.331
Imobilizado	**20**	230.457	95.464	49.904	308.962	177.596	132.427
Intangível	**21**	22.156	24.599	19.425	22.162	24.599	19.425
		359.874	227.181	174.629	371.147	238.399	186.183
Total ativo		**940.885**	**707.045**	**634.273**	**966.479**	**731.084**	**657.138**

		Controladora			Consolidado		
Passivo	**Notas**	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Circulante							
Fornecedores	**22**	254.535	227.401	200.976	254.658	227.708	201.465
Arrendamento financeiro a pagar	**23**	41.580	-	-	41.580	-	-
Empréstimos e financiamentos	**24**	46.917	100.100	56.994	47.263	100.328	56.994
Debêntures	**25**	88.806	3.693	2.084	88.806	3.693	2.084
Obrigações sociais e trabalhistas	**26**	39.624	34.383	28.768	39.698	34.429	28.829
Obrigações fiscais e tributárias		6.691	6.426	3.783	6.764	6.567	3.877
Parcelamento de tributos	**27**	3.182	3.168	4.675	3.353	3.328	4.675
Outros débitos		3.984	3.239	1.949	6.347	5.946	4.743
		485.319	378.410	299.229	488.469	381.999	302.667
Não circulante							
Arrendamento financeiro a pagar	**23**	101.630	-	-	101.630	-	-
Empréstimos e financiamentos	**24**	145.469	38.012	40.722	145.773	38.315	40.722
Debêntures	**25**	100.906	164.598	147.620	100.906	164.598	147.620
Parcelamento de tributos	**27**	27.615	28.993	32.118	27.767	29.299	32.118
Provisão para contingências	**28**	7.862	8.411	6.377	7.862	8.411	6.377
Mútuos com partes relacionadas	**17**	1.674	3.919	5.118	-	-	289
Impostos diferidos	**33**	-	-	-	23.618	23.719	24.213
		385.156	243.933	231.955	407.556	264.342	251.339
Patrimônio líquido							
Capital social	**29**	21.720	21.720	21.720	21.720	21.720	21.720
Reservas de lucros	**29**	3.510	17.608	34.393	3.510	17.608	34.393
Ajuste de avaliação patrimonial	**29**	45.180	45.374	46.976	45.180	45.374	46.976
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		70.410	84.702	103.089	70.410	84.702	103.089
Participação de não controladores		-	-	-	44	41	43
		70.410	84.702	103.089	70.454	84.743	103.132
Total passivo e patrimônio líquido		**940.885**	**707.045**	**634.273**	**966.479**	**731.084**	**657.138**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

		Controladora			Consolidado		
	Notas	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita líquida	**30**	1.497.730	1.344.887	1.211.640	1.499.474	1.345.637	1.236.667
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**31**	(992.489)	(883.783)	(774.078)	(992.500)	(885.421)	(786.949)
Lucro bruto		**505.241**	**461.104**	**437.562**	**506.974**	**460.216**	**449.718**
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas administrativas	**31**	(65.759)	(58.039)	(80.118)	(69.557)	(60.607)	(82.123)
Despesas comerciais	**31**	(372.698)	(359.033)	(284.364)	(372.698)	(357.734)	(282.529)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	**11**	(1.775)	(895)	-	(1.775)	(895)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		792	695	253	3.353	1.262	(4.812)
Lucro antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e tributos sobre o lucro		**65.801**	**43.832**	**73.333**	**66.297**	**42.242**	**80.254**
Receitas financeiras	**32**	12.028	1.323	6.802	12.036	1.437	6.863
Despesas financeiras	**32**	(96.342)	(69.897)	(67.781)	(96.429)	(70.358)	(67.910)
Resultado financeiro		**(84.314)**	**(68.574)**	**(60.979)**	**(84.393)**	**(68.921)**	**(61.047)**
Resultado da equivalência patrimonial	**18**	143	(1.688)	6.473	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(18.370)**	**(26.430)**	**18.827**	**(18.096)**	**(26.679)**	**19.207**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**33**	-	102	(5.867)	(372)	(248)	(7.064)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**33**	4.126	10.257	-	4.227	10.854	818
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(14.244)**	**(16.071)**	**12.960**	**(14.241)**	**(16.073)**	**12.961**
(Prejuizo) lucro atribuível a:							
Controladores		(13.959)	(15.750)	12.701	(13.956)	(15.752)	12.702
Não controladores		(285)	(321)	259	(285)	(321)	259
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):		(0,66)	(0,74)	0,60			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
(Prejuízo) lucro líquido do	(14.244)	(16.071)	12.960	(14.241)	(16.073)	12.961
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do	**(14.244)**	**(16.071)**	**12.960**	**(14.241)**	**(16.073)**	**12.961**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros						
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de janeiro de 2016		21.720	1.801	21.789	48.564	-	93.874	46	93.920
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.960	12.960	(3)	12.957
Realização da reserva de avaliação patrimonial		-	-	-	(195)	195	-	-	-
Baixa da reserva de avaliação patrimonial por venda de ativo					(1.393)	1.393	-		-
Destinação propostas no exercício:									
Reserva legal		-	648	-	-	(648)	-	-	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(3.745)	(3.745)	-	(3.745)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	10.155	-	(10.155)	-	-	-
Saldos em 31 de janeiro de 2017		**21.720**	**2.449**	**31.944**	**46.976**	**-**	**103.089**	**43**	**103.132**
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros		-	-	(2.316)	-	-	(2.316)	-	(2.316)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(16.071)	(16.071)	(2)	(16.073)
Realização da reserva de avaliação patrimonial		-	-	-	(295)	295	-	-	-
Baixa da reserva de avaliação patrimonial por venda de ativo		-	-	-	(1.307)	1.307	-	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	(14.469)	-	14.469	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**21.720**	**2.449**	**15.159**	**45.374**	**-**	**84.702**	**41**	**84.743**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(14.244)	(14.244)	3	(14.241)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	29	-	-	-	(194)	194	-	-	-
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros	29	-	-	(48)	-	-	(48)	-	(48)
Transferência para reserva de retenção de lucros	29	-	-	(14.050)	-	14.050	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**21.720**	**2.449**	**1.061**	**45.180**	**-**	**70.410**	**44**	**70.454**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Fluxo de caixa das atividades operacionais:						
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(14.244)	(16.071)	12.960	(14.241)	(16.073)	12.961
Ajustes por:						
Resultado da baixa do ativos imobilizados, intangíveis e arrendamento	624	1.695	3.147	5.018	3.400	(8.774)
Depreciação e amortização - imobilizado, intangível e direito de uso	69.402	20.073	13.481	70.411	20.893	14.331
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	-	(2.512)	(506)	5.085
Equivalência patrimonial	(143)	1.688	(6.473)	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.775	895	-	1.775	895	
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	411	2.664	-	411	2.664	-
Provisão para contingências	(1.045)	1.453	(3.137)	(1.045)	1.453	(3.137)
Atualização direitos sobre precatórios	(11.391)	-	(1.590)	(11.391)	-	(1.590)
Apropriação - custo da transação - debêntures	2.013	2.024	-	2.013	2.024	-
Apropriação - custo da transação - empréstimos	2.334	1.545	-	2.334	1.545	-
Juros sobre debêntures	31.364	38.880	3.847	31.364	38.880	3.847
Mudanças no valor justo das debêntures	3.561	(10.053)	523	3.561	(10.053)	523
Juros sobre empréstimos	12.577	9.382	19.371	12.621	9.382	19.371
Juros sobre arrendamentos	15.918	-	-	15.918	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(4.126)	(10.257)	5.867	(3.855)	(10.606)	6.246
	109.030	**43.918**	**47.996**	**112.382**	**43.898**	**48.863**
(Aumento) redução dos ativos						
Contas a receber de clientes	(12.232)	(8.618)	(15.543)	(11.625)	(8.663)	(16.189)
Impostos a recuperar	(1.096)	(7.576)	(4.127)	(1.096)	(7.576)	(4.127)
Estoques	7.704	(62.125)	(38.676)	7.704	(62.125)	(38.676)
Direitos sobre precatórios	-	-	16.761	-	-	16.761
Outros ativos	(17.759)	(3.939)	(10.141)	(19.553)	(3.846)	(13.825)
Aumento / (redução) dos passivos:						
Fornecedores	27.134	26.425	(1.258)	26.950	26.243	(874)
Obrigações sociais e trabalhistas	5.241	5.615	3.034	5.269	5.600	3.047
Obrigações fiscais e tributárias	265	2.643	(4.654)	197	2.690	1.140
Parcelamentos de tributos	(1.364)	(4.632)	4.284	(1.507)	(4.166)	4.284
Outros débitos	745	1.290	1.058	517	1.203	2.139
Pagamento de juros sobre empréstimos	(13.542)	(9.227)	(21.726)	(13.582)	(9.310)	(21.726)
Pagamento de juros - debêntures	(15.517)	(12.264)	-	(15.517)	(12.264)	-
Pagamento de arrendamento - juros	(15.725)	-	-	(15.725)	-	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(368)	(145)	(1.197)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**72.884**	**(28.490)**	**(22.992)**	**74.046**	**(28.461)**	**(20.380)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Aplicações financeiras	(10.001)	-	-	(10.001)	-	-
Aquisições de imobilizado	(18.912)	(62.977)	(18.730)	(20.694)	(65.111)	(20.718)
Aquisições de intangível	(2.518)	(9.525)	(6.202)	(2.518)	(9.525)	(6.202)
Cauções e depósitos	-	-	881	-	-	881
Outros investimentos	(742)	(30)	(196)	(742)	(30)	(196)
Aquisição de precatórios	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Recebimento de dividendos	-	-	10.000	-	-	-
Alienação imobilizado	-	-	-	-	-	25.000
Aplicações no ativo biológico	-	-	-	(1.307)	(1.367)	(1.542)
Adiantamento para futuro aumento de capital efetuado	-	(3.506)	(1.771)	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(32.173)**	**(76.038)**	**(17.018)**	**(35.262)**	**(76.033)**	**(3.777)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Captações de empréstimos	160.552	192.635	86.349	160.912	193.339	86.349
Pagamento de empréstimos - principal	(105.852)	(149.721)	(102.989)	(106.097)	(149.811)	(102.989)
Pagamento de arrendamento - principal	(38.129)	-	-	(38.129)	-	
Emissão de debêntures	-	-	153.061	-	-	153.061
Custos da transação	(1.795)	(4.218)	(7.727)	(1.795)	(4.218)	(7.727)
Distribuições aos acionistas	(48)	(2.316)	(3.745)	(48)	(2.316)	(3.749)
Antecipação de lucros	(2.226)	-	-	(2.954)	-	
Mútuos entre partes relacionadas	(2.418)	(3.286)	5.118	(221)	(3.819)	(10.500)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**10.084**	**33.094**	**130.067**	**11.668**	**33.175**	**114.445**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**50.795**	**(71.434)**	**90.057**	**50.452**	**(71.319)**	**90.288**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.607	101.041	10.984	29.974	101.293	11.005
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	80.402	29.607	101.041	80.426	29.974	101.293
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**50.795**	**(71.434)**	**90.057**	**50.452**	**(71.319)**	**90.288**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Receitas (1)	**1.547.112**	**1.382.435**	**1.245.338**	**1.550.751**	**1.384.870**	**1.274.922**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.549.782	1.383.330	1.245.338	1.553.421	1.385.765	1.274.922
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.670)	(895)	-	(2.670)	(895)	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	**1.101.197**	**995.320**	**868.438**	**1.102.607**	**997.359**	**889.970**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	992.125	886.446	774.078	992.136	888.084	786.949
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	109.072	108.874	94.360	112.973	109.781	97.936
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	(2.502)	(506)	5.085
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	**445.915**	**387.115**	**376.900**	**448.144**	**387.511**	**384.952**
Depreciação e amortização (4)	69.402	20.073	13.058	70.419	20.891	13.904
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	**376.513**	**367.042**	**363.842**	**377.725**	**366.620**	**371.048**
Valor adicionado recebido em transferência (6)	**13.577**	**661**	**13.055**	**13.437**	**2.461**	**6.768**
Resultado da equivalência patrimonial	143	(1.688)	6.473	-	-	-
Receitas financeiras	12.028	1.323	6.802	12.036	1.437	6.063
Outras	1.406	1.026	(220)	1.401	1.024	705
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	**390.090**	**367.703**	**376.897**	**391.162**	**369.081**	**377.816**
Distribuição do valor adicionado	**390.090**	**367.703**	**376.897**	**391.162**	**369.081**	**377.816**
Pessoal	**221.245**	**199.792**	**174.850**	**221.678**	**200.209**	**175.261**
Remuneração direta	190.173	173.320	148.642	190.580	173.676	149.014
Benefícios	20.286	16.312	14.892	20.286	16.325	14.907
FGTS	10.786	10.160	11.316	10.812	10.208	11.340
Impostos, taxas e contribuições	**84.836**	**65.199**	**77.991**	**85.420**	**65.657**	**78.494**
Federais	66.334	51.811	65.830	66.836	52.243	66.291
Estaduais	18.010	12.939	12.034	18.063	12.939	12.066
Municipais	492	449	127	521	475	137
Remuneração de capital de terceiros	**98.253**	**118.783**	**111.096**	**98.303**	**119.290**	**111.099**
Juros	91.896	66.672	63.214	91.946	66.674	63.217
Aluguéis	1.864	48.840	43.690	1.864	48.840	43.690
Outras	4.493	3.271	4.192	4.493	3.776	4.192
Remuneração de capital próprios	**(14.244)**	**(16.071)**	**12.960**	**(14.239)**	**(16.075)**	**12.962**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(14.244)	(16.071)	12.960	(14.241)	(16.073)	12.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogaria Nissei S.A. ("Nissei" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua XV de Novembro, 123, em Curitiba, Estado do Paraná. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como "Grupo").

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral.

A Companhia realiza suas vendas por meio de suas lojas distribuídas em 3 Estados, conforme abaixo demonstrado:

Estado	**2019**	**2018**	**2017**
Paraná	263	250	217
Santa Catarina	14	13	13
São Paulo	22	19	18
Total de lojas	**299**	**282**	**248**

A Companhia arrenda o centro de distribuição, localizado na cidade de Colombo - PR, de onde distribui seu estoque.

As lojas da rede também recebem abastecimento direto de grandes distribuidores para medicamentos e conveniência.

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1º série e 72 meses para o vencimento da 2º série (vide nota explicativa 25). O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, considerando que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

O plano de expansão da Companhia se concentrou na abertura de lojas nos estados da região sul do país, bem como a revisão de lojas deficitárias, as quais foram fechadas, conforme segue:

	2019	**2018**	**2017**
Lojas abertas	21	44	15
Lojas fechadas	4	10	6
Aberturas líquidas	**17**	**34**	**9**

Entidade controlada
A Companhia possuía 99,96% de participação no capital social da, anteriormente controlada, Nissei Administradora de Bens Ltda., a qual tem como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros. A controlada foi vendida aos sócios controladores da Nissei em 30 de junho de 2020 (vide nota explicativa 38).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 em 26 de agosto de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos
As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 23 – prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 19 - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;

Nota explicativa 25 - valorização das debêntures (valorização conforme projeções de resultados financeiros futuros);

Notas explicativas 28 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 33 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo e utiliza especialistas externos para avaliação do valor justo de ativos biológicos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais

sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 19 - ativo biológico (determinação do valor justo da valorização do ativo);

Nota explicativa 25- debêntures (determinação do valor justo da segunda série de debêntures). Os valores do contrato de debêntures consistem em duas séries, sendo a primeira série ao valor das taxas pré-fixadas com prazo de 48 meses (custo amortizado) e a segunda série ao valor justo, nos termos do contrato e descritos na referida nota explicativa. A segunda série de emissão de debêntures é mensurada a cada data de reporte, ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. *Adotadas a partir de 2018*

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas de 2017 dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 / IAS 18, o CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 / IFRS 15 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis do Grupo, tendo em vista que a maior parte de sua receita é proveniente do negócio voltado para o varejo, onde a venda é realizada diretamente para o consumidor final, não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle dos produtos e serviços aos consumidores.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 / IFRS 9, o Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 26 /IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem do Grupo era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de "despesas financeiras", similar à apresentação no CPC 38 / IAS 39, e não apresentadas separadamente na demonstração do resultado devido a considerações sobre materialidade.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 / IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 / IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48/ IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48/ IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 /IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 agora são classificados ao custo amortizado.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da CPC 38 / IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 /IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48/ IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável no montante de R$ 895.

b. *Adotadas a partir de 2019*

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – *Leases* em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos que entrou em vigor para os exercício iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, o Grupo, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a norma anterior.
A norma inclui algumas isenções de reconhecimento para arrendatários:

- Arrendamentos de ativos de “baixo valor”;
- Arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos);

Na data de início de um contrato de arrendamento, arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.
O CPC 06 (R2) / IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na CPC 06 (R1) / IAS 17. Identificamos que determinados contratos de locação de lojas e de centro de distribuição devem ser reconhecidos no escopo da nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019. Informações adicionais podem ser encontradas na nota explicativa 23.

(iii) Transição

O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. O Grupo adotou os expedientes práticos para ativos de contrato de curto prazo e para ativos de contrato de baixo valor. Portanto, a informação comparativa apresentada não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamentos de Tributos Sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS12/CPC32 – Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, não estar claro:

- como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração do Grupo entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis, uma vez que os principais tratamentos de apuração de impostos de renda e de contribuição social são considerados pela administração do Grupo, com suporte dos seus consultores jurídicos, como provável que seja aceito pelas autoridades tributárias.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda; e
- os instrumentos financeiros derivativos (debêntures) são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário, considerando as informações contidas na nota explicativa 5.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na consolidação está contemplado o investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda..

		Porcentagem de participação		
	Controle	**2019**	**2018**	**2017**
Nissei Administradora de Bens Ltda.	Direto	99,96%	99,96%	99,96%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação
Saldos e transações entre a controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controladora. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Não foram eliminados nos procedimentos de consolidação os saldos e operações proporcionais à participação dos sócios não controladores, na consolidação da controlada Nissei Administradora de Bens.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Anterior a 1º de janeiro de 2018

Venda de bens
A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas, descontos incondicionais e bonificações.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A partir de 1º de janeiro de 2018 – adoção do CPC 47/IFRS 15

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita do Grupo advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas (lojas) do Grupo. Entende-se portanto que trata-se de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, cartão de débito e dinheiro. As vendas através de cartão de crédito podem ser dividias em até seis parcelas.

Verbas de marketing e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de venda do Grupo. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito como receita de verbas, tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a

obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros e dividendos recebidos como fluxos de caixa de investimento, e, juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Impostos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social na Controlada é feito com base no regime de lucro presumido, conforme previsto na Lei 10.637/02, artigo 46.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado.

h. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Instalações - 10 anos
- Veículos em uso - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Edificações – 25 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - conforme contrato de locação vigente.
- Direito de uso – arrendamento - conforme contrato de locação vigente (vide detalhes na nota explicativa 23)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Intangível

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Softwares – 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é mensurada pelo prazo do contrato vigente de locação. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:

ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas – aplicável

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;; e

- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo

não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

n. Arrendamentos

Anterior a 1º de janeiro de 2019

No início do contrato, o Grupo determinava se ele era ou continha um arrendamento.
Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Grupo, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para esses arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência.

A partir de 1º de janeiro de 2019

Com a vigência do CPC 06(R2) / IFRS 16, a forma de mensuração e contabilização dos contratos de arrendamentos foram alteradas.

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2) / IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

o. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso

nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões. A receita do Grupo é integralmente proveniente do mercado doméstico e concentrada na região sul do país onde as lojas estão localizadas. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.
As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas informações financeiras consolidadas do Grupo:
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

8 Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram reapresentadas para inclusão da demonstração do valor adicionado, correção de erros imateriais e inclusão e melhoria de certas notas explicativas. Este conjunto de demonstrações financeiras substitui os anteriormente emitidos, mas não altera materialmente a apresentação das demonstrações financeiras como um todo.

As tabelas a seguir resumem os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Balanço patrimonial Controladora	**Anteriormente apresentado 2019**	**Ajuste**	**Atualmente apresentado 2019**	**Anteriormente apresentado 2018**	**Ajuste**	**Atualmente apresentado 2018**	**Anteriormente apresentado 2017**	**Ajuste**	**Atualmente apresentado 2017**
Ativos									
Outros ativos circulantes (a)	44.165	(4.761)	39.404	26.736	(4.761)	21.975	25.894	(4.761)	21.133
Direitos sobre precatórios (c)	42.925	(42.925)	-	37.501	(37.501)	-	37.501	(37.501)	-
Demais contas do ativo circulante	430.717	-	430.717	366.483	-	366.483	370.481	-	370.481
Total de ativos circulantes	**517.807**	**(47.686)**	**470.121**	**430.720**	**(42.262)**	**388.458**	**433.876**	**(42.262)**	**391.614**
Partes relacionadas (b)	20.341	(20.341)	-	17.942	(17.942)	-	15.855	(15.855)	-
Direitos sobre precatórios	7.235	42.925	50.160	1.268	37.501	38.769	1.268	37.501	38.769
Outros ativos	3.652	17.863	21.515	3.322	15.464	18.786	225	13.377	13.602
Investimentos	107.278	(17)	107.261	107.135	(17)	107.118	105.317	(17)	105.300
Demais contas do ativo não circulante	286.774	5.054	291.828	149.356	4.558	153.914	81.011	3.977	84.988
Total de ativos não circulantes	**425.280**	**45.484**	**470.764**	**279.023**	**39.564**	**318.587**	**203.676**	**38.983**	**242.659**
Total de ativos	**943.087**	**(2.202)**	**940.885**	**709.743**	**(2.698)**	**707.045**	**637.552**	**(3.279)**	**634.273**
Provisão para contingências	2.808	5.054	7.862	3.853	4.558	8.411	2.400	3.977	6.377
Demais contas do passivo não circulante	377.294	-	377.294	235.522	-	235.522	225.578	-	225.578
Total de passivo não circulante	**380.102**	**5.054**	**385.156**	**239.375**	**4.558**	**243.933**	**227.978**	**3.977**	**231.955**
Total de passivo circulante	485.319	-	485.319	378.410	-	378.410	299.229	-	299.229
Total de patrimônio líquido	77.666	(7.256)	70.410	91.958	(7.256)	84.702	110.345	(7.256)	103.089
Total de passivos	**943.087**	**(2.202)**	**940.885**	**709.743**	**(2.698)**	**707.045**	**637.552**	**(3.279)**	**634.273**

Balanço patrimonial Consolidado	**Anteriormente apresentado 2019**	**Ajuste**	**Atualmente apresentado 2019**	**Anteriormente apresentado 2018**	**Ajuste**	**Atualmente apresentado 2018**	**Anteriormente apresentado 2017**	**Ajuste**	**Atualmente apresentado 2017**
Ativos									
Outros ativos circulantes (a)	46.060	(4.761)	41.299	27.294	(4.761)	22.533	26.392	(4.761)	21.631
Direitos sobre precatórios (c)	42.925	(42.925)	-	37.501	(37.501)	-	37.501	(37.501)	-
Demais contas do ativo circulante	430.825	-	430.825	367.541	-	367.541	371.379	-	371.379
Total de ativos circulantes	**519.810**	**(47.686)**	**472.124**	**432.336**	**(42.262)**	**390.074**	**435.272**	**(42.262)**	**393.010**
Partes relacionadas (b)	30.169	(30.169)	-	26.994	(26.994)	-	23.464	(23.464)	-
Direitos sobre precatórios	7.235	42.925	50.160	1.268	37.501	38.769	1.268	37.501	38.769
Outros ativos	6.142	27.691	33.833	5.475	24.516	29.991	2.548	20.969	23.517
Investimentos	17	(17)	-	17	(17)	-	-	-	-
Demais contas do ativo não circulante	405.308	5.054	410.362	267.692	4.558	272.250	197.865	3.977	201.842
Total de ativos não circulantes	**448.871**	**45.484**	**494.355**	**301.446**	**39.564**	**341.010**	**225.145**	**38.983**	**264.128**
Total de ativos	**968.681**	**(2.202)**	**966.479**	**733.782**	**(2.698)**	**731.084**	**660.417**	**(3.279)**	**657.138**
Provisão para contingências	2.808	5.054	7.862	3.853	4.558	8.411	2.400	3.977	6.377
Demais contas do passivo não circulante	399.694	-	399.694	255.931	-	255.931	244.962	-	244.962
Total de passivo não circulante	**402.502**	**5.054**	**407.556**	**259.784**	**4.558**	**264.342**	**247.362**	**3.977**	**251.339**
Total de passivo circulante	488.469	-	488.469	381.999	-	381.999	302.667	-	302.667
Total de patrimônio líquido	77.710	(7.256)	70.454	91.999	(7.256)	84.743	110.388	(7.256)	103.132
Total de passivos	**968.681**	**(2.202)**	**966.479**	**733.782**	**(2.698)**	**731.084**	**660.417**	**(3.279)**	**657.138**

DRE Controladora	Anteriormente apresentado 2019	Ajuste	Atualmente apresentado 2019	Anteriormente apresentado 2018	Ajuste	Atualmente apresentado 2018	Anteriormente apresentado 2017	Ajuste	Atualmente apresentado 2017
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (d)	(992.489)	-	(992.489)	(874.983)	(8.800)	(883.783)	(764.178)	(9.900)	(774.078)
Total Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**(992.489)**	**-**	**(992.489)**	**(874.983)**	**(8.800)**	**(883.783)**	**(764.178)**	**(9.900)**	**(774.078)**
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas (e)	(63.539)	(2.220)	(65.759)	(54.963)	(3.076)	(58.039)	(72.888)	(7.230)	(80.118)
Despesas comerciais (d)	(372.698)	-	(372.698)	(368.728)	9.695	(359.033)	(294.264)	9.900	(284.364)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.775)	-	(1.775)	-	(895)	(895)	-	-	-
Despesas tributárias (e)	(2.220)	2.220	-	(3.076)	3.076	-	(7.230)	7.230	-
Receitas (despesas) operacionais	**(440.232)**	**-**	**(440.232)**	**(426.767)**		**(426.767)**	**(374.382)**	**9.900**	**(364.482)**

DRE Consolidado	Anteriormente apresentado 2019	Ajuste	Atualmente apresentado 2019	Anteriormente apresentado 2018	Ajuste	Atualmente apresentado 2018	Anteriormente apresentado 2017	Ajuste	Atualmente apresentado 2017
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (c)	(992.500)	-	(992.500)	(876.621)	(8.800)	(885.421)	(777.049)	(9.900)	(786.949)
Total Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**(992.500)**	**-**	**(992.500)**	**(876.621)**	**(8.800)**	**(885.421)**	**(777.049)**	**(9.900)**	**(786.949)**
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas (d)	(67.337)	(2.220)	(69.557)	(57.531)	(3.076)	(60.607)	(74.893)	(7.230)	(82.123)
Despesas comerciais (c)	(372.698)	-	(372.698)	(367.429)	9.695	(357.734)	(292.429)	9.900	(282.529)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.775)	-	(1.775)	-	(895)	(895)			
Despesas tributárias (d)	(2.220)	2.220	-	(3.076)	3.076	-	(7.230)	7.230	-
Receitas (despesas) operacionais	**(444.030)**	**-**	**(444.030)**	**(428.036)**		**(419.236)**	**(374.552)**	**9.900**	**(364.652)**

DMPL Controladora e Consolidado	Anteriormente apresentado 2019	Ajuste	Atualmente apresentado 2019	Anteriormente apresentado 2018	Ajuste	Atualmente apresentado 2018	Anteriormente apresentado 2017	Ajuste	Atualmente apresentado 2017
Patrimônio líquido									
Reservas de lucros (a) e (b)	10.766	(7.256)	3.510	24.864	(7.256)	17.608	41.649	(7.256)	34.393
Outros	66.944	-	66.944	67.135	-	67.135	68.739	-	68.739
Total do patrimônio líquido	77.710	(7.256)	70.454	91.999	(7.256)	84.743	110.388	(7.256)	103.132

(a) Baixa de valor de despesas incorretamente diferidas como ativo. Ajuste realizado contra a rubrica reserva de lucros, pois, refere-se a despesa de competência anterior a 2017.

(b) Baixa de valores a receber de partes relacionadas que não representam ativos na data-base. Ajuste realizado contra a rubrica reserva de lucros, pois, refere-se a despesa de competência anterior a 2017.

(c) Reclassificação de curto para longo prazo para melhor refletir a estimativa de recebimento dos saldos.

(d) Reclassificação de provisões de perdas de estoque, anteriormente classificadas em despesas comerciais e reclassificadas para custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

(e) Reclassificação de despesas apresentadas por natureza para sua respectiva função. Despesas tributárias foram apresentadas na linha de despesas administrativas.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Caixa e Bancos	46.400	29.607	13.052	46.424	29.974	13.304
Aplicações financeiras	34.002	-	87.989	34.002	-	87.989
	80.402	**29.607**	**101.041**	**80.426**	**29.974**	**101.293**

As aplicações financeiras referem-se a saldos em Certificado de Depósito Bancário – CDB com liquidez imediata e atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 100,40% (100% em 2018 e 2017). Os valores contábeis refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB estão vinculadas a operações de empréstimos junto ao Banco ABC Brasil S.A. no montante de R$ 10.001 em 2019 (zero em 2018 e 2017), sendo a realização das aplicações no prazo de 12 meses. Os recursos aplicados estão atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98%), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Cartões de crédito	77.949	64.489	57.365	77.949	64.489	57.365
Cartão próprio – convênio	6.898	8.709	8.491	6.898	8.709	8.491
Farmácia popular	2.458	1.651	453	2.458	1.651	453
Outras contas a receber	208	432	354	292	1.123	1.000
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.670)	(895)	-	(2.670)	(895)	-
	84.843	**74.386**	**66.663**	**84.927**	**75.077**	**67.309**

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

Consolidado	**2019**	**2018**	**2017**
A vencer	81.158	75.161	64.509
Vencidos em até 30 dias	1.245	-	
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.089	-	1.306
Vencidos entre 61 e 90 dias	786	-	-
Vencidos acima de 91 dias	3.319	811	1.494
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.670)	(895)	-
Total	**84.927**	**75.077**	**67.309**

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo.

Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2019	2018	2017
Saldo inicial	(895)	-	-
Valores baixados	895		
Constituição líquida de provisão de perda	(2.670)	(895)	-
Saldo final	**(2.670)**	**(895)**	**-**

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável
As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber das administradores de cartão de crédito de primeira linha (Cielo, Rede e Safra). Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênio representam contratos específicos com companhias que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos critérios seletivos para aceitação destes clientes.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na nota explicativa 34.

12 Estoques (Controladora e Consolidado)

	2019	2018	2017
Mercadorias para revenda	240.411	249.636	190.760
Materiais de consumo	2.062	952	367
	242.473	**250.588**	**191.127**

Os estoques de mercadorias para revenda estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	2019	2018	2017
Centro de distribuição	67.994	78.742	64.914
Lojas da rede	176.732	174.510	126.213
(-) Provisão de estoques (a)	(2.253)	(2.664)	-
	242.473	**250.588**	**191.127**

(a) A provisão para perda nos estoques inclui as mercadorias vencidas e danificadas nos estoques da Companhia, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, o efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

As perdas de mercadorias para revenda, materiais de consumo e as variações no saldo de estoques foram incluídos no "Custo dos Produtos Vendidos" e totalizam R$ 992.489 (2018: R$ 883.783 e 2017: R$ 774.078, nos saldos da controladora, e R$ 992.500 (2018: R$ 885.421 e 2017: R$ 777.049) para o consolidado. Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R$ 15.872 (2018: R$ 8.800 e 2017: R$ 9.900) para a controladora e consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

A movimentação da provisão de estoques no período encontra-se apresentada a seguir:

	2019	2018	2017
Saldo inicial	(2.664)	-	-
Constituições líquidas	(2.253)	(2.664)	-
Reversões	2.664	-	-
Saldo final	**(2.253)**	**(2.664)**	**-**

13 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	2019	2018	2017
Tributos sobre o lucro a recuperar			
IRRF – Imposto de renda retido na fonte (a)	361	357	-
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica (a)	90	2.172	2.033
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido (a)	6	643	347
	457	**3.172**	**2.380**
Outros tributos a recuperar			
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (b)	14.549	11.827	8.191
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (c)	5.306	3.777	-
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	-	22	425
Outros impostos a recuperar	10	428	654
	19.865	**16.054**	**9.270**
Ativo circulante	12.998	11.902	11.650
Ativo não circulante	7.324	7.324	-

(b) Os créditos de IRRF, IRPJ e CSLL a recuperar (antecipado) de R$ 90 e R$ 6 (R$ 2.172 e R$ 643 em 2018 e R$ 2.033 e R$ 347 em 2017) são oriundos de pagamentos antecipados mensalmente e deverão ser compensados com tributos federais no prazo de 12 meses.

(c) Os créditos de ICMS de R$ 14.549 (2018: R$ 11.827 e 2017: R$ 8.191) são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centros de Distribuição no Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

Espera-se que R$ 7.324 (2018: R$ 4.503 e 2017: 4.503), sejam consumidos nos prazos de 12 a partir da data base de cada demonstração financeira.

(d) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias, compondo o montante de R$ 5.306 em 31 de dezembro de 2019 (2018: R$ 3.777). A Companhia formalizou os devidos registros legais e a expectativa de realizar o montante no prazo de 12 meses.

14 Direitos sobre precatórios (Controladora e Consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	2019	2018	2017
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	42.925	32.897	32.897
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	5.804	4.441	4.441
Outros precatórios estaduais (c)	1.431	1.431	1.431
	50.160	**38.769**	38.769

(a) Os créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre a Companhia e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016, somam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 42.925 (2018 e 2017: R$ 32.897), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR, acrescido de juros de IPCA-E. O valor de atualização do respectivo crédito no resultado da Companhia no exercício corrente é de R$ 10.028.

(b) Os créditos remanescentes no valor de R$ 5.804 (R$ 4.441 em 2018 e 2017) são provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, onde a Companhia detinha em um único precatório o valor de R$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito. Em 31 de dezembro de 2019, os valores estão atualizados com critérios aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), sendo o saldo remanescente de R$ 5.804 e atualização do resultado da Companhia de R$ 1.363 no exercício de 2019. A perspectiva para a realização do créditos remanescentes é até 31/12/2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

(c) Os demais créditos de precatórios, que somam R$ 1.431, registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo.. Tais precatórios serão realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

15 Outros ativos

Os valores a receber estão assim compostos:

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Outros ativos - partes relacionadas						
Com. de medicamentos Maeoka Ltda. (c).	10.075	9.902	9.748	10.075	9.902	9.748
Nissei Administradora de Bens (c).	1.843	1.843	-	-	-	-
Hiperzoo Pet Shop	-	-	-	3.221	3.220	3.220
Antecipação de lucros	2.226	-	-	4.541	1.587	-
Mútuo de sócios (c)	3.702	3.702	3.702	9.837	9.790	8.001
Total outros ativos - partes relacionadas	**17.846**	**15.447**	**13.450**	**27.674**	**24.499**	**20.969**

Acordos comerciais a receber (a)	30.703	15.884	13.676	30.703	15.884	13.676
Antecipações para colaboradores	3.082	2.605	2.346	3.082	2.605	2.346
Antecipações a fornecedores	2.972	2.039	2.464	2.972	2.509	3.126
Prêmios de seguros	854	418	532	854	490	532
Bloqueios judiciais (b)	3.094	3.097	-	3.094	3.097	-
Outros	2.368	1.271	2.267	6.753	3.440	4.499
Total outros ativos - terceiros	**43.073**	**25.314**	**21.285**	**47.458**	**28.025**	**24.179**
Total outros ativos	**60.919**	**40.761**	**34.735**	**75.132**	**52.524**	**45.148**
Ativo circulante	39.404	21.975	21.133	41.299	22.533	21.631
Ativo não circulante	21.515	18.786	13.602	33.833	29.991	23.517

(a) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas da rede. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor e associados a programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas.

(b) Os valores de bloqueios judiciais (recebíveis) no montante de R$ 3.094 (2018: R$ 3.097) referem-se à processo de débitos tributários de ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços liquidados em 18 de dezembro de 2014 junto ao estado do Paraná com utilização de direitos sobre precatórios estaduais, devidamente autorizados pela Procuradoria do Estado do Paraná. Os bloqueios judiciais estão em processo de desbloqueio, e serão liberados em conta corrente da Companhia, conforme liberação dos montantes dos processos.

(c) Veja detalhes na nota explicativa 16.

16 Outros investimentos (Controladora e Consolidado)

A Companhia habilitou-se para aquisição da massa falida Comércio de Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coleto, conforme processo judicial em andamento na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperações da Comarca de Curitiba - PR, e ao final do processo irá absorver o patrimônio da referida massa falida face aos pagamentos realizados pela Companhia aos demais credores. Os bens da massa falida são substancialmente terrenos e imóveis localizados na região de Curitiba-Paraná. Os saldos estão assim compostos:

	2019	**2018**	**2017**
Aquisição sub judice	4.598	4.598	4.598
Liquidações de dívidas	3.553	3.553	3.553
Parcelamentos federais	2.583	2.583	2.583
Parcelamentos estaduais	227	227	227
Parcelamentos municipais	36	36	36
Outros	1.457	715	685
	12.454	**11.712**	**11.682**

Os valores supracitados estão demonstrados a valores originais e compreendem pagamentos de débitos tributários, gastos com reformas em imóveis e credores privilegiados, trabalhistas e quirografários.

Não há quaisquer passivos contenciosos relacionados.

17 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto foram precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos. Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Ativo não circulante						
Com. de medicamentos Maeoka Ltda. (a).	10.075	9.902	9.748	10.075	9.902	9.748
Nissei Administradora de Bens (b).	1.843	1.843	-	-	-	-
Hiperzoo Pet Shop (d)	-	-	-	3.221	3.220	3.220
Antecipação de lucros aos acionistas	2.226	-	-	4.541	1.587	-
Mútuo de sócios (c)	3.702	3.702	3.702	9.837	9.837	8.001
Total do ativo não circulante	**17.846**	**15.447**	**13.450**	**27.674**	**24.499**	**20.969**
Passivo não circulante						
Nissei Administradora de Bens (b)	1.674	3.919	4.829	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	289	-	-	289
Total do passivo não circulante	**1.674**	**3.919**	**5.118**	**-**	**-**	**289**

(a) Os valores em aberto com a parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka envolve direitos a receber da sociedade, os quais estão em trâmites de dissolução administrativas entre as partes. O acordo entre as partes não estabelece atualização do saldo em aberto por taxa de juros e prazos para pagamento.

(b) As movimentações a receber da controlada Nissei Administradora de Bens Ltda. referem-se à conta corrente entre as partes. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas, pois a administração entende que os valores são integralmente recebíveis. O acordo entre as partes não prevê prazos para liquidação dos valores.

(c) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes não prevê prazo para pagamento e atualização dos saldos por taxa de juros.

(d) O montante de R$ 3.221 refere-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop, cujo acionista majoritário é acionista da Nissei. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento está classificado como longo prazo.

A Companhia possui imóveis locados da controlada. As transações de aluguel são precificadas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

	2019	2018	2017
Centro Logístico e Administrativo Colombo	-	-	1.515
Centro de Treinamentos Nissei	315	302	300
Depósito Parolin – Manutenção	-	-	277
Loja Nissei - Champagnat Batel	64	11	-
Loja Nissei - Alto da VX 24 horas	353	337	329
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	107	104	101
Loja Nissei - Praia de Leste	140	134	131
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	122	116	62
Outros aluguéis	661	597	721
	1.762	**1.601**	**3.436**

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da administração inclui a distribuição de pró-labore mensal destinado à presidência e aos diretores, totalizando em 2019 o montante de R$ 1.628 (2018: R$ 958 e 2017: R$ 511). As participações no capital social da controladora e controlada estão distribuídas, conforme segue:

Farmácia e Drogaria Nissei S.A. - O capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem de valor nominal, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

Nissei Administradora de Bens Ltda. - O capital social está representado por 55.923.439 quotas, no valor nominal de R$ 1,00, pertencentes à Patrícia Maeoka (0,0004%), Alexandre Maeoka (0,0004%), Sergio Maeoka (0,0350%) e a Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (99,9642%).

18 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos saldos

	2019	2018	2017
Investimento em controlada	107.261	107.118	105.300

b. Movimentação dos saldos

	Nissei Adm. Bens
Saldo em 1 de janeiro de 2017	**109.591**
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	1.771
(-) Distribuição de dividendos	(12.535)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	6.473
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**105.300**
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	3.506
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(1.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**107.118**
(+) Resultado de equivalência patrimonial	143
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**107.261**

c. Detalhes da investida

Balanço patrimonial	**2019**	**2018**	**2017**
Ativo circulante	2.003	1.616	1.396
Ativo não circulante	134.369	135.351	131.608
Ativo total	**136.372**	**136.967**	**133.004**
Passivo circulante	3.136	3.625	3.438
Passivo não circulante	25.917	26.172	24.213
Patrimônio líquido	107.319	107.170	105.353
Total do passivo e patrimônio líquido	**136.372**	**136.967**	**133.004**
Demonstração do resultado			
Receitas líquidas	3.495	2.351	28.463
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	145	(1.690)	6.474
Participação Nissei (%)	99,96%	99.96%	99.96%
Equivalência patrimonial	**143**	**(1.688)**	**6.473**

19 Ativo biológico (Consolidado)

A controlada mantém investimentos em plantações de pinus e eucaliptos, sendo os mesmos acompanhados periodicamente nos preceitos do CPC 29 / IAS 41 e CPC 46 / IFRS 13, reconhecendo seus efeitos nas demonstrações contábeis do Grupo, considerando certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos biológicos correspondem à plantação de árvores, basicamente representada por eucaliptos e pinus com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos), em uma área total cultivada de 2.307 hectares em 2019 (2.215 hectares em 2018 e 2.191 hectares em 2017). Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, no grupo de outras despesas e receitas operacionais.

a. Mensuração dos valores justos

A Companhia avalia o ativo biológico por mensuração baseada em mercado, objetivando estimar o preço pelo qual uma transação de venda ou transferência não forçada do ativo deveria ocorrer, seguindo os preceitos do CPC 46 / IFRS 13.

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas pela quantidade do volume comercial calculada através do Incremento Médio Anual – IMA e a previsão ou planejamento de manejo correspondente a cada região.

Abaixo segue demonstrativo do resultado dos estudos do valor justo menos despesa de venda:

	2019	2018	2017
Saldo de início do exercício	36.204	34.331	37.874
Novos investimentos	1.307	1.367	1.549
Variação por mudança no valor justo	2.512	506	(5.085)
Outras movimentações	-	-	(7)
Saldo no final do exercício	**40.023**	**36.204**	**34.331**

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Madeira em pé - pinus e eucaliptos com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 17 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	• Preços futuros estimados de madeira por m3 (2019: R$ 5,00 - 140,00, média ponderada de 65,00; 2018: R$ 15,00 – 160,00, média ponderada de R$ 83,00; 2017: R$ 15 a 60, média ponderada de R$84). • Custo de manutenção do plantio por hectare (2019: 120,00 - 450,00, média ponderada de R$ 263,00; 2018: 60 - 300,00, média ponderada de R$ 170,00; ; 2017: 60-300, média ponderada R$170) • Taxa de desconto ajustada ao risco (2019 - 9,5%; 2018: 10%)	O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se: • os preços da madeira forem superiores (inferiores); • os custos de manutenção do plantio forem menores (maiores); ou • a taxa de desconto ajustada ao risco forem menores (maiores).

20 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Controladora	**2019**			**2018**			**2017**		
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Imobilizado									
Benfeitorias em imóvel de terceiros	66.687	(34.808)	31.879	59.737	(26.313)	33.424	35.039	(20.256)	14.783
Equipamentos de informática	24.103	(14.185)	9.918	21.691	(11.283)	10.408	12.991	(9.212)	3.779
Instalações	25.649	(11.118)	14.531	23.751	(9.321)	14.430	7.144	(6.931)	213
Máquinas e equipamentos	7.297	(4.540)	2.757	7.119	(3.905)	3.214	6.615	(3.279)	3.336
Móveis e utensílios	55.278	(24.414)	30.864	49.732	(19.483)	30.249	41.938	(16.488)	25.450
Veículos de uso	6.507	(4.910)	1.597	6.902	(4.560)	2.342	6.600	(4.466)	2.134
Direito de uso – arrendamento (CPC 06 R2)	181.716	(44.071)	137.645	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	1.266	-	1.266	1.397	-	1.397	209	-	209
Total	**368.503**	**(138.046)**	**230.457**	**170.329**	**(74.865)**	**95.464**	**110.536**	**(60.632)**	**49.904**

Consolidado	**2019**			**2018**			**2017**		
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Imobilizado									
Terrenos	59.736	-	59.736	62.228	-	62.228	62.436		62.436
Edificações	21.330	(4.177)	17.153	22.618	(3.525)	19.093	22.732	(2.988)	19.744
Benfeitorias em imóvel de terceiros	66.687	(34.808)	31.879	59.737	(26.314)	33.423	35.039	(20.356)	14.683
Equipamentos de informática	24.116	(14.198)	9.918	21.704	(11.296)	10.408	13.004	(9.255)	3.749
Instalações	25.649	(11.118)	14.531	23.751	(9.321)	14.430	7.144	(6.931)	213
Máquinas e equipamentos	7.552	(4.733)	2.819	7.340	(4.083)	3.257	6.835	(3.474)	3.361
Móveis e utensílios	55.486	(24.570)	30.916	49.939	(19.619)	30.320	42.146	(16.561)	25.585
Veículos de uso	10.204	(7.106)	3.098	9.670	(6.631)	3.039	9.211	(6.764)	2.447
Direito de uso– Arrendamento(CPC 06 R2)	181.716	(44.071)	137.645						
Imobilizado em andamento	1.267	-	1.267	1.397	-	1.397	209		209
Total									
	453.743	**(144.781)**	**308.962**	**258.384**	**(80.789)**	**177.596**	**198.756**	**(66.329)**	**132.427**

Com a adoção do CPC06 (R2) / IFRS16, a Companhia iniciou a partir de 1º de janeiro de 2019, o registro do direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, as adições do período incluem o valor de R$ 181.716. Vide detalhes na nota explicativa 23.

b. Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora								
Custo	**Veículos**	**Equipamentos de informática**	**Instalações**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Benfeitorias em imóvel de terceiros**	**Direito de uso Arrendamento**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**6.671**	**10.369**	**7.147**	**33.565**	**6.436**	**30.119**	**-**	**1.053**	**95.360**
Adições	77	2.618	-	8.433	177	4.658	-	2.767	18.730
Baixas	(148)	(3)	(3)	-	-	(3.665)	-	-	(3.819)
Transferências	-	7	-	(60)	2	3.927	-	(3.611)	265
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.600**	**12.991**	**7.144**	**41.938**	**6.615**	**35.039**	**-**	**209**	**110.536**
Adições	1.316	8.645	10.506	14.047	535	18.260	-	9.668	62.977
Baixas	(1.014)	-	(29)	(133)	(6)	(2.002)	-	-	(3.184)
Transferências	-	55	6.130	(6.120)	(25)	8.440	-	(8.480)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**6.902**	**21.691**	**23.751**	**49.732**	**7.119**	**59.737**	**-**	**1.397**	**170.329**
Impacto na adoção do IFRS16	-	-	-	-	-	-	182.264	-	182.264
Adições	679	2.412	1.916	5.619	178	2.853	-	5.255	18.912
Baixas	(1.074)	-	(18)	(73)	-	(1.129)	(548)	(160)	(3.002)
Transferências	-	-	-	-	-	5.226	-	(5.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.507**	**24.103**	**25.649**	**55.278**	**7.297**	**66.687**	**181.716**	**1.266**	**368.503**

	Controladora							
Depreciação acumulada	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Móveis, Utensílios e Ferramentas**	**Equipamentos de informática**	**Direito de uso – Arrendamento**	**Benfeitorias em imóvel de terceiros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(6.615)**	**(2.672)**	**(3.526)**	**(12.994)**	**(8.146)**	**-**	**(16.754)**	**(50.707)**
Adições	(316)	(607)	(1.026)	(3.500)	(1.066)	-	(4.472)	(10.987)
Baixas	-		86	6	-	-	970	1.062
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(6.931)**	**(3.279)**	**(4.466)**	**(16.488)**	**(9.212)**	**-**	**(20.256)**	**(60.632)**
Adições	(2.390)	(626)	(1.097)	(2.995)	(2.071)		(7.302)	(16.481)
Baixas	-	-	1.003	-	-	-	1.245	2.248
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(9.321)**	**(3.905)**	**(4.560)**	**(19.483)**	**(11.283)**	**-**	**(26.313)**	**(74.865)**
Adições	(1.803)	(635)	(963)	(4.946)	(2.902)	(44.071)	(9.361)	(64.681)
Baixas	6	-	613	15	-	-	866	1.500
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(11.118)**	**(4.540)**	**(4.910)**	**(24.414)**	**(14.185)**	**(44.071)**	**(34.808)**	**(138.046)**

	Consolidado										
Custo	**Terrenos**	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos e informática**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóvel de terceiros**	**Direito de uso – Arrendamento**	**Imobilizações em andamento**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**64.774**	**32.361**	**7.147**	**6.656**	**33.773**	**10.382**	**9.375**	**30.119**	**-**	**1.053**	**195.640**
Adições	-	1.988	-	177	8.433	2.618	77	4.658	-	2.767	20.718
Baixas (a)	(2.338)	(11.617)	(3)	-	-	(3)	(241)	(3.665)	-	-	(17.867)
Transferências	-	-	-	2	(60)	7	-	3.927	-	(3.611)	265
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**62.436**	**22.732**	**7.144**	**6.835**	**42.146**	**13.004**	**9.211**	**35.039**	**-**	**209**	**198.756**
Adições	1.430	-	10.506	535	14.047	8.645	2.020	18.260	-	9.668	65.111
Baixas	(1.638)	(114)	(29)	(5)	(134)	-	(1.561)	(2.002)	-	-	(5.483)
Transferências	-	-	6.130	(25)	(6.120)	55	-	8.440	-	(8.480)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**62.228**	**22.618**	**23.751**	**7.340**	**49.939**	**21.704**	**9.670**	**59.737**	**-**	**1.397**	**258.384**
Impacto na adoção do IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	182.264	-	182.264
Adições	564	49	1.916	212	5.620	2.412	1.812	2.853	-	5.256	20.694
Baixas	(3.056)	(1.337)	(18)	-	(73)	-	(1.278)	(1.129)	(548)	(160)	(7.599)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	5.226	-	(5.227)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**59.736**	**21.330**	**25.649**	**7.552**	**55.486**	**24.116**	**10.204**	**66.687**	**181.716**	**1.266**	**453.743**

	Consolidado								
Depreciação acumulada	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em Imóvel de terceiros**	**Direito de uso – Arrendamento**	**Edificações**	**Total Depreciação**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(6.615)**	**(2.937)**	**(5.575)**	**(13.130)**	**(8.159)**	**(16.654)**	**-**	**(3.453)**	**(56.523)**
Adições	(316)	(628)	(1.336)	(3.500)	(1.066)	(4.472)		(519)	(11.837)
Baixas	-	14	136	27	-	870	-	984	2.031
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(6.931)**	**(3.551)**	**(6.775)**	**(16.603)**	**(9.255)**	**(20.256)**	**-**	**(2.988)**	**(66.153)**
Adições	(2.390)	(648)	(1.336)	(3.016)	(2.071)	(7.303)		(537)	(17.301)
Baixas	-	-	1.480	-	-	1.361	-	-	2.841
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(9.321)**	**(4.199)**	**(6.631)**	**(19.619)**	**(11.326)**	**(26.198)**	**-**	**(3.525)**	**(80.789)**
Adições	(1.803)	(534)	(1.292)	(4.966)	(2.902)	(9.476)	(44.071)	(652)	(65.696)
Baixas	6	-	817	15	-	866	-	-	1.704
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(11.118)**	**(4.733)**	**(7.106)**	**(24.570)**	**(14.198)**	**(34.808)**	**(44.071)**	**(4.177)**	**(144.781)**

Operação de venda de imóvel (Controlada)

(a) Em 29 de junho de 2017, foi alienado o imóvel urbano localizado em Colombo/PR registado na Controlada, pelo montante de R$ 25.600 para a CLMB Empreendimentos Imobiliários Ltda., sendo a negociação ocorrida da seguinte forma: R$ 25.000 recebido a vista e 1 parcela de R$ 600 com vencimento para 2018. O valor total de baixa de custo de imobilizado foi de R$ 13.955 (R$ 2.238 de terrenos e R$ 11.617 de edificações).

No mesmo período foi firmado contrato de aluguel do imóvel entre CLMB Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia, com fins comerciais, para desenvolvimento das atividades no Contrato Social do locatário, pelo valor mensal de R$ 270, pelo prazo de 120 meses, podendo ser renovado por igual período, desde que haja acordo entre as partes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia e sua controlada possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 23.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

21 Intangível

	Controladora				Consolidado
Custo	**Software em uso**	**Software em desenvolvimento**	**Fundo de comércio**	**Total**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.805**	**216**	**10.351**	**16.372**	**16.372**
Adições	3.824	1.744	634	6.202	6.202
Baixas	-	-	(390)	(390)	(390)
Transferências	255	(220)	(300)	(265)	(265)
Amortizações	(2.494)	-	-	(2.494)	(2.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**7.390**	**1.740**	**10.295**	**19.425**	**19.425**
Adições	5.337	3.381	807	9.525	9.525
Baixas	-	-	(759)	(759)	(759)
Transferências	5.121	(5.121)	-	-	-
Amortizações	(3.524)	-	(68)	(3.592)	(3.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**14.324**	**-**	**10.275**	**24.599**	**24.599**
Adições	1.718	-	800	2.518	2.524
Baixas	-	-	(240)	(240)	(240)
Amortizações	(4.601)	-	(120)	(4.721)	(4.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**11.441**	**-**	**10.715**	**22.156**	**22.162**

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. A Companhia realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica "Software" refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e substituição do banco de dados.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliado ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso da Companhia referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

22 Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Fornecedores de mercadorias	244.065	216.493	189.980	244.065	216.493	189.980
Fornecedores de bens e serviços	10.470	10.908	10.996	10.593	11.215	11.485
	254.535	**227.401**	**200.976**	**254.658**	**227.708**	**201.465**

23 Arrendamentos a pagar

A Controladora arrenda uma série de imóveis para o seu espaço de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

- Arrendamentos baseados em aluguéis variáveis, ou seja, os quais são adicionais e baseados em percentual do faturamento da loja no período do contrato, não foram considerados na base de reconhecimento inicial. Os montantes são reconhecidos em resultado.

- O início do prazo de arrendamento considera a data em que a Controladora passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez

que a partir essa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.

Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 ("Lei do Inquilinato") que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

– Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se utilizar as seguintes premissas:

- Contratos de lojas com contratos de prazos originais ou aditivos de renovações vigentes e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo restante do contrato.

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.

- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.

– Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

A Controladora avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação, considerando se haverá um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou em 0,91% a.m., a qual dentro das análises da Companhia correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo no final do prazo contratual, foram consideradas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Controladora reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações de planos comerciais estratégicos e intenção dos locadores na continuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

A Controladora ressalta que irá acompanhar periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01 / IAS 36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Movimentação	Contrato arrendamentos
Passivo reconhecido em 1º de janeiro de 2019 (vide nota explicativa 5)	**148.382**
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Pagamentos efetivados - principal	(38.129)
Pagamentos efetivados – juros	(15.725)
Juros reconhecidos no resultado	15.918
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(1.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**143.210**
Passivo circulante	41.580
Passivo não circulante	101.630

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

Menos de 1 ano	41.580
Entre 1 e 5 anos	89.480
Mais de 5 anos (Centro de distribuição)	12.150
Total do arrendamento mercantil	**143.210**
Terceiros	141.536
Partes relacionadas	1.674
Total	**143.210**

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Direito de uso de arrendamento	
Ativo reconhecido em 01 de janeiro de 2019	**148.382**
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(548)
Depreciação no período	(44.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**137.645**

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n/°1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possa chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada: 10,92% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA): 3,6%a.a.
- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo):

Ano	R$
2020	41.580
2021	30.866
2022	30.131
2023	24.266
2024	4.127
2025 em diante	12.150
Total	**143.120**

24 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Moeda estrangeira

		Controladora			Consolidado		
Descrição	**Indexador**	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
CDC							
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	40.746	-	-	40.746	-	-
Total		**40.746**	**-**	**-**	**40.746**	**-**	**-**

Moeda nacional

		Controladora			Consolidado		
Descrição	**Indexador**	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Capital de giro							
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	78.246	50.594	40.383	78.246	50.594	40.383
Banco Paulista	Pré fixada + pós fixada (CDI)	3.751	7.027	7.235	3.751	7.027	7.235
Banco do Brasil	Pré fixada + pós fixada (CDI)	7.322	24.680	29.646	7.322	24.901	29.646
Banco Santander	Pré fixada + pós fixada (CDI)	2.992	5.212	6.715	2.992	5.212	6.715
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	7.737	20.184	-	7.737	20.184	-
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	38.309	15.012	-	38.309	15.012	-
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	2.136	10.526	10.178	2.136	10.526	10.178
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	6.858	-	-	6.858	-	-
Total		**147.351**	**133.235**	**94.157**	**147.351**	**133.456**	**94.157**
Leasing							
Banco Safra	Pré fixada	161	341	782	326	651	782
Banco Daycoval	Pré fixada	441	766	218	441	766	218
HP Financial	Pré fixada	2.449	2.563	1.485	2.449	2.563	1.485
Total		**3.051**	**3.670**	**2.485**	**3.216**	**3.980**	**2.485**
Finames							
Banco do Brasil	Pré fixada	-	354	880	-	354	880
Total		**-**	**354**	**880**	**-**	**354**	**880**
CDC							
Banco Safra	Pré fixada	415	-	-	688	-	-
Bradesco	Pré fixada	520	770	-	732	770	-
Banco Itaú	Pré-Fixada	303	-	-	303	-	-
Banco Lage Landen	Pré fixada	-	83	194	-	83	194
Total		**1.238**	**853**	**194**	**1.723**	**853**	**194**
Total de empréstimos e financiamentos		**192.386**	**138.112**	**97.716**	**193.036**	**138.643**	**97.716**
Circulante		46.917	100.100	56.994	47.263	100.328	56.994
Não circulante		145.469	38.012	40.722	145.773	38.315	40.722

Covenants financeiros

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de junho de 2020.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia.

Taxas de juros nominais

Companhia trabalha com juros pré-fixados e juros pós-fixados. As taxas médias destes juros são:

2019:

Pré-fixado - Juros médios de 1,15 % a.m.

Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,42% a.m.

2018:

Pré-fixado - Juros médios de 1,24 % a.m.

Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,39% a.m.

2017:

Pré-fixado - Juros médios de 1,2 % a.m.

Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,66% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos da Companhia os seguintes bens e direitos em 31 de dezembro de 2019:

- Aval dos acionistas

- Fluxo de carteira de cartão de crédito

- Aplicações financeiras (nota explicativa 9 e 10)

- Fluxo de outros recebíveis (convênios)

- Ativos imobilizados da Companhia e da Controlada, sendo:

  - Fazenda de Guarapuava, incluindo o ativo biológico.

  - Alienação fiduciária de estoques no valor de R$ 7.300.

  - Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo da Companhia e controlada arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos no ano compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.2017	**116.711**	**116.711**
Captações	86.349	86.349
Juros e atualizações	19.371	19.371
(-) Pagamento do principal	(102.989)	(102.989)
(-) Pagamento de juros	(21.726)	(21.726)
Saldo em 01.01.2018	**97.716**	**97.716**
Captações	192.635	193.339
Juros e atualizações	9.382	9.382
(-) Pagamento do principal	(149.721)	(149.811)
(-) Pagamento de juros	(9.227)	(9.310)
(-) Custos da transação	(4.218)	(4.218)
Amortização de custo da transação	1.545	1.545
Saldo em 2018	**138.112**	**138.643**
Captações	160.552	160.912
Juros e atualizações	12.577	12.621
(-) Pagamento do principal	(105.852)	(106.097)
(-) Pagamento de juros	(13.542)	(13.582)
(-) Custos da transação	(1.795)	(1.795)
Amortização de custo da transação	2.334	2.334
Saldo em 2019	**192.386**	**193.036**

Cronograma de pagamento em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
2020	46.917	46.917
2021	26.119	26.769
2022	32.461	32.461
2023	31.931	31.931
2024	31.931	31.931
2025	14.416	14.416
2026	8.611	8.611
Total	**192.386**	**193.036**

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado da Companhia nas renegociações de empréstimos junto aos Bancos do Brasil e Safra, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo movimento:

Saldo em 2017	-
(-) Custos da transação	(4.218)
Amortização de custo da transação	1.545
Saldo em 2018	**(2.674)**
(-) Novos custos da transação	(1.795)
Amortização de custo da transação	2.334
Saldo em 2019	**2.134**

25 Debêntures (Controladora e Consolidado)

	2019	2018	2017
Primeira série (custo amortizado)	149.110	131.250	102.610
Segunda série (valor justo)	40.602	37.041	47.094
Total	**189.712**	**168.291**	**149.704**
Passivo circulante	88.806	3.693	2.084
Passivo não circulante	100.906	164.598	147.620

A operação realizada em 29 de outubro de 2017 no montante total de R$ 153.061 é composta por emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento final em 31 de outubro de 2021 e, a segunda série deverá ser liquidada até 31 de outubro de 2023, iniciando o direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série.

As premissas de remuneração do contrato caracterizam a operação como um contrato combinado de forma que no reconhecimento inicial, a primeira série R$ 149.110 em 2019 (R$ 131.250 em 2018 e 102.610) é registrada pelo custo amortizado, e a segunda série R$ 40.602 em 2019 (R$ 37.041 em 2018 e 47.094 em 2017) por valor justo.

Após o reconhecimento inicial, a primeira série é mensurada pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e, a segunda série, anualmente é mensurada pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, para classificação dos saldos do passivo circulante, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação do montante R$ 76.782 registado no passivo circulante, a Companhia vem envidando esforços para repactuar suas dívidas através de contratações de linhas de crédito com custos menores ou extensão das linhas existentes, cujos recursos serão utilizados para amortização destas debêntures. Adicionalmente, há previsão contratual para pagamento de R$ 12.024 entre os meses de abril e novembro de 2020.

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures série 1	Debêntures série 2	Total
Total do principal emitido	**106.490**	**46.571**	**153.060**
(+) Atualização de juros - série 1	3.847	-	3.847
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	523	523
(-) Custos da transação	(7.727)		(7.727)
Total das movimentações	**(3.880)**	**523**	**(3.357)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**102.610**	**47.094**	**149.704**
Parcela passivo circulante	2.084	-	2.084
Parcela passivo não circulante	100.526	47.094	147.620
(+) Apropriação custo da transação	2.024	-	2.024
(+) Atualização de juros - série 1	14.352	-	14.352
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	(10.053)	(10.053)
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	24.528	-	24.528
(-) Pagamento de juros	(12.264)	-	(12.264)
Total das movimentações	**28.640**	**(10.053)**	**18.587**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**131.250**	**37.041**	**168.291**
Parcela passivo circulante	3.693	-	3.693
Parcela passivo não circulante	127.557	37.041	164.598
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização de juros - série 1	330	-	330
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	3.561	3.561
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	31.034	-	31.034
(-) Pagamento de juros	(15.517)	-	(15.517)
Total das movimentações	**17.860**	**3.561**	**21.421**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**149.110**	**40.602**	**189.712**
Parcela passivo circulante	88.806	-	88.806
Parcela passivo não circulante	60.304	40.602	100.906

(*) O pagamento de juros da primeira série é dividido em parcelas semestrais, sendo que 50% da remuneração deve ser liquidada em dinheiro, e 50% deve ser capitalizada e incorporada ao saldo do valor nominal da totalidade das debêntures, os quais deverão ser integralmente quitados na data de vencimento da primeira série.

Primeira série

Cada uma das debêntures da primeira série fará jus a juros simples pré-fixados entre 14,5% a 16,5% a.a. nos primeiros 12 meses e 18% a.a. a partir do 13º mês, capitalizados semestralmente. O prazo de vencimento é de 48 meses a partir da emissão das Debêntures (29 de outubro de 2017). Foram emitidas 153.061.000 debêntures na modalidade no valor de R$ 1.

Para o cálculo do custo amortizado, foi considerado o fluxo previsto de pagamentos baseado na melhor estimativa da Administração.

Segunda série
A segunda série das debênture é remunerada considerando:

a. Com evento de liquidez
Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico da Companhia; e

b. Sem evento de liquidez
A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA Ajustado* acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.

'*EBITDA Ajustado corresponde ao lucro da emissora antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação, amortização, outras receitas (despesas) operacionais líquidas, despesas administrativas, despesas tributárias e líquido de qualquer efeito de AVP.

Custo da transação
Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado da Companhia no processo de emissão de debêntures foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo detalhamento:

(a) Taxa de estruturação - Considerado a taxa de 2% do valor da operação, compreendendo o montante de R$ 3.061, sendo realizado proporcional aos 48 meses da operação. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação da taxa de estruturação	**3.061**
Apropriações	
2017	(128)
2018	(765)
2019	(765)
Saldo a apropriar	**1.403**

(b) Serviços especializados para análise preliminar, remodelagem e avaliação econômica e estratégica da Companhia, bem como orientação no preparo das informações e documentos, prospecção, abordagem e negociação com financiadores interessados, remunerados a taxa de sucesso de 3% dos recursos liberados líquidos dos impostos. O valor compreende o montante de R$ 4.992. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação de serviços especializados	**4.992**
Apropriações	
2017	(208)
2018	(1.248)
2019	(1.248)
Saldo a apropriar	**2.288**

Antecipações despesas
As antecipações de estruturação, ainda não apropriados integralmente no resultado da Companhia, foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista. O montante inicial reconhecido foi de R$ 1.300, sendo baixados conforme:

Contratação de serviços especializados	**1.300**
Apropriações	
2017	(54)
2018	(325)
2019	(325)
Saldo a apropriar	**596**

Covenants

Os covenants financeiros, cuja data-base para apuração é 30 de outubro, são:

(a) Obrigação de não-oneração das ações da Companhia e do fluxo de caixa de dividendos; vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R$ 30.000;

(b) Indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido (empréstimos e parcelamentos tributários, reduzido das disponibilidades) divido pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e

(c) Distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da emissora e/ou quotistas da Nissei Administradora, valor que exceda R$ 4.000 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.

Tendo em vista aos esforços da Companhia para repactuação das dívidas através de contratação de linhas de créditos ou extensão das linhas existentes, a Companhia obteve, em 4 de dezembro de 2019, a anuência do Debenturista, com vigência até 31 de outubro de 2020, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações da Companhia, em relação ao não cumprimento das cláusulas previstas nos itens (a) e (b), acima descritos.

Contudo, a anuência está condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações, de forma cumulativa:

- Quando do recebimento pela Companhia de valores oriundos de precatórios no valor mínimo de R$ 35.000, sendo certo a utilização para amortização facultativa previstas no contrato com a debenturista;

- Autorização para utilização de bens em garantia de operações financeiras relacionadas, sendo os ativos biológicos, as fazendas de Guarapuava, Itaperuçu e Rio Branco e Condomínio Brava;

- Amortização parcial de debêntures, no valor de R$ 8.000 até 30 de novembro de 2020, sendo R$ 4.000 pagos até 30 de abril de 2020 e valor restante em 30 de novembro de 2020;

- Permanecer adimplente com todas as obrigações assumidas em âmbito da escritura e do contrato de alienação fiduciária.

Garantias
A operação está garantida por:

(a) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia.

(b) cessão fiduciária parcial dos dividendos distribuídos,

(c) garantia pessoal (aval) do acionista controlador.

26 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora			Controladora		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Salários a pagar	9.253	8.301	7.455	9.278	8.321	7.481
FGTS a recolher	1.323	1.268	1.193	1.326	1.271	1.196
INSS a recolher	4.297	4.062	3.765	4.306	4.070	3.776
Provisão de férias e encargos	17.340	16.686	15.889	17.340	16.701	15.910
Prêmios de produtividade	6.735	3.256	-	6.735	3.256	-
Outras obrigações trabalhistas	676	810	466	713	810	466
	39.624	**34.383**	**28.768**	**39.698**	**34.429**	**28.829**

27 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, estão compostos de parcelamentos de tributos realizados pela controladora, sendo que os saldos estão assim compostos:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
REFIS – Programa de recuperação fiscal						
Programa de regularização tributária – PRT	18.957	19.822	20.268	18.957	19.822	20.268
Programa especial de regularização tributária – PERT	11.840	12.333	16.048	11.840	12.333	16.048
	30.797	32.155	36.316	30.797	32.155	36.316
PAEX						
Lei 10552/2002	-	-	32	-	-	32
Parcelamento - Estado São Catarina	-	-	34	-	-	34
			66			66
Outros						
Lei 10552/2002	-	-	-	323	466	-
Lei 12.966/14	-	-	53	-	-	53
ISS - Prefeitura Municipal de Curitiba	-	-	281	-	-	281
Parcelamento - Estado São Catarina	-	6	77	-	6	77
	-	6	411	323	472	411
Total dos parcelamentos	**30.797**	**32.161**	**36.793**	**31.120**	**32.627**	**36.793**
Passivo circulante	3.182	3.168	4.675	3.353	3.328	4.675
Passivo não circulante	27.615	28.993	32.118	27.767	29.299	32.118

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de diversas condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

28 Provisão para contingências e depósitos judiciais (Controladora e Consolidado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2019	2018	2017
Demandas prováveis			
Trabalhistas e previdenciárias	2.270	3.434	4.583
Cíveis	5.592	4.977	1.794
	7.862	**8.411**	**6.377**
Depósitos judiciais			
Trabalhistas e previdenciárias	4.755	4.264	3.806
Cíveis	299	294	171
	5.054	**4.558**	**3.977**

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ R$ 7.682 (R$ 16.613 em 2018, R$ 11.737 em 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Contingência ativa

A Companhia ajuizou mandado de segurança em março de 2017 para pleitear a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 26 de maio de 2020 o mando impetrado pela Companhia transitou em julgado favoravelmente a empresa afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com base no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento, a Companhia estimou, com auxílio de seus assessores tributários, crédito no montante de R$ 9.326 a ser registrado no momento do trânsito em julgado.

29 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 o capital social está representado por 21.720.362 ações, ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R$21.720 em 2019, 2018 e 2017, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é destinada à aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Nissei Administradora de Bens optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para as normas CPC´s, pelo custo atribuído daquela data. Em decorrência da adoção do custo atribuído foram efetuados o registro de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquido do efeito do imposto de renda passivo diferido.

e. Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto da Companhia, do lucro remanescente após as deduções e constituições de reservas, será destinado valor necessário para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios das ações ordinárias de 10% (dez por cento), ajustados nos termos do artigo 202, da Lei 6.404/76 e limitado aos covenants das debêntures – nota explicativa 24.
Durante os exercícios de 2017, 2018 e 2019 os acionistas aprovaram em atos societários legais a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$ 3.745, R$ 2.316 e R$ 48, respectivamente.

O juros sobre o capital próprio foram distribuídos atendendo o artigo 10 da Lei 9.249/1995, atendo os critérios legais e devidamente aprovados em Assembleia Geral.

30 Receita líquida

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita operacional bruta						
Vendas de mercadorias (a)	1.536.271	1.372.580	1.237.850	1.536.271	1.372.580	1.263.957
Verbas (b)	17.874	14.556	10.441	17.874	14.556	10.441
Prestação de serviços	3.670	3.064	2.750	5.414	3.898	2.750
	1.557.815	1.390.200	1.251.041	1.559.559	1.391.034	1.277.148
Deduções sobre vendas/serviços						
Impostos sobre vendas e serviços (c)	(52.052)	(38.443)	(33.698)	(52.052)	(38.527)	(34.778)
Devoluções e abatimentos	(8.033)	(6.870)	(5.703)	(8.033)	(6.870)	(5.703)
	(60.085)	(45.313)	(39.401)	(60.085)	(45.397)	(40.481)
Receita líquida	**1.497.730**	**1.344.887**	**1.211.640**	**1.499.474**	**1.345.637**	**1.236.667**

(a) A Companhia mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo, medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência; e v) Alto Custo. As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.

(b) Os saldos registrados na rubrica "verbas" compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.

(c) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

Receita de vendas por tipo de produto

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Vendas de mercadorias						
Medicamentos	**921.221**	**844.843**	**773.377**	**921.221**	**844.843**	**773.377**
Marca	681.505	638.176	569.653	681.505	638.176	569.653
Genérico	178.882	166.439	161.037	178.882	166.439	161.037
Similar	60.834	40.228	42.687	60.834	40.228	42.687
Higiene e beleza	482.429	416.441	371.128	482.429	416.441	371.128
Manipulação	9.227	8.784	8.405	9.227	8.784	8.405
Conveniência	111.698	94.016	78.216	111.698	94.016	78.216
Alto Custo	3.663	1.626	1.021	3.663	1.626	1.021
Outras receitas operacionais						
Vendas - propriedade para investimento	-	-	-	-	-	26.107
Verbas	17.874	14.556	10.441	17.874	14.556	10.441
Prestação de serviços	3.670	3.064	2.750	5.414	3.898	2.750
Impostos sobre vendas e serviços	(52.052)	(38.443)	(33.698)	(52.052)	(38.527)	(34.778)
Receita operacional líquida	**1.497.730**	**1.344.887**	**1.211.640**	**1.499.474**	**1.345.637**	**1.236.667**

31 Custos e despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Mercadorias vendidas	992.489	883.783	774.078	992.500	885.421	786.949
Despesas de pessoal	256.994	237.578	206.755	257.506	238.700	207.407
Depreciação e amortização (a)	69.402	20.073	13.481	70.384	20.893	11.837
Serviços de terceiros	28.557	31.086	26.730	28.876	31.549	28.098
Taxas de administração de operadoras de cartões	14.404	12.545	13.336	14.404	12.545	13.336
Despesas com manutenção	10.258	7.100	7.108	10.338	7.196	7.211
Fretes e carretos	6.806	5.691	4.606	6.806	5.691	4.606
Propaganda e publicidade	6.161	6.673	3.724	6.161	6.673	3.724
Despesas tributárias	2.220	3.076	7.230	2.220	3.076	7.230
Aluguéis de imóveis (a)	670	47.757	42.741	670	46.156	39.305
Outros	42.985	45.493	38.771	44.890	45.862	41.898
Total	**1.430.946**	**1.300.855**	**1.138.560**	**1.434.755**	**1.303.762**	**1.151.601**

	Controladora			Consolidado		
Classificados como	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	992.489	883.783	774.078	992.500	885.421	786.949
Despesas administrativas	65.759	58.039	80.118	69.557	60.607	82.123
Despesas comerciais	372.698	359.033	284.364	372.698	357.734	282.529
Total de despesas	**1.430.946**	**1.300.855**	**1.138.560**	**1.434.755**	**1.303.762**	**1.151.601**

(a) A variação na conta de aluguel e depreciação acumulada está diretamente relacionada com a mudança de prática contábil – vide nota explicativa 5.

32 Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
Despesa financeira	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Juros sobre empréstimos	(48.288)	(51.831)	(23.218)	(48.332)	(51.831)	(23.218)
Resultado *Swap*	(144)	-	(486)	(144)	-	(486)
Ajuste a valor presente (i)	(21.379)	(23.654)	(34.480)	(21.379)	(23.654)	(34.480)
Juros passivos	(269)	(192)	(1.718)	(269)	(192)	(1.718)
IOF	(1.697)	(1.071)	(1.494)	(1.697)	(1.071)	(1.494)
Despesas bancária	(1.026)	(952)	(947)	(1.026)	(952)	(947)
Debêntures - Série 2	(3.561)	10.053	(523)	(3.561)	10.053	(523)
Variação cambial	(19)	-	(680)	(19)	-	(800)
Juros de arrendamentos (ii)	(15.918)	-		(15.918)	-	
Outras despesas financeiras	(4.041)	(2.250)	(4.235)	(4.084)	(2.711)	(4.244)
Total	**(96.342)**	**(69.897)**	**(67.781)**	**(96.429)**	**(70.358)**	**(67.910)**

	Controladora			Consolidado		
Receita financeira	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Ganhos na atualização precatório (nota explicativa 13)	11.390	-	1.590	11.390	-	1.590
Ganho na antecipação de parcelamentos	-	-	794	-	-	794
Ganho financeiros na adesão parcelamento- PERT	-	-	1.726	-	-	1.726
Rendimentos com aplicações financeiras	21	1.075	1.242	21	1.075	1.242
Descontos obtidos	32	52	1.358	32	52	1.358
Outros	585	196	92	593	310	153
Total	**12.028**	**1.323**	**6.802**	**12.036**	**1.437**	**6.863**

(i) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.

(ii) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota 23.

33 Imposto de renda e contribuição social

Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Ativo não circulante						
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	3.582	3.164	-	3.582	3.164	-
Outras provisões (financeiras, estoques e outros)	4.841	3.104	-	4.841	3.104	-
Prejuízos fiscais a compensar	5.960	3.988	-	5.960	3.988	-
Total ativo não circulante	**14.383**	**10.257**	**-**	**14.383**	**10.257**	**-**
Passivo não circulante						
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	(23.618)	(23.719)	(24.213)
Total passivo não circulante	**-**	**-**	**-**	**(23.618)**	**(23.719)**	**(24.213)**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	**14.383**	**10.257**	**-**	**(9.579)**	**(13.462)**	**(24.213)**

Movimentação dos saldos – ativo diferido – controladora

O ativo diferido da controladora está composto em 34% sobre a base de provisões temporárias e prejuízo fiscal, abaixo apresenta-se a movimentação do ano:

Saldo em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017	**-**
(+) Incremento prejuízo fiscal e diferenças temporárias	10.257
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**10.257**
(+) Incremento prejuízo fiscal e diferenças temporárias	4.126
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**14.383**

Movimentação dos saldos – consolidado – passivo diferido

O passivo diferido na controlada referem-se ao custo atribuído (CPC 27 e ICPC 10) e estão constituídos as mesmas taxas dos impostos correntes. Abaixo demonstrativo de movimentação:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	**25.031**
(-) Realização de impostos diferidos	(132)
Baixa dos impostos diferidos pela venda de ativos	(686)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**24.213**
(-) Realização de impostos diferidos	(100)
Baixa dos impostos diferidos pela venda de ativos	(394)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**23.719**
(-) Realização de impostos diferidos	**(101)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**23.618**

A Companhia e sua controlada, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima que o saldo do imposto de renda diferido ativo contabilizado será realizado substancialmente nos próximos anos.

Corrente

Abaixo demonstramos a reconciliação de (despesas) receitas com o imposto de renda e a contribuição social do exercício:

	2019	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(18.370)	(26.430)	18.827
Imposto utilizando a alíquota nominal vigente (34%)	6.246	8.986	(6.401)
(+) Adições permanentes	**(21.019)**	**(1.075)**	**(804)**
Amortização de arrendamentos (CPC 6 (R2) / IFRS 16)	(14.984)	-	-
Juros de arrendamento (CPC 6 (R2) / IFRS 16)	(5.412)	-	-
Perda por equivalência patrimonial	-	(574)	-
Outras adições (brindes/multas/outras)	(623)	(502)	(804)
(-) Exclusões permanentes	**18.553**	**-**	**2.201**
Contraprestação arrendamento (CPC 6 (R2) / IFRS 16)	18.504	-	-
Ganho de equivalência patrimonial	49	-	2.201
Outros	347	2.448	(863)
	4.126	10.359	(5.867)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	102	(5.867)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.126	10.257	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.126	10.359	(5.867)
Alíquota efetiva	**-22,5%**	**-39,2%**	**31,2%**

A Controlada apresentou imposto de renda e contribuição social sobre a receita de serviços o montante de R$ 372 (2018: 248 e 2017: R$ 1.197).

34 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez e estrutura de capital

Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia e sua controlada, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia e sua controlada possuem e seguem a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e sua controlada, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados (saldos do consolidado):

	2019	2018	2017
Total dos financiamentos e empréstimos	193.036	138.643	97.716
Debêntures	189.712	168.291	149.704
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(80.426)	(29.974)	(101.293)
Dívida líquida	302.322	276.960	146.127
Patrimônio líquido	70.454	84.743	103.132
Índice de alavancagem financeira	**4,29**	**3,27**	**1,42**

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Financiamentos e empréstimos	47.263	58.884	78.278	8.611
Debêntures (série 1 + série 2)	88.806	100.906	-	-
Fornecedores	254.658	-	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e sua controlada, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (consolidado)

	2019	2018	2017
Ativos financeiros:			
Avaliados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	80.426	29.974	101.293
Aplicações financeiras	10.001	-	
Contas a receber de clientes	84.927	75.077	67.309
Outras contas a receber	75.132	52.524	45.148
	250.486	**157.575**	**213.750**
Passivos financeiros:			
Avaliados ao custo amortizado:			
Fornecedores	254.658	227.708	201.465
Empréstimos e financiamentos	193.036	138.643	97.716
Debênture série 1	149.110	131.250	102.610
Outras contas a pagar	6.347	5.946	4.734
	603.151	**503.547**	**406.525**

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

	2019	2018	2017
Passivos financeiros:			
Avaliados ao valor justo:			
Debêntures série 2	40.602	37.041	47.094
Empréstimos em moeda estrangeira, protegidos por SWAP	40.746	-	-

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 para os instrumentos financeiros do grupo de Ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de "Passivo financeiro ao custo amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures (série 1) da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial (debêntures - série 2), assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

Técnica de avaliação	**Inputs significativos não observáveis**	**Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo**
Modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando cenários possíveis EBITDA projetado para 2021, o valor a ser pago em cada cenário e a probabilidade de ocorrência de cada cenário.	Previsão da taxa de crescimento anual da receita Previsão da margem do Ebitda Taxa de desconto ajustada ao risco	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • a margem do EBITDA fosse maior (menor); ou • a taxa de desconto ajustada o risco fosse menor (maior). Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do Ebitda

Ainda, as técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 1 para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira protegidos por SWAP mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.	Não aplicável.	Não aplicável.

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em cada um dos exercícios (saldo contábil tendo por base o CDI de 5,94% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações nos exercícios:

Instituições financeiras e modalidades	Ano base	CDI	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	2019	5,94%	Alta do CDI	193.036	(2.867)	(5.733)
Financiamentos e empréstimos	2018	9,93%	Alta do CDI	138.643	(3.442)	(6.884)
Financiamentos e empréstimos	2017	9,93%	Alta do CDI	97.716	(2.426)	(4.852)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira
A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Controladora e Consolidado					
	2019		**2018**		**2017**	
	Impacto do Euro	**Impacto do dólar norte-americano**	**Impacto do Euro**	**Impacto do dólar norte-americano**	**Impacto do Euro**	**Impacto do dólar norte-americano**
Resultado (*)	3.298	762	-	-	-	-

(*) Ressalta-se que a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez
A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

35 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação.

	2019	2018	2017
Média ponderada da quantidade de ações total	21.720.362	21.720.362	21.720.362
(Prejuízo) lucro atribuível aos detentores das ações (em R$)	(14.244.000)	(16.071.000)	12.960.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	21.720.362	21.720.362	21.720.362
(Prejuízo) lucro por ação básico e diluído (em R$)	(0,66)	(0,74)	0,60

36 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 2019, a Companhia registrou direito de uso de arrendamento no valor de R$ 181.716 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes à adoção inicial e novos contratos reconhecidos no período. Não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e financiamento.

37 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.
Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 360.562 para danos materiais.

38 Eventos subsequentes

COVID-19
Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global e em 11 de março decretou estado de pandemia.. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 não deverão ser impactadas de forma relevante o que não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis dos nossos ativos.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 33 sobre riscos de mercado, temos limitada exposição à variação cambial do dólar norte-americano (USD), em função de empréstimo, contratado nessa moeda., os montantes estão descritos na nota 23 (a) CDC Moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos contratados nessas moedas estão protegidos (*hedge*). Os possíveis impactos do surto na nossa exposição à variação do dólar norte-americano e do euro estão contemplados na análise de sensibilidade relacionada à variação cambial na nota explicativa 33.

A Administração está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira das Companhias, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as principais medidas tomadas foram:

- Aumento de volume de compras com os fornecedores, para atender o aumento de demanda do mercado com as expectativas relacionadas à futura demanda dos produtos das Companhias, considerando o cenário atual do surto;

- Alongamento de prazos de Empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa 23). 76% desta dívida encontra-se em longo prazo.

- Em relação as Debêntures (vide nota explicativa 24), embora só exista previsão legal/contratual para pagamento de principal no curto prazo no montante de R$ 8.000, a Companhia optou por considerar parte do principal, R$ 76.782, no curto prazo. Tal fato se deve a estimativas da administração em antecipar este pagamento como forma de redução de custo financeiro e alongamento de amortização.

À exceção de operações bancárias com o objetivo de substituir o principal das debentures, conforme comentado no parágrafo anterior, no momento a Nissei não vê a necessidade de operações adicionais as que já existem ou estão em processo de contratação.

A Companhia avaliou perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um amento significativo no risco de crédito.

Conforme demonstrado na nota explicativa 11, a qual demonstra que o saldo a receber está substancialmente concentrado com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra), a Administação não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento no risco de crédito em relação a realização destes montantes.

Venda de investimento
Em 30 de junho de 2020, a Companhia formalizou a venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda.. Desta forma, saindo na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R$ 87.000, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo até 24 meses.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua XV de novembro, 123, Centro, CEP 80020-310, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.430.682/0001-22, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41.3.0009026-2 ("Companhia"),

declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trianuais consolidadas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras trianuais consolidadas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Alexandre Maeoka
Diretor Presidente

André Lissner
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 12

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 13

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 15

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 16

3.7 - Nível de Endividamento 17

3.8 - Obrigações 18

3.9 - Outras Informações Relevantes 19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 21

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 75

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 77

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 86

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 88

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 89

4.7 - Outras Contingências Relevantes 91

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 92

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 93

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 101

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 104

5.4 - Programa de Integridade 111

5.5 - Alterações significativas 115

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 116

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 117

6.3 - Breve Histórico 118

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 121

6.6 - Outras Informações Relevantes 122

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 123

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 138

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 139

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 142

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 150

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 151

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 162

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 163

7.8 - Políticas Socioambientais 164

7.9 - Outras Informações Relevantes 165

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 166

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 168

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 169

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 170

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 171

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 172

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 174

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 217

9.2 - Outras Informações Relevantes 218

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 219

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 258

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 260

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 261

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 264

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 273

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 274

10.8 - Plano de Negócios 275

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 277

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 280

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 281

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 282

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 292

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 298

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 302

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 303

12.7/8 - Composição Dos Comitês 306

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 309

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 311

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 312

12.12 - Outras informações relevantes 313

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 315

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 321

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 325

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 328

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 332

13.6 - Opções em Aberto 333

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 334

13.8 - Precificação Das Ações/opções 335

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 336

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 337

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 338

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 339

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 340

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 341

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 342

13.16 - Outras Informações Relevantes 343

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 344

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 351

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 352

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 353

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 355

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 356

15.3 - Distribuição de Capital 357

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 358

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 359

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 360

15.7 - Principais Operações Societárias 361

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 363

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 364

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 368

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 373

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 374

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 375

17.2 - Aumentos do Capital Social 376

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 377

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 378

17.5 - Outras Informações Relevantes 379

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 380

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 381

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 382

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 383

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 384

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 386

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 387

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 388

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 389

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 390

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 391

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 392

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 393

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 395

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 396

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 397

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 398

20.2 - Outras Informações Relevantes 399

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 400

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 403

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 404

21.4 - Outras Informações Relevantes 405

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Alexandre Maeoka**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**André Lissner**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Alexandre Maeoka, brasileiro, empreendedor, casado, portador do documento de identidade RG nº 7.767.727-5 SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 041.833.849-31, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua XV de Novembro, 123, Centro, CEP 80020-310, na qualidade de Diretor Presidente da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, 123, Centro, CEP 80020-310, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.430.682/0001-22, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41.3.0009026-2 ("Companhia" ou "Nissei")para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

Alexandre Maeoka
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

André Lissner, brasileiro, administrador, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.833.705-7, inscrito no CPF/ME sob o nº 130.331.008-21, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua XV de Novembro, 123, Centro, CEP 80020-310, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

André Lissner

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os nossos atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2, respectivamente, deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0009-86
Data Início	01/10/2015
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram/prestarão os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e (ii) revisão das informações trimestrais – ITRs de 31 de março de 2020 e de 30 de junho de 2020, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a norma IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB); (iii) serviços prestados referentes ao trabalho de Asseguração Limitada Independente relativo a compilação do EBITDA; e (v) serviço de procedimentos pré acordados.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os seguintes valores foram pagos aos auditores independentes como remuneração pelos serviços prestados: (i) R$ 853.663,00 pela realização das auditorias relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017; (ii) R$ 207.000,00 pela revisão das informações trimestrais correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020 e auditoria relativa ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020; (iii) R$ 140.936,00 por trabalhos de Asseguração Limitada Independente referente aos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019; e (iv) R$ 38.568,00 por outros procedimentos pré-acordados.
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Edson Rodrigues da Costa	01/10/2015	007.047.549-08	Rua Nunes Machado, nº 68, Centro, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80250-000, Telefone (41) 33042500, e-mail: ecosta@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	27.025.000,00	70.454.000,00	84.743.000,00	103.132.000,00
Ativo Total	960.918.000,00	966.479.000,00	731.084.000,00	657.138.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	758.809.000,00	1.499.474.000,00	1.345.637.000,00	1.236.667.000,00
Resultado Bruto	257.256.000,00	506.974.000,00	460.216.000,00	449.718.000,00
Resultado Líquido	-13.815.000,00	-14.241.000,00	-16.073.000,00	12.961.000,00
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,803713	0,308291	0,256308	0,210607
Resultado Básico por Ação	0,000636	0,000656	0,000740	0,000597

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução da CVM 527/12").

O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Dessa forma, não devem ser consideradas como substituto para o lucro (prejuízo) líquido e não poderão ser consideradas para o cálculo de distribuição de dividendos. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e Margem EBITDA da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e de 2019 e para os três últimos exercícios sociais:

(Em milhões de reais)	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
EBITDA	110.986	56.518	136.708	63.135	94.585
Margem EBITDA	14,63%	7,94%	9,12%	4,69%	7,65%

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida são medições utilizada pela Companhia. A Dívida Bruta representa a soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). A Dívida Líquida representa a Dívida Bruta deduzido pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa e pelo instrumentos financeiros derivativos.

3.2 - Medições Não Contábeis

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não devendo ser consideradas como indicadores de liquidez ou endividamento. Não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(Em milhares de reais)	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Dívida Bruta	443.468	382.748	306.934	247.420
Dívida Líquida	390.552	302.322	276.960	146.127

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

(Em milhares de reais)	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(13.815)	(16.074)	(14.241)	(16.073)	12.961
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	2.097	(7.027)	(3.855)	(10.606)	6.246
(+) Resultado financeiro, líquido	83.462	45.463	84.393	68.921	61.047
(+) Depreciação e amortização	39.242	34.156	70.411	20.893	14.331
EBITDA	**110.986**	**56.518**	**136.708**	**63.135**	**94.585**
Receita Operacional Líquida	**758.809**	**711.632**	**1.499.474**	**1.345.637**	**1.236.667**
Margem EBITDA	**14,63%**	**7,94%**	**9,12%**	**4,69%**	**7,65%**

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. As demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram reapresentadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2019 e informações trimestrais referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Os efeitos do juros de arrendamento e depreciação do direito de uso relacionados à implementação do IFRS 16/CPC 06(R2) foram de, respectivamente, R$ 15,9 milhões e R$ 44,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, R$ 8,0 milhões e R$ 21,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, e R$ 8,5 milhões e R$ 24,1 milhões no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020.

3.2 - Medições Não Contábeis

Reconciliação Dívida Bruta e Dívida Líquida:

(Em milhares de reais)	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante)	202.137	193.036	138.643	97.716
Debêntures (circulante e não circulante)	241.331	189.712	168.291	149.704
(=) **Dívida Bruta**	443.468	382.748	306.934	247.420
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(42.070)	(80.426)	(29.974)	(101.293)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(10.846)	-	-	-
(=) Dívida líquida	**390.552**	**302.322**	**276.960**	**146.127**

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque a Companhia acredita que essas medições não contábeis sejam reconhecidas como medidas de desempenho frequentemente utilizadas por investidores, analistas de valores mobiliários e outras pessoas interessadas em analisar a performance das companhias. Tais medidas, contudo, são suscetíveis a variações na forma de cálculo e não são calculadas por todas as companhias da mesma maneira. Dessa forma, o EBITDA e a Margem EBITDA aqui apresentados podem não ser diretamente comparáveis com medidas similares apresentadas por outras companhias.

No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com o IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia.

Adicionalmente, essas medições apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de desempenho, em razão de não desconsiderarem certos custos ou despesas da Companhia que podem impactar significativamente os resultados operacionais e de liquidez, tais como nosso resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social e depreciação e amortização. Desta forma, o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária ou alterações nos níveis de depreciação e amortização, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA oferecem aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Companhia entende que a Dívida Líquida permite a avaliação do endividamento financeiro da Companhia e que pode ser utilizado a qualquer momento para amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Além disso, a Companhia utiliza-se da Dívida Líquida para verificação de covenants financeiros contratuais e limites de endividamento previstos em suas políticas internas.

A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, não possuindo um significado padrão. Desta forma, outras sociedades podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia e não deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para qualquer medida de liquidez ou endividamento de acordo com o IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de junho de 2020 da Companhia, cuja emissão foi autorizada em 26 de agosto de 2020.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
a. Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia previa que, no mínimo, 5% do lucro líquido do exercício, verificado após as deduções de prejuízos acumulados, de provisão para o Imposto de Renda e, se aplicável, das participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações, poderia ser destinado para a constituição da reserva legal, a qual não poderia exceder o limite de 20% do capital social da Companhia.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia previa que, no mínimo, 5% do lucro líquido do exercício, verificado após as deduções de prejuízos acumulados, de provisão para o Imposto de Renda e, se aplicável, das participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações, poderia ser destinado para a constituição da reserva legal, a qual não poderia exceder o limite de 20% do capital social da Companhia.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo. 5% do lucro líquido do exercício, verificado após as deduções de prejuízos acumulados, de provisão para o Imposto de Renda e, se aplicável, das participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações. poderia ser destinado para a constituição da reserva legal, a qual não poderia exceder o limite de 20% do capital social da Companhia.
a.i. valores das retenções de lucros	Não houve retenção com relação ao resultado líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, tendo em vista prejuízo no exercício.	Não houve retenção com relação ao resultado líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, tendo em vista prejuízo no exercício.	Com relação ao resultado líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29.05.2018, houve constituição da Reserva Legal sobre o saldo do lucro líquido, no valor de R$ 648.000,00.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não houve retenção com relação ao resultado líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, tendo em vista prejuízo no exercício.	Não houve retenção com relação ao resultado líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, tendo em vista prejuízo no exercício.	Constituição de reserva legal equivalente à 5% do lucro líquido ajustado do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei n 6.404/76 e alterações posteriores.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia previa que pelo menos 10% do lucro líquido do exercício, verificado após as deduções de prejuízos acumulados, de provisão para o Imposto de Renda e, se aplicável, das participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações, seria anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia previa que pelo menos 10% do lucro líquido do exercício, verificado após as deduções de prejuízos acumulados, de provisão para o Imposto de Renda e, se aplicável, das participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações, seria anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia previa que pelo menos 10% do lucro líquido do exercício, verificado após as deduções de prejuízos acumulados, de provisão para o Imposto de Renda e, se aplicável, das participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações, seria anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos seguia a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.	A política de distribuição de dividendos seguia a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.	A política de distribuição de dividendos seguia a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não havia restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. A Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Farmácia e Drogaria Nissei S.A." ("Escritura de Emissão") prevê limitação de distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia de R$ 4 milhões ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não havia restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. A Escritura de Emissão prevê limitação de distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia de R$ 4 milhões ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não havia restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. A Escritura de Emissão prevê limitação de distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia de R$ 4 milhões ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	-13.814,00	-14.244,00	-16.071,00	12.312,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000	30,417000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,511200	0,202200	0,189600	0,119400
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	3.745,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00	10.155,00
Data da aprovação da retenção				31/12/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária	0,00		0,00		0,00		0,00	
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária	0,00		0,00		0,00		3.745,00	29/12/2017

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

O montante de dividendos declarados no período de 30 de junho de 2020 foi de R$ 9,3 milhões, os quais foram declarados à conta de lucros retidos ou reservas de lucros a realizar.

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2019 foi de R$ 48 mil, os quais foram declarados à conta de lucros retidos ou reservas de lucros a realizar.

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2018 foi de R$ 2,3 milhões, os quais foram declarados à conta de lucros retidos ou reservas de lucros a realizar.

No exercício social de 2017 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas de lucros a realizar.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2020	933.893.000,00	Índice de Endividamento	34,55663275	
31/12/2019	896.025.000,00	Índice de Endividamento	12,71787265	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/06/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		35.533.615,42	69.384.997,64	58.796.627,13	16.645.249,34	180.360.489,53
Títulos de dívida	Garantia Real		241.331.587,17	0,00	0,00	0,00	241.331.587,17
Financiamento	Quirografárias		19.832.384,58	11.943.189,52	0,00	0,00	31.775.574,10
Total			296.697.587,17	81.328.187,16	58.796.627,13	16.645.249,34	453.467.650,80

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se à rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) apresentadas nas Informações Trimestrais – ITR da Companhia em 30 de junho de 2020.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		47.263.000,00	42.131.596,19	63.249.596,09	23.794.384,08	176.438.576,36
Títulos de dívida	Garantia Real		88.806.300,22	100.905.320,21	0,00	0,00	189.711.620,43
Financiamento	Quirografárias		0,00	16.699.177,58	0,00	0,00	16.699.177,58
Total			136.069.300,22	159.736.093,98	63.249.596,09	23.794.384,08	382.849.374,37

Observação

Os saldos apresentados acima referem-se à rubrica de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Aspectos financeiros

Em 29 de outubro de 2017, a Companhia emitiu debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada, no montante de principal de R$ 153,1 milhões ("Debêntures"), as quais foram objeto de colocação privada, e subscritas e integralizadas pelo CWB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Debenturista"), sendo o vencimento da 1º série em 31 de outubro de 2021 e o vencimento da 2º série em 31 de outubro de 2023. O recurso foi utilizado em 2018 para, basicamente, amortizar parte das dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade. Para mais informações sobre as Debêntures, ver itens 10.(f) e 18.5 deste Formulário de Referência.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R$ 176,1 milhões. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes deve-se à reclassificação, em 30 de junho de 2020, do saldo a pagar das Debêntures para o curto prazo. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração. Para esta estimativa foi levado em conta as expectativas de reestruturação organizacional prevista para 2020. Em não se realizando tal reestruturação, valor parcial ou o valor integral destas debêntures, as quais possuem prazo de vencimento final em 29 de outubro de 2021, será reclassificado para longo prazo.

Adicionalmente, os prejuízos apresentados no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e no ano findo em 31 de dezembro de 2019, refletem substancialmente o custo da dívida dos recursos financeiros (incluindo provisão do prêmio das debêntures), obtidos para viabilizar o plano de investimento e projeto de expansão da Companhia, bem como a consequente depreciação relacionada. Há de se ressaltar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 40 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia.

Entidade controlada e reestruturação societária

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) que detinha na então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda. Desta forma deixou de participar do capital social da investida. A venda da participação societária tem por objetivo segregar atividades que não estejam relacionadas diretamente ao objeto social principal da Companhia tais como: a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros e focar exclusivamente no mercado farmacêutico, considerando as potenciais oportunidades de crescimento de vendas e serviços.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020 a OMS elevou o estado da contaminação do COVID-19 à pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, a Companhia entende que as suas projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 não deverão ser impactadas de forma relevante o que não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis dos nossos ativos.

Até a presente data, os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram significativas e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado, as ações tomadas pela empresa, tais como redução de custos, reforço de estoque de itens vendáveis que tiveram aumento de demanda em função da pandemia, e redução de despesas garantiram que ao final do primeiro semestre de 2020, mesmo com os efeitos negativos da pandemia, o EBITDA da empresa ficasse 95,4% superior ao EBITDA do mesmo período no ano de 2019.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP n° 03/2020, diante do cenário atual que o país atravessa por conta da COVID-19, a Companhia avaliou perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais, com o objetivo de verificar se, de fato, houve um amento significativo no risco de crédito.

A Companhia adotou como premissa para avaliação dos impactos na perda esperada de crédito os saldos de contas a receber em 30 de junho de 2020, a qual demonstra que o saldo a receber está substancialmente concentrado com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra). A Administração não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento significativo no risco de crédito em relação a realização destes momentos que justificassem qualquer impacto na provisão.

Adicionalmente, sobre riscos de mercado, temos limitada exposição à variação cambial do euro, em função de empréstimo contratado nessa moeda. Os empréstimos e financiamentos contratados nessas moedas estão protegidos (*hedge*).

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios atuais e futuros da Companhia, a sua situação financeira reputacional, seus resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou demais indicadores financeiros e não financeiros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus atuais e potenciais titulares. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta Seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira reputacional, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta Seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Adicionalmente, a subdivisão desta Seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta Seção “4. Fatores de Risco”.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(a) Riscos relacionados à Companhia

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde ("OMS") em razão da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em dezembro de 2019, foi relatado que a COVID-19 surgiu em Wuhan, China. Em março de 2020, a OMS declarou como pandêmico o surto de COVID-19, desencadeando severas medidas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições às viagens e transportes públicos. Tais medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Consequentemente, as receitas das operações da Companhia podem vir a sofrer um declínio em decorrência dos impactos das restrições de circulação impostas nas jurisdições em que opera.

Mais especificamente para a nossa operação, pode haver interrupção do abastecimento por parte da indústria farmacêutica, que por sua vez, poderá sofrer devido à ausência de insumos para a produção dos remédios, ou mesmo por questões de infraestrutura e logística necessárias para a produção, distribuição e comercialização destes produtos, que poderão ser afetadas. Esses fatores poderão ter um impacto adverso e material nos nossos negócios e nos resultados das nossas operações, bem como na cotação das ações de nossa emissão.

Na data deste Formulário de Referência, nenhuma loja permanece com suas atividades suspensas. Entretanto, não podemos garantir que as lojas que voltaram a operar não serão novamente fechadas em razão do surto do COVID-19, nem que não seremos obrigados a adotar medidas adicionais, incluindo o fechamento de outras lojas, em razão da mencionada pandemia ou que o fluxo de pessoas nos shoppings e em outros locais em que temos lojas retornará e/ou quando retornará aos patamares pré COVID-19, o que impactou e poderá continuar impactando o volume de vendas e, consequentemente, a receita e a geração de caixa da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Mais especificamente para a nossa operação, pode haver interrupção do abastecimento por parte da indústria farmacêutica, que por sua vez, poderá sofrer devido à ausência de insumos para a produção dos remédios, ou mesmo por questões de infraestrutura e logística necessárias para a produção, distribuição e comercialização destes produtos, que poderão ser afetadas. Esses fatores poderão ter um impacto adverso e material nos nossos negócios e nos resultados das nossas operações, bem como na cotação das ações de nossa emissão.

A disseminação do COVID-19 nos levou a modificar nossas práticas de negócios (incluindo práticas de higienização de locais de trabalho dos funcionários e cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências) e podemos tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que determinamos ser do melhor interesse de nossos funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia do vírus ou, de outra forma, serão satisfatórias para atender às exigências das autoridades governamentais. Não há, também, como mensurar nesse momento os impactos desse surto nos negócios da Companhia.

Além disso, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que pode resultar em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto depois que o surto diminuir, o que pode continuar reduzindo a demanda por produtos e serviços da Companhia. Como resultado, acreditamos que a pandemia provocada pelo novo Coronavírus continuará a afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa.

A extensão do impacto que a COVID-19 terá em nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia, depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, não podem ser previstos e estão fora de nosso controle, incluindo novas informações que podem rapidamente surgir sobre a gravidade do vírus, o escopo do surto e as ações para contê-lo ou tratar seu impacto, entre outros. A pandemia do vírus COVID-19 resultou em uma volatilidade significativa no mercado financeiro e incerteza em todo o mundo. Portanto, o valor de mercado de nossas ações pode ser afetado adversamente por eventos que ocorrem dentro ou fora do Brasil.

Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19. Mesmo após a contenção do surto do COVID-19, a Companhia pode continuar a ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação do COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto do COVID-19 é altamente incerto. Para informações sobre o impacto do COVID em nossos negócios, vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em nossos negócios, além daquela apresentada nos itens 7.1, 10.1, 10.8, 10.9 e 13.16 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de renovar ou manter os contratos de locação de algumas de nossas lojas ou celebrar contratos de locação de novas lojas em termos aceitáveis, e as operações poderão ser adversamente afetadas.

Na data deste Formulário de Referência, todos os imóveis em que as nossas 301 lojas estão localizadas são alugados de terceiros, sendo que parte dos locadores são partes relacionadas à Companhia. Um desses imóveis era anteriormente de propriedade da Companhia, mas foi transferido para a Nissei Administradora de Bens, companhia na qual nosso acionista controlador, em conjunto com pessoas a ele vinculadas (membros de sua família), detém o controle. Assim, todas as nossas lojas são sujeitas a contratos de locação que oferecem riscos que não dependem da nossa atividade e não podem ser controlados por nós.

A Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 ("Lei de Locações"), que trata da locação de imóveis urbanos, dispõe que o locatário terá direito à renovação compulsória do contrato desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) ajuíze ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anterior à data do término do prazo do contrato de locação em vigor. Caso não consigamos renovar em termos razoáveis os contratos de locação dos imóveis relevantes existentes, os quais possuem prazos de duração variados, podemos ser adversamente afetados e poderemos ser obrigados a alterar a localização dessas lojas, correndo o risco de redução da rentabilidade, o que afetaria adversamente nossas receitas operacionais. Os novos pontos podem não apresentar a mesma visibilidade que possuem atualmente ou não serem frequentados pelo público-alvo.

A referida Lei de Locações prevê, ainda, que, findo o prazo do contrato de locação, se o locatário continuar na posse do imóvel alugado por mais de 30 (trinta) dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato. Contratos vigentes por prazo indeterminado podem ser rescindidos a qualquer momento por qualquer das partes contratantes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta)

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dias, sem direito à indenização ou multa. Alguns dos nossos contratos de locação estão vigentes por prazo indeterminado, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação do respectivo imóvel, caso não haja acordo para renovação do respectivo prazo locatício. Caso tais contratos sejam rescindidos, teremos que buscar novos imóveis, o que acarretará custos de transição, bem como a interrupção das atividades. Adicionalmente, caso o valor de aluguel destes novos imóveis seja superior ao valor anteriormente pago, a rentabilidade das lojas poderá ser reduzida e afetar adversamente os resultados operacionais.

Na hipótese de o imóvel locado ser colocado à venda durante o prazo de vigência da locação, a locatária terá direito de preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, mediante notificação enviada pelo locador concedendo prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência; caso a locatária não o exerça, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro. A locatária cujo direito de preferência não for respeitado poderá adquirir o imóvel locado, mediante depósito judicial do preço de aquisição e de outras despesas de transferência pertinentes, desde que requeira a adjudicação do imóvel no prazo de 6 (seis) meses após o registro da respectiva escritura em nome do terceiro adquirente no Cartório de Registro de Imóveis competente, desde que o contrato de locação tenha sido averbado na matrícula do imóvel locado, pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação em questão. Caso o contrato de locação não esteja averbado, a locatária poderá apenas reivindicar do locador uma indenização por perdas e danos. Possuímos contratos de locação que não estão registrados nos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer a ela o direito de adquiri-lo, e, consequentemente, poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Ainda, se o imóvel locado for alienado a terceiros durante a vigência do prazo contratual, o adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, salvo se cumulativamente (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente. Caso estes requisitos não sejam preenchidos, o adquirente poderá solicitar a desocupação do imóvel locado à Companhia no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento pela locatária de notificação nesse sentido. A grande maioria dos nossos contratos de locação não contém cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei de Locações (Lei nº 8.245/91) e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios de registro de imóveis competentes.

Para informações sobre as ações renovatórias de locação, ver Seção 4.6 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossos negócios estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Em decorrência disso, nossa atividade é influenciada significativamente pelas condições econômicas e demais características desta região.

Em 30 de junho de 2020, 100% das lojas estavam localizadas na região Sul e Sudeste do Brasil e 100% do faturamento se encontravam ou resultava de tal região. Em decorrência disso, nossos negócios são sensíveis às condições econômicas e aos demais fatores que afetam essa região, tais como mudanças nos níveis de renda da população, inclusive em face das modificações e/ou revogações em programas de auxílio governamental (tais como o Bolsa Família e, inclusive o auxílio emergencial no âmbito da pandemia do COVID-19), custo de energia, nível de concorrência, imóveis, seguro, impostos, aluguéis, clima, fatores demográficos e disponibilidade de mão de obra. Caso haja desaceleração da economia da região ou ocorram mudanças significativas em quaisquer condições relativas aos fatores acima mencionados que resultem, inclusive, mas não se limitando, na redução da força de trabalho e dos níveis de renda, especialmente em relação à modificação e/ou revogação em programas de auxílio governamental, nossas atividades e nossos resultados poderão ser afetados adversamente.

A não obtenção, atrasos ou cancelamento de licenças ou alvarás, podem impactar negativamente os negócios da Companhia.

A implementação e operação das lojas, filiais e projetos da Companhia está condicionada à obtenção e renovação de licenças e alvarás exigidos pela legislação aplicável, tais como a regulamentação ambiental e de zoneamento. A obtenção dessas licenças e desses alvarás está sujeita à outorga pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais, tais como o Ministério Público. A não obtenção, a não renovação, os atrasos, os embargos ou os cancelamentos de licenças e/ou alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, ou operação em desacordo com as licenças e alvarás e suas condicionantes/exigências técnicas, poderá levar à interrupção ou ao cancelamento da atividade de filiais e/ou dos projetos da Companhia, a penalidades administrativas e criminais ou a multas. Isso poderá causar um impacto negativo adverso relevante sobre a imagem, a reputação, as atividades e os negócios da Companhia.

Ainda, o descumprimento da regulamentação poderá sujeitar a Companhia e seus administradores a penalidades administrativas e criminais, bem como ao dever de reparar eventuais danos causados por sua conduta.

Ademais, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como o pedido intempestivo de sua renovação e a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento, poderão prejudicar ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e operação ou manutenção da operação regular dos empreendimentos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de manter ou aumentar a sua estratégia de crescimento, o que poderá afetar adversamente seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Com a concorrência crescente no setor do comércio varejista e no setor farmacêutico, a Companhia pode não ser capaz de manter ou aumentar sua estratégia de crescimento. O crescimento da Companhia depende da nossa capacidade de ter sucesso na inauguração e operação de novas lojas. Tal capacidade de abrir e operar novas lojas depende de uma série de variáveis, muitas das quais são intangíveis ou estão fora de nosso controle. As variáveis incluem a identificação de locais convenientes para instalação de lojas, compondo informações de demográficas e de negócios, para determinar o nível de demanda de clientes em relação produtos por nós comercializados, nos locais escolhidos e a negociação de contratos de locação a montantes aceitáveis. Nossa capacidade em aumentar nossos negócios poderá ser prejudicada se consubstanciada a impossibilidade de encontrar localidades convenientes e se negociações locatícias se provarem a nós desfavoráveis. A abertura de novas filiais também requer a manutenção eficiente dos níveis de estoque de produtos, de modo a atender as necessidades das novas lojas. Ademais, é necessária também a contratação, o treinamento e a manutenção de novos funcionários, especialmente os farmacêuticos, gerentes e vendedores. Lojas e filiais novas podem não alcançar níveis de receita e lucratividade em relação a lojas e filiais já estabelecidas, no tempo estimado por nós. Além disso, nossas novas lojas podem afetar negativamente a receita e lucratividade das nossas lojas já existentes.

Tais riscos poderão afetar a Companhia adversamente e, consequentemente, caso não sejamos bem-sucedidos, nossa estratégia de crescimento, no todo ou em parte, como planejado, os resultados operacionais da Companhia poderão ser reduzidos e a Companhia poderá perder sua posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante para seus negócios e sua condição financeira. Devido à potencial necessidade de recursos adicionais, a Companhia pode enfrentar riscos financeiros: (i) associados a maior endividamento, como aumento das taxas de juros praticados no mercado, redução de sua liquidez e do acesso a mercados financeiros e necessidade de maior volume de fluxo de caixa para manutenção da dívida; ou (ii) associados à emissão de ações adicionais, como diluição de participação e lucros dos acionistas.

A Companhia é sujeita ao controle de preços praticado em relação a grande parte dos produtos farmacêuticos comercializados.

A Companhia é regulada pelo Governo Federal em relação ao controle de preços de grande parte dos produtos farmacêuticos comercializados. Os preços praticados em relação a tais produtos estão sujeitos a controle regulatório, cujo reajuste de precificação ocorre anualmente, refletindo alterações inflacionárias e de política monetária. Não podemos garantir que o Governo Federal não promoverá controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, sendo que tais medidas poderão nos afetar adversamente. As exigências e os controles decorrentes de regulamentações existentes ou a serem alteradas ou promulgadas poderão causar efeito adverso sobre as atividades e receita da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A indústria farmacêutica é sujeita a numerosas regulamentações federais, estaduais e municipais, assim como a padrões de segurança do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA") e de autoridades de vigilância sanitária estaduais e municipais, bem como leis e regulamentações relativas aos aspectos de proteção ao meio ambiente, saúde e segurança, incluindo a exposição, o manuseio e descarte de substâncias perigosas.

Não há como garantir que a Companhia permanecerá completamente enquadrada nos termos das leis e regulamentações vigentes. O cumprimento intempestivo ou o não cumprimento de regulamentações aplicáveis poderá resultar na imposição de sanções na esfera administrativa, civil e criminal, causando efeito adverso para a manutenção de nossos negócios.

O comércio varejista de medicamentos, incluindo medicamentos controlados, somente é permitido após a obtenção e manutenção da Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA ("AFE"). Desta forma, atrasos na obtenção da AFE, em relação a novos estabelecimentos, poderão impactar a habilidade das novas lojas em comercializar medicamentos. Do mesmo modo, falhas na manutenção da AFE poderão causar impacto na continuidade das operações comerciais dos estabelecimentos.

Além disso, o processo de obtenção e renovação de licenças sanitárias emitidas por autoridades locais, ocorre de acordo com as normas aplicáveis em cada localidade (município ou estado). A renovação é periódica, em intervalos de tempo que variam de acordo com a regulamentação local.

Atualmente, há 7 novas lojas em processo de abertura que ainda não completaram seu processo de licenciamento junto às autoridades aplicáveis. Qualquer atraso ou impossibilidade de licenciamento destas novas unidades poderá impactar de maneira relevante sua operação, assim como seus resultados.

Farmácias e drogarias devem ter um responsável técnico pelas atividades conduzidas em cada estabelecimento. De acordo com a regulamentação infralegal, tais como a Resolução RDC nº 44/2009 da ANVISA, Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 577/2013 e a Resolução da Secretaria de Saúde do Paraná nº 590/2014, os estabelecimentos devem possuir Certificação de Responsabilidade Técnica ("CRT"), expedida pelo Conselho Regional de Farmácia para comprovar o vínculo de seu responsável técnico com o estabelecimento da Companhia. Entretanto, certas associações e estabelecimentos do ramo de farmácias e drogarias ingressaram com ação judicial para discutir a obrigatoriedade da CRT para operar seus estabelecimentos[1], obtendo decisão favorável que isentou certos estabelecimentos, incluindo os estabelecimentos da Companhia, do cumprimento deste requisito. É importante ressaltar que decisões judiciais não tem força de lei e podem vir a ser contestadas e perder sua validade. Portanto, caso seja declarada futuramente, por qualquer motivo, a invalidade de tais decisões judiciais que dispensam os estabelecimentos da Companhia de possuir CRT, a Companhia pode ficar sujeita à penalização por infrações sanitárias

[1] TRF4, Procedimento Comum nº 5001644-89.2020.4.04.7000/PR; TJPR, Processo: 0001675-03.2015.8.16.0179; TJPR, Processo n°. 0006745-75.2014.8.16.0004; TRF1 Processo 17898-55.2014.4.01.3400.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e/ou disciplinares aplicáveis pelas autoridades de vigilância sanitária e Conselhos Regionais de Farmácia competentes devido à ausência de CRT. Ademais, nestas condições, a Companhia poderá vir a enfrentar dificuldades para manter e/ou renovar suas autorizações e licenças sanitárias, bem como para integrar o programa Farmácia Popular do Governo Federal, até que obtenha a CRT.

A perda de membros da administração da Companhia, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal engajado para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende significantemente dos serviços prestados pela sua administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua administração. A perda de qualquer dos membros da alta administração e de um número significativo dos profissionais que comandam as gerências regionais, aliada à eventual incapacidade de atrair e reter substitutos ou profissionais que deem suporte à estratégia de Companhia pode causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos negócios da Companhia.

As nossas atividades estão concentradas no mercado de varejo farmacêutico no Brasil, um setor altamente competitivo. Um aumento material da concorrência nos mercados em que operamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais poderá prejudicar nossa participação de mercado e exercer pressão para redução dos nossos preços, ocasionando a redução da nossa margem de lucro.

As nossas atividades estão concentradas no mercado de varejo farmacêutico no Brasil, um setor altamente competitivo. Concorremos com redes de drogarias nacionais, regionais e locais, drogarias independentes, serviços de venda por telefone, empresas de venda direta, farmácias de manipulação, fornecedores de produtos farmacêuticos e de beleza pela internet e demais varejistas, tais como supermercados, perfumarias e lojas de conveniência. Ademais, novos varejistas poderão ingressar no mercado em que atuamos e também se tornar nossos concorrentes.

A concorrência é caracterizada por diversos fatores tais como variedade de produtos, propaganda, formas de comercialização, preço, qualidade, serviços, localização, força da marca e disponibilidade de crédito. Caso não sejamos capazes de antecipar, prever e nos adaptar às preferências dos nossos clientes, poderemos perder receitas e participação de mercado para nossos concorrentes. Um aumento material da concorrência nos mercados em que operamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais poderá prejudicar nossa participação de mercado e exercer pressão para redução dos nossos preços, ocasionando a redução da nossa margem de lucro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos não ser capazes de implementar nossa estratégia de crescimento orgânico e inorgânico.

Nossa estratégia de crescimento orgânico está baseada na abertura de novas lojas. Nossa capacidade de abrir novas lojas depende de inúmeros fatores que estão fora de nosso controle, tais como disponibilidade de materiais e estrutura a preços acessíveis, tecnologia disponível e disponibilidade de mão de obra e dos impactos da pandemia do COVID-19. Além disso, podemos nos deparar com dificuldades em encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, ou os locais disponíveis poderão estar acessíveis a preços maiores do que estamos dispostos a pagar, impossibilitando a abertura das novas lojas.

Adicionalmente, a abertura de novas lojas também irá exigir a manutenção de níveis de estoque de produtos com custos aceitáveis, de modo a atender as necessidades das novas lojas e a contratação, o treinamento e a manutenção de funcionários especializados, especialmente os farmacêuticos, gerentes e atendentes.

Devido aos fatores acima e a outros fatores, lojas novas ou abertas recentemente podem não alcançar o nível de receita e lucratividade em comparação ao apresentado por nossas lojas mais antigas, no tempo estimado por nós.

Podemos ser afetados adversamente se houver falha na abertura e operação das novas lojas ou se falharmos ao implementar a nossa estratégia de crescimento no tempo e de modo adequado, bem como se não administrarmos eficientemente nosso negócio para manter o nosso crescimento orgânico.

Podemos enfrentar desafios no desenvolvimento da nossa estratégia omnicanal e na expansão das nossas operações para o e-commerce.

A operação coordenada da nossa rede de lojas físicas e da plataforma de e-commerce é fundamental para o sucesso da nossa estratégia omnicanal. Se não conseguirmos alinhar e integrar as estratégias dos nossos diversos canais de venda, ou se os nossos respectivos canais de venda competirem entre si, poderemos não conseguir nos beneficiar plenamente das vantagens que uma estratégia multiformato e omnicanal pode oferecer, o que poderá nos causar um efeito adverso relevante.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

A Companhia é, e poderá ser, ré em processos judiciais e/ou administrativos seja nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reguladores tais como ANVISA, órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, CVM, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), ou ainda Conselhos Profissionais (incluindo Conselho Federal de Farmácia e Conselhos Regionais de Farmácia), entre outras. Ademais, a Companhia e seus administradores são e poderão vir a ser no futuro, réus em processos judiciais e/ou administrativos, seja nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados de quaisquer destes processos serão favoráveis à Companhia ou aos membros de sua administração, ou, no caso de procedimentos dos quais é parte (conforme destacado neste Formulário de Referência), que a Companhia mantenha ou que manterá provisionamento, se aplicável, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. O eventual envolvimento de seus administradores em processos que prejudiquem sua imagem, ou decisões que sejam contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a Companhia de conduzir seus negócios conforme planejado originalmente, pode ter um efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia e sua reputação.

Além disso, a Companhia, os administradores e os acionistas controladores da Companhia podem vir a ser réus em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como ANVISA, órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, CVM, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), dentre outros, os quais poderão gerar efeitos negativos à operação, com a consequente possibilidade de prejudicar os resultados e reputação, incluindo a cessação de suas respectivas atividades na Companhia.

Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, ver Seção 4.3 até a 4.6 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não dispor de seguros que cubram todos os riscos de suas atividades ou as apólices contratadas podem não ser suficientes para cobrir todas as perdas.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às atividades da Companhia, como ataques cibernéticos e engenharia. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos e despesas adicionais, afetando os seus resultados operacionais. Ademais, a Companhia não pode garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por suas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para compensar integralmente os danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro ocorrido.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, as lojas e Centros de Distribuição estão expostos a certos riscos que são inerentes à venda e distribuição de produtos farmacêuticos e outros produtos relacionados com a saúde, e à prestação de serviços farmacêuticos. Por exemplo, a Companhia pode ser citada em ações relacionadas aos produtos farmacêuticos distribuídos ou pelos serviços que a Companhia presta, independentemente de culpa da parte da Companhia, e pode ser obrigada a suspender ou interromper suas operações e a venda de determinados produtos ou a prestação de certos serviços, ou mesmo recolher os produtos que vende e ser obrigada a pagar uma indenização aos clientes da Companhia em valores superiores às coberturas das apólices de seguro existentes.

A Companhia não pode garantir que no futuro conseguirá contratar e/ou manter as suas apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices contratadas pela Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem também afetar adversamente seus negócios ou sua condição financeira.

Incapacidade de identificar falhas, controles internos, sistemas, políticas, e procedimentos de gestão de risco poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.

Os sistemas, as políticas, os procedimentos de gerenciamento de risco de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes pela administração da Companhia, por funcionários, terceiros que atuem em seu nome ou por fornecedores que se posicionem de forma que violem legislações e regulamentos, por exemplo, no âmbito de pagamentos indevidos a funcionários do governo para obter ou manter vantagens comerciais ou empresariais.

A esse respeito, a Companhia está sujeita às leis relativas à Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 1997 sobre Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, como a Lei de Práticas de Corrupção Externa dos EUA, a Lei Contra Subornos do Reino Unido e a Lei Federal nº 12.846, de 01º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), à Lei 8.429/92 ("Lei de Improbidade Administrativa"), Lei 8.666/96 ("Lei de Licitações") e Lei 12.813/2013 ("Lei de Conflito de Interesses"). Qualquer violação a estas legislações pode ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, incluindo na captação de empréstimos e financiamentos.

Na presente data, a Companhia não pode assegurar que não serão identificadas deficiências ou deficiências significativas nos seus controles internos. Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em seus

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.3(d) deste Formulário de Referência.

Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências significativas nos controles internos da Companhia e, se a Companhia não for capaz de adotar as medidas corretivas necessárias, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros, o que pode ter um efeito adverso significativo para a Companhia.

Os sistemas, políticas e procedimentos de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas ou erros. Como parte da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes da Companhia identificaram certas deficiências nos controles internos da Companhia, incluindo certas deficiências qualificadas como significativas, conforme definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Especificamente, as falhas nos controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas, estão descritas na no item 5.3. Não há garantias de que a Companhia conseguirá sanar essas falhas e que seus esforços de remediação serão bem-sucedidos. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária.

Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de tornar seus controles internos eficazes, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia, bem como no valor dos valores mobiliários de sua emissão. Para mais informações, vide item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

Os imóveis que alugamos estão sujeitos a licenças municipais, licenças sanitárias e do corpo de bombeiros. Não temos garantia de que conseguiremos renovar tais licenças, bem como não podemos assegurar que os imóveis hoje em fase de obtenção de tais licenças serão, de fato, licenciados.

Os imóveis atualmente ocupados ou que vierem a ser ocupados por nós estão sujeitos a vários registros, autorizações, licenças, outorgas e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo licenças de funcionamento emitidas pelas respectivas municipalidades, licenças sanitárias e auto de vistoria do Corpo de Bombeiros. As licenças de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Alguns dos imóveis não possuem tais licenças ou estão em fase de renovação. Não temos garantia de que conseguiremos renovar tais licenças, bem como não podemos assegurar que os imóveis hoje em fase de obtenção de tais licenças serão, de fato, licenciados. Ainda, a obtenção de tais licenças pode ocorrer em tempo superior ao previsto no cronograma de abertura das novas lojas. A ausência, o atraso, irregularidade ou o indeferimento da obtenção ou renovação dessas licenças poderá resultar na impossibilidade de abertura e operação de nossas lojas e centros de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

distribuição e até, gradativamente, na imposição de autos de infração e multas pelas autoridades competentes, cujo valor somente é determinado no caso específico, podendo, caso não sejamos capazes de sanar as eventuais irregularidades, no licenciamento, culminar na paralisação/suspensão de nossas operações, além de expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, o que poderá nos afetar adversamente e expor-nos, bem como os nossos representantes, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações. Além disso, podemos estar sujeitos à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as competentes, vez que não podemos garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao nosso, quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e demais cadastros adicionais aos que entendemos atualmente necessários ao desenvolvimento de nossas atividades. A nossa estratégia comercial pode ser afetada negativamente caso ocorra (i) a impossibilidade de abertura e operação de novas lojas e/ou centros de distribuição; e/ou (ii) a interdição ou o fechamento de nossas atuais lojas e/ou centros de distribuição, em decorrência da não obtenção ou renovação (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente os nossos resultados operacionais.

Dentre os requisitos necessários à obtenção das referidas licenças, está a regularização das áreas construídas dos imóveis ocupados por nós. Na hipótese de existirem áreas construídas e edificadas sem a autorização prévia da Prefeitura Municipal competente, ou em desacordo com os respectivos projetos aprovados, poderão existir riscos e passivos para os imóveis e para nós, caso referidas áreas não sejam passíveis de regularização e venham a sofrer fiscalização pelos órgãos responsáveis. Eventuais irregularidades na área construída perante a Prefeitura Municipal, incluindo a falta de emissão do respectivo Habite-se podem: (i) impedir a averbação da construção e o registro de instrumentos contratuais nas respectivas matrículas dos imóveis de terceiros ocupados; (ii) inviabilizar a emissão de licenças de funcionamento e outras licenças necessárias à operação dos imóveis; (iii) a recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial; (iv) causar a aplicação de multas pela administração pública, e, no pior cenário, (v) dar ensejo à interdição dos imóveis, podendo ainda, culminar na determinação de demolição de áreas construídas de forma irregular, o que poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais dos imóveis e, consequentemente, nosso patrimônio e rentabilidade.

Não é possível assegurar que todas as licenças, registros, alvarás e autorizações necessárias serão regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes. Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional devido a pandemia do COVID-19, o qual resultou em adoção de medidas pelas autoridades competentes de redução de funcionamento de órgãos públicos. Este fator poderá eventualmente acarretar atrasos adicionais na emissão de certidões e na regularização de débitos tributários junto aos órgãos competentes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e* compliance*, bem como os contratos celebrados com fornecedores podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta por parte dos administradores, empregados e fornecedores, podendo ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de ações da Companhia.

Não podemos assegurar que todos os membros da administração, funcionários ou representantes atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n° 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei n° 8.429/1992, a Lei n° 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Conforme mencionado no item acima, a Companhia está sujeita à Lei Anticorrupção, que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a violações de seu código de conduta ética, das leis acima e legislação correlata, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e desonesto por parte de seus administradores, empregados e terceiros que agem em seu nome. Em caso de violação ao código de ética por administradores ou empregados da Companhia, as seguintes medidas disciplinares poderão ser aplicáveis sem prejuízo da adoção de medidas legais relacionadas ao ressarcimento dos danos e da comunicação dos fatos às autoridades competentes: (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; e (iii) desligamento. No caso de violações por terceiros fornecedores e prestadores de serviços, poderá ser determinado o encerramento do relacionamento e, se necessário, a adoção de medidas judiciais contra os envolvidos ou comunicação às autoridades, se aplicável.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários, acionistas ou terceiros que agem em nome da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a nossa reputação, bem como sobre as operações da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia não possui políticas claras e específicas em relação a outros temas como: política anticorrupção, política de relacionamento com o poder público, políticas contábeis, política de contratação e monitoramento de terceiros, política de doações e patrocínios, dentre outras. A ausência de políticas institucionalizadas e específicas pode representar um risco relativo a violações à legislação anticorrupção.

Eventual desvio de conduta praticado em seu benefício ou em seu nome poderá vir a prejudicar a Companhia, financeiramente bem como sua reputação. Ademais, a Companhia não possui cláusulas contratuais anticorrupção e de *compliance* em seus contratos. Isso afeta a possibilidade de rescisão do contrato caso a contraparte venha a se envolver em ato de corrupção, de acordo com a análise dos riscos decorrentes do contrato, bem com riscos de imagem.

A Companhia ainda não possui cronograma periódico de treinamentos em relação a todas as suas políticas, o que pode representar um risco de descumprimento das normas internas da Companhia, bem como expô-la a riscos relativos a violações à legislação anticorrupção.

Parte da receita da Companhia (valor inferior a 5%) está atrelada ao relacionamento com o Poder Público. Trata-se de relacionamento considerado sensível. A ausência de política e treinamentos a esse respeito pode expor a Companhia a riscos relativos a violações à legislação anticorrupção.

A Companhia realiza operações que necessitam de dinheiro em espécie. O procedimento atualmente adotado pela Companhia pode não ser suficiente para detectar irregularidades em relação ao tema, o que pode vir a expor a Companhia a riscos relativos a fraude e violações à legislação anticorrupção.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Determinados contratos financeiros da Companhia possuem cláusulas de inadimplemento (cross default) ou vencimento antecipado (cross acceleration) cruzado.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants* financeiros e/ou operacionais) de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas determinadas situações, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras ou outros mecanismos de controle da Companhia ou a falha no pagamento de encargos mensais ou de qualquer outra importância previstas nos referidos contratos.

Alguns instrumentos de dívida que possuem cláusulas de inadimplemento (cross default) ou vencimento antecipado (cross acceleration) cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia, como em caso de declaração de vencimento antecipado das demais operações financeiras.

O inadimplemento, vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados. Para mais informações sobre os as obrigações previstas nos contratos financeiros descritos acima, veja o item 10.1(f)(iv) do Formulário de Referência.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia podem resultar em danos financeiros e à reputação da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética devido a fatores que estão além do controle da Companhia, tais como desastres naturais, problemas de telecomunicações, indisponibilidade ou desatualização de sistemas, ataques de hackers, vírus ou softwares maliciosos podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou das informações de seus clientes. Ainda, um tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetá-la material e adversamente. Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações pode afetar negativamente os resultados financeiros e reputação da Companhia.

Utilizamos softwares desenvolvidos por terceiros, entretanto podemos não deter todos os direitos de titularidade de tais softwares e dessa forma, existe a possibilidade de que os seus desenvolvedores pleiteiem o reconhecimento de seus direitos de propriedade intelectual sobre tais ativos e não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis. Se eventualmente formos impedidos de utilizar referidos softwares, o funcionamento de nossos sistemas e, consequentemente, nossas operações, poderão ser adversamente afetados de forma temporária.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como, por exemplo, na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade da Companhia junto ao mercado. Interrupções significativas ou repetidas em qualquer desses sistemas poderão impedir o acesso de clientes aos produtos e serviços da Companhia, e fazer com que tais clientes decidam comprar os produtos de concorrentes da Companhia. Ademais, o crescimento dos negócios da Companhia pode necessitar do aprimoramento dos sistemas operacionais e financeiros, os quais podem não ser realizados em tempo hábil. Qualquer um desses eventos pode afetar adversamente os resultados da Companhia. Além disso, incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida das informações da Companhia e/ou das informações de seus clientes, bem como, consequentemente, no vazamento de dados de suas operações e/ou de seus clientes, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros que a Companhia possui contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros podem resultar em prejuízos, o que poderá impactar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui relacionamento com partes relacionadas, conforme descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência, tendo no resultado os seguintes impactos:

(a) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram reconhecidos no resultado: (i) a equivalência patrimonial da investida Nissei Administradora de Bens Ltda. de R$143 mil positivo, R$ 1.688 mil negativo e R$ 6.473 mil positivo, respectivamente e (ii) as despesas com aluguéis de imóveis comerciais da investida Nissei Administradora de Bens Ltda., de R$ 1.762, R$ 1.601 e R$ 3.436, respectivamente. Nenhuma despesa foi reconhecida nos anos relativo à dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas, pois a administração entende que os valores são integralmente recebíveis. Os valores envolvendo ativos e passivos, conforme descritos no item 16.2, desde Formulário de Referência, entre as partes não prevê prazos para liquidação dos valores.

(b) Para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019, foram reconhecidos no resultado (i) a equivalência patrimonial na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. de R$ 3.907 mil negativo e R$ 943 mil positivo e, respectivamente, (ii) as despesas com aluguéis de imóveis comerciais da investida Nissei Administradora de Bens Ltda., de R$ 475 mil e 870 mil, respectivamente e (iii) no período de junho de 2020, foi reconhecido ganho na venda para a Nissei Administradora de Bens Ltda. de ativo imobilizado (terrenos e edificações) no valor de R$

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

2.754 mil. Com exceção do valor de R$ 6.285 mil, referente perda do valor recuperável na aquisição de precatório da parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda., devidamente reconhecido no resultado do período findo em 30 de junho de 2020, nenhuma outra despesa foi reconhecida nos períodos mencionados, relativo à dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas, pois a administração entende que os valores são integralmente recebíveis. Os valores envolvendo ativos e passivos, conforme descritos no item 16.2, desde Formulário de Referência, entre as partes não prevê prazos para liquidação dos valores.

(c) Adicionalmente, em 30 de junho de 2020, a Companhia aumentou capital existente no montante de R$ 3.918 mil. Na mesma data optou pela venda na integralidade das quotas (99,9641%) de participação na investida Nissei Administradora de Bens, resultando na realização do saldo da reserva de reavaliação no patrimônio líquido e custo de aquisição e demais aportes das quotas da sociedade, conforme evidenciado acima, nos montantes de R$ 45.180 mil e R$ 62.119 mil, respectivamente. Tendo em vista que a operação em questão foi realizada com controlador final do Grupo, os efeitos da venda da participação societária foram reconhecidos em seu patrimônio líquido, sendo valor da venda do investimento R$ 87.000 mil e R$ 107.299 mil e perda registrada no patrimônio líquido de R$ 20.299 mil.

Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como a seus acionistas. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, ver seção 16 deste Formulário de Referência.

Dentre os contratos com partes relacionadas atualmente em vigor, possuímos quatro contratos de locação vigentes celebrados com a Nissei Administradora, controlada pelo Sr. Sérgio Maeoka, nosso acionista controlador.

Considerando que o Sr. Sérgio Maeoka é controlador de nossa Companhia, não podemos garantir que os interesses pessoais do Sr. Sérgio Maeoka não influenciaram a decisão a respeito da celebração pela nossa Companhia dos mencionados contratos, e tampouco podemos garantir que nossa Companhia não celebrará contratos em condições semelhantes às pactuadas nos contratos descritos acima. Os interesses pessoais do Sr. Sérgio Maeoka e do Sr. Alexandre Maeoka poderão divergir dos interesses de nossa Companhia e dos demais acionistas, sendo que decisões futuras sobre a renovação e/ou rescisão antecipada dos contratos descritos acima poderão ser tomadas pelo Sr. Sérgio Maeoka e pelo Sr. Alexandre Maeoka em desacordo com os interesses de nossa Companhia, o que poderá afetar de forma relevante o nosso planejamento estratégico, as nossas decisões comerciais, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira. Para mais informações sobre as nossas políticas e contratos celebrados com partes relacionadas, vide itens 16.1 e 16.2 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, em situações em que o controle da nossa Companhia seja exercido por um ou mais acionistas, não podemos garantir que tais acionistas prestaram ou prestarão estrita observância às melhores práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, verificar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou assegurar o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a nossa Companhia ou sociedade por nós controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade direta ou indiretamente controlada por qualquer dos acionistas controladores da Companhia ou por qualquer administrador da Companhia. Os interesses pessoais de um ou mais acionistas controladores da nossa Companhia poderão divergir dos nossos interesses, sendo que decisões futuras sobre a celebração de contratos poderão ocorrer em desacordo com os interesses de nossa Companhia, o que poderá afetar de forma relevante o nosso planejamento estratégico, as nossas decisões comerciais, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia ou a violação, pela Companhia, à propriedade intelectual de terceiros pode ter impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

O sucesso da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de proteger e preservar os ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual previstos pelas leis brasileiras (incluindo marcas registradas, patentes e softwares) e detidos por ela. A Companhia acredita que as marcas detidas por ela são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Caso a Companhia não logre êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes em negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia coleta, armazena, processa e utiliza informações pessoais de seus clientes, colaboradores e parceiros e, portanto, deve cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais. Um risco significativo associado aos negócios da Companhia é a transmissão

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

segura de dados pessoais através de redes públicas para seus servidores e o armazenamento seguro de dados pessoais em sistemas conectados a seus servidores.

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei n° 13.709/2018 ("LGPD") para regular o tratamento de dados pessoais no Brasil. Além disso, no contexto da pandemia da COVID-19, foi aprovada a Lei nº 14.010/2020, que, entre outras medidas, adiou a aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD para 1º de agosto de 2021. Em paralelo, a Medida Provisória n° 959, publicada em abril de 2020 e cujos efeitos se estendem até 26 de agosto de 2020, adiou a entrada em vigor da LGPD para 3 de maio de 2021.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50 milhões por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado, assim como suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere à infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogáveis até a regularização da atividade de tratamento; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e/ou proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode afetar adversamente a Companhia. A Companhia deve garantir que qualquer tratamento, coleta, uso, armazenamento, compartilhamento, transferência e descarte de dados pessoais pelos quais seja ela responsável estejam em conformidade com as leis aplicáveis de proteção de dados. Ainda, seu departamento de Segurança da Informação pode estar vulnerável a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, programação ou erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia, seus franqueados ou fornecedores, podem prejudicar sua reputação, expor a Companhia a riscos e responsabilidades legais, interromper suas operações e prejudicar seus negócios. A Companhia não pode garantir que suas medidas de segurança evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em evitá-los não terá um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados e, consequentemente, o valor de suas ações.

A Companhia poderá ser obrigada a desocupar os imóveis de terceiros onde encontram-se localizadas as suas lojas, no caso de excussão das garantias que recaem sobre referidos imóveis

Os imóveis de terceiros objeto dos contratos de locação celebrados pela Companhia foram onerados em favor de credores para garantia de dívidas dos respectivos proprietários.

O não pagamento de dívidas garantidas por meio da constituição de hipoteca sobre os imóveis de terceiros ocupados pela Companhia, pode ocasionar o ajuizamento de ação de execução para cobrança do débito em aberto, podendo resultar, no pior cenário, na arrematação/adjudicação do imóvel. Adicionalmente, no caso de imóveis sujeitos à penhora serem levados a leilão judicial para fins de solvência dos débitos que a originaram, a propriedade e a posse do locador poderá ser afetada.

Nestas hipóteses, dado que os contratos de locação não foram previamente registrados na respectiva matrícula, eventual terceiro arrematante/adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, podendo resultar na necessidade de desocupação do imóvel de terceiros pela Companhia.

Alterações da legislação tributária brasileira poderão aumentar a carga tributária sobre a Companhia, e, consequentemente, impactar adversamente os seus resultados operacionais.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária sobre a Companhia e seus usuários. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia, o que, por sua vez, afetaria adversamente seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, um aumento ou a criação de novos tributos incidentes na compra e venda de produtos comercializados pela Companhia, que seja repassado aos consumidores, pode vir a aumentar o preço final aos clientes da Companhia, reduzindo, dessa forma, a demanda pelos produtos ou afetando as margens e rentabilidade da Companhia. A ocorrência de tais situações por sua vez, afetaria adversamente os resultados da Companhia.

Se não tivermos êxito em eventuais aquisições que viermos a realizar, poderemos ser adversamente afetados.

Como estratégia de expansão da nossa rede de drogarias, poderemos realizar aquisições, as quais dependerão de diversos fatores, dentre eles, nossa capacidade de identificar empresas ou ativos atraentes para aquisição, negociar preços adequados, integrar e manter a qualidade da operação das empresas ou ativos adquiridos, bem como obter sinergias, melhorar a produtividade das lojas adquiridas e de reduzir custos.

Caso as melhorias operacionais e financeiras, bem como as sinergias esperadas na data da aquisição não se concretizem, nosso resultado poderá ser adversamente afetado.

Eventuais aquisições poderão também exigir aumento na alavancagem financeira ou que acessemos os mercados financeiros e de capitais, inclusive mediante a emissão de novas ações, o que poderá acarretar na diluição da participação societária de nossos acionistas em nosso capital social. Adicionalmente, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá reduzir nosso lucro e, consequentemente, reduzir os dividendos a serem distribuídos aos nossos acionistas.

Eventuais aquisições também apresentariam o risco de exposição às obrigações e contingências das empresas ou ativos adquiridos, devido a atos prévios de administração e responsabilidade anteriormente incorridas. Caso existam contingências significativas oriundas de tais eventuais aquisições, além de contingências não identificadas em tais processos, estas poderão prejudicar adversamente nossas atividades e resultados.

A Companhia pode gerar receitas mais baixas em uma desaceleração do mercado.

Todas as receitas da Companhia são em reais e exclusivamente provenientes de suas operações no Brasil, que está atualmente enfrentando uma recessão potencialmente prolongada. Historicamente, o setor de varejo, incluindo a indústria brasileira de drogarias, esteve suscetível a desacelerações econômicas que levam a uma diminuição nos gastos do consumidor. Por conseguinte, uma desaceleração econômica no Brasil, tal como a que está atualmente em curso principalmente em decorrência da pandemia do COVID-19, ou em regiões específicas onde as lojas da Companhia estão localizadas, pode resultar em um declínio no volume de vendas e em impactos negativos sobre a rentabilidade da Companhia, o que pode afetar adversamente e de maneira relevante seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No passado, o crescimento do setor varejista brasileiro foi impulsionado pelo aumento do poder aquisitivo dos grupos de média e baixa renda e a Companhia não pode garantir que o poder de compra desses grupos continuará a aumentar ou que não diminuirá. Uma desaceleração econômica e o crescimento negativo do PIB podem impactar negativamente os grupos de média e baixa renda de forma desproporcional em relação a outros grupos, afetando negativamente a renda disponível e o poder de compra, com possibilidade de redução significativa nas receitas da Companhia. Além disso, em uma desaceleração econômica, pode haver também acesso restrito a planos de saúde e a médicos, que é um ativador das principais exigências no setor em que a Companhia atua. A continuação ou aprofundamento da recessão atual no Brasil intensificariam ainda mais o potencial efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A impossibilidade de executar com sucesso estratégia de negócio e gestão, inclusive por meio da abertura de lojas, poderá afetar adversamente a Companhia.

O crescimento da Companhia depende, principalmente, da capacidade de abrir e operar, com êxito, novas lojas, por meio da identificação e contratação de pontos comerciais que a Companhia acredita serem adequados. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre os recursos operacionais, gerenciais e administrativos, além de exigir a manutenção de nível crescente de estoques a custo aceitável para atender à necessidade dessas novas lojas, o que poderá impactar adversamente a gestão dos negócios da Companhia. Nesse contexto, o potencial do mercado e o retorno do investimento é avaliado, e a Companhia negocia as condições financeiras para a locação dos imóveis nos quais as lojas serão instaladas. Em 2019, 2018 e 2017, a Companhia inaugurou 23, 44 e 13 novas lojas, respectivamente.

A abertura e operação de novas lojas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas. A capacidade de expansão poderá ser prejudicada se a Companhia não for capaz de encontrar pontos comerciais adequados, ou caso as condições de locação, aquisição ou os investimentos necessários para adequação do imóvel ou construção forem desfavoráveis à Companhia, por exemplo.

As lojas que a Companhia planeja em abrir, bem como aquelas recém-inauguradas e atualmente em maturação (lojas com menos de 36 meses contados da inauguração), poderão apresentar desempenho abaixo dos padrões de venda e de lucratividade em relação às lojas que operam há mais de três anos, inclusive apresentando perdas durante os primeiros anos de operação, o que pode afetar o desempenho financeiro e operacional da Companhia. Os resultados das lojas novas ou recentemente abertas podem afetar negativamente as receitas globais, bem como a rentabilidade da Companhia. Não há garantia de que lojas recentemente abertas, mesmo ao se tornarem maduras, gerarão retornos positivos ou cumprirão suas metas, o que poderá levar ao fechamento dessas lojas e a perda dos investimentos.

A abertura e operação de novas lojas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas, tais como: (i) a expansão de competidores, com o aumento da competição da busca por locais estratégicos; (ii) dificuldades em encontrar locais apropriados para a abertura de novas lojas; (iii) conhecimento baixo sobre as novas regiões geográficas em que a Companhia planeja ter novas lojas; (iv) condições de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

locação, aquisição ou os investimentos necessários para adequação do imóvel ou construção em condições desfavoráveis; (v) dificuldades na contratação e treinamento adequado de empregados; ou (vi) não obtenção das autorizações exigidas para iniciar e desenvolver suas atividades.

Além disso, a capacidade da Companhia de abrir novas lojas pode ser impactada pela pandemia do COVID-19 bem como outras pandemias que venham a surgir, tendo em vista a possível paralisação de atividades comerciais, industriais, econômicas e de locomoção, o que pode afetá-la adversamente.

A Companhia ocupa imóveis localizados em Shopping Centers. Em decorrência disso, a atividade da Companhia é diretamente afetada pelo movimento de clientes nestes centros de compras.

O faturamento da Companhia é diretamente afetado pelas vendas efetivamente geradas pelas lojas instaladas nos shopping centers. O setor de shopping centers está exposto a diversos riscos, incluindo, sem limitação, aos níveis de atividade do ambiente macroeconômico (incluindo os efeitos da pandemia da COVID-19, taxas de juros, recessão, níveis de desemprego, etc.), à disposição da população em consumir, à capacidade de locação dos espaços disponíveis nos shopping centers em condições favoráveis, preços de locação, custos operacionais, tributos incidentes, riscos ambientais, legislação e regulamentação aplicáveis, níveis de concorrência, dificuldade de aquisição de terrenos, entre outros. O aumento das receitas da Companhia e o aumento dos lucros operacionais resultante do investimento em lojas localizadas em shopping centers dependem do constante crescimento da demanda por produtos oferecidos pelas demais lojas localizadas nos shopping centers em que a Companhia possui lojas. Eventual queda nos gastos pelos consumidores em períodos de desaquecimento econômico geral pode causar prejuízos à Companhia. Condições econômicas adversas na área que cada shopping center está localizado também podem afetar adversamente os níveis de ocupação e locação e, consequentemente, os seus resultados operacionais, afetando os resultados da Companhia.

A Companhia depende de um centro de distribuição para abastecer suas lojas. A Companhia será adversamente afetada se os centros de distribuição sofrerem prejuízos relevantes ou forem fechados. A eventual suspensão ou encerramento das atividades do centro de distribuição poderá impactar a qualidade no serviço de manutenção dos estoques das lojas e, como consequência, piorar sua capacidade de pronto e bom atendimento da clientela.

A Companhia opera, atualmente, por meio de um centro de distribuição localizado na cidade de Colombo, localizado no Estado do Paraná. Aproximadamente 50% dos nossos produtos são distribuídos passando inicialmente pelo nosso centro de distribuição, principalmente produtos de beleza, higiene pessoal e medicamentos genéricos e similares. Os demais produtos são entregues diretamente nas lojas por meio de distribuidores. Caso o centro de distribuição sofra quaisquer danos substanciais, provocados inclusive, mas não se limitando, por desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, seja afetado por irregularidades atinentes à sua operação, como falta de licenças e registros de natureza variada, ou caso a capacidade de distribuição seja

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, determinações governamentais, problemas sanitários, greves ou questões trabalhistas, ou mesmo a pandemia do COVID-19 ou outras pandemias que venham a surgir, tendo em vista a possível paralisação de atividades comerciais, industriais, econômicas e de locomoção, a Companhia poderá enfrentar desabastecimento de produtos o que, por sua vez, afetará adversamente as vendas e acarretar aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição do centro de distribuição.

A Companhia pode não conseguir proteger os seus direitos de propriedade intelectual.

O sucesso da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger as atuais e futuras marcas (incluindo as marcas próprias da Companhia) e defender os direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how*.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de alguma marca em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras enviadas ou licenciadas pela Companhia.

Se a Companhia não conseguir proteger os direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderá sofrer um efeito adverso relevante, em particular na capacidade de desenvolver seus negócios.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas detentores de suas ações.

O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. O Conselho de Administração da Companhia poderá determinar a não distribuição de dividendos aos seus acionistas em um determinado ano fiscal se a Companhia não tiver lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com sua situação financeira no momento.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados.

Determinados contratos financeiros da Companhia contam com cláusulas restritivas (covenants financeiros e/ou operacionais). O não cumprimento desses covenants pode causar o inadimplemento ou vencimento antecipado das dívidas contraídas pela Companhia por meio de tais contratos financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants financeiros e/ou operacionais) de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas determinadas situações, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras ou outros mecanismos de controle da Companhia ou a falha no pagamento de encargos mensais ou de quaisquer outras importâncias previstas nos referidos contratos.

Eventuais restrições impostas à Companhia podem ser relacionadas a limites de endividamento e à distribuição de dividendos. Para mais informações sobre as restrições, veja as Seções 10.1(f) e 18.5 deste Formulário de Referência.

Caso os índices de endividamento e/ou alavancagem da Companhia e/ou suas controladas ultrapassem os limites ou covenants fixados nos referidos documentos, bem como caso a Companhia não cumpra com os covenants operacionais previstos em tais contratos financeiros, e caso a Companhia não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado, a Companhia e/ou suas controladas poderão ser obrigadas a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, o que pode afetar adversamente seu planejamento financeiro.

A captação de recursos por meio de uma oferta de ações, ou de títulos conversíveis em ações, poderá diluir a participação acionária dos acionistas da Companha, bem como o valor econômico do investimento dos acionistas.

A Companhia poderá, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de ações, títulos de dívida ou outros valores mobiliários, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos acionistas no capital social da Companhia. Adicionalmente, nos casos em que haja direito de preferência, investidores podem não considerar o preço de emissão vantajoso e deixar de subscrever as ações ou títulos conversíveis em ações objeto da emissão, o que também pode levar à sua diluição.

Adicionalmente, os acionistas poderão sofrer pela alteração no preço das ações de emissão da Companhia, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso tenhamos necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações de emissão da Companhia ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores no capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode gerar receitas mais baixas em uma desaceleração do mercado.

Todas as receitas da Companhia são em reais e exclusivamente provenientes de suas operações no Brasil, que está atualmente enfrentando uma recessão potencialmente prolongada. Historicamente, o setor de varejo, incluindo a indústria brasileira de drogarias, esteve suscetível a desacelerações econômicas que levam a uma diminuição nos gastos do consumidor. Por conseguinte, uma desaceleração econômica no Brasil, tal como a que está atualmente em curso principalmente em decorrência da pandemia do COVID-19, ou em regiões específicas onde as lojas da Companhia estão localizadas, pode resultar em um declínio no volume de vendas e em impactos negativos sobre a rentabilidade da Companhia, o que pode afetar adversamente e de maneira relevante seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

No passado, o crescimento do setor varejista brasileiro foi impulsionado pelo aumento do poder aquisitivo dos grupos de média e baixa renda e a Companhia não pode garantir que o poder de compra desses grupos continuará a aumentar ou que não diminuirá. Uma desaceleração econômica e o crescimento negativo do PIB podem impactar negativamente os grupos de média e baixa renda de forma desproporcional em relação a outros grupos, afetando negativamente a renda disponível e o poder de compra, com possibilidade de redução significativa nas receitas da Companhia. Além disso, em uma desaceleração econômica, pode haver também acesso restrito a planos de saúde e a médicos, que é um ativador das principais exigências no setor em que a Companhia atua. A continuação ou aprofundamento da recessão atual no Brasil intensificariam ainda mais o potencial efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar numa diluição da participação dos seus acionistas no capital social da Companhia

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada sem o direito de preferência aos seus acionistas, o que pode consequentemente resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento do capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no capital social.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Riscos relacionados a ônus sobre s imóveis em que nossas lojas e centro de distribuição operam

Parte dos imóveis em que estão localizadas nossas lojas e centros de distribuição está onerada por alienação fiduciária, hipoteca ou outras formas de oneração, como, por exemplo, penhoras. Na hipótese de inadimplemento de tais obrigações, a credora poderá proceder com a execução da garantia. Caso o proprietário não possua outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, referido ativo poderá ser arrematado por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome da própria credora. Caso não logremos êxito em negociar com o novo proprietário termos de um contrato de locação que regule a ocupação dos respectivos imóveis para o exercício regular de nossas atividades, poderá ser solicitada a desocupação do imóvel em 30 dias. Neste contexto, se tivermos que suspender ou fechar algumas lojas e/ou centros de distribuição existentes, nossa estratégia de negócios poderá ser afetada de forma adversa.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar emconflito com os interesses dos seus demais acionistas.

Nosso acionista controlador, o Sr. Sérgio Maeoka, tem poderes para, entre outras coisas:

• nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração;

• dar voto decisivo em qualquer assunto relativo à alteração do controle da Companhia, ainda que não vise ao melhor interesse dos demais acionistas;

• dar o voto decisivo em relação a uma fusão ou parceria estratégica com outra empresa que poderia gerar proveitos consideráveis para as empresas envolvidas em tais operações;

• determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia;

• restringir a possibilidade dos demais acionistas de se beneficiarem da diferença entre o valor contábil e o valor pago por suas ações em qualquer reestruturação societária, inclusive mediante incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão; e

• determinar a distribuição de dividendos da Companhia, conforme o caso.

Considerando os poderes atribuídos ao nosso acionista controlador e seus vinculados, conforme descrito acima, este poderá, eventualmente, adotar medidas que conflitem com os interesses dos demais acionistas e nossos próprios interesses, ou que não resultem em melhoria dos nossos resultados operacionais e financeiros, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e causar um efeito relevante adverso nas atividades da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As ações de emissão da Companhia de titularidade do acionista controlador estão alienadas fiduciária em garantia do pagamento das Debêntures. Em caso inadimplemento das obrigações previstas na Escritura de Emissão e consequente excussão da alienação fiduciária pelo Debenturista, estará configurada a alteração do controle da Companhia, o que poderá acarretar o vencimento antecipado de determinados contratos financeiros da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, caso o Debenturista não desonere as ações de titularidade do acionista controlador objeto da oferta secundária, a oferta poderá ser cancelada ou modificada para redução do total de ações a serem colocadas no âmbito da Oferta

A totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelo acionista controlador, Sr. Sérgio Maeoka, estão alienadas fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures emitidas pela Companhia. Nos termos da Escritura de Emissão, em caso de um evento de liquidez, a Companhia deverá realizar a amortização obrigatória das Debêntures. Caso a Companhia não utilize os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta Inicial de Ações para a amortização antecipada integral das Debêntures, o Debenturista poderá considerar a obrigação de amortização antecipada prevista na Escritura de Emissão como inadimplida, o que pode ensejar a declaração do vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures. Na hipótese de decretação do vencimento antecipado das Debêntures, o Debenturista poderá iniciar a excussão das garantias outorgadas em garantia dos valores devidos pela Companhia, incluindo a alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Companhia e de titularidade do acionista controlador. Em caso de excussão da alienação fiduciária, o Debenturista consolidará a propriedade resolúvel das ações alienadas fiduciariamente e, a partir deste momento, poderá vender as ações alienadas fiduciariamente a terceiros, pelo preço, forma de pagamento e demais condições que julgar cabíveis, independentemente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial. Caso ocorra a consolidação da propriedade resolúvel das ações no Debenturista, tal fato implicará em alteração do controle da Companhia. Para mais informações sobre as Debêntures, ver itens 10.1(f), 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.

A Companhia é parte em contratos financeiros, contratos comerciais e contratos de locação, cujos termos podem prever vencimento antecipado ou rescisão em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia. Caso a alienação fiduciária das ações de titularidade do acionista controlador seja objeto de excussão e a propriedade de referidas ações seja transferida ao Debenturista e/ou a terceiros, estará configurada troca de controle da Companhia, o que pode gerar o vencimento antecipado desses contratos.

A Companhia não pode garantir que será capaz de obter com seus credores dos contratos financeiros e contrapartes de contratos comerciais, as confirmações por escrito de que renunciarão à declaração de vencimento antecipado em termos aceitáveis para a Companhia. Os contratos financeiros, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de cross-acceleration e de cross-default, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o vencimento antecipado ou no vencimento antecipado automático, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela relevante do seu caixa, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, em caso de transferência do controle da Companhia, a Companhia não pode garantir que os interesses do(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) não serão divergentes dos interesses da Companhia, de forma que decisões do(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) poderão afetar de forma relevante o nosso planejamento estratégico, as nossas decisões comerciais, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Ainda, no contexto da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia, o Debenturista e o acionista Controlador, na qualidade de acionista vendedor, celebrarão termo de liberação da garantia em que o Debenturista se comprometerá a liberar a alienação fiduciária das ações da oferta secundária. Caso a liberação das ações objeto da oferta secundária não seja efetivada até a data de fixação do Preço por Ação, a oferta poderá ser cancelada ou, ainda, modificada para reduzir a quantidade de ações a ser colocada no âmbito da oferta, afetando, neste último caso, o cronograma da oferta, bem como poderá conferir aos investidores possibilidade de desistência de suas reservas e ordens, o que poderá comprometer a conclusão da oferta.

(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

Nossa administração acredita não estar exposta, atualmente, a qualquer outros riscos relacionados a seus acionistas, exceto pelo apresentado no item (b) acima.

(d) Riscos relacionados às controladas ou coligadas da Companhia

Neste momento, não possuímos controladas. A Companhia pode ser incluída no polo passivo em pleitos de sucessão em relação ao período em que possuía participação em sociedades controladas, podendo ser judicialmente responsabilizada por contingências de sociedades controladas no passado.

Nossa administração acredita não estar exposta, atualmente, a riscos relacionados a suas coligadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

Mudanças na cadeia produtiva do setor farmacêutico e de fornecimento na indústria farmacêutica brasileira poderão ter efeitos adversos nos nossos negócios.

Eventuais mudanças na cadeia produtiva e no fornecimento do mercado farmacêutico brasileiro poderão gerar efeitos adversos nos nossos negócios, tais como:

• mudanças na política de fabricação e/ou distribuição de produtos farmacêuticos ou procedimentos que afetem, dentre outros, preços, venda, custo, estoque, distribuição e fornecimento e prazos de pagamento;

• mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos;

• mudanças na legislação ou regulamentação relativa à indústria farmacêutica;

• imposições de controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos; e

• aumento de venda de produtos farmacêuticos pelos supermercados e demais varejistas brasileiros, que prejudiquem as vendas.

Futuras mudanças no setor farmacêutico poderão afetar adversamente nosso fornecimento, demanda e comercialização dos produtos e serviços, restringindo a capacidade de realização de negócios no mercado atual e futuro, causando efeito adverso para nós. A Companhia pode ser responsável por obrigações ambientais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados, não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem afetar a Companhia material e adversamente. A Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte dentro de suas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios.

Aumentos no custo dos prestadores de serviço podem elevar o custo dos produtos e serviços e reduzir os lucros da Companhia.

O custo dos prestadores de serviços pode sofrer aumentos em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos celebrados, inclusive em virtude da ocorrência de alterações na legislação tributária e trabalhista, com a alteração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos, levando à perda de margens de rentabilidade nos empreendimentos em que isso ocorrer, o que pode afetar materialmente os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode figurar como responsável solidária pelos danos ambientais causados por seus fornecedores e parceiros/sócios.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental (incluindo eventuais parceiros e/ou sócios), independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente os resultados e as atividades da Companhia.

Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou destinação e disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada. Caso a Companhia seja responsabilizada por esses eventuais danos, seus resultados poderão ser adversamente afetados.

Não podemos garantir que nossos fornecedores não se envolvam com práticas irregulares.

Dada a descentralização e terceirização das cadeias produtivas dos nossos fornecedores, não podemos garantir que nossos fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, meio ambiente, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, ou que eles não usarão práticas irregulares para reduzir os custos dos produtos. Se um número significativo de tais fornecedores se envolver com práticas irregulares, podemos ser solidariamente expostos com fornecedores a reparar e/ou indenizar danos que estes venham a causar, assim como nossa reputação poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos nossos consumidores poderá ser afetada adversamente, causando, assim, uma redução na nossa receita operacional líquida e nos nossos resultados operacionais, bem como no preço de negociação das nossas ações.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

A dependência do setor de varejo em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito pode afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A atividade da Companhia é relativamente dependente de cartões de crédito. Para viabilizar as vendas com cartão de crédito, devemos aderir às políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que tais empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Uma parte das nossas vendas de produtos é realizada por meio de pagamentos parcelados, utilizando os planos oferecidos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pelas emissoras de cartão de crédito. Dependemos das emissoras de cartão de crédito para continuar oferecendo aos nossos consumidores a possibilidade de pagarem suas compras em prestações. Uma mudança nas políticas das empresas de cartão de crédito, com relação ao parcelamento ou taxas mais altas de juros, pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados operacionais.

Risco associado à fraude de cartões de crédito, afetando adversamente o negócio e os resultados operacionais da Companhia.

O risco por operações fraudulentas via cartão de crédito é assumido pela Companhia, visto que a Companhia aceita pagamento via cartão de crédito sem a aplicação da assinatura do titular. Atualmente a Companhia não mantém um seguro contra este tipo de risco. À medida que as vendas cresçam e/ou ocorra uma falha em seu sistema de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a reputação e a marca da Companhia, o que poderá afetar adversamente o seu negócio e os resultados de suas operações. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais.

A Companhia pode estar sujeita a riscos e custos normalmente associados à concessão de financiamento em relação a vendas a prazo.

As lojas da Companhia podem vir a conceder financiamentos aos compradores dos produtos por ela comercializados, com base em vendas parceladas a prazo em cartão de crédito. Consequentemente, caso o faça, a Companhia estará sujeita aos riscos inerentes a este negócio, incluindo o risco de aumento do custo dos recursos por ela captados embasados no *spread* praticado em relação a vendas a prazo com cartões de crédito. Caso haja um crescimento nos custos de captação de recursos, a situação financeira e os resultados das operações das lojas e filiais da Companhia poderiam ser adversamente afetados, o que, consequentemente, afetaria adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Estas últimas podem ser propostas em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para uso,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

são falsificados, ou não contêm informações adequadas, as propagandas de nossas lojas induzem o consumidor a erro e outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, nossa defesa em tais procedimentos legais pode exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais atuamos

O aumento da concorrência no mercado de drogarias e a crescente consolidação do setor de varejo no Brasil poderão exercer pressões nas margens e resultados operacionais.

Operamos no mercado de drogarias do Brasil, um setor altamente competitivo, concorrendo com redes de drogarias nacionais, regionais e locais, drogarias independentes, serviços de venda por telefone, empresas de venda direta, farmácias de manipulação, fornecedores de produtos farmacêuticos e de beleza pela internet e demais varejistas, tais como supermercados, perfumarias e lojas de conveniência. Ademais, novos varejistas poderão ingressar no mercado e se tornar concorrentes.

A concorrência é caracterizada por diversos fatores, tais como variedade de produtos, propaganda, formas de comercialização, preço, qualidade, serviços, localização, força da marca e disponibilidade de crédito. Os concorrentes podem realizar investimentos em marketing e tecnologias substancialmente superiores aos nossos. Caso não sejamos capazes de nos adaptar às preferências dos clientes, antecipá-las e prevê-las, poderemos perder receitas e participação de mercado relevantes para os concorrentes. O aumento material da concorrência nos mercados em que operamos poderá prejudicar a nossa participação de mercado e exercer pressão para redução dos preços e/ou aumento de investimento em marketing, ocasionando a redução da nossa margem de lucro.

Adicionalmente, o setor de varejo em que atuamos está em processo de crescimento e de consolidação, e nós concorremos com empresas com forte capacidade competitiva e grande disponibilidade de recursos financeiros, cujas ações mercadológicas podem afetar adversamente nossas atividades. Também enfrentamos competição local com pequenas redes de farmácias que podem se beneficiar das ineficiências do sistema de arrecadação de tributos no Brasil, o que pode

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

gerar, consequentemente, aumento de gastos com marketing e preços mais baixos, entre outras medidas que prejudiquem nossa participação no mercado.

Ainda, as redes locais, geralmente, possuem longo histórico na região e um relacionamento mais próximo com o cliente, conquistando uma fidelidade maior.

Notadamente na região metropolitana da cidade de São Paulo, localidade para a qual a Companhia pretende expandir suas atividades, o mercado de drogarias é altamente competitivo e fragmentado. Uma série de farmácias e drogarias concorrem com a Companhia na escolha de pontos comerciais e na fidelização de clientes, sendo que muitas já são historicamente consolidadas na região. Ainda, alguns dos concorrentes da Companhia ali instalados podem dispor de mais recursos financeiros ou acessá-los em melhores condições e, consequentemente, apresentar uma estrutura de capital mais adequada às pressões do mercado regional, principalmente em períodos de crise econômica. Caso a Companhia não tenha sucesso em responder a tais pressões de maneira mais eficiente e ágil que seus concorrentes, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa e participação de mercado poderão ser materialmente impactados, afetando-a adversamente e impedindo sua consolidação na região.

O acirramento na concorrência nos mercados em que atuamos, quer pelo aparecimento de novos concorrentes de grande porte, quer pela expansão das operações dos concorrentes já existentes, ou ainda pela dificuldade de competir com redes locais, poderá afetar negativamente a nossa participação no mercado, bem como os preços dos produtos que vendemos, reduzindo a margem de lucro ou a variedade dos produtos, nos afetando adversamente.

O fato das nossas lojas serem espaços públicos pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à imagem das nossas lojas, além de causar eventual responsabilidade civil e/ou obrigação de ressarcimento às vítimas.

As nossas lojas, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, consequentemente, podem causar danos aos seus frequentadores. Além disso, é comum a prática de furtos e roubos em nossas drogarias, inclusive, por pessoas armadas. No caso da ocorrência de quaisquer incidentes, além da subtração de produtos, é possível que ocorram lesões ou morte de clientes e funcionários e a loja envolvida no caso pode enfrentar sérios danos de imagem, bem como materiais. A ocorrência de tais incidentes pode nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso para nossos negócios.

As drogarias estão expostas a certos riscos inerentes à venda e distribuição de produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados à saúde, bem como à prestação de serviços farmacêuticos. Ademais, erros na comercialização de produtos farmacêuticos e na prestação de serviços farmacêuticos poderão acarretar sérias lesões ou morte. Reclamações de responsabilidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

civil podem ser apresentadas contra nós, no tocante a qualquer dos produtos farmacêuticos ou de outra natureza que vendemos e serviços que prestamos, e poderemos ficar obrigados a suspender ou interromper as atividades e a venda de determinados produtos ou a prestação de determinados serviços ou, ainda, a recolher produtos comercializados por nós.

Caso sejamos responsabilizados por danos oriundos de produtos por nós comercializados ou ainda serviços por nós prestados, poderemos incorrer em danos à reputação e em indenizações financeiras, podendo acarretar efeitos adversos sobre nós.

Drogarias estão intrinsecamente sujeitas ao risco de que o consumo de seus produtos e serviços possam causar lesões, enfermidades ou morte.

As drogarias estão expostas a certos riscos inerentes à venda e distribuição de produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados à saúde, bem como à prestação de serviços farmacêuticos. Ademais, erros na comercialização de produtos farmacêuticos e na prestação de serviços farmacêuticos poderão acarretar sérias lesões ou morte. Reclamações de responsabilidade civil podem ser apresentadas contra nós, no tocante a qualquer dos produtos farmacêuticos ou de outra natureza que vendemos e serviços que prestamos, e poderemos ficar obrigados a suspender ou interromper as atividades e a venda de determinados produtos ou a prestação de determinados serviços ou, ainda, a recolher produtos comercializados por nós. Caso sejamos responsabilizados por danos oriundos de produtos por nós comercializados ou ainda serviços por nós prestados, poderemos incorrer em penalidades administrativas, civis ou criminais, danos à reputação e em indenizações financeiras, podendo acarretar efeitos adversos sobre nós.

Caso a Companhia seja responsabilizada por danos oriundos de produtos comercializados ou ainda serviços prestados, a Companhia pode incorrer em penalidades administrativas, civis ou criminais, danos à reputação e em indenizações financeiras, podendo acarretar efeitos adversos sobre a Companhia.

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura dos diversos estados brasileiros para a entrega das mercadorias nas lojas.

A distribuição de mercadorias para todas as lojas parte do nosso centro de distribuição e se destina a todos os estados que a Companhia atua. O sistema de transporte rodoviário e infraestrutura no Brasil é deficitário. Além disso, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das cidades em quem estão localizadas nossas lojas ou centro de distribuição ou em nossas operações devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, greves ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar a capacidade de abastecer e distribuir mercadorias para as lojas e a própria entrega de produtos ao consumidor final, o que, por sua vez, pode ocasionar uma redução nas vendas, o que poderá afetar adversamente os nossos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que atuamos

Estamos sujeitos a regulamentações que impõem controles de preço sobre a maior parte dos produtos farmacêuticos que vendemos. Essas regulamentações podem requerer aumentos nas despesas de loja ou mesmo limitar as margens e a nossa capacidade de repassar custos aos clientes, o que poderá nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controles de preços sobre a maior parte dos produtos farmacêuticos que vendemos e que regulamentam a forma como desempenhamos a atividade. Os preços que cobramos por tais produtos estão sujeitos à monitoração pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED"), órgão interministerial responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil. Qualquer mudança significativa nas regras de controle de preços dos medicamentos, seja em decorrência da pandemia da COVID-19 ou de outros fatores, pode limitar a capacidade de repassar custos aos clientes, bem como pode resultar na redução da margem de lucro, afetando adversamente e de forma relevante nossos resultados operacionais e condições financeiras.

Não podemos garantir que o Governo Federal não irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os medicamentos no futuro, o que poderá afetar adversamente os nossos negócios. Em 1º de junho de 2020, a CMED publicou a Resolução nº 1/2020 ("Resolução CMED 1/2020") que autoriza as empresas a reajustarem o valor dos medicamentos para o ano de 2020, após o fim da suspensão de prazo determinada pela Medida Provisória nº 933, de 31 de março de 2020 ("MP nº 933/20"). Para contexto, a redação original da MP nº 933/20 suspendeu o ajuste anual de preços de medicamentos pelo prazo de 60 dias (até 1 de junho de 2020). Em 27 de maio de 2020, a vigência da MP nº 933/20 foi prorrogada por mais 60 dias (mas não a suspensão de reajuste em si). Assim, em tese, o reajuste proposto pela Resolução CMED 1/2020 poderia ser aplicado pelas empresas desde 1 de junho de 2020.

Diante da publicação da Resolução CMED 1/2020, em 3 de junho de 2020, o partido político Rede Sustentabilidade impetrou o Mandado de Segurança Coletivo nº 26.278/DF ("MS 26.278/DF") no Superior Tribunal de Justiça, que está e sob relatoria do Ministro Herman Benjamin. O MS 26.278/DF requer a suspensão da Resolução CMED 1/2020 enquanto durarem os efeitos de calamidade pública decorrente de COVID-19. O pedido de antecipação de tutela para suspensão imediata dos efeitos da Resolução CMED 1/2020 foi indeferido e na data deste Formulário de Referência, aguarda-se proferimento de sentença nos autos do MS 26.278/DF.

Ainda sobre o tema, é importante mencionar o Projeto de Lei nº 1.542/2020, o qual foi publicado em 06 de abril de 2020 e visa a suspender, pelo prazo de 60 dias contado de 1 de junho de 2020, o reajuste anual de preços de medicamentos. Este projeto corre em paralelo às outras medidas mencionadas acima, sendo mais uma tentativa no legislativo de suspensão do reajuste de medicamentos proposto pela CMED, tendo em vista a COVID-19. Este Projeto de Lei já foi aprovado no plenário do Senado Federal, estando pendente de análise pela Câmara dos Deputados na data

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

deste Formulário de Referência. Destaca-se que a Câmara dos Deputados ainda pode sugerir alterações na redação da proposta, inclusive no prazo sugerido de suspensão.

Diante do exposto acima e tendo em vista a indefinição sobre o tema, eventual determinação de suspensão do reajuste de preços de medicamentos proposto pela CMED, seja por meio do deferimento do MS 26.278/DF, da aprovação do Projeto de Lei nº 1.542/2020 ou de qualquer outra medida do Poder Legislativo, Judiciário ou Executivo, pode resultar na redução da margem de lucro da Companhia e na capacidade de repasse de custos, afetando adversamente e de forma relevante nossos resultados operacionais e condições financeiras.

Estamos sujeitos a regulamentações que exigem a obtenção de autorização específica para cada uma das lojas e centros de distribuição, o que pode aumentar o custo de operação das lojas ou, caso tais normas sejam descumpridas, acarretar a aplicação de multa e/ou interdição de algumas delas.

Estamos sujeitos a um grande número de regulamentações federais, estaduais e municipais relativos às exigências e aos requisitos para a obtenção e manutenção de licenças, Autorização de Funcionamento ("AFE") para cada estabelecimento, e Autorização Especial ("AE") (no caso de manipulação de medicamentos, que ocorre exclusivamente em uma de nossas filiais) (conforme RDC ANVISA nº 275, de 09 de abril de 2019 e RDC ANVISA nº 16, de 01 de abril de 2014), autorizações, permissões, alvarás, certificados e/ou registros, sistemas de gerenciamento da prescrição, dispensação e escrituração de medicamentos sujeitos a controle especial, Boas Práticas Farmacêuticas, programas governamentais de acesso à medicamentos (Farmácia Popular), incluindo mas não se limitando aos padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde, da ANVISA e departamentos estaduais e municipais de saúde, bem como leis e regulamentações relativas aos aspectos de proteção ao meio ambiente, produtos controlados, saúde e segurança, incluindo a exposição, o manuseio e descarte de substâncias perigosas.

Eventuais atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças de nossos estabelecimentos e/ou produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em nossos estabelecimentos para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

Licenças como o alvará sanitário estadual ou municipal, licenças ambientais e licenças e autorizações para uso de produtos controlados possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, principalmente no cenário da pandemia da Covid-19, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso (1) resultar em autos de infração, (2) nos sujeitar ao pagamento de multas e, em alguns casos, como na esfera ambiental, nos expor criminalmente, acaso atividades continuem a ser desenvolvidas sem referidas licenças, (3) nos impedir de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, (4) resultar n o cancelamento de licenças, interdição ou fechamento das nossas lojas e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

centros de distribuição. A nossa estratégia de negócios poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas lojas e centros de distribuição, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas lojas e centros de distribuição existentes em consequência da nossa incapacidade de obter, manter ou renovar as licenças.

A observância de exigências regulatórias existentes ou novas exigências aplicáveis à cadeia produtiva e comercial dos produtos comercializados por nós poderá nos afetar adversamente.

Não podemos garantir que atendemos às exigências impostas pelas leis e regulamentos aplicáveis à cadeia produtiva e comercial dos produtos comercializados por nós ou que conseguiremos cumprir novas exigências legais ou regulamentares dentro do prazo estipulado pelas autoridades competentes. Ademais, as operações poderão ser cobertas por regulamentos especiais Estaduais e Municipais, tais como leis de zoneamento e restrições à publicidade e à comercialização. Vale ressaltar que, desde o início da crise da COVID-19 no Brasil, que gerou o estado de emergência de saúde pública de importância nacional, o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) vêm editando uma série de regulações e orientações específicas para enfrentamento da pandemia do COVID-19 que podem afetar adversamente e de forma relevante os resultados operacionais e as condições financeiras da Companhia. Dentre estas regulações e orientações verificam-se: (i) a Medida Provisória nº 933 de 31 de março de 2020, que suspende por 60 dias o reajuste anual dos preços de medicamentos até 1º de junho de 2020; (ii) a Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA nº 347, de 17 de março de 2020, dispõe sobre procedimentos temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais, em virtude da emergência de saúde pública, estabelece critérios e procedimentos temporários para a venda destas preparações por farmácias de manipulação; (iii) Resolução nº 357, de 24 de março de 2020, que estende temporariamente (por 6 meses, podendo ser renovada por períodos iguais e sucessivos) as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite também, em carácter temporário, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao COVID-19; e (iv) Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA nº 377, de 28 de abril de 2020, que autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de “testes rápidos” (ensaios imonocromatográficos) para o COVID-19 em farmácias, ao suspender os efeitos do §2º do artigo 69 e do artigo 70 da RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.

O cumprimento atrasado ou o descumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis às atividades poderá acarretar sanções de natureza administrativa, civil ou penal à Companhia, causando efeitos adversos, tais como a interrupção de operação de lojas, recall de produtos ou a imposição de multas ou penalidades. Ademais, as alterações de tais leis e regulamentos poderão restringir as operações existentes, limitar a expansão e exigir que melhoremos os sistemas ou procedamos a alterações operacionais que poderão ser difíceis e/ou dispendiosas para serem implementadas. Tais alterações operacionais poderão nos afetar adversamente. Para informações adicionais sobre os efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades da Companhia, consulte o item 7.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Aumento nas despesas de pessoal devido às novas exigências regulatórias ou às negociações trabalhistas desfavoráveis à Companhia, podem nos afetar de forma adversa.

O cumprimento de novas legislações, regulamentações das autoridades competentes ou negociações trabalhistas desfavoráveis à nós podem acarretar aumentos em nossas despesas operacionais, tais como: (i) incrementos salariais; (ii) aumento do número de funcionários nas lojas, no centro de distribuição e no entro administrativo; (iii) substituição de outros profissionais por farmacêuticos; (iv) aumento de outras despesas relativas a vendas em loja; e (v) manuseio e controle no nosso centro de distribuição. Estes aumentos de custos podem impactar nossa rentabilidade, nos afetando adversamente.

Os resultados operacionais poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira ou por resultados desfavoráveis de contingências tributárias.

A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas e, por vezes, criação de tributos temporários destinados a determinados propósitos governamentais específicos, bem como alterações na interpretação de tal legislação por tribunais brasileiros. Essas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que, consequentemente, terá impactos na lucratividade e até nos preços dos serviços prestados no mercado de saúde e no setor de atuação da Companhia. A Companhia não pode garantir que, diante de alterações que aumentem a carga tributária, será capaz de manter o preço de seus serviços, seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade, o que poderá impactar negativamente nos negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos de seus procedimentos e processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), pode afetar negativamente a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, o qual poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

A suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação de regimes especiais de tributação, podem afetar os resultados da Companhia.

A Companhia possui Regime Especial de Tributação (RET), sendo eleita sujeito passivo por substituição, para efeitos de apuração e recolhimento do ICMS. O referido regime, nos termos do artigo 14, Anexo IX do RICMS-PR atribuiu ao Centro de Distribuição da Companhia a condição de substituto tributário nas operações centralizadas neste estabelecimento.

Com a edição da Lei Complementar nº 160/2017, surgiu a possibilidade de os Estados e o Distrito Federal instituírem convênio para deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto no artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, bem como alterou dispositivos da Lei nº 12.973/2014.

Caso as regras de convalidação sejam descumpridas pelos estados, é possível que as Fazendas Estaduais passem a exigir de nós os valores de ICMS não recolhidos em virtude dos benefícios. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos. Assim, no caso de inobservância das regras de convalidação, a Companhia pode ser adversamente impactada.

Adicionalmente, se houver uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterem os incentivos fiscais fruídos pela Companhia durante ou após seus prazos de vigência, bem como, quaisquer alterações que modifiquem a sistemática de apuração e recolhimento dos tributos, os seus negócios poderão ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e a Companhia não seja capaz de renová-los, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos à Companhia em comparação aos que estão atualmente em vigor, a Companhia será igualmente afetada de maneira relevante e adversa.

Para mais informações sobre os benefícios fiscais, ver item 7.3 deste Formulário de Referência.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolve atividades no exterior.

(j) Questões socioambientais

A Companhia está sujeita a leis e a regulamentações ambientais cujo descumprimento poderá afetá-la adversamente.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações podem, em alguns casos, condicionar as atividades da Companhia à obtenção de licenças ambientais para operar, bem como à obtenção de autorizações relacionadas ao uso de recursos hídricos, supressão de árvores isoladas, gestão de resíduos sólidos, manuseio de produtos perigosos, etc.

A sujeição a tais leis e regulamentos também pode levar a Companhia à conveniência ou necessidade de celebrar Termos de Compromisso ou Termos de Ajustamento de Conduta com as autoridades.

Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais, bem como nos Termos de Compromisso ou Termos de Ajustamento de Conduta celebrados pode submeter a Companhia a sanções administrativas de até R$ 50 milhões e suspensão de atividades e penais, além da obrigação de reparar e/ou indenizar os danos causados ou indenizar terceiros. No caso dos Termos firmados há, ainda, o risco de sua execução judicial forçada.

Ademais caso essas leis e regulamentos fiquem mais rigorosos, poderemos ter que aumentar significativamente os nossos gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar substancial e negativamente.

Para mais informações sobre a regulação socioambiental a qual estamos sujeitos, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por suas operações.

Os resíduos sólidos, em função de sua natureza, podem gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final.

No que tange ao controle e gestão de resíduos gerados, a legislação ambiental atual já impõe, dentre outras obrigações, a necessidade de autorizações ambientais para transporte de resíduos considerados perigosos, bem como o correto manuseio e disposição final adequada.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, e seu respectivo Decreto Federal nº 7.404/2010, tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, objetivos e instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. Como resultado, a Companhia é responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por suas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre as atividades da Companhia e o dano ambiental.

Além disso, a PNRS e normas correlatas, também estabelecem obrigações aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de determinados produtos quanto à implementação de sistemas de logística reversa. No dia 05 de junho de 2020, foi publicada a regulamentação federal que instituiu o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores, por meio do Decreto Federal nº 10.388/2020. Este Decreto entrará em vigor 180 dias após a data de sua publicação. Com a nova regulamentação, drogarias e farmácias terão de, às suas expensas, adquirir, disponibilizar e manter, em seus estabelecimentos, pelo menos um ponto fixo de recebimento de resíduos (dispensadores contentores) a cada dez mil habitantes (nos Municípios com população superior a cem mil habitantes). As indústrias fabricantes e as empresas distribuidoras ficam responsáveis pelos processos de recolhimento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da cadeia, seguindo a seguinte ordem de prioridade: (i) incineração; (ii) coprocessamento; e (iii) aterro sanitário de classe I, destinado a produtos perigosos.

Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos sólidos, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros, imagem e reputação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(k) Riscos Relacionados a Questões Macroeconômicas

O surto do Coronavírus (COVID-19) e as consequentes as medidas adotadas mundialmente na tentativa de contenção do vírus, em especial restrições à circulação de pessoas podem afetar adversamente as operações das empresas do setor varejista farmacêutico, incluindo a Companhia. O surto mundial pode impactar a economia global e brasileira e os mercados financeiro e de capitais, levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, bem como impactar diretamente os negócios e o resultado da Companhia e a consequente precificação de nossas ações.

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, na China. Em março de 2020, a OMS decretou que o surto do Coronavírus (COVID-19) configura uma pandemia em escala global, e as autoridades governamentais de todo o mundo implementaram medidas para reduzir a propagação da COVID-19. Estas medidas afetaram negativamente a força de trabalho, o poder aquisitivo da população e os mercados financeiros globais e levaram a uma crise econômica em muitos países, inclusive no Brasil.

As nossas operações sofreram um impacto relevante durante os meses de março a junho de 2020, o que poderá continuar enquanto durarem as restrições de circulação de pessoas impostas por autoridades governamentais para reduzir a propagação da COVID-19. Além disso, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que pode resultar em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto depois que o surto diminuir, tem potencial para continuar reduzindo a demanda pelos produtos por nós comercializados. Como resultado, a pandemia provocada pelo novo Coronavírus poderá a afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa.

Acreditamos ainda que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Após a diminuição do surto do COVID-19, podemos continuar a ter impactos materialmente adversos em nossos negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil que ocorreu ou possa vir a ocorrer.

Acreditamos que a extensão dos efeitos do COVID-19 na economia global, em especial a economia brasileira, e sobre o sistema financeiro e os mercados financeiros e de capitais, não pode ainda ser dimensionada, o que pode acarretar uma crise de graves proporções podendo vir a impactar de forma adversa e relevante os negócios e os resultados da Companhia. O impacto final do surto do COVID-19 é altamente incerto. Para informações sobre o impacto da COVID em nossas vendas,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em nossos negócios, além daquela apresentada nos itens 7.1, 10.1, 10.2, 10.8 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios.

O surto de doenças altamente transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do Coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo do COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que nossas ações são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a OMS declarou a pandemia do vírus COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro e em termos aceitáveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar a capacidade de venda das ações da Companhia pelo preço e momento desejados.

Investir em valores mobiliários brasileiros, tais como as ações ordinárias de emissão da Companhia, frequentemente envolve riscos maiores do que investir em valores mobiliários de emissores de outros países, com condições políticas e econômicas mais estáveis, além de que investimentos em valores mobiliários brasileiros são geralmente considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar sua capacidade de total ou parcial de receber recursos relacionados aos seus investimentos; e (ii) restrições sobre investimentos estrangeiros e repatriação do capital investido.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de emissão da Companhia de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos, países da União Europeia e países asiáticos, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos poderá afetar adversamente os negócios da Companhia e o valor de mercado das ações da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar os negócios da Companhia.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

A conjuntura política e econômica brasileira pode prejudicar a Companhia e afetar adversamente o preço de negociação de suas ações ordinárias. As condições políticas e econômicas afetam diretamente os negócios da Companhia e podem afetá-la adversamente. Políticas macroeconômicas impostas pelo Governo Federal podem ter impactos significativos sobre as companhias brasileiras, inclusive sobre a Companhia, bem como nas condições de mercado e preços de valores mobiliários no Brasil. A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. Neste sentido, o Governo Federal tem frequentemente modificado as políticas monetárias, de crédito, fiscal, entre outras para influenciar a condução da economia do Brasil. As ações do Governo Federal para controlar a inflação envolveram, por vezes, o controle de salários e preços, a restrição ao acesso a contas bancárias, o bloqueio de contas bancárias, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre importações e exportações de mercadorias.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios da Companhia, sua situação econômico-financeira e seus resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- pandemias;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

Medidas e políticas governamentais para combater a inflação, em conjunto com a especulação pública sobre tais políticas e medidas, muitas vezes tiveram efeitos adversos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica no Brasil e o aumento da volatilidade do mercado de ações brasileiro. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação geralmente envolveram controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, controles do fluxo de capital, limites sobre as importações e outras ações. Se a inflação aumentar a uma taxa maior que a das vendas líquidas da Companhia, seus custos poderão aumentar e as suas margens operacionais e líquidas diminuirão.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e sua análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado de suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, a Companhia talvez não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de obtenção de novos empréstimos e financiamentos pela Companhia, mas também o custo da dívida atual da Companhia, bem como em seu caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, pois a Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados à variação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI ("CDI"), calculada e divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Por outro lado, uma redução significativa no CDI ou inflação pode afetar adversamente a receita de as aplicações financeiras da Companhia.

O negócio da Companhia, os resultados de suas operações, bem como o valor de suas ações podem ser afetados negativamente por condições macroeconômicas, condições do mercado e outras condições de execução dos projetos.

O setor do varejo farmacêutico é cíclico e significativamente influenciado por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, tais como: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional; (iii) confiança do consumidor e estabilidade dos níveis de renda; (iv) taxa de juros; (v) disponibilidade de renda para aquisição de produtos de consumo; (vi) disponibilidade informacional em relação a produtos farmacêuticos; (vii) condições de pagamentos parcelados; entre outros.

Caso ocorram mudanças adversas significativas nas condições econômicas, a Companhia poderá ter que manter estoque por mais tempo que o planejado. A volatilidade do mercado financeiro mundial pode impactar negativamente o comércio farmacêutico e comércio varejista em geral, consequentemente, a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações ordinárias, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, incluindo o conflito envolvendo Estados Unidos e Irã e a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, o surto do Coronavírus, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os impactos da ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente da Companhia.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para conter a deterioração das contas públicas e da economia pode levar a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

econômica recorrente e incertezas políticas pode afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de "BB+" para "BB" e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de "BB" para "BB-" com perspectiva estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em 11 de dezembro de 2019, ainda sem alterar a nota de risco de crédito soberano do Brasil, a Standard & Poor's elevou de estável para positiva a perspectiva da nota da dívida pública brasileira, o que indica que a agência poderá elevar a nota do País nos próximos dois anos.

Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para "Ba2", com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável.

Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para "BB-", nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. Em 14 de novembro de 2019, a Fitch reafirmou o rating do Brasil em "BB-" bem como em maio de 2020, com perspectiva negativa, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos da piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre duração e intensidade da pandemia do COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. Quaisquer sinais de deterioração econômica ou contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a condição financeira da Companhia, seus resultados operacionais e seu valor de mercado das ações.

A moeda brasileira sofreu variações frequentes e substanciais em relação ao dólar dos Estados Unidos e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e aumentos nas taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira, resultando em efeitos adversos e materiais sobre a condição financeira da Companhia e resultados operacionais. Também restringe o acesso aos mercados financeiros internacionais e determina as intervenções do governo, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real frente ao dólar pode levar a uma redução do consumo e a um crescimento econômico mais lento. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar e outras moedas estrangeiras pode resultar no agravamento da balança comercial brasileira, bem como na desaceleração do crescimento das exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou apreciação do real pode ter um efeito material e negativo sobre o crescimento da economia brasileira, bem como sobre os negócios da Companhia.

Potenciais oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos nossos negócios e nos preços de mercado das ações de nossa emissão.

Oscilações do cenário prospectivo para as principais taxas de juros tanto da economia brasileira quanto das principais taxas de referência dos mercados desenvolvidos, podem impactar nosso resultado financeiro. A alta das taxas de juros poderá impactar no custo de captação de empréstimos pela Companhia como também no custo do endividamento, vindo a causar aumento de nossas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a nossa capacidade de pagamento de obrigações assumidas, na medida em que reduzirá nossa disponibilidade de caixa.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o índice das taxas médias do CDI foram de 2,15% e 5,94%, respectivamente. Oscilações nas principais taxas de juros da economia brasileira podem ter os seguintes efeitos, diretos ou indiretos: (i) impacto na demanda por produtos vendidos por nós, (ii) mudança nas taxas de juros de crédito ao consumidor, (iii) diminuição da rentabilidade dos produtos financeiros oferecidos por nós, (iv) mudanças nos termos comerciais com fornecedores e prestadores de serviços (v) impacto na nossa capacidade de obter empréstimos, (vi) aumento do custo do endividamento, resultando em maiores despesas financeiras, entre outros. Estes efeitos podem causar tanto queda nas vendas como diminuição da nossa rentabilidade, e assim, podem impactar adversamente as nossas atividades e nossos negócios.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

O risco de mercado é o risco de impacto que as alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, dos preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de sua participação em instrumento financeiros.
O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

Risco de Taxa de Juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O indexador condicionado às aplicações financeiras é o CDI.

As dívidas da Companhia ou outras obrigações reajustadas pela inflação ou pela taxa de juros podem sofrer aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito adverso nos resultados da Companhia, já que ela pode ser incapaz de repassar todo ou parte desse acréscimo aos clientes.

Um dos principais riscos da Companhia provém das dívidas atreladas ao CDI. Em 30 de junho de 2020, o volume de financiamentos indexado ao CDI era de R$ 190,2 milhões. Para a análise de sensibilidade, a Companhia utilizou a média do CDI de 31 de dezembro de 2019 conforme divulgado pela B3 (2,15%), no cenário I com um acréscimo de 25% e no cenário II um acréscimo de 50%.

Em R$ milhares	Montante envolvido	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Financiamentos e empréstimos	R$ 190.232	(R$ 1.022)	(R$ 2.045)

Risco de Crédito
O risco de crédito é o risco de prejuízo da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte, por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial é o risco de que o valor de mercado de futuros fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutuante e devido a mudanças nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta principalmente a variações na taxa de câmbio do euro e do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	2020		2019	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	4.493	-	3.298	762

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o seguinte valor de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Descrição	Indexador	30.06.2020	31.12.2019
Operação 4131			
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	44.924	40.746
Total		**44.924**	**40.746**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia figura como parte em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Em 30 de junho de 2020, tínhamos conhecimento de que éramos partes em 2.411 processos que representam um valor envolvido de R$ 142,5 milhões, conforme discriminado na tabela abaixo:

Natureza	*Montante Envolvido (em R$ milhares)*	*Número de Processos*
Cível	6.560	3
Trabalhista	3.858	409
Tributário	70.521	20
Administrativo	5.505	1.784
Outros	56.143	195
Total Geral	**142.587**	**2.411**

Em 30 de junho de 2020, a Companhia constituiu provisão no montante de R$9,8 milhões para contingências cuja chance de perda é classificada por nossos assessores legais como “provável”, conforme discriminado abaixo. O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais, apurada pelos advogados responsáveis pela condução/gerenciamento dos processos.

Natureza	*Montante Provisionado (em R$ milhares)*	*Número de Processos*
Cível	5.967	01
Trabalhista	2.600	172
Tributário	0	02
Administrativo	1.313	347
Outros	0	0
Total Geral	**9.880**	**522**

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando sua capacidade de representar impacto significativo ao nosso patrimônio, à nossa capacidade financeira ou aos nossos negócios. Foram considerados, ainda, na seleção de processos relevantes, independentemente do valor envolvido, processos judiciais ou administrativos que possam representar um impacto significativo em nossa imagem ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

(i) Contingências Cíveis

Em 30 de junho de 2020, nós figurávamos como partes em 198 processos judiciais cíveis, os quais totalizam o valor envolvido de R$ 11 milhões. Em adição, figurávamos como partes em 27 procedimentos administrativos perante o PROCON, os quais totalizam o valor envolvido de R$ 26 mil.

Destacamos abaixo a principal contingência cível que somos partes:

Processo nº 0049934-54.2010.8.16.0001	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Curitiba, Estado do Paraná
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	24.8.2010
d. Partes no processo	Autor: Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Paraná Réu: Farmácias e Drogarias Nissei
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 100.000,00 (Valor da Causa)
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública proposta em razão de alegado descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") supostamente aplicável à Companhia. O TAC foi firmado entre a SINDIFARMA e o PROCON/PR para regulamentar a veiculação de publicidade de medicamentos pelas Farmácias do Estado. No entanto, de acordo com o PROCON/PR, a Nissei estaria descumprindo tanto os termos acordados no TAC quanto da legislação consumerista, razão pela qual propôs a ação civil pública requerendo (i) a concessão de medida liminar para determinar que todos os estabelecimentos comerciais pertencentes ao Grupo Nissei se abstenham de patrocinar mensagens publicitárias consideradas enganosas e abusivas; e (ii) a condenação da Nissei ao cumprimento de obrigação de não fazer, isto é, cessar definitivamente a prática ilegal da concessão de supostos "descontos ilusórios". Em 30.8.2010, a liminar pleiteada foi deferida, sob pena de multa de R$5.000,00 em caso de descumprimento. Em 14.12.2010 foi proferida sentença que confirmou a liminar concedida e julgou procedente o pedido inicial para tornar definitiva a determinação de que todos os estabelecimentos comerciais da Nissei se abstenham de patrocinar mensagens publicitárias enganosas e abusivas, de modo que a sua divulgação esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor; com o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a Resolução n° 96/2008 da ANVISA e o Código de Autorregulamentação Publicitária. A Nissei interpôs recurso de apelação, cujo provimento foi negado. A Nissei opôs embargos de declaração, os quais foram parcialmente providos para suprir omissão quanto a análise da afronta à Resolução n° 96/2008/ANVISA, sem operar efeitos infringentes. A Nissei interpôs recurso especial e recurso extraordinário, visando alteração do acórdão para afastar a aplicação do TAC firmado entre o PROCON e o SINDIFARMA, e reconhecer a aplicação do TAC específico firmado entre a recorrente e o Ministério Público Estadual. Foi dado provimento ao Recurso Especial interposto pela Companhia para determinar o retorno dos autos para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para julgamento do recurso de apelação, a fim de sanar a omissão da decisão

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0049934-54.2010.8.16.0001	
	recorrida sobre a sujeição da Companhia ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre SINDIFARMA e PROCON. Os autos se encontram pendentes de decisão.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia deverá (i) cumprir as obrigações firmadas no Termo de Ajustamento de Conduta relacionadas a questões envolvendo publicidade de medicamentos, (ii) arcar com o pagamento de multa a ser apurada, bem como (iii) honorários sucumbenciais e custas processuais.

Processo nº 0019573-73.2018.8.16.0001	
a. Juízo	19ª Vara Cível de Curitiba, Estado do Paraná
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	3.8.2018
d. Partes no processo	Autor: Ana Paula de O. Baroni – Farmácia; Rede Saúde Importação e Comércio de Medicamentos Ltda.; Rei da Saúde Comércio e Distribuição de Medicamentos Ltda. Réu: Farmácias e Drogarias Nissei
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.213.113,39 (valor histórico) R$ 5.967.448,21 (valor atualizado – data-base: Março/2020)
f. Principais fatos	Trata-se de cumprimento provisório de sentença una proferida nas ações ordinárias nº 72177-89.2010.8.16.0001 e 0028690-06.2009.8.16.0001, decorrente de suposto descumprimento do instrumento contratual referente à aquisição de três unidades da Farmácia "Rede Saúde". A ação foi julgada parcialmente procedente para (i) declarar parcialmente rescindido o contrato firmado entre as partes com relação ao imóvel em discussão, condenando a Nissei à devolução dos valores pagos pelo ponto, acrescido de multa de 10%, a ser acrescido de custas e juros; (ii) condenar a Nissei a devolver os valores pagos indevidamente, bem como ao pagamento de multa e valores remanescentes relativos ao contrato; e (iii) indenização por dano moral no valor de R$ 50.000,00. Foram interpostos recursos de apelação, cujo provimento foi negado, e o cumprimento provisório de sentença iniciado. Os autos se encontram em fase de verificação dos cálculos apresentados pelo Setor de Cálculos Judiciais.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro

(ii) Contingências Trabalhistas

Em 30 de junho de 2020, nós figurávamos como partes em 409 processos trabalhistas, de natureza judicial e administrativa, os quais totalizam o valor envolvido de R$ 16,7 milhões.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Destacamos abaixo as principais contingências trabalhistas. Esclarecemos que, dentre elas, não há qualquer argumento relacionado a condições análogas à escravidão e exploração de mão-de-obra infantil.

Ação Civil Pública nº 0001077-90.2013.5.09.0041	
a. Juízo	21ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	23 de julho de 2013
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho ("MPT") Réu: Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 7.150.000,00 Valor atualizado do processo: R$ 200.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública, com pedido liminar de antecipação de tutela com efeito de âmbito nacional, ajuizada pelo MPT sob o argumento de que a Companhia violou diversos direitos trabalhistas dos empregados, especialmente quanto (i) à jornada de trabalho, (ii) às condições de saúde e segurança do trabalho, (iii) à realização de descontos salariais, (iv) ao pagamentos de verbas rescisórias admissão de empregados sem registro de CTPS, (v) à apresentação de documentos requisitados pela inspeção do trabalho e (vi) à prática de dumping social. Entre as principais medidas requeridas pelo MPT estão: (i) o registro correto dos horários de entrada e saída dos empregados; (ii) a abstenção de prorrogação da jornada de trabalho e a concessão de intervalo intrajornada; (iii) a remuneração integral de todos os empregados; (iv) a apresentação de documentos requisitados pela inspeção do trabalho; (v) a abstenção de descontos salariais; (vi) o registro corretor dos empregados; (vii) o pagamento integral de verbas rescisórias e (viii) a constituição de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ("CIPA"). A sentença, publicada em 20 de novembro de 2014, em extinguiu processo sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC, ao entender que carece de legitimidade o MPT para pleitear direitos individuais heterogêneos. O MPT interpôs Recurso Ordinário, pleiteando o reconhecimento de sua legitimidade ativa e a procedência dos pedidos. Em 26 de maio de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região deu parcial provimento para (i) reconhecer a legitimidade ativa do MPT quanto aos pedidos de dumping social e danos morais coletivos e (ii) condenar a Companhia a diversas obrigações de não fazer e ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R$ 200.000,00. As partes interpuseram Recurso de Revista, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	A Companhia poderá ser condenada a diversas obrigações de não fazer e ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, ora arbitrado no valor de R$ 200.000,00.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0000924-21.2018.5.12.0034	
a. Juízo	4ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	3 de agosto de 2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho ("MPT") Réu: Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 3.000.000,00 Valor atualizado do processo: R$ 150.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT sob o argumento de que a Companhia (i) calculou, de forma incorreta, a composição do "Prêmio de Produtividade" e (ii) não disponibilizou assentos, ergonomicamente projetados, para descanso dos empregados em todas as unidades. Na Petição Inicial, o MPT pleiteou: (i) a abstenção da Companhia de considerar na composição do "Prêmio de Produtividade" indicadores que reflitam quaisquer prejuízos financeiros; (ii) a disponibilização, nas áreas de trabalho, de assentos para descanso em todas as unidades, ergonomicamente projetados; (iii) a devolução dos valores indevidamente suprimidos da composição do "Prêmio de Produtividade", devidamente corrigidos; e (iv) o pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R$ 3.000.000,00. A sentença, proferida em 7 de março de 2019, julgou a ação parcialmente procedente para condenar a Companhia (i) à se abster de considerar na composição do "Prêmio de Produtividade" indicadores que reflitam quaisquer prejuízos financeiros; (ii) ao pagamento dos valores indevidamente descontados dos empregados no período imprescrito; (iii) à disponibilização, nas áreas de trabalho, de assentos para descanso em todas as unidades, ergonomicamente projetados; e (iv) ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no importe de R$ 500.000,00. As partes interpuseram Recurso Ordinário. Em julgamento de 29 de outubro de 2019, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (i) deu parcial provimento ao recurso da Companhia para decretar prescrito o direito de ação em relação aos empregados que tiveram o contrato de trabalho extinto há mais de dois anos do ajuizamento da ação; para reduzir para R$ 2.000,00 o valor da multa, por empregado e por infração, em caso de descumprimento da obrigação de não fazer; e para excluir da condenação a indenização por danos morais coletivos; e (ii) deu parcial provimento ao recurso do MPT para excluir a determinação de chamamento das entidades sindicais para compor a fase executiva. As partes interpuseram Recurso de Revista, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	A Companhia deverá adotar uma série de obrigações de fazer e não fazer, sob pena de multa, bem como, em caso de reversão pelo Tribunal Superior do Trabalho em sede de Recurso de Revista, pagar indenização por danos morais coletivos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0010380-65.2016.5.09.0028 / Execução Provisória nº 0000359-88.2020.5.09.0028	
a. Juízo	19ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	14 de abril de 2016
d. Partes no processo	Autora: Cíntia Fátima da Silva ("Reclamante") Réu: Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 40.000,00 Valor atualizado do processo: R$ 591.191,22
f. Principais fatos	**Reclamação Trabalhista nº 0010380-65.2016.5.09.0028** Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada pela Reclamante em face da Companhia, pleiteando: (i) o pagamento de diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial; (ii) o pagamento de horas extras, intervalo interjornada e intrajornada, adicional noturno e multa do artigo 384 da CLT; (iii) o pagamento de adicional de insalubridade; (iv) a devolução de descontos a título do "Prêmio de Produtividade"; (v) o pagamento de indenização por danos morais e (vi) o pagamento de multas previstas em Convenções Coletivas de Trabalho. A sentença, proferida em 5 de novembro de 2018, julgou a ação parcialmente procedente para condenar a Companhia ao pagamento de (i) diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial; (ii) horas extras e adicional noturno, com reflexos, e (iii) multas previstas em Convenções Coletivas de Trabalho. As partes interpuseram Recurso Ordinário. Em julgamento de 12 de novembro de 2019, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região negou provimento ao recurso da Companhia, mas deu parcial provimento ao recurso da Reclamante para (i) deferir as horas extras pelo trabalho em domingos, feriados e dias de balanço; (ii) determinar que sejam apuradas, como extras, as horas que ultrapassarem o limite de 7h20min e 44 horas semanais; (iii) determinar que a violação ao intervalo intrajornada enseja o pagamento de uma hora extra cheia, por dia de trabalho; (iv) deferir o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio, com reflexos, e (v) afastar a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora. A Companhia interpôs Recurso de Revista, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho. **Execução Provisória nº 0000359-88.2020.5.09.0028** Em 15 de abril de 2020, a Reclamante apresentou cálculos de R$ 603.861,27 (valor líquido) e R$ 655.496,48 (valor bruto). Em 6 de maio de 2020, a Companhia apresentou impugnação aos cálculos da Reclamante, nos valores de R$ 409.807,24 (líquido) e R$ 531.923,30 (bruto). Em 27 de maio de 2020, a Perita-Contadora Judicial apresentou cálculos, nos valores de R$ 457.829,47 (líquido) e R$ 606.819,98 (bruto). As partes impugnaram os cálculos apresentados pela Perita-Contadora Judicial. Contudo, em 4 de julho de 2020, foi proferida decisão homologando o cálculos apresentados pela Perita-contadora judicial e determinando o pagamento do valor atualizado (R$ 585.286,28), no prazo de 15 dias. Em 10 de agosto de 2020, a Companhia apresentou petição juntando o comprovante de pagamento de 30% do valor (R$ 175.585,88), bem como requerendo o pagamento do saldo remanescente em 6 meses. Em 11 de agosto de 2020, foi proferido despacho deferindo o parcelamento do saldo remanescente em 6 parcelas, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Em 13 de agosto de 2020, a Reclamante apresentou impugnação à decisão de homologação dos cálculos, que ainda não foi apreciada.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0010380-65.2016.5.09.0028 / Execução Provisória nº 0000359-88.2020.5.09.0028	
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Considerando que houve a homologação do quantum devido nos autos da Execução Provisória, caberá a Companhia realizar o pagamento do saldo remanescente da condenação.

(iii) Contingências Tributárias

Em 30 de junho de 2020, nós figurávamos como partes em 9 processos tributários, os quais totalizam o valor envolvido de R$ 9,3 milhões.

Vale ressaltar que os débitos discutidos em 4 dos 9 processos mencionados foram objeto de inclusão em programas de parcelamento em curso e, portanto, não representam efetivas contingências (aproximadamente R$ 2,7 milhões).

Destacamos abaixo as principais contingências tributárias das quais somos parte:

Processo nº 11112.720054/2017-09	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal de Brasília
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	01/08/2017
d. Partes no processo	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. x Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor do Auto de Infração, originalmente de R$ 11.230.350,19, foi reduzido pela Delegacia de Julgamento para R$ 2.569.504,51 (valor em 05/2020), após a conversão do processo em diligência. Parte dos valores já são reconhecidos como devidos pela Companhia e serão recolhidos ao final do processo administrativo (R$ 601.399,99)
f. Principais fatos	Trata-se da glosa de compensações de contribuição previdenciária patronal realizadas em GFIP pela Companhia entre os anos calendário de 2012 e 2016. Os créditos utilizados decorrem, essencialmente, dos seguintes fatores: (a) recolhimento a maior de SAT/RAT no período de fevereiro de 2011 a maio de 2012; (b) recolhimento indevido de CPRB nos meses de junho a agosto de 2013; (c) recolhimento indevido de contribuição previdenciária sobre verbas (terço constitucional de férias, primeiros 15 dias do auxílio doença e aviso prévio indenizado). Após a conversão do processo em diversas diligências para análise dos créditos aproveitados, os autos foram conclusos para julgamento. Atualmente, aguarda-se o julgamento da Impugnação pela Delegacia de Julgamento.
g. Chance de perda	Possível (com relação à parcela que a Companhia entende não ser devida).
h. Impacto em caso de perda do processo	Necessidade de recolhimento dos débitos de contribuição previdenciária em aberto (acrescidos de juros SELIC e multa).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 10920-724888/2018-89	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal de Brasília
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	17/10/2018
d. Partes no processo	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. x Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.333.752,84 (06/2020)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração visando a cobrança de supostos débitos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSL"), em razão da dedução de valores superiores aos anteriormente aos anteriormente pagos/declarados em DCTF, nos anos calendário de 2014 e 2015. Após a apresentação da Impugnação, o processo foi encaminhado para a Delegacia de Julgamento. Atualmente, aguarda-se o julgamento da Impugnação.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Necessidade de recolhimento dos débitos de IRPJ/CSL em aberto (acrescidos de juros SELIC e multa de ofício).

(iv) Contingências Administrativas

Em 30 de junho de 2020, a Companhia figurava como parte em (i) 120 processos administrativos, instaurados por autoridades locais de vigilância sanitária, em valor inferior a R$ 150 mil e (ii) 1.664 processos administrativos ético-disciplinares, instaurados por Conselhos Regionais de Farmácia ("CRF"), dos quais 1.176 resultaram em penalidades em valor de R$ 5.392.417,83, e 488 ainda aguardam julgamento. Tendo em vista que a relevância se dá pelo valor agregado envolvido e não pelo valor individual, inserimos comentários a esse respeito no item 4.6 abaixo.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.3 é de R$ 9,8 milhões.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a nós ou nossas controladas figuramos como parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais figuramos como partes, cujo valor provisionado somava R$ 6,0 milhões em 30 de junho de 2020.

Processos Cíveis	
Valores Envolvidos	R$ 3.853.906,33 (soma do “valor da causa”)
Prática que causou tal contingência	A Companhia ajuizou 24 ações renovatórias de locação. Tratam-se de ações propostas com o objetivo de garantir a renovação dos contratos de locação referentes a diversos imóveis da Companhia. Tais ações apresentam um risco para a Companhia, pois, em caso de perda, é possível que (i) o valor dos aluguéis seja majorado; (ii) sejam expedidos mandados de despejo. Não há prática específica que tenha causado tal contingência.

Processos Cíveis	
Valores Envolvidos	R$ 494.769,46 (soma do “valor da causa”)
Prática que causou tal contingência	11 ações de execução para cobrança de multa impostas pelo Conselho Regional de Farmácia. Em sua maioria, as multas foram impostas à Companhia pela ausência de determinado farmacêutico nas lojas em períodos de fiscalização. Em algumas ações, a Companhia discute o pagamento de tais valores tendo em vista, em grande parte das vezes, (i) a presença de farmacêutico alternativo durante o período fiscalizado; e (ii) a existência de liminar que garante a possibilidade de a Companhia fiar-se na presença de farmacêutico diferente daquele indicado ao CRF para o período fiscalizado.

Processos Administrativos	
Valores Envolvidos	R$ 1.708.000,00 (considerando o valor médio da multa usualmente aplicada em relação aos autos de infração impostos pelo CRF e o número de autos de infração ainda sem a aplicação de multa)
Prática que causou tal contingência	488 autos de infração ainda sem a aplicação da respectiva multa. Em sua maioria, o auto de infração se dá pela ausência de determinado farmacêutico nas lojas em períodos de fiscalização. Em algumas ações, a Companhia discute a imposição da multa tendo em vista, em grande parte das vezes, (i) a presença de farmacêutico alternativo durante o período fiscalizado; e (ii) a existência de liminar que garante a possibilidade de a Companhia fiar-se na presença de farmacêutico diferente daquele indicado ao CRF para o período fiscalizado.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Na data deste Formulário, nós havíamos provisionado o valor de 4,3 milhões para os processos descritos no item 4.6 acima.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta nº 156/10 ("TAC")

Data: 19.4.2019

Trata-se de TAC firmado entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho, pela Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR, por meio do qual a Companhia assumiu as seguintes obrigações: (i) contratar aprendizes em número compatível com a sua cota de aprendizagem, preferencialmente adolescentes em situação de vulnerabilidade; (ii) garantir que os aprendizes somente exerçam atividades correlatas com as teóricas do curso de aprendizagem que frequentam e não os colocar em desvio de função; e (iii) abster-se de exigir dos aprendizes o exercício de atividades insalubres, perigosas, penosas, em horário noturno, que prejudiquem a formação física, psíquica, moral e escolar, em prorrogação ou compensação de jornada, ou ainda para trabalhos em ruas. Em caso de descumprimento de qualquer cláusula do TAC ou de contratação de aprendiz em desacordo com a legislação vigente, a Companhia está sujeita ao pagamento de multa, no valor de R$ 5.mil. O TAC possui vigência por prazo indeterminado. A Companhia sempre observou as obrigações mencionadas e, atualmente, observa referida cota de aprendizagem.

Termo de Ajustamento de Conduta nº 47/2010

Data: 18.11.2010

Trata-se de TAC firmado entre a Companhia e o Ministério Público do Estado do Paraná, por meio do qual a Companhia se comprometeu a utilizar, em campanhas publicitárias, (i) caracteres com tamanho uniforme e que facilitem a percepção da informação, considerada distância normal de visualização do consumidor; (ii) especificação das condições de desconto; (iii) prazo de validade da oferta, sob pena de multa de R$ 5.000,00 por cada campanha realizada em desconformidade.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota desde 24 de agosto de 2020 uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, a Companhia adota políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de seus riscos, tais como Código de Ética e Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As suas políticas e os regimentos internos de seus órgãos e departamentos podem ser consultados em seu website de relações com investidores: https://www.ri.nisseisa.com.br.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é aplicável à Companhia e suas controladas, bem como a todos os empregados, gerentes, diretores estatutários e não estatutários, membros do Conselho de Administração, membros de comitês, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, representantes e terceiros, direta ou indiretamente relacionados com a Companhia e suas controladas.

O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as áreas da Companhia e é integrado às metas e objetivos estratégicos de seus negócios. O gerenciamento de riscos requer participação ativa de todos os colaboradores e a disseminação da cultura e do conhecimento de mitigação de riscos em todas as instâncias.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia está comprometida com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nas Seções 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver seus valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção, encontram-se os seguintes:

Riscos Estratégicos – são riscos associados com as decisões estratégicas de organização para atingir os objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos Operacionais - riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da companhia. Podem se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade de produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais

Riscos Regulatórios e/ou de Compliance: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), acordos, regulamentos, código de conduta e/ou demais políticas.

Riscos Financeiros: estão associados à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Podem se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia a multas e penalidades.

Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos a povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, em propriedades culturais e da biodiversidade.

Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no "ISO 31000.2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos":

***Processo de Avaliação*:**

A avaliação dos Riscos é realizada, principalmente, de acordo com o previsto abaixo:

(i) identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

(ii) análise dos principais Riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos Riscos, conforme Matriz de Risco abaixo:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iii) priorização e definição do Limite (ou apetite) de cada Risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os Riscos de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições abaixo:

I - Risco Inaceitável: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.

II - Risco Inesperado: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

III - Risco Provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. O foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

IV - Risco Aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Tratamento

Após a avaliação, os Riscos devem ser tratados por meio de inciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de gestão de Risco da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos Limites do Risco aprovados.

As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos Riscos devem objetivar sua (i) eliminação, (ii) mitigação ou (iii) transferência a terceiros.

Comunicação e Consulta

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre Riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias nos processos de gerenciamento.

O processo de gerenciamento de Riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Monitoramento

A partir da identificação dos Riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita abaixo.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia é realizado seguindo o modelo de “Três Linhas de Defesa”, o gerenciamento dos Riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos a que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;
- avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria;
- avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos; e
- aprovar a adoção ou a mudança na política de derivativos financeiros e "*hedging*" da Companhia ou qualquer de suas controladas.

Diretoria

Compete à Diretoria da Companhia:

- desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos e a tolerância de exposição aos Riscos;
- definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;
- definir, em conjunto com a área de gestão de Risco, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e
- disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia.

Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia:

- acompanhar as atividades da área de auditoria interna da Companhia e da área de gerenciamento de Riscos da Companhia; e
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos

Compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

- identificar e gerenciar os Riscos da respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os Limites de Riscos;
- comunicar, tempestivamente, à área de gerenciamento de Riscos da Companhia os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos Limites de Risco; e
- implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Área de Gerenciamento de Riscos

Compete à área de gerenciamento de Riscos da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para a Diretoria:

- administrar o sistema de gerenciamento de Risco;
- fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;
- acompanhar a Diretoria na implantação da Política de Gerenciamento de Riscos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises e/ou em caso de grandes acontecimentos.

Área de Auditoria Interna

Compete à área de auditoria interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração:

- aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- propor limites para exposição aos Riscos à Diretoria.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A administração da Companhia monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualiza-los. Para mais informações sobre o Comitê de Auditoria, ver item 12.1 deste Formulário de Referência.

Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

Por fim, quando necessário, são revisados os códigos e políticas internas da Companhia para adequá-los e atualizá-los.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não adota uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado, pois entende que os riscos aos quais está exposta atualmente não requerem a utilização de instrumentos complexos e específicos. Assim, tendo em vista o porte e a complexidade das atividades da Companhia, a forma com que sua administração atualmente gerencia esses riscos parece adequada.

Não obstante, nossa área de gerenciamento de riscos gerencia constantemente tais riscos e passamos a adotar uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, conforme descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência e que pode ser acessada no *website* ali indicado, que também é aplicável aos riscos de mercado.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor.

Entre os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção, podemos indicar:

- Risco de Taxa de Juros: é o risco de mudanças nas taxas de juros decorre de empréstimos de longo prazo atrelados a taxas variáveis, sendo que tal modificação podem aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado;
- Risco Cambial: é o risco de que as alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras, em especial do euro e do dólar norte-americano, possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos.
- Risco de Crédito: é o risco de inadimplência de clientes devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas, falhas de comunicação entre a Companhia e seus devedores, e desavenças entre a Companhia e seus devedores acerca dos montantes.
- Risco de Liquidez: é risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

A Companhia efetua operações de hedge pontuais para proteção de passivos sujeitos à variação cambial. As demais exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelos instrumentos normativos aprovados por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

(iii) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

Buscamos mitigar os riscos de mercado aos quais estamos expostos por meio das seguintes práticas:

- Risco de taxas de juros/ câmbio: Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.
- Risco de crédito: grande parte das contas a receber são relacionadas principalmente às operações de cartão de crédito, que possuem um risco bastante reduzido, além de as operações serem pulverizadas e a cadeia envolvida na liquidação das operações de cartão de crédito mitigar o risco de inadimplemento.
- Risco de liquidez: a gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A nossa administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.
- Risco de mercado: A administração monitora constantemente os riscos de mercado relacionados a taxa de juros, taxas de câmbio e preços de produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia de forma a gerenciar e controlar as exposições a que a Companhia está sujeita, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Nas proteções das exposições cambiais, em especial em obrigações indexadas ao euro e ao dólar norte- americano, os instrumentos financeiros derivativos preferencialmente utilizados são os *swaps* cambiais, por terem características de demanda de caixa somente no vencimento final da operação, ou quando revertido.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia não utiliza instrumentos para proteção patrimonial (*hedge*) para os riscos de crédito e liquidez.

(v) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estatutários, tributários, estratégicos, operacionais, financeiros, e regulatórios aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização, conforme descrita na Seção 5.1(b) deste Formulário de Referência.

Nossa área de gerenciamento de riscos é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, sugerindo, quando necessário, alterações ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Comitê de Auditoria (não estatutário), que devem definir, em conjunto com a área de gestão de risco, os planos de ação para mitigação dos riscos, avaliando, quando necessário, mudanças nos limites de exposição, diretrizes e políticas.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática requerida pelo Regulamento do Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualiza-los. Para mais informações sobre o Comitê de Auditoria, ver item 12.1 deste Formulário de Referência.

Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

Por fim, revisamos, anualmente os códigos e políticas internas da Companhia para adequá-los e atualizá-los.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementa e mantém práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos seus acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, além de possuir uma estrutura de controles internos alinhados à sua estrutura organizacional, descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de *compliance* encontram-se detalhados na Seção 5.4 abaixo

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria elabora, anualmente, relatório resumido de suas atividades, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional da Companhia é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria (não estatutário), Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

Comitê de Auditoria:
Atualmente, possuímos um Comitê de Auditoria que, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principais atribuições:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente:

- coordenar e supervisionar a atuação dos demais Diretores, dirigindo o trabalho da Companhia e determinando os procedimentos a serem seguidos;
- definir e acompanhar as diretrizes estratégicas a serem observadas pelos demais Diretores, com visão de curto, médio e longo prazo, em consonância com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; e
- exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração

Diretor Financeiro:

Compete ao Diretor Financeiro:

- coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças da Companhia, e suas controladas, que abrange análise de investimento e gestão de risco, preservando a integridade financeira;
- planejar a elaboração do orçamento consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia;
- supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e controladas;
- prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia, incluindo oportunidades de negócios;
- manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais;
- manter os ativos da Companhia devidamente segurados;
- controlar o acervo patrimonial da Companhia;
- planejar e executar as atividades de pagamentos, contabilidade, tesouraria, crédito e cobrança; e
- desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Diretor de Relações com Investidores:

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;
- representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e
- desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Conselho de Administração:

Como um dos principais componentes do sistema de governança corporativa, o Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressa mediante deliberação e voto da maioria dos conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na administração. Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração:

- fixar as orientações gerais dos negócios da Companhia;
- definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger e destituir seus membros, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social da Companhia;
- distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;
- fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;
- manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral;
- aprovar investimentos, estabelecimento de qualquer associação, consórcio, parcerias ou alianças com terceiros envolvendo a Companhia e/ou suas controladas, exceto se expressamente previsto no orçamento anual;
- aprovar celebração de quaisquer acordos no âmbito de processos judiciais, arbitrais ou administrativos em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;
- aprovar a prática, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de doações, inclusive no contexto de programas de assistência social da Companhia, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração, desde que não previsto no orçamento anual da Companhia;
- aprovar a realização de transações entre a Companhia e/ou suas controladas e quaisquer partes relacionadas em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração, e observado que eventuais membros não poderão participar da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a matéria;
- aprovar concessão de empréstimos pela Companhia ou qualquer de suas controladas em favor de quaisquer terceiros, incluindo adiantamentos ou empréstimos a fornecedores, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;
- propor à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- deliberar sobre a admissão à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, bem como sobre ofertas de valores mobiliários de sua emissão no Brasil ou no exterior;
- aprovar a contratação de qualquer operação de endividamento pela Companhia e/ou suas controladas em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;
- aprovar o plano anual de negócios ("Plano Anual"), os orçamentos anuais preparados pela Diretoria da Companhia e/ou suas controladas ("Orçamento") e/ou qualquer alteração relevante que venha a ser feita subsequentemente. Para fins desta alínea, "relevante" significa qualquer alteração que implique variação igual ou superior a (a) 10% (dez por cento) do total das despesas previstas no Orçamento; ou (b) 10% (dez por cento) do valor total previsto para investimentos em ativos fixos não circulantes;
- aprovar orçamento da área de auditoria interna e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;
- nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e/ou quaisquer de suas controladas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- aprovar a outorga ou concessão, pela Companhia ou qualquer de suas controladas de garantias, incluindo garantia real, garantia fidejussória ou aval, para garantir obrigações da Companhia ou suas controladas, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;
- deliberar sobre o resgate ou aquisição, pela Companhia, de ações, ou por qualquer de suas controladas de ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou cancelamento ou alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando a: (a) Código de Ética e Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação de Administradores; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (e) Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários ("Políticas da Companhia");
- deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;
- autorizar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos limites autorizados no Artigo 6 do Estatuto Social da Companhia, fixando as condições da emissão e subscrição, preço por ação, forma e prazo de integralização, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6 do Estatuto Social da Companhia, aprovar: (i) a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, com base no plano aprovado pela Assembleia Geral; e (ii) o aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- deliberar sobre a emissão de ações, debêntures não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior;
- deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures; e
- aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme mencionado nos itens 5.3(a) e (b) acima, a estrutura de controles internos, aliada às revisões e trabalho conjunto dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, além das aprovações individuais, colegiadas e consolidadas de todos os órgãos envolvidos, asseguram à administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento não estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, que avalia o grau de eficiência dos controles internos da Companhia.

Anualmente, o Comitê de Auditoria deve elaborar relatório resumido suas atividades, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração da Companhia.

A administração da Companhia recebe, anualmente, carta de recomendação dos auditores independentes, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n° 308-99, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n° 01/2019, item 7, os Auditores Independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Como resultado dessa avaliação, não foram apresentadas sugestões de aprimoramento dos controles. Não foram apresentadas sugestões de aprimoramento de controle referente ao período de 30 de junho de 2020.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Abaixo a Companhia apresenta as seguintes informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no relatório emitido em 20 de março de 2020.

1.1. Ausência de revisão formal das premissas aplicadas na planilha de controle de contratos de aluguel

Os auditores verificaram que para a contabilização dos lançamentos inerentes aos contratos de aluguel (arrendamentos), os dados dos contratos são inseridos em uma planilha de Excel que posteriormente via "macro" gera quais os lançamentos contábeis devem ser realizados, sem devida formalização das premissas e dos cálculos efetuados por colaborador independente e com cargo superior.

Recomendações
Os auditores recomendaram que mensalmente ao serem imputados os dados dos contratos na planilha, a mesma passe por uma aprovação da coordenadora contábil, ou que após os lançamentos serem gerados, os mesmos sejam inseridos em um formulário e/ou ficha de aprovação e sejam aprovados.

1.2. Ausência de análise do corte da receita

Durante os trabalhos auditoria, os auditores verificaram que a administração não efetuou análise de corte da receita, conforme requerido pelas práticas contábeis brasileiras e internacionais. Apesar do reconhecimento das principais vendas da Companhia ser de baixa complexidade, ainda assim é requerido análises específicas para esta situação.

Recomendações
Os auditores recomendaram que seja efetuado um controle dos faturamentos efetuados mensalmente, para que a receita seja reconhecida apenas no momento em que os produtos faturados sejam repassados ao cliente final, propiciando assim, informações contábeis mensais precisas.

1.3. Ausência de departamento específico de auditoria interna e Compliance

Os auditores identificaram que a Companhia vem crescendo significativamente nos últimos anos, e, ainda não possui um departamento específico de Compliance e auditoria interna para auxiliar os departamentos da estruturação de controles, políticas formais, inclusão de canal de denúncia anônimo e outras ações.

Recomendações
Os auditores recomendaram que a Companhia avalie a estruturação de departamento específico para acompanhar seu crescimento exponencial, auxiliando na governança interna da administração.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

1.1. Ausência de revisão formal das premissas aplicadas na planilha de controle de contratos de aluguel

A Companhia estuda a viabilidade de melhorias neste controle e futuras implementações, seja através de processos ou melhor estrutura sistêmica. Conforme apontamentos que esta análise trouxer a Companhia verificará a possibilidade de implementação.

1.2. Ausência de análise do corte da receita

As receitas são integradas em todos os módulos tempestivamente a ocorrência do fato gerador, em sua maior relevância, a venda de mercadorias ao consumidor final. Ainda, para assegurar o corte mensal e reconhecimento integral, são utilizados monitores de integração com a aplicação das devidas tratativas previamente ao encerramento de cada período.

1.3. Ausência de departamento específico de auditoria interna e Compliance

A Companhia tem estudado a viabilidade da contratação de auditoria interna através de empresa terceirizada, acreditamos que tal implementação deve ocorrer ao longo do ano de 2021.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia tem como princípios fomentar a transparência de suas atividades, proteger seu patrimônio físico e intelectual e manter boas práticas de governança corporativa.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 24 de agosto de 2020 a Companhia reformulou e atualizou seu código de ética e conduta, o qual foi aprovado em referida data pelo Conselho de Administração ("Código de Ética e Conduta"). O Código de Ética e Conduta formaliza os procedimentos de integridade, ética e conduta exigidos no exercício das funções laborais inseridas no contexto da Companhia, seja nas relações internas ou externas, evitando quaisquer práticas de corrupção nos termos da Lei nº 12.846/13 e do Decreto nº 8420/15, bem como práticas contrárias aos valores de ética e conduta pregados pela Companhia. O inteiro teor do Código de Ética e Conduta foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://www.ri.nisseisa.com.br).Entre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Ética e Conduta, a Companhia mantém registros comerciais, contas, livros e contratos para certificar-se que reflitam corretamente a natureza das transações e dos pagamentos.

Por fim, junto com a reformulação do Código de Ética e Conduta da Companhia, foi aperfeiçoado também seu canal de denúncias, que possibilita o registro de quaisquer denúncias referente a práticas ou suspeita de práticas contrárias à legislação ou às regras do Código Ética e Conduta, bem como às políticas e procedimentos da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Ética é o órgão responsável pela gestão do Código de Ética e Conduta, por sua comunicação, permanente atualidade e pertinência, bem como por determinar as ações necessárias para a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética da Companhia. O Comitê de Ética é composto por membros da administração da Companhia e tem as seguintes responsabilidades:

- Analisar e resolver os conflitos de ética que não são solucionados pela cadeia de comando ou que não estão previstos no Código de Ética e Conduta ou em suas diretrizes;
- Garantir sigilo sobre as informações recebidas;
- Responder as consultas direcionadas ao Código de Ética e Conduta;
- Emitir comunicados à Companhia sobre questões de interesse geral, visando consolidar uma conduta compatível com seus valores e Código de Ética e Conduta;
- Analisar e decidir os casos omissos do Código de Ética e Conduta; e
- Implementar, disseminar, treinar, revisar e atualizar o Código de Ética e Conduta e o Canal de Comunicação, quando necessário, para atualizar ou incluir novos itens ou conceitos.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui um Código de Ética e Conduta, formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 24 de agosto de 2020.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Os princípios e diretrizes do Código de Ética e Conduta devem ser difundidos e se aplicam a todos os conselheiros, diretores e outros colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários, aprendizes ou temporários independente do seu cargo ou posição).

•se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia está desenvolvendo treinamentos periódicos de ética e conduta e irá implementá-los a todos seus colaboradores anualmente ou sempre que o Código de Ética e Conduta for atualizado, o que ocorrer primeiro, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Ética e Conduta.

5.4 - Programa de Integridade

Adicionalmente, todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores, conselheiros e empregados, têm o dever de assinar um termo de responsabilidade e compromisso de adesão em relação às diretrizes do Código de Ética e Conduta.

• ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

Quaisquer violações ao Código de Ética e Conduta, às políticas da Companhia e/ou à legislação e regulamentação aplicáveis, por parte de qualquer dos seus colaboradores, poderão ensejar em (i) advertência verbal do superior imediato; (ii) advertência por escrito do superior imediato; (iii) abertura de Sindicância Administrativa; e (iv) desligamento do colaborador.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e Conduta foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 24 de agosto de 2020, e pode ser consultado no website https://www.ri.nisseisa.com.br.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui canais para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias, chamado de Canal de Comunicação, é interno, sendo endereçadas as denúncias em caráter confidencial, imparcial e isento, podendo ser endereçadas de forma anônima.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto pelos colaboradores da Companhia quanto por possíveis fornecedores terceiros, parceiros, prestadores de serviço e representantes comerciais, através do:

E-mail: ouvidoria@drogariasnissei.com.br.
Telefone: ramal interno 8500 I (41) 3213 8500

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé • órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Código de Ética e Conduta estabelece que as denúncias e demais mensagens encaminhadas podem ser anônimas e serão mantidas em sigilo absoluto, com exceção daquelas em que há a obrigação legal de informar às autoridades governamentais, imparcial e isento, e são endereçadas de forma anônima de forma, a fim de garantir que não haverá retaliação.

5.4 - Programa de Integridade

Com intuito de garantir a legitimidade do processo, a Companhia proíbe qualquer ação retaliatória contra qualquer colaborador que demonstre uma preocupação com questões referentes a esses assuntos, ou por informar qualquer suspeita de violações.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não adota uma política formalizada aplicável a processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias. Todavia, a Companhia possui procedimentos que visam a identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares em processos de fusão, aquisição e reestruturações, tais como a condução de *due diligence* jurídica, fiscal e contábil com o apoio de consultores especializados, além da análise de compliance e anticorrupção.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável. Conforme detalhado na presente Seção 5, a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entende adequadas ao seu porte, riscos correspondentes e ao volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em 24 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua Política de Gerenciamento de Riscos, conforme detalhada na Seção 5.1 acima. Adicionalmente, também em 24 de agosto de 2020, seu código de ética e conduta foi atualizado, conforme Código de Ética e Conduta descrito na Seção 5.4.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou aumento de riscos aos quais a Companhia está exposta, exceto pelos riscos relacionados a pandemia do COVID-19 descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência: Para mais informações sobre o impacto do COVID-19 no setor de atuação da Companhia, vide o item 7.3 (c) deste Formulário de Referência, no subitem "Impacto do Novo Coronavírus no Varejo Farmacêutico". Para mais informações sobre os impactos e as medidas tomadas pela Companhia vide o item 10.3 (c) deste Formulário de Referência, no subitem "COVID-19".

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. Relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	01/07/1986
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A nossa Companhia foi fundada em 1986 pelo Sr. Sérgio Maeoka no estado do Paraná, sob a razão social “Farmácia e Drogaria Nissei Ltda.”. Desde então, o crescimento foi contínuo e hoje, 34 anos depois de sua fundação, a Companhia possui mais de 300 lojas, um centro logístico de excelência e um laboratório de manipulação com mais de 1 mil m² em um espaço equipado com tecnologia de ponta, possuindo um rigoroso controle de qualidade em todas as matérias-primas, grande variedade de princípios ativos e formulações supervisionadas por farmacêuticos qualificados, que atendem todo o estado do Paraná, tornando-se a maior rede de farmácias do Paraná e uma das maiores redes de farmácias do Brasil

Em 1986, inauguramos nossa primeira farmácia, localizada no bairro Mercês, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Após 6 meses foi migrada para o centro de Curitiba na rua Visconde de Nacar.

Em 1991, quando a Companhia completou cinco anos, a segunda loja foi inaugurada no Shopping Metropolitan, em Curitiba. Nesse ano, ampliamos a gama de produtos disponíveis em nossas lojas para incluir também a comercialização de produtos não farmacêuticos, como, por exemplo, produtos de beleza e higiene pessoal.

A Companhia permaneceu com duas lojas até 1993, quando foi aberto mais um ponto na rua José Loureiro, no centro de Curitiba. No ano seguinte já havia quatro filiais e a cada ano dobramos o número lojas, até alcançarmos 30 lojas em 1998.

Em 1998, a Companhia se lançou para o interior do Paraná, inaugurando três farmácias na cidade de Ponta Grossa. Em seguida, instalou-se nas maiores cidades do interior – Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Paranaguá, numa expansão contínua. Nesta expansão, a Companhia ampliou ainda mais a sua gama de produtos e passou a trabalhar com o modelo de Drugstore incluindo itens de conveniência em seu portfólio.

Em 2006, consolidando nossa meta de expansão, adquirimos 11 lojas da rede de farmácias Drogamed em 6 cidades diferentes, sendo 2 em Paranaguá, 1 em Matinhos, 1 em Guaratuba, 2 em União da Vitória, 4 em Londrina e 1 em Ponta Grossa. O valor da aquisição foi de R$ 6 milhões e posicionou a Nissei na frente da Drogamed em número de estabelecimentos.

Em 2007, inauguramos nossa centésima loja, conquistando a liderança no mercado paranaense, posição que mantemos até hoje, e tornando-se uma das 10 maiores redes farmacêuticas do Brasil em número de lojas.

Em 2008, adquirimos aproximadamente 70 pontos comerciais da rede de Farmácias Drogamed.

6.3 - Breve Histórico

Em 2010, inauguramos nossa primeira loja fora do estado do Paraná, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina. No fim deste mesmo ano, contávamos com 150 lojas em Curitiba, na região metropolitana, no interior, no litoral do Paraná e nas primeiras cidades de Santa Catarina – Joinville e Itajaí.

Em 2012, iniciamos a entrada no estado de São Paulo, tendo começado pelas cidades de Lins, Marília e Bauru.

O ano de 2013 foi marcado pela inauguração do centro de distribuição, na cidade de Colombo, estado do Paraná, a 15km de distância do centro Curitiba. O centro de distribuição conta com esteiras automatizadas com tecnologia austríaca que maximizam a produtividade e facilitam o processo de separação. Possui um sistema de geradores de energia em caso de falta de abastecimento pela rede e trabalha com servidores que contam com sistemas de espelhamento para minimizar riscos e garantir a confiabilidade e continuidade de nossa operação. Em 2013, iniciamos também a entrada no estado de São Paulo, começando pelas cidades de Lins, Marília e Bauru.

No final de 2014, as Farmácias Nissei tinham mais de 230 lojas no Paraná, Santa Catarina e interior de São Paulo, atendendo mensalmente mais de 3 milhões de consumidores.

Em 2016, comemoramos 30 anos de atividades, finalizamos nosso processo de profissionalização e iniciamos a implementação do “Plano Nissei 2021” que incluiu a revitalização da logomarca e a criação de um novo layout para as lojas que segue o conceito das grandes redes de *drugstores* do mundo. Para comunicar o novo modelo de atendimento, a Companhia adotou o slogan “*Se faz bem, a gente tem*” em sua campanha institucional de 30 anos. O Plano Nissei 2021 foi estruturado com foco em tecnologia da informação, gestão de pessoas e processos, parque logístico, inteligência de mercado e parceria com fornecedores, entre outros fatores, para dar sustentabilidade para a operação das nossas lojas

Em 2017, com objetivo de acelerar a implementação do Plano Nissei 2021, a Companhia emitiu R$ 153.061 em Debêntures, para colocação privada, com prazo de até 72 meses para o vencimento, divididas em duas séries, com possibilidade de antecipação da primeira, as quais foram subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Tal fundo é administrado pela Farallon Capital, fundo de investimentos de São Francisco que tem se especializado em operações estruturadas no Brasil. Para mais informações sobre esse tema, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

O ano de 2017 também foi o ano em que implantamos o novo conceito de atendimento ao cliente “Padrão Nissei” com um processo de treinamento contínuo . Esse processo, a partir da formação de instrutores comerciais, visa garantir a excelência, superar expectativas e oferecer uma excelente experiência de compra para o consumidor.

6.3 - Breve Histórico

Entre 2017 e início de 2019, remodelamos e modernizamos todas as nossas lojas físicas, as padronizando com o mesmo conceito de fachada, comunicação e salão de vendas. Ademais, realizamos um grande investimento na modernização da infraestrutura tecnológica a partir da troca do sistema de frente de loja, gestão de estoque, WMS e compras, incluindo troca de parte do parque de máquinas e de iniciativas de melhoria em nossa plataforma digital.

Em 2019, após o fortalecimento da marca nos anos anteriores, o grande objetivo foi consolidar resultados. Inauguramos 25 novas unidades, com destaque para o início de operação em Mafra (SC), Canoinhas (SC), Irati (PR) e Dois Vizinhos (PR), entre outras cidades. Aliada às tendências do setor, a Companhia investiu em produtos com saudabilidade, como alimentos naturais e sem lactose, e na área de bodybuilding, com suplementação e pré-treino. Tal investimento esteve alinhado com o objetivo da rede de ser uma *one-stop shop*, unidade física que contempla todas as necessidades do cliente em produtos.

Neste mesmo ano, a Companhia promoveu oficinas de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) para facilitar a comunicação com os colaboradores PcDs. A iniciativa foi um sucesso e auxiliou no desenvolvimento profissional dos colaboradores.

Em 2020, como forma de consolidar apenas as atividades relacionadas às farmácias, segregamos outras atividades que, por uma questão histórica encontravam-se dentro da Companhia, por meio da venda de nossa participação na Nissei Administradora de Bens Ltda. Essa sociedade, além de imóveis não operacionais, possuía também 4 imóveis locados à Companhia (conforme descrito neste Formulário) e um ativo biológico não relacionado às nossas atividades.

Em 2020, continuaremos a investir em nossa estrutura e planejamos expandir nossos negócios por meio da abertura de novas lojas.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos a maior rede varejista de farmácias do estado do Paraná, com um *market share* de aproximadamente 20% no estado e de 26% na cidade de Curitiba, capital do estado, conforme a IQVIA em junho de 2020. Na data de 30 de junho de 2020, possuíamos mais de 300 lojas, localizadas em 76 cidades diferentes, nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Nas cidades dos estados de São Paulo e Santa Catarina, possuímos um *market share*, em termos de receita de 4,5% e 3,3%, respectivamente, comprovando nossa forte presença nas regiões Sul e Sudeste do país. Em nível nacional, somos uma das 10 maiores redes de farmácias do Brasil tanto em termos de receita de vendas, quanto em número de lojas, conforme relatório divulgado pela Associação Brasileira de redes de Farmácias e Drogarias (ABRAFARMA).[1]

Nossa marca é amplamente reconhecida no mercado paranaense, tendo conquistado por 9 anos consecutivos o prêmio TOMA (*Top-of-Mind Awareness*) do Estado do Paraná em seu segmento.

Fomos um dos primeiros a introduzir o conceito de *drugstore* no mercado paranaense, fornecendo um portfólio variado que engloba medicamentos de referência (marca), medicamentos genéricos, medicamentos sujeitos a prescrição médica, medicamentos sem prescrição médica (*over-the-counter*), produtos polivitamínicos e mercadorias consideradas de primeira necessidade, dentre as quais estão alimentos semiprontos, produtos de higiene pessoal, cosméticos ("HPC") e eletrodomésticos. Na data deste Formulário de Referência, possuíamos mais de 16 mil SKUs à venda em todas as nossas lojas, incluindo as lojas físicas e a plataforma digital.

Nossas lojas possuem espaços modernos, de fácil acesso, amplos estacionamentos, diversidade de produtos, disponibilidade de farmacêuticos qualificados que promovem o eficiente atendimento profissional e funcionamento 24 horas. Além disso, também possuem tamanho diferenciado (de aproximadamente 253m²), o que, além de ser superior ao tamanho adotado pela maioria das demais redes varejistas de farmácia, conforme apresentações públicas das companhias em 2017 e 2018, também propicia vantagem adicional para prestação de serviços e produtos de conveniência.

[1] Fonte: Informações disponibilizadas pela Associação Brasileira de redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma em 22 de abril de 2019).

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia (1S20)

Adotamos diferentes formatos de lojas e diferentes sortimentos de nossos produtos, de forma a atingir e ter capilaridade em todos os segmentos de renda, da classe A à E. Isso é um diferencial da nossa marca, dado que os nossos concorrentes possuem um público-alvo mais específico, reduzindo o tamanho do mercado endereçável.

Atualmente, temos 5 classificações de lojas (AA, AB, ABC, BC e BCD), gerenciadas por clusters que determinam seu *layout* de exposição, *mix* de produtos, classe social e posicionamento promocional. Essas diretrizes potencializam o consumo dos clientes.

A tabela abaixo mostra informações para cada tipo de loja:

	Número de Lojas por Localização			Indicadores		
	PR	**SP**	**SC**	**% Faturamento**	**Área por Loja**	**Funcionários por Loja**
Tipo de loja[2]						
AA	13	-	-	5,4%	242m²	19
AB	42	1	2	13,4%	277m²	15
ABC	173	17	11	70,8%	260m²	17
BC	15	-	-	3,2%	204m²	14
BCD	23	2	2	7,2%	195m²	14

[2] Descrição dos tipos de loja: (i) geral AA (*premium*): classes social A, alto poder aquisitivo, residências alto padrão; (ii) geral AB (marca) classes social A- e B, classe média e média alta; (iii) geral ABC (preço e marca) classes social – público misto, atende a todas as classes. (iv) geral BC (preço) classes social B e C, classe média baixa e popular; (v) geral BCD (POP) classes social – C.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A humanização e relacionamento com os clientes são muito importantes para nós. Exemplos práticos desta premissa são nossos clubes de relacionamento - o Clube da Melhor Idade (voltado a qualidade de vida e reintegração a sociedade de clientes com mais de 55 anos e/ou aposentados), e o Clube da Mulher (Programa de fidelização com vantagens e benefícios tangíveis para o público feminino) - que contam com mais de um milhão de sócios. Além disso, também possuímos convênios com o Ministério da Saúde para a venda de medicamentos com preços subsidiados (por meio do programa "Farmácia Popular") e com os principais PBM's (Programa Benefício Medicamento) existentes no Brasil.

Nossos clubes de vantagens funcionam como um Customer Relationship Manager (CRM) com armazenamento contínuo de informações e processamento de dados para extração de comportamentos de compras de clientes identificados. A dinâmica dos clubes é autorizada em algoritmos que levam em consideração a inteligência promocional, inteligência aplicada ao negócio, ativação de estratégia multicanal e gestão de resultados. Tudo isso nos permite mapear as segmentações do período estudado, para estabelecer estágios de comunicação individualizada com nossos clientes. Dessa forma, elaboramos estratégias focadas e estruturadas para cada segmento/ cliente, ampliando nossas vendas, nossa fidelização e nossos números.

Fonte: Companhia (2020)

Além das lojas físicas, nosso modelo de negócio também conta com uma plataforma *omnichannel* (vendas em lojas físicas, televendas/*delivery*, aplicativo de mensagens (*Whatsapp*) e *e-commerce)*, conceito de múltiplos canais que integram diversas ferramentas virtuais e facilidades em serviços a fim de qualificar ainda mais a experiência de compra do cliente. Nossa plataforma tecnológica tem como base a integração dos estoques dos canais físico e digital e a construção de soluções híbridas (*ship from store e store pick up*, entre outras soluções). Por meio deste formato, todas as nossas lojas físicas passam a atuar como "hubs" de distribuição, possibilitando aos clientes retirar e trocar nas lojas físicas produtos adquiridos na plataforma digital e receber em casa produtos que se encontravam nos estoques das lojas físicas, mas foram comprados na plataforma digital.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia (2020)

Por meio de nossa plataforma digital, o cliente pode comprar medicamentos e demais produtos, criar lembretes para sua medicação, programar entregas, criar lista de compras, verificar a disponibilidade de um determinado produto em qualquer loja da rede (com serviços de geolocalização), buscar por lojas com serviço farmacêuticos, utilizar leitura de códigos de barras para acelerar a compra de produtos, além de reunir o programa de fidelidade.

Também desenvolvemos um aplicativo para celulares com diversas funcionalidades para nossos clientes, como, por exemplo (i) indicação da loja mais próxima; (ii) histórico de lista de compras; (iii) filtro de busca por serviços farmacêuticos; e (iv) o serviço Nissei Express, que faz entregas no prazo de até 1 hora.

Acreditamos que o nosso modelo *omnichannel* proporciona maior rentabilidade e fidelização de nossos clientes, pois permite que sejam ofertados aos clientes menores prazos de entrega de produtos, menores custos de frete e maior variedade de produtos. Além de proporcionar uma experiência de compra diferenciada e mais sofisticada para o cliente, o modelo *omnichannel* propicia maior alavancagem operacional, uma vez que a receita adicional gerada não acarreta, necessariamente, em aumento proporcional de nossas despesas – o que, consequentemente, aumenta a rentabilidade da operação e otimiza custos com logística e giro de estoque.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia.

Adicionalmente, a plataforma digital e as nossas lojas físicas se complementam, uma vez que:

- ✓ As lojas físicas se tornam base de divulgação da marca Nissei para potenciais clientes da plataforma digital que usualmente frequentam nossas mais de 300 lojas físicas, diminuindo a necessidade de investimento em *marketing* para a plataforma digital*;*

- ✓ Os clientes que vão até as lojas físicas para retirar ou trocar seus produtos comprados *online* criam um fluxo maior nas lojas, possibilitando aumento nas vendas das lojas físicas;

- ✓ A presença da loja física cria um ambiente de segurança para que o cliente possa comprar *online*, aumentando assim a conversão de nossa plataforma digital; e

- ✓ Tanto as lojas físicas quanto a plataforma digital são fonte de captação de *e-mails* de clientes, possibilitando interação pós-compra com os clientes por meio de e-mails promocionais e recomendações personalizadas de produtos.

Para suportar nossas lojas físicas e a plataforma digital, contamos com um centro de distribuição de aproximadamente 17.000 m² de área construída (39.900m² de área total), localizado em um anel viário com conexão a várias rodovias de acesso às regiões Sul e Sudeste, na cidade de Colombo, estado do Paraná, a 15km de distância do centro de Curitiba, inaugurado em 2013. Acreditamos que o nosso centro de distribuição conta com uma das estruturas mais modernas da América Latina, é capaz de atender até 500 lojas e opera, atualmente, com uma capacidade de utilização de 60% do seu espaço físico e apenas 1 turno na maioria das suas funções. Possuímos mais de 30 veículos próprios, que realizam entregas em um raio de até 100km, sendo as distâncias maiores realizadas por empresa terceirizada. Com a modernização da infraestrutura logística e tecnológica, conseguimos atingir processos centralizados, integração de sistemas e uma estratégia mais alinhada entre o centro de distribuição e lojas. E, recentemente, realizamos melhorias como Procfit/WMS, ampliação do espaço, quadro exclusivo de funcionários e potencial utilização de mais dois turnos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia (1S20)

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
	(em R$ milhões, exceto percentuais)			
Receita líquida	758,8	1.499,5	1.345,6	1.236,7
Lucro Líquido (prejuízo)	(13,8)	(14,2)	(16,1)	13,0
EBITDA	111,0	136,7	63,1	94,6
Margem EBITDA	14,6%	9,1%	4,7%	7,6%
Dívida Bruta	443,5	382,7	306,9	247,4
Dívida Líquida	390,6	302,3	277,0	146,1

A reconciliação das métricas não contábeis EBITDA, Margem EBITDA, Dívida Bruta e Dívida Líquida, estão descritas no item 3.2.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
Informações Operacionais	*(em R$ milhões, exceto percentuais)*			
Número de Lojas	301	298	282	246
Crescimento das Vendas Mesmas Lojas (SSS)	4,407%	2,794%	1,083	4,273%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Liderança Regional

Nós possuímos uma participação relevante, em termos de receita, no mercado das regiões Sul e Sudeste do Brasil, com uma participação aproximada de 14% do mercado farmacêutico das regiões de atuação, em termos de receita, em 2019, de acordo com informações do IQVIA.

Fonte: Companhia (1S20)

Conforme dados do IQVIA em junho de 2020, a Companhia conta também com um *market share*, em termos de receita de aproximadamente 19,6% no Paraná, 4,5% nos locais de atuação no Estado de São Paulo e 3.3% nos locais de atuação em Santa Catarina, comprovando uma forte presença no Sudeste e Sul do país e liderança incontestável nas mais importantes cidades e regiões do estado. Nos últimos anos, a Companhia vem aumentando sua participação nos mercados de São Paulo e Santa Catarina que permitem a companhia manter um crescimento diferenciado comparado ao restante do mercado.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia (1S20)

Formato de Loja, Serviços e Experiências Diferenciados – "Drugstore"

Com uma metragem diferenciada das demais redes de farmácia e drogaria brasileiras, as nossas lojas se classificam como "*drugstores*" e oferecem desde medicamentos a alimentos semiprontos, pequenas utilidades domésticas e até material de limpeza. Além da metragem diferenciada das lojas, os layouts são diferenciados e modulares, com amplo espaço para acomodar o diversificado mix de produtos, permitindo assim uma jornada de compras que flui entre medicamentos, alimentos prontos, produtos de higiene e beleza, eletro portáteis, cuidados com a casa e até cuidados do pet. Atualmente, também fizemos a integração da loja com o estacionamento, possuindo a opção de testes de COVID, Compre & Retire e Drive-Thru. Esse *mix* de produtos, principalmente os de conveniência, são responsáveis por aumento considerável de nossa margem bruta quando comparado com os demais players do setor.

Apenas como referência, no ano de 2019, em Santa Catarina, foi concedida uma liminar para permitir venda de conveniência em farmácias, o que ocasionou um aumento expressivo da rentabilidade das lojas do estado, conforme mostrado abaixo.

Temos uma filosofia de que toda "*drugstore*" é uma loja grande; mas nem toda loja grande é uma "*drugstore*", o que nos adiciona mais uma vantagem competitiva *versus* nossos concorrentes. Assim, nosso conceito de "*drugstore"* envolve uma farmácia completa, proporcionando ao cliente lojas confortáveis, com um *mix* adequado de produtos que cumpra com todas as suas necessidades de compras e serviços variados. Essa disposição acaba gerando ao cliente economia não apenas

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

financeira, pela competitividade em relação ao mercado, mas também de tempo, uma vez que viabiliza diversas soluções em um único local.

Adicionalmente, possuímos uma série de diferenciais como, por exemplo, os Serviços Avançados Nissei (SAN) - que é extensivo a todos os clientes -, que oferece programas de vacinação, exames laboratoriais (incluindo o exame de Beta HCG, de Glicemia, de Colesterol, de Dengue e de Chikungunya), acompanhamentos consultivos farmacêuticos para controle de diabetes, de colesterol, de peso, de hipertensão, revisão da medicação e também o programa de auxílio para dependentes do tabagismo.

Nós entendemos as necessidades da sociedade e nos prontificamos a desenvolver soluções rápidas para as diversas situações apresentadas. Um exemplo disso foi a agilidade da Companhia na disponibilização dos exames rápidos de COVID-19 pelo sistema de *drive-through*. A atuação da Companhia quanto à implantação de tais exames foi um trabalho completo, caracterizado pelas melhores práticas e padronizações, que se tornaram referência de procedimento junto aos órgãos de saúde governamentais.

Força da Marca

A companhia orgulha-se de ser uma marca amplamente reconhecida nas regiões de atuação no mercado brasileiro, tendo conquistado por 9 anos consecutivos o prêmio TOMA (*Top-of-Mind Awareness*) do Estado do Paraná em seu segmento.

Além disso, segundo pesquisa realizada pelo Grupo RIC/IBOPE – Prêmio IMPAR, 53% de nossos clientes consideram a Nissei a sua marca favorita no Paraná e, em Curitiba (PR), ocupamos a liderança e destaque nos atributos conhecimento espontâneo[3], conhecimento estimulado[4], compra nos últimos 12 meses e confiança na marca.

Pessoas e Cultura

Levamos muito a sério a humanização e o relacionamento não apenas com o cliente, mas também com nossos colaboradores. Assim, estamos presente nos principais *rankings* de melhores empresas para se trabalhar. Cerca de 91% dos profissionais dizem que indicariam a Nissei para um amigo e 81% aprovam a diretoria, com base em 303 a avaliações.[5]

[3] Se refere a medida do número de pessoas que expressam conhecimento de uma marca sem serem induzidas a fazê-lo
[4] Se refere a medida do número de pessoas que expressam conhecimento de uma marca quando solicitadas
[5] Fonte: ICTQ https://www.ictq.com.br/guia-de-carreiras/896-como-e-trabalhar-nas-farmacias-nissei

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companha (2020)

Fonte: Companha (2020)

Acreditamos que um forte compromisso com nossos colaboradores resulta em uma força de trabalho mais produtiva e motivada. Dessa forma, em 2017, a nossa rede deu mais um passo importante e marcou a história do mercado farmacêutico brasileiro com a implantação de um novo conceito de atendimento ao cliente com o Processo de Treinamento Contínuo. Tal processo, a partir da formação de instrutores comerciais, busca promover a excelência, superar expectativas e oferecer uma experiência de compra incrível para consumidor, tornando-se referência no segmento e transformando a Nissei em um grande *case* de sucesso. Os treinamentos do Padrão Nissei (PN) são contínuos e abrangem praticamente todos colaboradores da empresa, sejam lotados nas lojas, CD ou Administrativo. Possuímos também um Centro de Treinamento e Capacitação (CTC), com aulas presenciais e plataforma de ensino a distância.

Nos importamos também com o plano de carreira dos nossos funcionários, por isso, temos um plano de crescimento desde a base, como auxiliar e jovem aprendiz, passando por assistente de loja I e II, analista de loja e multiplicador, gerente farmacêutico, gerente distrital e gerente regional. Tivemos mais de 300 colaboradores formados nas turmas de Sucessão Gerentes entre 2016 e 2019.

NOSSA ESTRATÉGIA

Expansão Física e Digital

Acreditamos na importância de estar recorrentemente oferecendo os melhores serviços para nossos clientes, trazendo um experiência de compra positiva independente do canal de compra.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Por isso, em 2018 e início de 2019, fizemos a revitalização de 100% de nossas lojas, remodelando e modernizando o planograma, *layout* e comunicação visual, padronizando as lojas com o mesmo conceito de fachada, comunicação e salão de vendas. Além disso, também realizamos um investimento relevante em nossa plataforma digital, afim de facilitar e acelerar o acesso do cliente aos nossos produtos.

Em 2020, continuamos a investir em nossa estrutura e pretendemos expandir ainda mais nossos negócios por meio da abertura de novas lojas e aquisições de drogarias médias, já que vemos grande potencial de crescimento nas regiões em que atuamos e pretendemos aproveitar oportunidades de M&A no pós-COVID. Vemos também oportunidades em outros nichos de mercado, como aquisição de distribuidora de alto custo e crescimento no mix de marcas próprias. Além disso, planejamos aumentar nossas vendas por plataformas digitais.

Nosso processo de expansão é pautado pela experiência acumulada da Companhia e pela atualização de ferramentas de georreferenciamento com análises de renda do entorno e outros parâmetros obtidos através de sistema específico pela nossa área de inteligência,

Acreditamos que o processo de profissionalização da administração e melhoria de sistemas contínuo que fazemos desde 2014, alinhado com o aprimoramento de nosso processo de expansão, nos darão uma posição privilegiada para atingir maior grau de granularidade e altos níveis de retorno sobre o capital investido.

Nosso crescimento tem ocorrido de forma orgânica, inorgânica e gradual ao longo de nossa história. Buscamos manter esse crescimento em mercados de alto potencial de crescimento e rentabilidade. Nosso foco é não só continuar o crescimento relevante em regiões que atuamos e temos dominância, mas também expandir para microrregiões com características similares, em outros estados do país.

Fontes : Union Official Journal, McKinsey City Nav Brazil data base, Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).
Nota: (1) 56 categorias em 7 segmentos: Bebidas alcoólicas, Roupas e acessórios, Alimentos e bebidas, Artigos domésticos essenciais, Medicamentos, Cuidados pessoais, Brinquedos e jogos. O "Crescimento Esperado (%); 2017 – 2027" refere-se ao crescimento esperado do mercado.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Atualmente temos cobertura no Paraná em cidades com mais de 35 mil habitantes e queremos fazer a consolidação no estado e expansão nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, entre outros. Para isso, vamos utilizar como indicadores renda média da população, potencial de canibalização e competidores locais, análise de benchmark, densidade e fluxo populacional, TIR mínima, análise de payback e reconhecimento da marca Nissei na região.

Nossa flexibilidade de balanço nos permite estar atentos a oportunidades de mercado positivas de novas lojas e distribuidores e temos track-record com aquisições bem-sucedidas de farmácias locais, que reforçam nossa capacidade para realizar aquisições oportunas na nossa estratégia de expansão (Drogamed, Farmácia da Unimed, Drogaria Brasil, Farmácia Trajano, dentre outras).

Continuar o aprimoramento do conceito omnichannel já implantado em nossa Companhia

Acreditamos na importância de estar presentes de forma relevante em diversos canais para entregar um serviço mais completo para nossa base de clientes, por isso, buscamos expandir e fortalecer o nosso canal digital e continuar a desenvolver nossa plataforma *omnichannel*. Atualmente, nossos produtos estão disponíveis através do nosso website, de nosso aplicativo de celular (app) e por meio de *superapps* como UberEats e Rappi.

Nosso objetivo é fortalecer nossa relação com nossos clientes, melhorando sua experiência de compra em todos os nossos canais. Para isso, continuaremos investindo e aprimorando nossas plataformas digitais e seguiremos realizando soluções integradas com nossos parceiros estratégicos, aliando a experiência digital com a estrutura de lojas físicas.

Acreditamos que existam oportunidades relevantes de aumento de nossas vendas digitais, uma tendência acelerada em função da pandemia do COVID 19. Nossas vendas pelo *omnichannel*, que consistem em vendas realizadas através do nosso website, telefone e aplicativo de celular, geraram R4,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e R$ 8 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentando um crescimento de 76,93% em 2020 quando comparado ao período de seis meses de 2019.

Acreditamos no uso da tecnologia e de dados para conhecer nossos clientes e melhor atender suas necessidades. Nas lojas físicas, nossos sistemas proprietários facilitam a obtenção de dados sobre o comportamento de compra do cliente, medindo o tempo de compra do cliente, a conversão de venda em cada parte da jornada, a aderência dos colaboradores aos processos e o número de clientes que acessam o estoque estendido da loja.

Na plataforma digital, monitoramos buscas realizadas pelos clientes, plataformas (*site desktop*, *site mobile*, aplicativo *mobile*) mais utilizadas, com que frequência compram em nossa plataforma digital e como nossos produtos estão sendo avaliados, além de identificarmos informações sobre os hábitos do cliente. Nossos cientistas de dados utilizam esses dados para gerar informações que vêm otimizando nossa tomada de decisões com foco no cliente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Oferecer o melhor sortimento de produtos aos nossos clientes

Pretendemos ser a rede varejista de farmácias com o mais completo portfólio de produtos para oferecer aos nossos clientes.

Para isso, empenhamo-nos em manter nossa excelente relação e parcerias com nossos fornecedores, com o objetivo de oferecer os melhores produtos do mercado. Nossas marcas exclusivas nos ajudam a disseminar cada vez mais nosso nome e aumentam nossa rentabilidade. Para isso, focamos na gestão da marca, tendo custo x benefício como principal atributo e fidelizando os clientes.

Além disso, buscamos continuar identificando lacunas em nosso portfólio, para desenvolver novos produtos, prospectar novos parceiros e continuar o ciclo de expansão de portfólio continuamente.

Por sermos uma *drugstore*, entendemos que ainda existem diversos nichos de mercado que podemos agregar ao nosso negócio buscando novas parcerias. Acreditamos que ainda temos muito a agregar como Agentes de Saúde, uma vez que existe todo um mercado de medicamentos de alto custo a ser melhor explorado. Estamos sempre estudando outros nichos que façam sentido para uma *drugstore* e que possam agregar valor à Nissei.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

EVENTOS RECENTES

Impactos da Pandemia do COVID-19

Farmácias e drogarias sentiram menor impacto com a pandemia em relação a outros setores do consumo e varejo desde março de 2020, sendo um dos setores menos afetados pelo COVID-19 conforme demonstrado nos gráficos abaixo.

Fonte: Cielo (ICVA – Índice Cielo do Varejo Ampliado) and Sindusfarma (IQVIA).
(1) Excluídos os efeitos de Carnaval, Páscoa, entre outros feriados. (2) UDM = Últimos 12 meses

Por prestarem um serviço essencial, a maioria das farmácias e drogarias de rua permaneceram abertas durante as medidas de distanciamento social e bloqueio implementados por autoridades no Brasil. No total, 6 lojas da Companhia foram fechadas em função dos decretos estaduais e municipais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem nenhuma de suas lojas com as operações paralisadas, em função da pandemia.

Até a presente data, os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram significativas e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado, as ações tomadas pela empresa, tais como redução de custos, reforço de estoque de itens vendáveis que tiveram aumento de demanda em função da pandemia, e redução de despesas garantiram que ao final do primeiro semestre de 2020, mesmo com os efeitos negativos da pandemia, o EBITDA da empresa ficasse 95,4% superior ao EBITDA do mesmo período no ano de 2019.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A fim de mitigar tais impactos em nossas operações, adotamos uma série de iniciativas internas envolvendo nossos clientes, colaboradores e fornecedores, incluindo, mas não se limitando a esforços de marketing direcionados, maior flexibilização de meios de pagamentos e investimentos em melhorias em nossos canais digitais e serviços.

Fonte: Companhia (2020)

Além disso, criamos campanhas para conscientização e proteção de nossos colaboradores e clientes, incentivando a utilização de máscaras, higiene pessoal, além de colocar grande parte de nossa força de trabalho administrativa em regime de trabalho remoto.

Para mais informações sobre os impactos do COVID-19 em nossas atividades e sobre as medidas tomadas por nossa Companhia em decorrência da pandemia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

• os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Não aplicável.

• quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável.

• estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, que é utilizado como base para a gestão da entidade e para e para a tomada de decisão.

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia mantém mix amplo de mercadorias para a revenda, bem como diversidade de serviços a oferecer para seus clientes, conforme segue: i) medicamentos (marca, genérico, similar); ii) higiene e beleza, iii) Serviços farmacêuticos, serviços de repasse por comissionamento, serviços de exposição de produtos nas suas lojas físicas, incluindo marketing/publicidade e Manipulação, iv) Conveniência e v) medicamento de alto custo. As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.

Medicamentos

Medicamentos de Prescrição de Marca: São incluídos nesta categoria os medicamentos identificados por marca comercial, cuja venda necessita de prescrição médica. Esta categoria inclui os Medicamentos de Referência, que são produtos inovadores, via de regra protegidos por patentes de invenção, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente por ocasião do registro na ANVISA.

Medicamentos Similares, contêm o mesmo ou os mesmos princípios ativos e a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica do respectivo Medicamento de Referência, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos (intravenoso, comprimido, cápsula, supositório etc.) Os Medicamentos Similares também são identificados por meio de marca comercial e, assim como os Medicamentos Genéricos, só podem ser produzidos e comercializados após expiração ou renúncia da proteção patentária do respectivo Medicamento de Referência. Os Medicamentos Similares passam por testes de equivalência farmacêutica e biodisponibilidade exigidos pelo Ministério da Saúde, sem, no entanto, passar pelo teste de bioequivalência. Entretanto, com a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n° 58, de 10 de outubro de 2014, os medicamentos similares poderão ser intercambiáveis com o medicamento de referência se os estudos de equivalência farmacêutica, biodisponibilidade/bioequivalência tenham apresentados, analisados e aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Medicamentos de Prescrição Genéricos: São os medicamentos sujeitos à prescrição médica que contêm o mesmo ou os mesmos princípios ativos e apresentam a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do respectivo Medicamento de Referência. Os Medicamentos Genéricos são designados pelo nome do princípio ativo, podendo ser prescritos alternativamente aos Medicamentos de Referência ou substituí-los no momento da dispensação farmacêutica. Tais medicamentos podem ser produzidos e comercializados somente após (a) a expiração ou renúncia da sua proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade do Medicamento de Referência, e (b) a comprovação da sua eficácia, segurança e qualidade por meio de testes de bioequivalência e biodisponibilidade, nos quais a sua

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

composição e sua absorção pelo organismo são comparadas às do respectivo Medicamento de Referência. Os Medicamentos Genéricos não possuem marca comercial, mas apenas o nome da substância associado no rótulo e na embalagem ao nome do laboratório que o comercializa. Classificamos os Medicamentos Genéricos cuja venda não necessita de prescrição médica como Medicamentos OTC (*over-the-counter*).

Todos os itens acima incluem os Medicamentos OTC (*over-the-counter*), os quais englobam medicamentos de marca e genéricos cuja venda é isenta de prescrição médica, além de produtos de saúde e bem-estar que possuem venda livre. Tais produtos geralmente se destinam ao tratamento de condições agudas que são facilmente autodiagnosticáveis, como antiácidos e remédios para tosse, resfriado, dores e febres leves, e artigos não medicamentosos, como vitaminas, produtos fitoterápicos, produtos para visão, equipamentos de saúde, primeiros socorros e produtos nutricionais, dietéticos e de conveniência. Tais produtos ficavam ao alcance direto do cliente, em gôndolas nas áreas de autosserviço das lojas. Entretanto, com a entrada em vigor da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 44, de 17 de agosto de 2009 (RDC 44/2009), em conjunto com as Instruções Normativas nº 9 e 10, de 17 de agosto de 2009 (ou IN 09/2009 e IN 10/2009), as drogarias brasileiras tiveram que transferir grande parte dos medicamentos inclusos na categoria Medicamentos OTC para atrás do balcão de medicamentos, sujeito à orientação do farmacêutico.

Medicamentos de alto custo: são medicamentos para determinadas patologias graves e/ou raras que, em razão do preço, não estão disponíveis para venda imediata nas farmácias, sendo necessário que o adquirente efetue a solicitação do medicamento e a Companhia entre em contato com o fornecedor para comprar o produto na quantidade solicitada pelo cliente.

Produtos de venda livre

Produtos de Higiene e Beleza: São os artigos de higiene pessoal e beleza colocados ao alcance direto do cliente nas lojas. Nesse segmento de produtos, destacam-se shampoos, condicionadores, cremes de tratamento e tinturas para cabelo, fraldas e produtos infantis, sabonetes, desodorantes, produtos de
higiene oral, protetores solares, produtos masculinos, cosméticos, maquiagem e produtos para a pele.

Produtos de Conveniência: são produtos alimentícios (principalmente doces, chocolates, bebidas, matinais, nutrição, bomboniere, sorvetes e outros alimentos), bem como produtos para utilidades do lar.

Verbas de marketing e publicidade: são programas de venda da Companhia planejados em conjunto com seus fornecedores (como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio). O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda da Companhia e, para, tanto, negocia formas diferentes de pagamento a Companhia a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Serviços farmacêuticos, manipulação, e repasse por comissionamento

Manipulação e Serviços: Em adição aos produtos dispostos nas lojas, oferecemos aos clientes uma gama de serviços regulamentados (farmacêuticos), manipulação de fórmulas (produtos regulares manipulados) e comissão sobre repasse pela venda de recargas de celulares das operadoras de telefonia.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não apuramos a rentabilidade em separado para cada tipo de produto que comercializamos ou para cada segmento operacional, uma vez que todas as receitas e despesas de vendas são consideradas como um único segmento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

As atividades de negócios da Companhia estão direcionadas fundamentalmente para o segmento de varejo de medicamentos e perfumaria. No segmento de comércio, destaca-se a venda ao consumidor direto e a distribuição a outras farmácias e hospitais de produtos farmacêuticos e cosméticos, como medicamentos de referência (marca), medicamentos genéricos, medicamentos OTC, produtos de higiene e beleza.

Os medicamentos representaram 58,49% e 60,28% das vendas no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, sendo que o preço máximo praticado nas farmácias é regulado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O mix de produtos oferecidos é estabelecido conforme a demanda e a concorrência de cada ponto de venda.

(b) Características do processo de distribuição

A distribuição de mercadorias é realizada por meio do centro de distribuição situado em Colombo (PR). Os fornecedores entregam as mercadorias para este centro de distribuição, que, por sua vez, é responsável pelo abastecimento da rede própria de varejo da Companhia.

A Companhia possui frota própria para atender distâncias de até 100km e também utiliza transportadoras terceirizadas, contratadas para realizar o envio de seus produtos dos centros de distribuição para as suas lojas, para as lojas de seus clientes e para transferências do centro de distribuição. As transportadoras são cuidadosamente selecionadas e monitoradas pela equipe de logística da Companhia. Os canais de vendas da Companhia são as lojas, televendas, websites e apps.

A rede de lojas constitui o seu principal canal de venda, que operam sob o formato de minicentros de distribuição, servindo como base para a existência dos demais canais. Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía 301 lojas presentes nos principais mercados consumidores das Unidades Federativas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Abaixo a distribuição geográfica das lojas da Companhia:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os locais escolhidos para as lojas apresentam grande movimentação de pessoas, além de altas densidades populacionais e com bom potencial de consumo e renda. A Companhia também busca atuar em polos geradores, ou seja, em locais com bom tráfego de pessoas devido à quantidade de comércio na área, com moradias no entorno e preferencialmente fora do raio de atuação de concorrentes ou mesmo de canibalização de lojas próprias.

(c) Características dos mercados de atuação

A Nissei é uma Companhia com forte presença no sul do país, sendo uma das maiores redes de drogarias do Paraná com mais de 20% do market share no estado.

Indústria Global de Varejo Farmacêutico

A indústria farmacêutica global é resiliente e sólida, comprovado pelo forte crescimento anual obtido entre os anos de 2014 e 2018. Nesse período o segmento teve uma taxa de crescimento composto anual (CAGR) de 9.3%. Além disso, em países emergentes o mercado farmacêutico possui maior crescimento histórico e projetado, como é o caso de Brasil, Rússia e Índia.

O gráfico abaixo ilustra a evolução do crescimento em nível global:

Fonte: IQVIA

Em termos de faturamento, o Brasil é hoje o 4º maior mercado farmacêutico do mundo, atrás apenas de Estados Unidos, Canadá e Japão.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O gráfico abaixo ilustra o faturamento da indústria varejista farmacêutica no mundo, por países, em bilhões de dólares em 2019.

Fonte: Euromonitor

Varejo de Produtos Farmacêuticos no Brasil

O setor de varejo farmacêutico no Brasil está se expandindo. Apresentou crescimento em faturamento de 4,9% de 2017 para 2018 e de 6,3% de 2018 para 2019, ano no qual se atingiu um faturamento total de R$ 103,5 bilhões, de acordo com dados do Euromonitor.

Fonte: Euromonitor

Quando comparado com o PIB e varejo geral no do Brasil, o setor de varejo farmacêutico demonstrou resiliência, à medida que obteve uma performance superior à ambos nos últimos anos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Abaixo, o gráfico ilustra o crescimento do PIB, varejo geral e varejo farmacêutico, ano contra ano:

Fonte: IBGE e Euromonitor

Diversos fatores corroboram para que se tenha uma perspectiva positiva de crescimento nos próximos anos para o mercado de farmacêuticos no Brasil, sendo eles (i) aumento da expectativa de vida da população, (ii) aumento de renda e consumo per capita no país e (iii) expansão do mercado de medicamentos genéricos

Indústria de Higiene, Perfumaria e Cosméticos

Tratando-se de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, o Brasil está entre os principais consumidores do produto. De acordo a Associação Brasileira de Indústria e Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, o Brasil é o quarto maior mercado consumidor global de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, com market share de 6,2% e um total de US$30bn em vendas ao consumidor em 2018.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O gráfico abaixo ilustra os 8 maiores mercados consumidores de produtos de higiene, perfumaria e cosméticos no mundo no ano de 2018 em bilhões de dólares

Fonte: ABIHPEC

O aumento da renda de população, principalmente das classes C e D, a crescente participação da mulher brasileira no mercado de trabalho, o aumento no lançamento de novos produtos são fatores que contribuem e suportam o cenário de forte expansão no mercado de cosméticos. Além disso, o aumento da expectativa de vida tem aumentado a demanda por produtos que buscam conservar a aparência de juventude, fator que também contribui para tal expansão

(i) Participação em cada um dos mercados

A Companhia possui forte presença na região Sul do Brasil, principalmente no estado do Paraná, no qual a companhia possui um market share de 20,1%, em termos de receita, nos últimos doze meses tendo como referência o mês de maio de 2020. Além disso, em Curitiba, capital do Paraná e uma das cidades mais relevantes da região Sul do país, a Companhia possui market share de 25,1%. Além do Paraná, a Companhia possui presença em Santa Catarina, estado no qual tem um market share de 3,2%, ilustrando a relevante presença da Companhia no Sul do país. Por fim, a Nissei possui presença também na região sudeste do Brasil no estado de São Paulo, onde tem market share de 4,5%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O gráfico abaixo ilustra a evolução do market share da Companhia no estado do Paraná em porcentagem a partir do primeiro semestre de 2018.

Fonte: IQVIA

O gráfico abaixo ilustra a evolução do market share da Companhia no estado de Santa Catarina em porcentagem a partir do primeiro semestre de 2018.

Fonte: IQVIA

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O gráfico abaixo ilustra a evolução do market share da Companhia no estado de São Paulo em porcentagem a partir do primeiro semestre de 2018.

Fonte: IQVIA

(ii) Condições de competição nos mercados

O comércio varejista é extremamente competitivo, principalmente nas regiões onde a companhia atua. Além da atual competição, diversas redes de farmácia vindas de outras regiões, principalmente do sudeste, buscam entrar no sul do país de acordo com informações do Conselho Federal de Farmácia (CFF), o que pode potencializar ainda mais a competição no mercado. A concorrência atua em todo o Brasil.

Os dois principais canais onde ocorre o comércio de medicamentos e perfumaria são atacado e do varejo, sendo que este comércio é extremamente fragmentado. A carteira de clientes da Companhia é composta por: (i) clientes de varejo; e (ii) clientes de convênios com empresas ou planos de saúde;

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia
Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia possui Regimes Especiais de Tributação (RET) relativos à circulação de mercadorias, concedido pelo Estado do Paraná, permite à Companhia atuar como substituto tributário em compras efetuadas por meio de seu centro de distribuição.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Custo de matéria prima e outras despesas

Os produtos comercializados pela Companhia são adquiridos junto a fornecedores e distribuidores.

Dependência de tecnologia

O modelo de negócios da Companhia não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

A Companhia acredita que o setor farmacêutico possui uma baixa sazonalidade, de modo que os seus resultados trimestrais não costumam sofrer grandes variações ao longo do ano. No entanto, costuma-se verificar um maior número de vendas durante o segundo semestre em comparação com o primeiro, tendo em vista o maior poder aquisitivo no final do ano com o pagamento do 13º salário, além do reajuste de preço de certos medicamentos pela inflação, feito pelo governo federal no mês de abril de cada ano, o qual é imediatamente refletido nos preços da Companhia.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As relações da Companhia com seus fornecedores se dão em bases estritamente comerciais e profissionais. Os principais contratos celebrados com fornecedores estão relacionados à aquisição de determinadas linhas de produtos.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não possui dependência de nenhum fornecedor, possuindo, no seu modelo de negócio, mais de um fornecedor para cada linha de produto, não colocando a sua operação em risco.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

O preço de fábrica dos medicamentos é reajustado anualmente pelo Governo Federal no mês de abril, em conjunto com o preço máximo ao consumidor, de modo que a Companhia costuma repassar eventual volatilidade de preços aos seus consumidores.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2020 e nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O setor farmacêutico é altamente regulamentado no Brasil, sendo que as ações de regulação, normatização, controle e fiscalização do setor farmacêutico são compartilhadas entre as esferas federal, estadual, distrital e municipal, sendo constantemente alteradas e atualizadas.

O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, regulamentado pela Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 ("Lei 9.782/1999"), engloba o conjunto de ações de cunho sanitário e de prevenção de riscos à saúde executadas pela Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, que inclui o setor farmacêutico. A União dispõe de leis e regulamentos de aplicação geral, os quais são reforçados e complementados por ações e atos normativos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a depender das competências conferidas a cada um desses entes. No âmbito federal, os setores de saúde e farmacêutico são regulados, normatizados, controlados e fiscalizados (i) pelo Ministério da Saúde, (ii) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), criada pela Lei nº 9.782/1999 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e (iii) pelos demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que se relacionam com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Além das normas mencionadas anteriormente, o funcionamento de farmácias e drogarias no Brasil deve obedecer ao disposto na Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 ("Lei 5.991/1973"), no Decreto Federal nº 74.170, de 10 de junho de 1974 ("Decreto 74.710/1974"), na Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 ("Lei 6.360/1976''), na Lei Federal nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999 ("Lei 9.787/1999"), no Decreto Federal nº 3.181, de 23 de setembro de 1999 ("Decreto 3.181/1999"), na Lei Federal nº 10.742, de 6 de outubro de 2003 ("Lei 10.742/2003"), no Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013 ("Decreto 8.077/2013"), na Lei Federal nº 13.021, de 8 de agosto de 2014 ("Lei 13.021/2014"), além de outras normas federais aplicáveis, e nas Resoluções da ANVISA, sobretudo na Resolução da Diretoria Colegiada ("RDC") nº 44 ("RDC 44/2009") e na Instrução Normativa nº 9, ambas datadas de 17 de agosto de 2009 ("IN 9/2009"), juntamente com a Instrução Normativa nº 7, de 16 de dezembro de 2011 ("IN 7/2011"), RDC nº 275, de 09 de abril de 2019 ("RDC 275/2019").

Além do atendimento às normas federais anteriormente indicadas, atenção deve ser dada a eventuais normas publicadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de leis ou decretos locais, assim como por meio de portarias, resoluções e outros atos editados pelas respectivas Secretarias de Saúde e Departamentos de Vigilância Sanitária, conforme aplicável. Ainda, considerando a crise do novo coronavírus (COVID-19) no Brasil, que gerou emergência de saúde pública de importância nacional, verificam-se regulações do Ministério da Saúde e da ANVISA, de caráter excepcional e temporário, para enfrentamento da pandemia do COVID-19, tais como a Medida Provisória nº 933, de 31 de março de 2020 ("MP 933/2020"); a RDC nº 347, de 17 de março de 2020 ("RDC 347/2020"); a RDC nº 357, de 24 de março de 2020 ("RDC 357/2020"); e RDC nº 377, de 28 de abril de 2020 ("RDC 377/2020").

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

De acordo com a regulamentação brasileira, empresas que operam farmácias e drogarias e/ou centros de distribuição de medicamentos deverão possuir as seguintes licenças e autorizações:

i. Autorização de Funcionamento de Empresa, expedida pela ANVISA ("AFE"). A AFE deverá ser emitida para a matriz da Companhia e para cada estabelecimento da Companhia que realiza atividades de comércio varejista de produtos farmacêuticos com ou sem manipulação de fórmulas;

ii. Autorização Especial, expedida pela ANVISA ("AE"). A AE deverá ser emitida para o estabelecimento da Companhia que realiza atividades de armazenamento, embalagem, distribuição, expedição, exportação extração, fracionamento, importação, purificação, reembalagem, síntese, transformação, fabricação, produção, transporte ou qualquer outra envolvendo substâncias sujeitas a controle especial ou com medicamentos que a contenham. Estabelecimentos que realizam atividades de comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas não necessitam dessa autorização; e

iii. Licença de Funcionamento Sanitária, expedida pela autoridade local de vigilância sanitária ("LF").

Além disso, farmácias e drogarias estão sujeitas à regulamentação e fiscalização do Conselho Federal de Farmácia e dos respectivos Conselhos Regionais de Farmácia. Assim, devem possuir profissional habilitado presente durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento e inscrito no Conselho Regional de Farmácia para operar regularmente. De acordo com a regulamentação, também é exigido Certificação de Responsabilidade Técnica ("CRT"), expedida pelo Conselho Regional de Farmácia para comprovar o vínculo do responsável técnico com o estabelecimento da Companhia. Entretanto, por força de decisão judicial, certas associações e estabelecimentos do ramo de farmácias e drogarias ingressaram com ação judicial para discutir a obrigatoriedade da CRT para operar seus estabelecimentos[1], obtendo decisão favorável que isenta certos estabelecimentos, incluindo os estabelecimentos da Companhia, do cumprimento deste requisito.

Veículo próprios que realizam transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão possuir LF, AFE, AE e CRT, conforme aplicável.

Estabelecimentos que realizam a dispensação de medicamentos sujeitos ao controle especial devem possuir também Certificado de Escrituração Digital ("CED") emitidos pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados ("SNGPC"). Recomenda-se também a obtenção do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem (CBPDA) para os centros de distribuição.

[1] TRF4, Procedimento Comum nº 5001644-89.2020.4.04.7000/PR; TJPR, Processo: 0001675-03.2015.8.16.0179; TJPR, Processo n°. 0006745-75.2014.8.16.0004; TRF1 Processo 17898-55.2014.4.01.3400.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Farmácias e drogarias estão sujeitas às regras de Boas Práticas Farmacêuticas. A prescrição, dispensação e comercialização de medicamentos sujeitos ao controle especial é sujeita a diversas regulamentações e controle, incluindo sem limitação a Portaria nº 344/1998 do Ministério da Saúde e posteriores alterações. Há limitações e requisitos específicos para a venda remota de produtos farmacêuticos, bem como para o oferecimento de certos produtos e serviços nos estabelecimentos, previstos principalmente na Lei Federal nº 13.021/2014 e Resolução RDC nº 44/2009.

Ainda, no que se refere à comercialização de medicamentos sujeitos a controle especial, além da Portaria nº 344/98, devem ser observadas as exigências e requisitos da RDC N.º 20, de 5 de maio de 2011 ("RDC 20/2011") e da RDC n.º 22, de 29 de abril de 2014 ("RDC 22/2014", tais como a necessidade de retenção de receita para a dispensação de medicamentos antimicrobianos, guarda por 2 (dois) anos da documentação referente à comercialização do medicamento antimicrobiano e a utilização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados ("SNGPC") para escrituração de dados de produção, manipulação, distribuição, prescrição, dispensação e consumo de medicamentos e insumos farmacêuticos.

No âmbito da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, a RDC ANVISA 357/2020 estabelece temporariamente, a extensão da quantidades mínimas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em notificações de receita e receitas de controle especial que estão previstas na: i) Portaria nº 344/98; ii) Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA nº 58 de 5 de setembro de 2007 ("RDC ANVISA nº 58/2007"); iii) Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA nº 11 de 22 de março de 2011 ("RDC ANVISA nº 11/2011"); iv) Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA nº 191 de 11 de dezembro de 2017 ("RDC ANVISA nº 191/2017") nº 11, de 22 de março de 2011.

Também, conforme a RDC ANVISA nº 357/2020, as quantidades de medicamentos constantes em notificações de receita e receitas de controle especial emitidas antes da entrada em vigor desta resolução, mas que estiverem dentro dos prazos de validade podem ser dispensadas em quantidade superior àquela prescrita para no máximo mais 30 dias de tratamento.

A fiscalização realizada pelas autoridades de vigilância sanitária estaduais e/ou municipais, estabelecida em conformidade com a obrigação constante da Lei n.º 5.991/1973, se consolida por meio da obtenção de licenças sanitárias. A renovação da licença sanitária municipal ou estadual deve ser realizada de acordo com os prazos estabelecidos por cada Município ou Estado, geralmente sendo renovadas anualmente.

O funcionamento de drogarias sem as autorizações e/ou licenças aplicáveis, bem como sem a presença de farmacêutico responsável em tempo integral poderão sujeitar não apenas às sanções cíveis e penais cabíveis, como também às sanções previstas no artigo 10°, inciso IV, da Lei n.º 6.437/77: (i) advertência, (ii) apreensão e inutilização, (iii) interdição, (iv) cancelamento de licenças e registros, e/ou (v) multa.

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, ainda, ao cumprimento das regras de zoneamento e construtivas aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e alvará do corpo de bombeiros, autorizando a operação

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, devemos obter e renovar periodicamente as respetivas licenças e autorizações.

Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficaremos impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

As drogarias devem cumprir, ainda, com as diretrizes das Boas Práticas Farmacêuticas para controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias, previstas na RDC 44/2009, editada pela ANVISA.

A RDC 44/2009 ampliou a prestação de serviços nos estabelecimentos desde que esses sejam previamente autorizados pela vigilância sanitária local, incluindo o acompanhamento farmacoterapêutico, a aferição da pressão arterial, aferição da temperatura corporal e glicemia capilar.

Além do autoteste apenas a medição do parâmetro bioquímico de glicemia capilar, segundo a RDC ANVISA nº 377/2020, as farmácias e drogarias estão autorizadas, em caráter temporário e excepcional, a realização de “testes rápidos” (ensaios imunocromatográficos) para o COVID-19. Tais estabelecimentos podem, ainda, realizar aplicação de medicamentos injetáveis, colocação de brincos e a atenção farmacêutica domiciliar. No entanto, em virtude da RDC 302 de 13 de outubro de 2005 da ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento de laboratório clínico e define Teste Laboratorial Remoto-TLR como Teste realizado por meio de um equipamento laboratorial situado fisicamente fora da área de um laboratório clínico.

A RDC 197 de 26 de dezembro de 2017 da ANVISA, possibilitou o serviço de vacinação humana pelas farmácias e drogarias, desde que o estabelecimento esteja devidamente licenciado para esta atividade pela autoridade sanitária competente e inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

Importante mencionar que, a RDC ANVISA nº 357/2020 permite, em caráter temporário e excepcional em razão do COVID-19 (por seis meses, podendo ser renovada por períodos iguais e sucessivos) a entrega remota e em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial por farmácias e drogarias. A entrega remota e em domicílio por farmácias e drogarias já era permitida, mas era limitada e não incluía medicamentos sujeitos a controle especial, conforme a RDC ANVISA nº 44/2009.

Ainda, no âmbito da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 e considerando a Portaria nº 467/2020 que autoriza a emissão de receitas à distância por meio eletrônico, por meio da Nota Técnica nº 31/2020 a ANVISA esclareceu que o uso de prescrição médica eletrônica com assinatura digital emitida pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (“ICP – Brasil”) é apenas

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

aplicável para medicamentos antimicrobianos, não incluindo por exemplo talidomida e retinoides de uso sistêmico, e desde que a farmácia ou drogaria disponha de recurso para consultar a autenticidade do documento. As receitas de controle especial são aquelas utilizadas para medicamentos que contenham substâncias das listas C1 e C5 e dos adendos das listas A1, A2 e B1 da Portaria n° 344/1998. Não incluindo nesta Nota técnica receitulários Notificação de Receita A (NRA), Notificação de Receita Especial para Talidomida, Notificação de Receita B e B2 e Notificação de Receita Especial para Retinoides de uso sistêmico.

Aplica-se, também, a IN 09/2009, a qual dispõe sobre a relação de produtos permitidos para comercialização em farmácias e drogarias e proíbe a comercialização de outros itens como alimentos comuns e artigos de uso doméstico, ou seja, produtos de conveniência.

Em 2009, a Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias ("ABRAFARMA") propôs contra a ANVISA uma ação judicial com pedido liminar de antecipação de tutela (Processo n.º 2009.34.00.033821-4, em trâmite perante a 5ª Vara Federal do Distrito Federal), visando suspender os termos da RDC nº 44/2009, da IN nº 09/2009 e da IN nº 10/2009 (esta última revogada pela RDC nº 41, de 26 de julho de 2012), que entraram em vigor dia 18 de agosto daquele ano. A liminar foi deferida para afastar tais restrições, estando as associadas da ABRAFARMA amparadas judicialmente para o não cumprimento da RDC nº 44/2009, IN nº 09/2009 e da IN nº10/2009. A sentença confirmou a medida liminar anteriormente concedida. Atualmente, aguarda-se remessa dos recursos especial e extraordinário interpostos pela ANVISA aos Tribunais Superiores. Ainda em 2009, a Federação Brasileira de Redes Associativistas de Farmácias ("FEBRAFAR") propôs ação visando à suspensão das referidas restrições. A liminar de antecipação de tutela foi negada em primeiro grau, mas deferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o que beneficiou os associados da FEBRAFAR.

Do ponto de vista regulatório, o descumprimento dos requisitos previstos na regulamentação na operação de farmácias e drogarias caracteriza infração sanitária, sujeitando o infrator às penalidades administrativas de advertência, apreensão e/ou inutilização dos produtos, interdição total ou parcial do estabelecimento, e/ou multa, que pode variar entre R$ 2 mil e R$ 1,5 milhão, dobrada em caso de reincidência, sem prejuízo de sanções de natureza civil e penal. Para imposição da penalidade e sua graduação, as autoridades sanitárias levarão em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as consequências para a saúde pública, bem como os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias. Ainda, o descumprimento da regulamentação definida para o exercício da profissão farmacêutica e para operação de estabelecimentos farmacêuticos expedida pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) e Conselhos Regionais de Farmácia, sujeitam o infrator a penalidades disciplinares, incluindo advertência e/ou multa, que pode variar de R$ 1.045 a R$ 3.135, dobrada em caso de reincidência.

O monitoramento de preços de produtos farmacêuticos submete-se aos requisitos da Lei 10.742/2003, Decreto nº 4.937/2003 e regulamentos da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED").

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Em regra, a CMED avalia e aprova o preço máximo de venda no mercado privado e público de produtos farmacêuticos, mediante a avaliação de dados econômicos relacionados ao produto submetidos pelo detentor de seu registro junto à ANVISA. Determinados medicamentos estão isentos deste controle de preços, principalmente medicamentos não sujeitos à prescrição e medicamentos fitoterápicos e homeopáticos. A CMED estabelece critérios para ajuste anual de preços de medicamentos.

Para produtos sujeitos ao controle de preço, a CMED fixa os preços máximos para os medicamentos vendidos pelos fabricantes, importadores e seus distribuidores às farmácias e drogarias ("Preço Fábrica") e pelas farmácias e drogarias aos consumidores finais ("Preço Máximo ao Consumidor"), que é preço máximo permitido para venda ao consumidor e inclui os impostos incidentes por estado, devendo ser seguido pela Companhia.

No caso de medicamentos comprados pelo Governo Brasileiro e que constem de lista específica divulgada pela CMED ou, ainda, que sejam adquiridas por entes públicos em função de ordem judicial, sobre o Preço Fábrica, é aplicado um desconto mínimo obrigatório, conhecido como Coeficiente de Adequação de Preços ("CAP"). De acordo com a Resolução CMED nº 4/2006, o Preço Máximo de Venda ao Governo ("PMVG") resulta da aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica, sendo o maior preço permitido para venda do medicamento a entes da Administração Pública.

A oferta, promoção ou venda de produtos farmacêuticos sem um preço definido pela CMED ou a um preço superior ao preço máximo definido pela CMED poderá acarretar, após o devido processo administrativo instaurado pela CMED, sanções administrativas, tais como (i) ordem para correção da prática infrativa; e/ou (ii) multa, calculada de acordo com fórmulas e elementos específicos, incluindo a duração da conduta irregular e a condição econômica do agente. As multas aplicadas podem variar de aproximadamente R$ 670,00 a R$10 milhões, dobradas em caso de recorrência.

Licenças e Autorizações Ambientais

A Política Nacional do Meio Ambiente, delineada na Lei Federal nº 6.938/1981, determina que a instalação, operação, modificação ou ampliação de empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, que se utilizem de recursos naturais ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental. Atividades sujeitas ou não a licenciamento, a depender de produtos que utilizem e de peculiaridades associadas ao processo produtivo/atividades, também podem estar sujeitas a registros adicionais perante autoridades de controle e fiscalização ambiental de mesmo ou distinto nível hierárquico da autoridade responsável pelo licenciamento ambiental.

A Lei Complementar nº 140/2011 trata da competência dos órgãos integrantes do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente para licenciar. A competência é atribuída ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") para as atividades de impacto regional ou que afetem áreas da União. Os órgãos municipais licenciam empreendimentos de impacto local e a competência das demais atividades fica a cargo dos órgãos ambientais estaduais. A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e agências governamentais, que podem impor, em

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

caso de violação à legislação aplicável, sanções administrativas que vão desde multas até embargos ou paralisação das atividades.

O licenciamento ambiental é necessário nas fases de concepção, implantação e operação do empreendimento, bem como para ampliações de atividades e empreendimentos que já se encontrem em operação. O processo de licenciamento ambiental compreende um sistema trifásico, no qual cada licença resta condicionada à emissão de sua precedente: (i) Licença Prévia – (LP), concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza a efetiva operação do empreendimento. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase do empreendimento e sua validade depende do cumprimento das condicionantes/exigências técnicas que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

As licenças concedidas precisam ser periodicamente renovadas. A Lei Federal nº 140/2011 e a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") nº 237/1997 determina que as licenças de operação devem ter sua renovação solicitada com antecedência mínima de 120 dias da data de expiração de seu prazo de validade, caso em que a solicitação é considerada tempestiva e a vigência do documento e regularidade das operações do empreendimento licenciado ficam automaticamente prorrogadas até manifestação definitiva do órgão competente acerca do pedido de revalidação.

No período da pandemia de COVID-19, alguns órgãos de licenciamento editaram normas automaticamente prorrogando o prazo de validade das licenças e autorizações ambientais e flexibilizando o cumprimento de certas condicionantes ambientais. A prorrogação do prazo de validade das licenças, entretanto, não significa que os prazos de requerimento de renovação não devam ser tempestivamente formalizados para assegurar a regularidade das operações, caso as renovações não ocorram até o encerramento de ditas prorrogações.

Independentemente da verificação de danos ambientais causados pelo exercício da atividade, a ausência de licença ambiental configura a prática de crime ambiental, infração administrativa e faz surgir o dever de reparar e/ou indenizar eventuais danos causados. A ausência de licença, quando obrigatória, ou a operação em desacordo com suas condicionantes, ainda que não se verifiquem danos ambientais, sujeitam o empreendedor a sanções administrativas que podem culminar em multas de R$500,00 a R$10 milhões, embargo ou suspensão das atividades, conforme a legislação federal, além de responsabilização nas esferas criminal e cível. Além disso, tais cenários expõem a Companhia a riscos de imagem.

A Companhia pode não deter todas as licenças, autorizações e registros ambientais aplicáveis e necessários à execução de suas atividades, o que pode expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, bem como ao dever de reparar e/ou indenizar danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia não pode garantir que todos os seus prestadores de serviço, incluindo os responsáveis pela destinação ou disposição final adequada dos resíduos e rejeitos gerados detenham e mantenham vigentes as devidas licenças e autorizações ambientais necessárias ao exercício de suas atividades ou sempre exerçam suas atividades em estrita consonância com tais licenças e autorizações. O exercício irregular de atividades por esses terceiros pode dificultar a defesa da Companhia, sobretudo na esfera civil e caso algum dano seja causado ao meio ambiente e ou a terceiro, associado à prestação de serviço à Companhia.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Responsabilidade Ambiental

O descumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais e pode sujeitar o infrator a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros. Caso a Companhia ou alguma das empresas do grupo econômico sejam responsabilizadas por dano ou ilícito ambiental, a Companhia poderá sofrer efeito adverso em seus resultados e negócios, inclusive quanto a aspectos reputacionais.

(i) Responsabilidade Administrativa Ambiental

A responsabilidade administrativa ambiental tem previsão na Lei Federal nº 9.605/98 e no Decreto Federal nº 6.514/2008, que a regulamenta. Normas estaduais e municipais de meio ambiente também tratam do assunto, prevendo, em geral, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa, especificamente a aplicação de multa, assim como a responsabilidade penal, é subjetiva, dependendo da comprovação da culpa ou dolo para que se configure.

As sanções a serem aplicadas às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa, podem incluir advertência, multas, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

(ii) Responsabilidade Civil Ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente consagra, na esfera civil, o regime da responsabilidade objetiva, de modo que o poluidor fica responsável pela reparação ou indenização de danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de dolo ou culpa. A responsabilidade civil por danos ambientais poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

indireto, de modo que danos eventualmente causados por terceiros que a Companhia venha a contratar poderão culminar na responsabilização da Companhia, que ficará obrigada a reparar ou indenizar os danos verificados.

Nas hipóteses de a personalidade jurídica causar obstáculo à integral reparação do dano ambiental, poderá haver sua desconsideração para buscar o cumprimento de obrigações junto aos seus sócios, na forma do artigo 4º da Lei nº 9.605/98. Trata-se de regime diferente daquele aplicado pelo Código Civil, de modo que, nos casos de reparação de danos ambientais, é comum que a mera insuficiência de patrimônio, se caracterizadora de obstáculo à reparação integral do dano, autorize a desconsideração da personalidade jurídica.

(iii) Responsabilidade Criminal

A responsabilidade criminal tem previsão na Lei Federal nº 9.605/98 e sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). Os artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 9.605/98 preveem a responsabilização não apenas da própria pessoa jurídica à qual se atribui o ato ambientalmente danoso, mas também, de forma pessoal, de todos aqueles que de qualquer forma concorreram para a prática do crime ou deixaram de impedir a sua prática quando tal medida estava a seu alcance.

Para pessoas jurídicas, a Lei nº 9.605/98 prevê, de forma isolada, cumulativa ou alternativa, penalidades de (i) multa; (ii) penas restritivas de direitos, como a suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações; (iii) prestação de serviços à comunidade, como o custeio de programas e de projetos ambientais, execução de obras de recuperação de áreas degradadas, manutenção de espaços públicos e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Gerenciamento de Resíduos e Política de Logística Reversa

A Lei Federal nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS") para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos, disciplinando a segregação, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada desses resíduos.

Nos termos da legislação citada, a Companhia deve deter Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos que gera. Resíduos do Serviço de Saúde também devem ser gerenciados de forma adequada, conforme regras específicas que disciplinam o assunto e o setor, em especial a Resolução CONAMA nº 358/2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde. De acordo com o artigo 4º Resolução CONAMA nº 358/2005, os geradores de resíduos de serviços de saúde, devem elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, de acordo com a legislação vigente. O descumprimento dessas regras, pode expor a Companhia às mesmas sanções administrativas (e.g. multas de até R$50 milhões e embargo), civis e criminais já citadas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades. Nesses casos, a Companhia pode ser considerada solidariamente responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros e, em tese, também estaria exposta na esfera administrativa e criminal, a depender do seu envolvimento nos atos questionados. O descumprimento de regras ambientais por fornecedores e prestadores de serviço pode expor a Companhia também a riscos de imagem.

A PNRS previu, ademais, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementares sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

Existem três instrumentos a serem possivelmente usados para tornar obrigatória a implantação do sistema de logística reversa: regulamento, acordo setorial ou termo de compromisso. Atualmente, a implementação de sistemas de logística reversa é ou se tornará obrigatória, nos próximos meses, em nível federal, aos envolvidos na cadeia de óleos lubrificantes e embalagens plásticas de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio, embalagens em geral, embalagens de aço, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, medicamentos, pneus inservíveis, embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias. No caso de medicamentos, em âmbito federal, a questão foi regulamentada pelo Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020, que entrará em vigor 180 dias após a sua publicação. Normas de alguns Estados, já impunham certas obrigações ao setor, assim como impuseram obrigações de logística reversa também a outros setores e produtos.

A Companhia deve observar normas de logística reversa em âmbito nacional e nos estados em que atua e, a partir de dezembro de 2020, estará sujeita a observar as regras de logística reversa estabelecidas em nível federal para parte dos produtos que distribui/comercializa. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita a sanções administrativas (e.g. incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter licenças ambientais) e criminais, bem como ao dever de reparar ou indenizar danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Áreas contaminadas

Contaminações de solo e/ou águas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, ou seja, a responsabilidade por dano ambiental não se extingue por decurso de prazo e tampouco pela sucessão *inter partes*. Em âmbito federal, a Resolução nº 420/2009 do CONAMA dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas em decorrência de atividades antrópicas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia poderá ser responsabilizada pela remediação de área contaminada, bem como pelos custos envolvidos, ainda que não a tenha causado, pois a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel onde exista área contaminada poderá ser responsabilizado e condenado a realizar a recuperação dos danos verificados. Em certos casos, a responsabilização poderá ocorrer também se o empreendedor tiver, de alguma forma, se beneficiado da contaminação.

Tais responsabilizações, além de se prolongarem no tempo e ensejarem o desembolso de valores significativos, podem se somar à aplicação de sanções administrativas e criminais.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de uma marca somente pode ser adquirida pelo registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ou INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Somos titulares de registros e pedido de registros de marcas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos, nas formas nominativa, mista e figurativa. Possuímos 40 registros de marca em diversas classes. Ainda, somos titulares de nomes de domínio, incluindo o mais importante “www.drogarianissei.com.br” , utilizado como nosso site oficial.

Ao longo de nossa história, trilhamos um longo caminho para consolidar nossa marca no mercado brasileiro e acreditamos que nossa marca desempenha um papel significativo nos nossos negócios, sendo fundamental para o desenvolvimento de nossas atividades. Caso percamos nossos direitos sobre as marcas, nossas operações serão afetadas de forma adversa e relevante.

Para mais informações sobre os nossos direitos de propriedade intelectual, vide item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e nos últimos 3 exercícios sociais.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 nos últimos 3 exercícios sociais

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 nos últimos 3 exercícios sociais.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

A Companhia habilitou-se para aquisição da massa falida Comércio de Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coleto, conforme processo judicial na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperações da Comarca de Curitiba – PR. Ao final do processo, a Companhia absorveu os terrenos e imóveis da referida massa falida face mediante aos demais credores. O processo teve trâmite final no mês de maio de 2020 e os bens da massa falida foram transferidos para Companhia. Como parte das transações relacionadas à reestruturação societária, estes bens foram vendidos no mês de junho de 2020, conforme descrito no item 2 acima, por R$15,6 milhões, sendo apurado um ganho de R$ 2,7 milhões.

A Companhia tem direitos de crédito representados pelo Precatório Requisitório nº 48.609/1997 (Requisição de Pagamento nº 394/97), com origem na Ação Ordinária de Indenização de Autos nº 11.092/87, tramitada perante a 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, e cedido à Companhia por meio da Escritura Pública de Cessão de Direitos Creditórios lavrada no dia 25 de agosto de 2017 à folha 177 do Livro de Escrituras nº 1317-E do 6º Tabelião de Notas da Comarca de Curitiba, Paraná. Referidos direitos de crédito foram cedidos no termo de obrigações firmado entre a Companhia e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016. Os créditos detidos pela Companhia decorrem de cessão da própria CR Almeida S.A. e não há qualquer dúvida a respeito do seu respectivo quinhão, assim, quando disponibilizados os valores pelo juízo, a Companhia os levantará sem qualquer dificuldade. e, em 30 de junho de 2020, o montante de referido precatório somava R$ 43,3 milhões (R$ 42,9 milhões em 31 de dezembro de 2019), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR (permanente), acrescido de juros de IPCA-E até 31 de março de 2019. Para o período de seis meses findo em 2020 e no ano findo em 2019, foi reconhecido no resultado a atualização do respectivo crédito no montante de R$473 mil e R$ 10,0 milhões, respectivamente. Em 05 de março de 2020, foi publicada decisão judicial concordando com a cisão dos créditos pela CR Almeida S.A. e, em 01 de abril de 2020, tais créditos foram depositados pelo Estado do Paraná em juízo, último passo antes do pagamento aos credores, para que, demonstrados os quinhões que cabem a cada um desses, sejam levantados os valores por quem de direito. A Companhia, em conjunto com a CR Almeida S.A., formalizou petição dos montantes em 29 de novembro de 2019 junto ao judiciário e obteve concordância nos procedimentos a serem cumpridos em 05 de março de 2020. A suspensão dos prazos processuais e administrativos da Justiça Estadual em função da pandemia COVID-19, prevista pelo Decreto Judiciário nº 172/2020 do Tribunal de Justiça do Paraná, pode atrasar o recebimento desses valores, motivo pelo qual a Companhia optou pela reclassificação dos montantes para o longo prazo.

Adicionalmente, há saldos remanescentes do Precatório Requisitório nº 51.218/97 (Requisição de Pagamento nº 489/97), com origem na Ação Ordinária de Autos nº 11.091/87, tramitada perante a 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, e cedido à Companhia por meio da Escritura Pública de Cessão de Direitos Creditórios lavrada em 10 de dezembro de 2014, às folhas 001/003 do Livro de Escrituras nº E-0670 do 3º Tabelionato de Notas

8.1 - Negócios Extraordinários

da Comarca de Curitiba, Paraná. Por meio de acordo firmado entre a Companhia e Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda. em 30 de junho de 2020, a Companhia passou a ser detentora dos créditos antes de titularidade de Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda. Tais saldos remanescentes totalizam R$ 7,3 milhões (R$ 5,8 milhões em 2019) provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, na qual a Companhia detinha em um único precatório o valor de R$ 110,7 milhões e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R$ 106.284 milhões, resultando no saldo remanescente de direito. Em 30 de junho de 2020, os valores estão atualizados com critérios aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), sendo o saldo remanescente de R$ 7,3 milhões (R$ 5,8 milhões em 31 de dezembro de 2019) e atualização do resultado da Companhia de R$ 1,5 milhões em 30 de junho de 2020 (R$ 1,3 milhões em 2019 no ano findo em 31 de dezembro de 2019).

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Em 30 de junho de 2020, a Companhia aumentou o capital existente no montante de R$ 3,9 milhões na investida Nissei Administradora de Bens. Na mesma data, a Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R$ 87 milhões, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo de até 24 meses. O valor da transação foi estabelecido conforme contrato estabelecido entre as partes, cujo valor poderia ter sido diferente se negociado com terceiros.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia firmou acordo com a Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda., o que resultou, dentre outros, na liquidação do mútuo ativo no valor de R$ 10 milhões por meio do recebimento de precatório, cujo valor foi avaliado em R$ 3,7 milhões, sendo reconhecida perda de R$ 6,2 milhões, imediatamente reconhecida no resultado do período. Não há valores adicionais decorrentes desta negociação entre as empresas.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Pinheirinho CIC (Rua Marechal Otávio Saldanha Massa, nº 1.500, Curitiba/PR)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Cabral 24 Hrs (Avenida Anita Garibaldi, nº 1400, Bairro Ahú, Curitiba/PR)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Bacacheri 24 Hrs (Avenida Erasto Gaertner, nº 182, Bacacheri, Curitiba/PR)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Vila Hauer 24 Hrs (Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 5.666, Loja 2, Vila Hauer,	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Guaratuba 24 Hrs (Rua 29 de Abril, nº 193, Centro, Guaratuba/PR)	Brasil	PR	Guaratuba	Alugada
Portão 24 Hrs (Avenida República Argentina, nº 2.930, Portão, Curitiba/PR)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Paranagua 24 Hrs (Rua João Eugênio, nº 982, Paranaguá/PR)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Iguaçu 24 Hrs (Avenida Iguaçu, nº 2.619, Curitiba/PR)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Alto da XV 24 Hrs (Rua Marechal Deodoro, nº 2.500, Alto da Rua XV, Curitiba/PR)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
SJP Fórum 24 Hrs (Rua Izabel Redentora, nº 2.320, Lojas 4 e 5, Centro, São José	Brasil	SP		Alugada
União da Vitória 24 Hrs - Loja (Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 111, União	Brasil	PR	União da Vitória	Alugada
União da Vitória 24 Hrs - Loja (Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 111, União	Brasil	PR	União da Vitória	Alugada
LONDRINA JK 24 HRS (Avenida Higienópolis nº 1.198, São Paulo/SP)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
União Vitória Centro-Loja 1 (Avenida Manoel Ribas, nº 374, União da Vitória/PR)	Brasil	PR	União da Vitória	Alugada
União Vitória Centro - Loja 2 (Avenida Manoel Ribas, s/n, União da Vitória/PR)	Brasil	PR	União da Vitória	Alugada
União Vitória Centro - Estacionamento (Rua Manoel Ribas, nº 370, Apto 01, União	Brasil	PR	União da Vitória	Alugada
Araucaria 24 Hrs (Avenida Doutor Victor do Amaral, nº 573, Aracária/PR)	Brasil	PR	União da Vitória	Alugada
Castro Centro (Rua Doutor Jorge Xavier da Sila, nº 253, Quadra 26, Lote 1, Castr	Brasil	PR	Castro	Alugada
Ponta Grossa Centro 24 Hrs (Lote nº 1, Quadra nº 1, Zona Central, Ponta Grossa/P	Brasil	PR	Ponta Grossa	Alugada
Santa Felicidade 24 Hrs - Loja (Avenida Manoel Ribas nº 6.664, Santa Felicidade,	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Santa Felicidade 24 Hrs - Estacionamento II (Avenida Manoel Ribas, nº 6.672, Cur	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Maringa Avenida Brasil 24 Hrs (Avenida Brasil, nº 4.464, Zona 1, Centro, Maringá	Brasil	PR	Maringá	Alugada
SC - São José Kobrassol (Avenida Lédio João Martins, nº 326, Kobrassol, São José	Brasil	PR		Alugada
SP - Lins 24 Hrs (Avenida Floriano Peixoto, nº 733, Lins/SP)	Brasil	SP	Lins	Alugada
Campo Mourão Índio Bandeira (Avenida Capitão Índio Bandeira, nº 1.961, Centro, C	Brasil	PR	Campo Mourão	Alugada
SP - Pres Res Prud Barão (Rua Barão do Rio Branco, nº 425, Centro, Presidente Pr	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
Paranavai Souza Naves (Lote nº 17/18-A da Quadra 86, Paranavaí/PR)	Brasil	PR	Paranavaí	Alugada
Francisco Derosso 24 Hrs (Rua Francisco Derosso, nº 4.474, Loja, Alto Boqueirão,	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Toledo Parigot de Souza 24 Hrs (Avenida Barão do Rio Branco, nº 2.553, Toledo/PR	Brasil	PR	Toledo	Alugada
SP – Registro (Rua Alexandre Agenor de Moraes, nº 10, Vila São Francisco, Regist	Brasil	SP	Registro	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Assis Chateaubriand (Avenida Tupãssi, nº 2.585, Centro, Assis Chateaubriand/PR)	Brasil	PR	Assis Chateaubriand	Alugada
SC – Porto União (Rua Matos Costa, nº 112, Porto União/SC)	Brasil	SC	Porto União	Alugada
Ldn Ouro Verde (Avenida Winston Churchill, nº 1.258, Londrina/PR)	Brasil	PR	Londrina	Alugada
SP – Bauru Castelo Branco (Avenida Castelo Branco, 14-20, LS 15, Vila Nipônica,	Brasil	SP	Bauru	Alugada
SC – São Bento do Sul (Av. Argolo, nº 177, Centro, São Bento do Sul/SC)	Brasil	SC	São Bento do Sul	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 770228216, na classe 05:10, para a marca nominativa MINERVA	Registro válido até 02/05/2024	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 811588424, na classe 05:10, para a marca mista DROGAMED	Registro válido até 17/12/2025	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 819408514, na classe 40:15, para a marca mista DROGAMED	Registro válido até 02/02/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades
Marcas	Registro 819967351, na classe 40:15, para a marca nominativa DROGAMED	Registro válido até 19/10/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 821306219, na classe NCL (8) 03, para a marca mista NISSEI	Registro válido até 28/05/2022	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 821361732, na classe NCL (8) 35, para a marca mista NISSEI	Registro válido até 30/07/2022	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 824589360, na classe NCL (7) 05, para a marca mista DROGAMED	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 824589360, na classe NCL (7) 05, para a marca mista DROGAMED	Registro válido até 02/02/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 824180291, na classe NCL (7) 03, para a marca nominativa DROGAMED	Registro válido até 17/04/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 824589319, na classe NCL (8) 35, para a marca figurativa	Registro válido até 03/07/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 824589351, na classe NCL (8) 05, para a marca figurativa	Registro válido até 03/07/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 824847814, na classe NCL (8) 03, para a marca mista FARMÁCIAS DROGAMED	Registro válido até 02/05/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 824847822, na classe NCL (8) 05, para a marca mista FARMÁCIAS DROGAMED	Registro válido até 02/05/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 824847830, na classe NCL (8) 35, para a marca mista FARMÁCIAS DROGAMED	Registro válido até 02/05/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 828528233, na classe NCL (8) 44, para a marca mista FARMÁCIAS DROGAMED	Registro válido até 08/07/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades
Marcas	Registro 825721997, na classe NCL (8) 35, para a marca mista FARMÁCIAS NISSEI	Registro válido até 05/06/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 901211397, na classe NCL (9) 05, para a marca mista FARMÁCIAS NISSEI	Registro válido até 18/01/2021	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 828528152, na classe NCL (8) 05, para a marca mista FARMÁCIAS MINERVA	Registro válido até 05/12/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 828528160, na classe NCL (8) 35, para a marca mista FARMÁCIAS MINERVA	Registro válido até 22/10/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 828528241, na classe NCL (8) 44, para a marca mista FARMÁCIAS MINERVA	Registro válido até 26/07/2021	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 828528187, na classe NCL (8) 35, para a marca nominativa MINERVA PLUS	Registro válido até 22/10/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 901134090, na classe NCL (9) 44, para a marca mista FARMÁCIAS MINERVA	Registro válido até 04/10/2021	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 901134252, na classe NCL (9) 05, para a marca mista FARMÁCIAS MINERVA	Registro válido até 04/10/2021	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 901134430, na classe NCL (9) 35, para a marca mista FARMÁCIAS MINERVA	Registro válido até 22/10/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 901211338, na classe NCL (9) 44, para a marca mista FARMÁCIAS NISSEI MANIPULAÇÃO	Registro válido até 18/01/2021	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 907677894, na classe NCL (10) 05, para a marca mista NISSEI DROGARIAS	Registro válido até 03/01/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 907678149, na classe NCL (10) 44, para a marca mista NISSEI DROGARIAS	Registro válido até 03/01/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 907678289, na classe NCL (10) 35, para a marca mista NISSEI DROGARIAS	Registro válido até 03/01/2027	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 911374566, na classe NCL (10) 35, para a marca mista NISSEI	Registro válido até 03/07/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 911374582, na classe NCL (10) 05, para a marca mista NISSEI	Registro válido até 03/07/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 911374620, na classe NCL (10) 44, para a marca mista NISSEI	Registro válido até 03/07/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 911374671, na classe NCL (10) 03, para a marca mista NISSEI	Registro válido até 03/07/2028	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 913745669, na classe NCL (11) 44, para a marca mista DROGAMED POPULAR	Registro válido até 19/02/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 913745782, na classe NCL (11) 35, para a marca mista DROGAMED POPULAR	Registro válido até 19/02/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 913746290, na classe NCL (11) 05, para a marca mista DROGAMED POPULAR	Registro válido até 19/02/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 913746452, na classe NCL (11) 03, para a marca mista DROGAMED POPULAR	Registro válido até 19/02/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 914612620, na classe NCL (11) 44, para a marca mista SAN SERVIÇOS AVANÇADOS NISSEI	Registro válido até 21/05/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 914612727, na classe NCL (11) 35, para a marca mista SAN SERVIÇOS AVANÇADOS NISSEI	Registro válido até 21/05/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 914612808, na classe NCL (11) 05, para a marca mista SAN SERVIÇOS AVANÇADOS NISSEI	Registro válido até 21/05/2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro 918012775, na classe NCL (11) 05, para a marca mista CUIDMAIS	Registro válido até 12/05/2030	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	drogariasnissei.com.br	Válido até 29/05/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	farmacianissei.com.br	Válido até 04/04/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nissei24h.com.br	Válido até 29/05/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nisseionline.com.br	Válido até 29/05/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nissei.net.br	Válido até 01/07/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nissei.far.br	Válido até 07/07/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	farmaciasminerva.com.br	Válido até 25/07/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	maisquefarmacia.com.br	Válido até 26/07/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseisa.com.br	Válido até 28/08/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	solteavoznissei.com.br	Válido até 09/09/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	solteavoznisseiexpress.com.br	Válido até 09/09/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	drogamedpop.com.br	Válido até 03/10/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	drogamedpopular.com.br	Válido até 03/10/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	drogarianissei.com.br	Válido até 03/10/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	farmaciasnissei.com.br	Válido até 07/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	blackfridaynissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	clubnissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	diadamulhernissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	manipulacaonissei.com .br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	mulhernissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nissei24horas.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nisseiblackfriday.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseiexpress.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseimanipulacao.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	semanadamulher.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	semanadamulhernissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	veraocompleto.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	veraocompletonissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	veraonissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseifarmaexpress.com.br	Válido até 13/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	afarmaciacompleta.com.br	Válido até 01/02/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseidrugstore.com.br	Válido até 01/02/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	clubenissei.com.br	Válido até 12/03/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	vacinasnissei.com.br	Válido até 17/03/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseivacinas.com.br	Válido até 17/03/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	examesnissei.com.br	Válido até 01/04/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nisseiexames.com.br	Válido até 01/04/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	sannissei.com.br	Válido até 01/04/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseilabs.com.br	Válido até 22/04/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nisseishop.com.br	Válido até 22/04/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	farmacianissei.com	Válido até 17/05/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	farmaciasnissei.com	Válido até 17/05/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	drogariasnissei.com	Válido até 02/06/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	maisquefarmacia.com	Válido até 01/08/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	clubenissei.com	Válido até 04/09/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nisseionline.com	Válido até 04/09/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	drogamedpopular.com	Válido até 10/10/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	drogamedpop.com	Válido até 10/10/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	clubnissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	blackfridaynissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	diadamulhernissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	manipulacaonissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	mulhernissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nissei24horas.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nisseiblackfriday.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseiexpress.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	nisseimanipulacao.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	semanadamulher.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	semanadamulhernissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	servicosavancadosnissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	televendasnissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	veraocompleto.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	veraocompletonissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	veraonissei.com	Válido até 20/11/2020 (passív	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	invernonissei.com	Válido até 12/01/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	servicosavancadosnissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	televendasnissei.com.br	Válido até 12/11/2020 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	invernonissei.com.br	Válido até 10/01/2021 (passíve	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Nissei Administradora de Bens Ltda.	05.493.678/0001-77	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.	99,960000
30/06/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2020	0,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Desenvolvimento das atividades da Companhia

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam neste item 10 do Formulário de Referência informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que são de responsabilidade da Administração da Nissei, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva simplificada. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, algumas informações financeiras não são comparativas com aquelas de 30 de junho de 2020 e 2019 e de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações sobre o IFRS 16/CPC 06(R2), ver item 10.4 deste Formulário de Referência.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes às últimas informações financeiras divulgadas pelo emissor em relação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Efeitos do COVID-19

Conforme descrito nos itens 7.1 e 10.9, bem como no item 4.1 deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID-19 vem afetando de forma material e adversa os negócios, condições financeiras, resultado das operações e fluxo de caixa da Companhia. Esses eventos adversos ocorreram após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, permanecendo, ainda, após a publicação das informações financeiras da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Desde o início dos primeiros impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia, a Companhia tomou medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando ao aumento do volume de compras de produtos ligados à pandemia , para atender o aumento de demanda do mercado com as expectativas relacionadas à futura demanda dos produtos da Companhia. A Companhia acredita que essas medidas e sua posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de suas obrigações de longo e curto prazo.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo. A administração entende que a geração de caixa operacional da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, houve um aumento da receita líquida de vendas da Companhia, tendo sido registrado um valor de R$ 758,8 milhões, representando um aumento de 6,6% ou R$ 47,2 milhões, quando comparada ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, no qual foi registrado um valor de R$ 711,6 milhões. O crescimento se deveu principalmente à abertura de novas lojas no período, ao processo de maturação de lojas abertas nos anos anteriores, e também ao crescimento apresentado pelas lojas já existentes no período anterior (também chamado de SSS – *Same Store Sales*, na sigla em inglês). No primeiro semestre de 2020 foram abertas 13 lojas, e o crescimento SSS foi de 4,407%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas alcançou R$ 1.499,5 milhões, representando um aumento de 11,4% ou R$ 153,8 milhões, quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no qual foi registrado um valor de R$ 1.345,6 milhões. O crescimento se deveu principalmente à abertura de novas lojas no período, ao processo de maturação de lojas abertas em anos anteriores, e também ao crescimento apresentado pelas lojas já existentes no período anterior (também chamado de SSS – *Same Store Sales*, na sigla em inglês). Em 2019 foram abertas 21 lojas, e o crescimento SSS foi de 2,794%.

E, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou uma receita líquida de vendas e serviços de R$ 1.345,6 milhões, comparado a R$ 1.236,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O crescimento se deveu principalmente à abertura de novas lojas no período, ao processo de maturação de lojas abertas em anos anteriores, e também ao crescimento apresentado pelas lojas já existentes no período anterior (também chamado de SSS – *Same Store Sales*, na sigla em inglês). Em 2018 foram abertas 44 lojas, e o crescimento SSS foi de 1,083%

Nos exercícios encerrados os passivos circulantes e não circulantes em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 era de R$ 896,0 milhões, R$ 646,3 milhões e R$ 554,0 milhões, respectivamente. A variação de 2018 para 2019 ocorreu devido: (i) à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - arrendamentos, compreendendo o reconhecimento dos contratos envolvidos no total de R$ 143,2 milhões, (ii) Empréstimos e financiamentos no total de R$ 54,4 milhões,considerando novas captações e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

atualização de juros normais de contratos, (iii) Debêntures no total de R$ 21,4 milhões, incluindo juros de atualizações e (iv) crescimento do negócio, considerando incremento de estoques e contratações de pessoal para as novas lojas, tolizando R$ 30,7 milhões. Ainda, a variação de 2017 para 2018 ocorreu principalmente nos grupos: (i) Empréstimos e financiamentos no total de R$ 40,9 milhões,considerando novas captações e atualização de juros normais de contratos, (iii) Debêntures no total de R$ 18,6 milhões, incluindo juros de atualizações e (iv) crescimento do negócio, considerando incremento de estoques e contratações de pessoal para as novas lojas, tolizando R$ 32,8.

(b). Estrutura de Capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão de pagamento das Debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Em 30 de junho de 2020, a dívida líquida da Companhia era de R$ 390,6 milhões e o patrimônio líquido era de R$ 27,0 milhões, representando um índice de alavancagem de 14,5. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida da Companhia era de R$ 302,3 milhões e o patrimônio líquido era de R$ 70,5 milhões, representando um índice de alavancagem de 4,3.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida da Companhia era de R$ 277,0 milhões e o patrimônio líquido era de R$ 84,7 milhões, representando um índice de alavancagem de 3,3.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida da Companhia era de R$ 146,1 milhões e o patrimônio líquido era de R$ 103,1 milhões, representando um índice de alavancagem de 1,4.

A aumento entre os valores de índice de alavancagem decorreu devido ao crescimento do volume de dívidas, tomadas para aumentar o nível de investimento e remodelagem das lojas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia acredita que a atual estrututra de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura equilibrada entre capital próprio e de terceiros e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares)	**Em 30 de junho de 2020**	**Em 31 de dezembro de**		
		2019	**2018**	**2017**
Capital de terceiros(1)	88,21%	73,26%	62,06%	48,65%
Capital próprio(2)	11,79%	26,74%	37,94%	51,35%
(1) Capital de terceiros - Passivo Total – Patrimônio Líquido dividido por passivo total.				
(2) Capital próprio corresponde ao patrimônio líquido pelo passivo total.				

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía R$443,5 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e R$ 85,9 milhões em caixa ou equivalentes de caixa.

A Administração da Companhia informa que avaliou a habilidade de a empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

Em 30 de junho de 2020, o passivo circulante era de R$ 639,3 milhões, valor superior ao ativo circulante, que na mesma data era de R$ 463,2 milhões, incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, que representavam R$ 85,9 milhões. Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R$ 176.112. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes deve-se a da reclassificação do saldo a pagar das debêntures para o curto prazo em 30 de junho de 2020. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração. Para esta estimativa foi levado em conta as expectativas de reestruturação organizacional prevista para 2020, em não se realizando tal reestruturação, valor parcial ou integral destas debêntures, as quais possuem prazo de vencimento final em 29 de outubro de 2021 será reclassificado para longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 488,5 milhões valor inferior ao ativo circulante, que na mesma data era de R$ 472,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R$ 382,0 milhões valor inferior ao ativo circulante, que na mesma data era de R$ 390,1 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R$ 302,7 milhões valor inferior ao ativo circulante, que na mesma data era de R$ 393,0 milhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) a emissão de debêntures; (ii) o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (iii) o endividamento bancário de curto e longo prazos (bancos de primeira linha no Brasil). Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para maiores informações veja o item 10(f).(i). deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos do COVID-19 nas operações da Companhia podem justificar, no futuro e caso a Diretoria julgue pertinente, a utilização de fontes de financiamento como (i) a contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida, emissão de ações no mercado de capitais, não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar a sua necessidade de capital de giro no curto prazo, principalmente enquanto persistirem os efeitos da pandemia.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía uma dívida bruta (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R$ 443,5 milhões, dos quais R$ 296,7 milhões, ou 66,9%, eram representados por dívidas de curto e médio prazo (circulante). A Dívida Bruta da Companhia aumentou R$ 60,7 milhões, ou 15,9%, entre 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, principalmente em decorrência do ajuste do valor justo da debênture, considerando cláusulas contratuais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía uma dívida bruta (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R$ 382,7 milhões, dos quais R$ 136,1 milhões, ou 35,6%, eram representados por dívida de curto prazo (circulante). A dívida bruta da Companhia aumentou R$ 75,8 milhões, ou 24,7%, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao aumento do nível de empréstimos para reforço do capital de giro da Companhia, que terminou o período com R$ 90,4 milhões em caixa ou equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía uma dívida bruta (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R$ 306,9 milhões, dos quais R$ 104,0 milhões, ou 33,9%, eram representados por dívida de curto prazo (circulante). A dívida bruta da Companhia aumentou R$ 59,5 milhões, ou 24,1%, entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao aumento do nível de empréstimos para reforço do capital de giro da Companhia, que terminou o período com R$ 29,9 milhões em caixa ou equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma dívida bruta (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R$ 247,4 milhões, dos quais R$ 59,1 milhões, ou 23,9%, eram representados por dívida de curto prazo (circulante).

Descrição	Indexador	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Moeda estrangeira						
CDC - Banco Votorantim ***4131***	Pré fixada + pós fixada CDI	44.924	-	40.746	-	-
Total		**44.924**	**-**	**40.746**	-	-
Moeda nacional						
Capital de giro						
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada CDI	76.107	46.372	78.246	50.594	40.383
Banco Paulista	Pré fixada + pós fixada CDI	937	6.557	3.751	7.027	7.235
Banco do Brasil	Pré fixada + pós fixada CDI	1.179	16.619	7.322	24.901	29.646
Banco Santander	Pré fixada + pós fixada CDI	441	5.264	2.992	5.212	6.715
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada CDI	11.323	17.852	7.737	20.184	-
Banco Bradesco	Pré fixada + pós fixada CDI	-	2.000	-	-	-
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada CDI	38.415	18.968	38.309	15.012	-
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada CDI	15.030	6.482	2.136	10.526	10.178
Banco Daycoval	Pós fixada CDI	10.077	-	6.858	-	-
Total		**153.509**	**120.114**	**147.351**	**133.456**	**94.157**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Leasing						
Banco Safra	Pré fixada	99	252	326	651	782
Banco Daycoval	Pré fixada	315	608	441	766	218
HP Financial	Pré fixada	2.334	2.433	2.449	2.563	1.485
Total		**2.748**	**3.293**	**3.216**	**3.980**	**2.485**
Finames						
Banco do Brasil	Pré fixada	-	130	-	354	880
Total		**-**	**130**	**-**	**354**	**880**
Banco Safra	Pré fixada	353	-	688	-	-
Bradesco	Pré fixada	357	648	732	770	-
Banco Itaú	Pré fixada	246	358	303	-	-
Banco Lage Landen	Pré fixada	-	-	-	83	194
Total		**956**	**1.006**	**1.723**	**853**	**194**

Taxas contratadas
Os empréstimos e financiamentos da Companhia têm juros pré-fixados e juros pós-fixados.

Para 30 de junho de 2020:

As taxas médias de juros são:
- Pré-fixado - Juros médios de 1,09 % a.m.
- Pós fixados – Juros médios de CDI + 0,35% a.m.

Para 31 de dezembro de 2019:
- Pré-fixado - Juros médios de 1,15 % a.m.
- Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,42% a.m.

Para 31 de dezembro de 2018:
- Pré-fixado - Juros médios de 1,24 % a.m.
- Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,39% a.m.

Para 31 de dezembro de 2017:
- Pré-fixado - Juros médios de 1,2 % a.m.
- Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,66% a.m.

1ª Emissão de Debêntures

Em 29 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram a emissão das Debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada, no valor total de R$153.061.225,00, por meio da Escritura de Emissão.

As 153.061.225 Debêntures, sendo (i) 153.061.224 no âmbito da primeira série; e (ii) 1 no âmbito da segunda série, foram emitidas na forma nominativa e registrada sem a emissão de cártulas ou

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

certificados. O valor nominal unitário das Debêntures foi de R$1,00, e não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das Debêntures da primeira série renderá juros de: (i) 14,5% a.a. (capitalizados semestralmente), nos seis primeiros meses a contar da data da integralização das Debêntures (ii) 16,5% a.a. (capitalizados semestralmente), do 7º ao 12º mês a contar da data da integralização das Debêntures e (iii) 18% a.a. (capitalizados semestralmente), a partir do 13º mês a contar da data da integralização das Debêntures e até o pagamento integral da respectiva debênture da primeira série. A remuneração primeira série será devida em parcelas semestrais, sendo devida a primeira parcela ao final do 6º mês contado a partir da data da integralização das Debêntures, e as demais devidas a cada 6 meses, observado que, a cada 6 meses, (i) 50% da remuneração primeira série será paga em dinheiro e (ii) 50% da remuneração primeira série será capitalizada e incorporada ao saldo do valor nominal unitário da totalidade das Debêntures da primeira série. Já a debênture da segunda série fará jus a remuneração equivalente a 4,40% do valor econômico da Companhia em caso de liquidez. O valor econômico é a somatória (a) do valor atribuído à totalidade de ações de emissão da Companhia em determinado evento de liquidez (assim considerado quaisquer dos seguintes eventos (i) oferta pública de ações de emissão da Companhia Nissei Administradora (até a conclusão da reorganização societária); e/ou (ii) transferência direta ou indireta de ações de emissão da Companhia e/ou da Nissei Administradora (até a conclusão da reorganização societária); e/ou (iii) liquidação ou transferência direta ou indireta de ativos da Companhia de valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 2 milhões de reais; (iv) liquidação ou transferência direta ou indireta de ativos da Nissei Administradora (até a conclusão da reorganização societária) de valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 10 milhões) e (b) a dívida líquida da Companhia.

Quando forem resgatadas ou convertidas as Debêntures da 1ª série e da 2ª série, deverá ser calculado o valor total efetivamente recebido pelo Debenturista a título (i) de remuneração das Debêntures da 1ª série que já tenha sido efetivamente paga, acrescido (ii) de remuneração das Debêntures da 2ª série ou de preço de exercício da *put*, conforme aplicável, utilizando-se para tanto o método de cálculo indicado no Anexo V da Escritura de Emissão ("Retorno Total"). Caso o valor do Retorno Total representando um retorno para o Debenturista seja superior a 22% em dólares sobre o valor de R$150 milhões, 50% do que exceder esse percentual será devido à Companhia, podendo o Debenturista compensar o montante do Retorno Total devido à Companhia com o valor que a Companhia ainda deva pagar de acordo com os termos da Escritura de Emissão. Para mais detalhes sobre as Debêntures, ver itens 18.5 e 18.12 do Formulário de Referência.

O preço de exercício da *put* é calculado da seguinte forma: a partir do 48º mês a contar da data de emissão das debêntures e até (i) o término do 24º mês subsequente ou (ii) o recebimento, pelo Debenturista, de valor a título de pagamento total da remuneração da 2ª série, o que ocorrer primeiro, o Debenturista terá o direito de vender a Debênture da 2ª série para a Companhia pelo valor positivo resultante da aplicação da seguinte fórmula "V" (8,5 X EBITDA Ajustado), tendo por base os resultados da Companhia relativos ao período de 12 meses imediatamente anteriores à solicitação de exercício, acrescido do valor normal unitário da Debênture da 2ª série e decrescido os valores vagos que já tenham sido pagos a título de pagamento parcial de remuneração da segunda série.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As Debentures são garantidas pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de atual ou futura titularidade dos intervenientes garantidores; (ii) cessão fiduciária de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos decorrentes de tais ações, direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos ao capital social da emissora de titularidade dos intervenientes garantidores; e (iii) fiança, prestada pelo Sr. Sergio Maeoka. As ações estão em processo de liberação em vista da potencial oferta secundária. Para mais informações sobre as debêntures, ver itens 18.5 e 18.9 deste Formulário de Referência.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações financeiras de longo prazo diferentes das descritas no item logo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza real, cujas garantias são constituídas, principalmente, por cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de imóveis da Nissei Administradora e alienação fiduciária das ações do controlador na Companhia. A descrição destas dívidas por natureza de garantia, encontra-se indicado no item 3.8 deste Formulário de Referência.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Escritura de Emissão contém os seguintes *covenants* financeiros:

(i) obrigação de não-oneração das ações da Companhia e do fluxo de caixa de dividendos;

(ii) vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R$ 30.000.000;

(iii) indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido dividido pelo Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e

(iv) distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, valor que não exceda R$ 4.000.000,00 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e liquido de impostos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Adicionalmente, em caso de um evento de liquidez, a Companhia deverá realizar a amortização obrigatória das Debêntures. Caso a Companhia não utilize os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta Inicial de Ações para a amortização antecipada integral das Debêntures, o Debenturista poderá considerar a obrigação de amortização antecipada prevista na Escritura de Emissão como inadimplida, o que pode ensejar a declaração do vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, devendo notificar a Companhia para que efetue o pagamento dos valores devidos, nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de 10 dias contados da data de recebimento de referida notificação. Caso a Companhia não efetue o pagamento devido ao Debenturista, o Debenturista poderá iniciar a excussão das garantias outorgadas em garantia dos valores devidos pela Companhia, incluindo a alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Companhia e de titularidade do acionista controlador.

Tendo em vista aos esforços da Companhia para repactuação das dívidas através da contratação de linhas de crédito ou extensão das linhas existentes, a Companhia obteve, em 4 de dezembro de 2019, a anuência do debenturista, até 31 de outubro de 2020, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações da Companhia, no caso do não cumprimento dos itens (i) e (ii) descritos acima.

Em 21 e 27 de julho de 2020, respectivamente, a Companhia formalizou a anuência do debenturista quanto às operações de reestruturação e distribuição de dividendos deliberadas no mês de junho. As tratativas para as respectivas reestruturações societárias constam previstas no contrato inicial com o debenturista, sendo esta anuência em linha com as premissas pré-estabelecidas e evidência da aprovação formal das movimentações. Seguem abaixo o detalhamento das práticas e operações aprovadas pelo debenturista: (i) operação de venda das quotas detidas pela Companhia na Comércio de Medicamentos Maeoka (aproximadamente 1% do capital social); (ii) distribuição de dividendos com pagamento diferido até o final do exercício social, no valor total de R$ 7 milhões e (iii) operação de venda das quotas detidas pela Companhia (99,9641% do capital social) na Nissei Administradora de Bens Ltda.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía limite de crédito disponível junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) no valor de R$ 20 milhões com BRDE.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações de balanço patrimonial consolidado e das demonstrações de resultado consolidado da Companhia relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia, conforme indicado nos respectivos relatórios.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(em R$ milhares, exceto %)	**Período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020**	**AV**	**Período de 6 meses findo em 30 de junho de 2019**	**AV**	**AH**
Receita líquida de vendas	**758.809**	**100,0%**	**711.632**	**100,0%**	**6,6%**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(501.553)	-66,1%	(476.971)	-67,0%	5,2%
Lucro bruto	**257.256**	**33,9%**	**234.661**	**33,0%**	**9,6%**
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(36.083)	-4,8%	(22.966)	-3,2%	57,1%
Despesas comercias	(202.540)	-26,7%	(189.381)	-26,6%	6,9%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(414)	-0,1%	(434)	-0,1%	-4,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	53.525	7,1%	482	0,1%	n.m.
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência e tributo sobre o lucro	**71.744**	**9,5%**	**22.362**	**3,1%**	**220,8%**
Receitas financeiras	16.907	2,2%	464	0,1%	n.m.
Despesas financeiras	(100.369)	-13,2%	(45.927)	-6,5%	118,5%
Resultado financeiro	**(83.462)**	**-11,0%**	**(45.463)**	**-6,4%**	**83,6%**
Resultado da equivalência patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(11.718)**	**-1,5%**	**(23.101)**	**-3,2%**	**-49,3%**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(17.261)	-2,3%	(246)	0,0%	n.m.
Imposto de renda e contribuição social – diferido	15.164	2,0%	7.273	1,0%	108,5%
(Prejuízo) lucro líquido do período	**(13.815)**	**-1,8%**	**(16.074)**	**-2,3%**	**-14,1%**
(Prejuízo) lucro líquido atribuível:					
Aos acionistas controladores	(13.810)	-1,8%	(15.068)	-2,2%	-14,1%
Aos acionistas não controladores	(5)	0,0%	(6)	0,0%	-14,1%

Receita líquida de vendas

A receita líquida totalizou R$ 758,8 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 47,2 milhões ou 6,6%, quando comparada com o valor de R$ 711,6 milhões, se comparada ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão da abertura de novas lojas e do aumento do faturamento das já existentes no período anterior. A composição desta variação pode ser observada no item 7.2 (b) deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 foi de R$ 501,5 milhões comparativamente a R$ 476,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019, o que representou um aumento de R$ 24,5 milhões ou 5,2%. Esta variação se deve basicamente pelo crescimento do volume de venda da Companhia.

Lucro bruto

O Lucro bruto do período totalizou R$ 257,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 22,6 milhões, ou 9,6%, quando comparada com o valor de R$ 234,7 milhões, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento da receita em níveis superiores ao custo, com respectivo aumento de margem advindo da mudança no mix de produtos e redução de impostos diretos incidentes.

Receitas (Despesas) Operacionais

Administrativas

As Despesas administrativas totalizaram R$ 36,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 13,1 milhões, ou 57,1%, quando comparado com o valor de R$ 23,0 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelas despesas relativas à reestruturação societária da Companhia e pelo aumento de provisões.

Comerciais

As Despesas comerciais totalizaram R$ 202,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 13,1 milhões, ou 6,9%, quando comparadas com o valor de R$ 189,4 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pela abertura de novas lojas e aumento nas vendas da Companhia, resultando em aumento de comissões e premiações.

Outras receitas operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram R$ 53,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 53,0 milhões referente período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado(a), principalmente, pelo registro de efeitos tributários a nível estadual.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência e tributo sobre o lucro

O Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência e tributo sobre o lucro totalizou R$ 71,7 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 49,4 milhões, ou 220,8%, quando comparado com o valor de R$ 22,4 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pela contabilização de questões tributárias.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram uma variação de R$ 16,4 milhões, atingindo R$ 16,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, comparado a uma receita financeira de R$ 464 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. Essa variação positiva decorre principalmente (i) de resultado positivo – swap R$ 10,8 milhões e (ii) atualização de processos tributários, R$ 2,1 milhões.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 foram de R$ 100,4 milhões comparativamente a R$ 45,9 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 54,4 milhões ou 118,5%. Este aumento é atribuído substancialmente a atualização das debêntures da 2ª série de R$ 42,1 milhões e variações cambiais de R$ 11,9 milhões.
Imposto de renda e contribuição social – corrente

O imposto de renda e contribuição social concorrente totalizou R$ 17,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 17,0 milhões, quando comparado com o valor de R$ 246,0 mil, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado pelos ganhos tributários.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido totalizou R$ 15,2 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 7,9 milhões, ou 108,5%, quando comparado com o valor de R$ 7,3 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pela evolução do prejuízo ocasionada pela depreciação, amortização e encargos financeiros de contratos de empréstimos e provisões temporárias.

Prejuízo do exercício

O Prejuízo do exercício do período totalizou R$ 13,8 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R$ 2,2 milhões, ou 14,1%, quando comparada com o valor de R$ 16,1 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ milhares, exceto %)	**Exercício findo em 31 de dezembro de 2019**	**AV**	**Exercício findo em 31 de dezembro de 2018**	**AV**	**AH**
Receita líquida de vendas	1.499.474	100,0%	1.345.637	100,0%	11,4%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(992.500)	-66,2%	(885.421)	-65,8%	12,1%
Lucro bruto	506.974	33,8%	460.216	34,2%	10,2%
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(69.557)	-4,6%	(60.607)	-4,5%	14,8%
Despesas comercias	(372.698)	-24,9%	(357.734)	-26,6%	4,2%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.775)	-0,1%	(895)	-0,1%	98,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.353	0,2%	1.262	0,1%	165,7%
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência e tributo sobre o lucro	66.297	4,4%	42.242	3,1%	56,9%
Receitas financeiras	12.036	0,8%	1.437	0,1%	n.m.
Despesas financeiras	(96.429)	-6,4%	(70.358)	-5,2%	37,1%
Resultado financeiro	(84.393)	-5,6%	(68.921)	-5,1%	22,4%
Resultado da equivalência patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.096)	-1,2%	(26.679)	-2,0%	-32,2%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(372)	0,0%	(248)	0,0%	n.m.
Imposto de renda e contribuição social - diferido	4.227	0,3%	10.854	0,8%	-61,1%
Prejuízo do exercício	(14.241)	-0,9%	(16.073)	-1,2%	-11,4%
Prejuízo atribuível:					
Aos acionistas controladores	(13.956)	-0,9%	(15.752)	-1,2%	-11,4%
Aos acionistas não controladores	(285)	0,0%	(321)	0,0%	-11,4%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A receita líquida totalizou R$ 1.499,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 153,8 milhões ou 11,4%, quando comparada com o valor de R$ 1.345,6 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão da abertura de novas lojas e maturação das lojas abertas em anos anteriores, bem como o crescimento de vendas em lojas já consideradas maduras. A composição desta variação pode ser observada no item 7.2 (b) deste Formulário de Referência.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 992,5 milhões comparativamente a R$ 885,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R$ 107,1 milhões ou 12,1%. Esta variação se deve basicamente ao aumento de vendas da Companhia.

Lucro bruto

O Lucro bruto do período totalizou R$ 507,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 46,7 milhões, ou 10,2%, quando comparada com o valor de R$ 460,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pela expansão de novas lojas.

Receitas (Despesas) Operacionais

Administrativas

As Despesas administrativas totalizaram R$ 69,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 9,0 milhões, ou 14,8%, quando comparado com o valor de R$ 60,6 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro e 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, no aumento da provisão para contingências.

Comerciais

As Despesas comerciais totalizaram R$ 372,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 15,0 milhões, ou 4,2%, quando comparadas com o valor de R$ 357,7 milhões, referente ao período encerrado em 31 de dezembro e 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de lojas e de vendas apresentado no período, mantendo o quadro administrativo.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

As Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber comerciais totalizaram R$ 1,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$ 880 mil, ou 98,3%, quando comparadas com o valor de R$ 895 mil, referente ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, por perdas com recebíveis com empresas convencionadas.

Outras receitas operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram R$ 3,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 2,1 milhões, quando comparadas com o valor de R$ 1,3 milhão, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pela aplicação do CPC 06 (R2) (IFRS 16), que passou a classificar o efeito de despesas de alugueis na rubrica “depreciação”. Para mais informações sobre o CPC 06 (R2) (IFRS 16), favor verificar item 3 deste Formulário de Referência.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram uma variação de R$ 10,6 milhões, atingindo uma receita financeira de R$ 12,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma receita financeira de R$ 1,4 milhão referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu principalmente em função de ganhos na atualização de títulos precatórios.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R$ 96,4 milhões comparativamente a R$ 70,4 milhões ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R$ 26,1 milhões ou 37,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da despesa com juros sobre empréstimos e também aos juros de arrendamentos relacionados à nova norma contábil IFRS 16.

Imposto de renda e contribuição social – corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente totalizou R$ 372 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 124 mil, quando comparado com o valor de R$ 248 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido totalizou R$ 4,2 milhões no período de seis meses encerrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 6,6 milhões, ou 61,1%, quando comparado com o valor de R$ 10,8 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelo menor reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no ano de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Prejuízo do exercício

O Prejuízo do exercício do período totalizou R$ 14,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 1,8 milhão, ou 11,4%, quando comparada com o valor de R$ 16,1 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pela melhora de resultado operacional, compensado pelo aumento da despesa financeira líquida.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R$ milhares, exceto %)	**Exercício findo em 31 de dezembro de 2018**	**AV**	**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**	**AV**	**AH**
Receita líquida de vendas	1.345.637	100,0%	1.236.667	100,0%	8,8%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(885.421)	-65,8%	(786.949)	-63,6%	12,5%
Lucro bruto	460.216	34,2%	449.718	36,4%	2,3%
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(60.607)	-4,5%	(82.123)	-6,6%	-26,2%
Despesas comercias	(357.734)	-26,6%	(282.529)	-22,8%	26,6%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(895)	-0,1%	0	0,0%	0,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.262	0,1%	(4.812)	-0,4%	n.m.
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência e tributo sobre o lucro	42.242	3,1%	80.254	6,5%	-47,4%
Receitas financeiras	1.437	0,1%	6.863	0,6%	-79,1%
Despesas financeiras	(70.358)	-5,2%	(67.910)	-5,5%	3,6%
Resultado financeiro	(68.921)	-5,1%	(61.047)	-4,9%	12,9%
Resultado da equivalência patrimonial	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.679)	-2,0%	19.207	1,6%	-238,9%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(248)	0,0%	(7.064)	-0,6%	-96,5%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10.854	0,8%	818	0,1%	n.m.
Prejuízo do exercício	(16.073)	-1,2%	12.961	1,0%	-224,0%
Prejuízo atribuível:					
Aos acionistas controladores	(15.752)	-1,2%	12.702	1,0%	-224,0%
Aos acionistas não controladores	**(321)**	**0,0%**	**259**	**0,0%**	-224,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A receita líquida totalizou R$ 1.345,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 109,0 milhões ou 8,8%, quando comparada com o valor de R$ 1.236,7 milhões, se comparada ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão da abertura de novas lojas e crescimento de vendas de lojas abertas em anos anteriores.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 885,4 milhões comparativamente a R$ 786,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou um aumento de R$ 98,5 milhões ou 12,5%. Esta variação acompanha a variação da receita e os custos atrelados a novas lojas.

Lucro bruto

O Lucro bruto do período totalizou R$ 460,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 10,5 milhões, ou 2,3%, quando comparado com o valor de R$ 449,7 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Receitas (Despesas) Operacionais

Administrativas

As Despesas administrativas totalizaram R$ 60,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$ 21,5 milhões, ou 26,2%, quando comparado com o valor de R$ 82,1 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta redução decorre principalmente da reestruturação administrativa, necessária para suprir as demandas da operação e crescimento de lojas.

Comerciais

As Despesas comerciais totalizaram R$ 357,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 75,2 milhões, ou 26,6%, quando comparadas com o valor de R$ 282,5 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pela abertura de novas lojas.

Outras receitas operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram R$ 1,3 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 6,1 milhões, quando comparadas com a despesa de R$ 4,8 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Esta redução pode ser explicada, principalmente, pela aplicação do CPC 06 (R2) (IFRS 16), que passou a classificar o efeito de despesas de alugueis na rubrica “depreciação”.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram uma variação de R$ 5,5 milhões (79,1)%, representando uma receita financeira de R$ 1,4 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma receita financeira de R$ 6,9 milhões referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu em função de ganhos financeiros pontuais em 2017 que não se repetiram em 2018, como ganho na atualização de precatório e ganho financeiros na adesão parcelamento – PERT.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R$ 70,4 milhões comparativamente a R$ 67,1 milhões ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou um aumento de R$ 3,3 milhões ou 3,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das taxas de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia.

Resultado financeiro

O Resultado Financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 68,9 milhões comparativamente a R$ 61,1 milhões ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representou um aumento de R$ 7,8 milhões ou 12,9%. Essa variação decorre basicamente do aumento das taxas de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia e da redução de efeitos pontuais na receita financeira, conforme descrito acima.

Imposto de renda e contribuição social – corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente totalizou R$ 248 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$ 6,8 milhões, ou 96,5%, quando comparado com o valor de R$ 7,1 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta redução pode ser explicada, principalmente, em função da redução de resultado explicado acima e aumento de despesas financeiras bem como o aumento da depreciação do valor investido na revitalização e abertura de novas lojas.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido totalizou R$ 10,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 10,0 milhões, quando comparado com o valor de R$ 0,9 milhão, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado pelo primeiro ano onde a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos por prejuízo fiscal.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Prejuízo do exercício

O Prejuízo do exercício totalizou R$ 16,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$ 29,0 milhões, quando comparada com o valor de R$ 13,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

ATIVO (em R$ milhares)	**30/06/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**AH**
Caixa e equivalentes de caixa	42.070	4,4%	80.426	8,3%	-47,7%
Aplicações financeiras	43.878	4,6%	10.001	1,0%	338,7%
Contas a receber de clientes	84.483	8,8%	84.927	8,8%	-0,5%
Estoques	187.215	19,5%	242.473	25,1%	-22,8%
Impostos a recuperar	70.461	7,3%	12.541	1,3%	461,8%
Tributos sobre o lucro a recuperar	0	0,0%	457	0,0%	-100,0%
Direitos sobre precatórios	0	0,0%	0	0%	0%
Instrumentos financeiros derivativos	10.846	1,1%	0	0,0%	0,0%
Outros ativos	24.216	2,5%	41.299	4,3%	-41,4%
Total do ativo circulante	**463.169**	**48,2%**	**472.124**	**48,8%**	**-1,9%**
Outros investimentos	0	0,0%	12.454	1,3%	-100,0%
Direitos sobre precatórios	55.931	5,8%	50.160	5,2%	11,5%
Impostos a recuperar	44.617	4,6%	7.324	0,8%	509,2%
Ativo fiscal diferido	29.496	3,1%	14.383	1,5%	105,1%
Depósitos judiciais	5.359	0,6%	5.054	0,5%	6,0%
Outros ativos	107.856	11,2%	33.833	3,5%	218,8%
Investimentos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Ativo biológico	0	0,0%	40.023	4,1%	-100,0%
Imobilizado	235.842	24,5%	308.962	32,0%	-23,7%
Intangível	18.648	1,9%	22.162	2,3%	-15,9%
Total do ativo não circulante	**497.749**	**51,8%**	**494.355**	**51,2%**	**0,7%**
TOTAL DO ATIVO	**960.918**	**100,0%**	**966.479**	**100,0%**	**-0,6%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO A PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
CIRCULANTE					
Fornecedores	191.876	20,0%	254.658	26,3%	-24,7%
Arrendamento financeiro a pagar	41.725	4,3%	41.580	4,3%	0,3%
Empréstimos e financiamentos	55.366	5,8%	47.263	4,9%	17,1%
Debêntures	241.331	25,1%	88.806	9,2%	171,8%
Obrigações sociais e trabalhistas	59.383	6,2%	39.698	4,1%	49,6%
Obrigações fiscais e tributárias	32.595	3,4%	6.764	0,7%	381,9%
Parcelamento de tributos	4.175	0,4%	3.353	0,3%	24,5%
Outros débitos	12.830	1,3%	6.347	0,7%	102,1%
Total do passivo circulante	639.281	66,5%	488.469	50,5%	30,9%
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento financeiro a pagar	110.970	11,5%	101.630	10,5%	9,2%
Empréstimos e financiamentos	146.771	15,3%	145.773	15,1%	0,7%
Debêntures	0	0,0%	100.906	10,4%	-100,0%
Parcelamento de tributos	26.991	2,8%	27.767	2,9%	-2,8%
Provisão para contingências	9.880	1,0%	7.862	0,8%	25,7%
Outros débitos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Impostos diferidos	0	0,0%	23.618	2,4%	-100,0%
Total do passivo não circulante	294.612	30,7%	407.556	42,2%	-27,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.720	2,3%	21.720	2,2%	0,0%
Reservas de Lucro	5.305	0,6%	3.510	0,4%	51,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	0	0,0%	45.180	4,7%	-100,0%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	27.025		70.410		-61,6%
Participação de não controladores	0		44		-100,0%
Total do patrimônio líquido	27.025		70.454		-61,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	960.918	100,0%	966.479	100,0%	-0,6%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ATIVO

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa

O saldo de Caixa e equivalente de caixa totalizou R$ 42,1 milhões em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R$ 38,3 milhões ou 47,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 80,4 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência do aumento na linha de aplicações financeiras visto que foram fechados novos empréstimos de longo prazo cuja garantias finais são imóveis, porém no período, como os processos legais do registro dos imóveis em garantia ainda não terminaram, foi deixado o valor equivalente a estes em garantia em 31 de dezembro de 2019 e liberados no decorrer do primeiro trimestre de 2020.

Aplicações financeiras

O saldo de Aplicações financeiras totalizou R$ 43,9 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 33,9 milhões, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019 quando correspondia a R$ 10,0 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência do aumento na linha de aplicações financeiras visto que foram fechados novos empréstimos de longo prazo cuja garantias finais são imóveis, porém no período, como os processos legais do registro dos imóveis em garantia ainda não terminaram foi deixado em aplicações financeiras.

Estoques

O saldo de Estoques totalizou R$ 187,2 milhões em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R$ 55,3 milhões ou 22,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 242,5 milhões. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à redução nos dias de produto em estoque por estratégia da administração e sazonalidade do negócio.

Impostos a recuperar

O saldo de Impostos a recuperar totalizou R$ 70,5 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 57,9 milhões, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 12,5 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência do reconhecimento de recuperação de ICMS na base de PIS e COFINS bem como de ICMS-ST sobre diferença de preço de ganhos tributários de PIS e COFINS sobre armazenagem e link de dados.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de Instrumentos financeiros derivativos totalizou R$ 10,8 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 10,8 milhões, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 0. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à variação cambial nos empréstimos da Companhia denominados em Euro, para os quais a Companhia possui *swap* cambial como forma de proteção, cuja variação positiva é registrada nesta conta.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros ativos

O saldo de Outros ativos totalizou R$ 24,2 milhões em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R$ 17,1 milhões ou 41,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 41,3 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência da evolutiva do negócio, principalmente nos contratos de acordos comerciais com fornecedores.

Ativo não circulante

Outros investimentos

O saldo de Outros investimentos totalizou R$ 0 em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R$ 12,4 milhões, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 12,4 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de finalização do processo judicial envolvendo a Massa Falida – Comércio de Cereais Marechal, sendo os bens devidamente transferidos para a Companhia em 26 de maio de 2020.

Direitos sobre precatórios

O saldo de Direitos sobre precatórios totalizou R$ 55,9 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 5,8 milhões, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019 quando correspondia a R$ 50,2 milhões da aquisição de precatórios de R$ 3,2 milhões e R$ 2,5 milhões referente a atualização de precatórios nos índices legais.

Impostos a recuperar

O saldo de Impostos a recuperar totalizou R$ 44,6 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 37,3 milhões, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 7,3 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de recuperação de ICMS-ST sobre diferença de preço com perspectiva de compensação no longo prazo.

Ativo fiscal diferido

O saldo de Ativo fiscal diferido totalizou R$ 29,5 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 15,1 milhões ou 105,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 14,4 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de reconhecimento conservador da Companhia para provisões temporários de passivos conhecidos e com ocorrência em evento futuro.

Outros ativos

O saldo de Outros ativos totalizou R$ 107,9 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 74,0 milhões, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 33,8 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de venda de ativos ao nosso

acionista controlador, sendo a venda de participação societária da controladora Nissei Administradora de Bens Ltda. pelo montante R$ 87,0 milhões.

Ativo biológico

Em 30 de junho de 2020 não havia saldos de ativo biológico, apresentando uma redução de R$ 40,0 milhões, sendo o mesmo saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu em decorrência da venda de ativos ao acionista controlador, inclusive a venda da participação societária na controladora Nissei Administradora de Bens Ltda..

Imobilizado

O saldo de Imobilizado totalizou R$ 235,8 milhões em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R$ 73,1 milhões ou 23,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$ 309,0 milhões. Essa variação ocorreu principalmente em decorrência da venda de ativos ao acionista controlador, inclusive a venda da participação societária na controladora Nissei Administradora de Bens Ltda..

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de Fornecedores em 30 de junho de 2020 totalizou R$ 191,9 milhões, representando uma redução de R$ 62,8 milhões, ou 24,7% em comparação à 31 de dezembro de 2019, quando o saldo de fornecedores totalizou R$ 254,6 milhões, devido ao menor volume de aquisição de bens para estoque em 2020.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de Empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2020 totalizou R$ 55,4 milhões, representando um aumento de R$ 8,1 milhões, ou 17,1% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 47,3 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência do maior volume de recursos utilizados para fins de reforço do capital de giro e manutenção de maior caixa e equivalentes de caixa disponível (reserva de liquidez).

Debêntures

O saldo de Debêntures em 30 de junho de 2020 totalizou R$ 241,3 milhões, representando um aumento de R$ 152,5 milhões, ou 171,8% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 88,8 milhões. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da reclassificação do valor a pagar para o curto prazo de R$ 100,9 milhões, assim como a contabilização de prêmio em caso de evento de liquidez de R$ 42,1 milhões, ambos de acordo com a avaliação da administração.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de Obrigações sociais e trabalhistas totalizou R$ 59,4 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 19,7 milhões, ou 49,6% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 39,7 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de aumento de lojas e períodos diferentes onde ainda não havia ocorrido a antecipação do 13º salário.

Obrigações fiscais e tributárias

O saldo de Obrigações fiscais e tributárias totalizou R$ 32,6 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 25,8 milhões quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 6,8 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de reconhecimento de ganhos tributários, obtenção do regime especial de substituto tributário e impacto do imposto de renda e contribuição social sobre os ganhos.

Parcelamento de tributos

O saldo de Parcelamento de tributos totalizou R$ 4,2 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 822 mil, ou 24,5% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 3,3 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de novos parcelamentos federais, relacionadas as contribuições previdenciárias patronais.

Outros débitos

O saldo de Outros débitos totalizou R$ 12,8 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 6,5 milhões, ou 102,1% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 6,4 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência da distribuição de dividendos adicional, dentro dos termos legais.

Passivo não circulante

Arrendamento financeiro a pagar

O saldo de Arrendamento financeiro a pagar totalizou R$ 111,0 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 9,3 milhões, ou 9,2% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 101,6 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência do aumento do número de lojas, ocasionada pelo crescimento natural dos negócios.

Debêntures

O saldo de Debêntures no longo prazo em 30 de junho de 2020 totalizou R$ 0, representando uma redução de R$ 100,9 milhões, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 100,9 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência da reclassificação destes valores para

curto prazo, conforme avaliação da administração, que pode antecipar de forma facultativa o pagamento destas.

Provisão para contingências

O saldo de provisão para contingências totalizou R$ 9,9 milhões em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 2,0 milhões, ou 25,7% quando comparado ao saldo de R$ 7,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu em decorrência de mudança da expectativa de realização de contingências cíveis, administrativas e trabalhistas.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos totalizou R$ 0 em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R$ 23,6 milhões, quando comparado ao saldo de R$ 23,6 milhões, em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu em decorrência da venda da participação societária na investida Nissei Administradora de Bens, realizando quaisquer impactos, realizando todos os ativos e passivos consolidados.

Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2020, o patrimônio líquido da Companhia reduziu 61,6% ou R$ 43,4 milhões, passando de R$ 70,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 27,0 milhões em 30 de junho de 2020, principalmente em decorrência da reestruturação societária da empresa que vendeu as cotas da Nissei Administradora a seus sócios.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

ATIVO (em R$ milhares)	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**AH**
Caixa e equivalentes de caixa	80.426	8,3%	29.974	4,1%	168,3%
Aplicações financeiras	10.001	1,0%	0	0,0%	0,0%
Contas a receber de clientes	84.927	8,8%	75.077	10,3%	13,1%
Estoques	242.473	25,1%	250.588	34,3%	-3,2%
Impostos a recuperar	12.541	1,3%	8.730	1,2%	43,7%
Tributos sobre o lucro a recuperar	457	0,0%	3.172	0,4%	-85,6%
Direitos sobre precatórios	0	0%	0	0%	0%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros ativos	41.299	4,3%	22.533	3,1%	83,3%
Total do ativo circulante	**472.124**	**48,8%**	**390.074**	**53,4%**	**21,0%**
Outros investimentos	12.454	1,3%	11.712	1,6%	6,3%
Direitos sobre precatórios	50.160	5,2%	38.769	5,3%	29,45
Impostos a recuperar	7.324	0,8%	7.324	1,0%	0,0%
Ativo fiscal diferido	14.383	1,5%	10.257	1,4%	40,2%
Depósitos judiciais	5.054	0,5%	4.558	0,6%	10,9%
Outros ativos	33.833	3,5%	29.991	4,1%	12,8%
Investimentos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Ativo biológico	40.023	4,1%	36.204	5,0%	10,5%
Imobilizado	308.962	32,0%	177.596	24,3%	74,0%
Intangível	22.162	2,3%	24.599	3,4%	-9,9%
Total do ativo não circulante	**494.355**	**51,2%**	**341.010**	**46,6%**	**45,5%**
TOTAL DO ATIVO	**966.479**	**100,0%**	**731.084**	**100,0%**	**32,2%**

PASSIVO A PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**AH**
CIRCULANTE					
Fornecedores	254.658	26,3%	227.708	31,1%	11,8%
Arrendamento financeiro a pagar	41.580	4,3%	0	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	47.263	4,9%	100.328	13,7%	-52,9%
Debêntures	88.806	9,2%	3.693	0,5%	2304,7%
Obrigações sociais e trabalhistas	39.698	4,1%	34.429	4,7%	15,3%
Obrigações fiscais e tributárias	6.764	0,7%	6.567	0,9%	3,0%
Parcelamento de tributos	3.353	0,3%	3.328	0,5%	0,8%
Outros débitos	6.347	0,7%	5.946	0,8%	6,7%
Total do passivo circulante	488.469	50,5%	381.999	52,3%	27,9%
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento financeiro a pagar	101.630	10,5%	0	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	145.773	15,1%	38.315	5,2%	280,5%
Debêntures	100.906	10,4%	164.598	22,5%	-38,7%
Parcelamento de tributos	27.767	2,9%	29.299	4,0%	-5,2%
Provisão para contingências	7.862	0,8%	8.411	1,2%	-6,5%
Outros débitos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Impostos diferidos	23.618	2,4%	23.719	3,2%	-0,4%
Total do passivo não circulante	407.556	42,2%	264.342	36,2%	54,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.720	2,2%	21.720	3,0%	0,0%
Reservas de Lucro	3.510	0,4%	17.608	2,4%	-80,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	45.180	4,7%	45.374	6,2%	-0,4%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	70.410		84.702		-16,9%
Participação de não controladores	44		41		7,3%
Total do patrimônio líquido	70.454		84.743		-16,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	966.479	100,0%	731.084	100,0%	32,2%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ATIVO

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa

O saldo de Caixa e equivalente de caixa totalizou R$ 80,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 50,4 milhões ou 168,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 30,0 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de garantias de operações financeiras que serão trocadas por imóveis, mas que no momento ainda estavam como cash-collateral.

Aplicações financeiras

O saldo de Aplicações financeiras totalizou R$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 10,0 milhões, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 0. Essa variação ocorreu em decorrência de mais caixa disponível na Companhia, sem previsão de utilização imediata.

Contas a receber

O saldo de Contas a receber totalizou R$ 84,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 9,9 milhões ou 13,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 75,1 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência do aumento do volume de vendas, ocasionado pelo crescimento natural do negócio.

Impostos a recuperar

O saldo de Impostos a recuperar totalizou R$ 12,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 3,8 milhões ou 43,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 8,7 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de ganhos tributários.

Outros ativos

O saldo de Outros ativos totalizou R$ 41,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 18,8 milhões ou 83,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 22,5 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência da evolutiva das negociações comercias, em especial da Black Friday.

Ativo não circulante

Outros investimentos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O saldo de Outros investimentos totalizou R$ 12,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 742 mil ou 6,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 11,7 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de custos adicionais para andamento e finalização do processo da Massa Falida Comércio de Cereais Marechal, o qual finalizou em 26 de maio de 2020.

Direitos sobre precatórios

O saldo de Direitos sobre precatórios a recuperar totalizou R$ 50,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 11,4 milhões se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018 quando correspondia a R$ 38,7 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de reconhecimento de saldo de precatórios junto ao estado do Paraná.

Ativo fiscal diferido

O saldo de Ativo fiscal diferido totalizou R$ 14,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 4,1 milhões ou 40,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 10,3 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de evolução do prejuízo ocasionado, principalmente, pela depreciação e amortização dos investimentos realizados no ano de 2018 e encargos financeiros de contratos de empréstimos.

Ativo biológico

O saldo de Ativo biológico totalizou R$ 40,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 3,8 milhões ou 10,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 36,2 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de aumento de área plantada, crescimento do ativo biológico e preço da *comodities*.

Imobilizado

O saldo de Imobilizado totalizou R$ 309,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 131,4 milhões ou 74,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 177,6 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – arrendamentos, sendo o incremento no ativo imobilizado dos contratos de arrendamento.

Intangível

O saldo de Intangível totalizou R$ 22,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 2,4 milhões ou 9,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 24,6 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de investimento em intangíveis feitos pela Companhia, principalmente software.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de Fornecedores em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 254,7 milhões, representando um aumento de R$ 27,0 milhões, ou 11,8% em comparação à 31 de dezembro de 2018, quando o saldo de fornecedores totalizou R$ 227,7 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência do aumento de vendas da Companhia que demanda maior estoque para ser operado.

Arrendamento financeiro a pagar

O saldo de Arrendamento financeiro a pagar totalizou R$ 41,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento do mesmo valor quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, já que 2019 foi o primeiro ano de obrigatoriedade do registro de arrendamentos a pagar (IFRS 16).

Empréstimos e financiamentos

O saldo de Empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 47,3 milhões, representando uma redução de R$ 53,1 milhões, ou 52,9% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 100,3 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência principalmente da mudança da forma de financiamento da Companhia, com alongamento de operações e consequente redução no nível de empréstimos e financiamentos de curto prazo.

Debêntures

O saldo de Debêntures em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 88,8 milhões, representando um aumento de R$ 85,1 milhões quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 3,7 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência dos juros relacionados a esta dívida, assim como à reclassificação de parcela do valor do longo para o curto prazo.

Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de Obrigações sociais e trabalhistas totalizou R$ 39,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 5,3 milhões, ou 15,3% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 34,4 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de evolutiva de crescimento de lojas e necessidade de contratação de pessoal.

Obrigações fiscais e tributárias

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O saldo de Obrigações fiscais e tributárias totalizou R$ 6,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando nível similar quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 6,6 milhões.

Parcelamento de tributos

O saldo de Parcelamento de tributos totalizou R$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, em linha quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de também R$ 3,3 milhões.

Passivo não circulante

Arrendamento financeiro a pagar

O saldo de Arrendamento financeiro a pagar totalizou R$ 101,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento do mesmo valor quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, já que 2019 foi o primeiro ano de obrigatoriedade do registro de arrendamentos a pagar (IFRS 16).

Empréstimos e financiamentos

O saldo de Empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 145,7 milhões, representando um aumento de R$ 107,5 milhões em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2018 no montante de R$ 38,3 milhões. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência de renegociação de empréstimos anteriores que passaram de curto para longo prazo.

Debêntures

O saldo de Debêntures em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 100,9 milhões, representando uma redução de R$ 63,7 milhões, ou 38,7% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 164,6 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência da reclassificação de parte da debênture para o curto prazo.

Parcelamento de tributos

O saldo de Parcelamento de tributos totalizou R$ 27,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 1,5 milhão, ou 5,2% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 29,3 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência de antecipação de pagamento de parte dos parcelamentos federais, por livre decisão da Companhia.

Provisão para contingências

O saldo de provisão para contingências totalizou R$ 7,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 549 mil, ou 6,5%% quando comparado ao saldo de R$ 8,4 milhões, em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu em decorrência da análise regular no nível de risco aos quais os processos judiciais da Companhia estão expostos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos totalizou R$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um nível muito próximo quando comparado ao saldo de R$ 23,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu em decorrência de evolução do prejuízo ocasionado, principalmente, pela depreciação e amortização dos investimentos realizados no ano de 2018 e encargos financeiros de contratos de empréstimos.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia reduziu 16,9% ou R$ 14,3 milhões, passando de R$ 84,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 70,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 principalmente em decorrência do alto nível de despesas financeiras refletido nos resultados da Companhia.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

ATIVO (em R$ milhares)	**31/12/2018**	**AV**	**31/12/2017**	**AV**	**AH**
Caixa e equivalentes de caixa	29.974	4,1%	101.293	15,4%	-70,4%
Aplicações financeiras	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Contas a receber de clientes	75.077	10,3%	67.309	10,2%	11,5%
Estoques	250.588	34,3%	191.127	29,1%	31,1%
Impostos a recuperar	8.730	1,2%	9.270	1,4%	-5,8%
Tributos sobre o lucro a recuperar	3.172	0,4%	2.380	0,4%	33,3%
Direitos sobre precatórios	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros ativos	22.533	3,1%	21.631	3,3%	4,2%
Total do ativo circulante	**390.074**	**53,4%**	**393.010**	**59,8%**	**-0,7%**
Outros investimentos	11.712	1,6%	11.682	1,8%	0,3%
Direitos sobre precatórios	38.769	5,3%	38.769	5,9%	0,0%
Impostos a recuperar	7.324	1,0%	0	0,0%	0,0%
Ativo fiscal diferido	10.257	1,4%	0	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	4.558	0,6%	3.977	0,6%	14,6%
Outros ativos	29.991	4,1%	23.517	3,6%	27,5%
Investimentos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Ativo biológico	36.204	5,0%	34.331	5,2%	5,5%
Imobilizado	177.596	24,3%	132.427	20,2%	34,1%
Intangível	24.599	3,4%	19.425	3,0%	26,6%
Total do ativo não circulante	**341.010**	**46,6%**	**264.128**	**40,2%**	**29,1%**
TOTAL DO ATIVO	**731.084**	**100,0%**	**657.138**	**100,0%**	**11,3%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO A PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH
CIRCULANTE					
Fornecedores	227.708	31,1%	201.465	30,7%	13,0%
Arrendamento financeiro a pagar	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	100.328	13,7%	56.994	8,7%	76,0%
Debêntures	3.693	0,5%	2.084	0,3%	77,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	34.429	4,7%	28.829	4,4%	19,4%
Obrigações fiscais e tributárias	6.567	0,9%	3.877	0,6%	69,4%
Parcelamento de tributos	3.328	0,5%	4.675	0,7%	-28,8%
Outros débitos	5.946	0,8%	4.743	0,7%	25,4%
Total do passivo circulante	381.999	52,3%	302.667	46,1%	26,2%
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento financeiro a pagar	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	38.315	5,2%	40.722	6,2%	-5,9%
Debêntures	164.598	22,5%	147.620	22,5%	11,5%
Parcelamento de tributos	29.299	4,0%	32.118	4,9%	-8,8%
Provisão para contingências	8.411	1,2%	6.377	1,0%	31,9%
Outros débitos	0	0,0%	289	0,0%	-100,0%
Impostos diferidos	23.719	3,2%	24.213	3,7%	-2,0%
Total do passivo não circulante	264.342	36,2%	251.339	38,2%	5,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.720	3,0%	21.720	3,3%	0,0%
Reservas de Lucro	17.608	2,4%	34.393	5,2%	-48,8%
Ajuste de avaliação patrimonial	45.374	6,2%	46.976	7,1%	-3,4%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	84.702		103.089		-17,8%
Participação de não controladores	41		43		-4,7%
Total do patrimônio líquido	84.743		103.132		-17,8%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	731.084	100,0%	657.138	100,0%	11,3%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ATIVO

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa

O saldo de Caixa e equivalente de caixa totalizou R$ 30,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$ 71,3 milhões ou 70,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R$ 101,3 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência do nível de investimentos, principalmente remodelagem das lojas da Companhia e abertura de novas lojas.

Contas a receber de clientes

O saldo de Contas a receber de clientes totalizou R$ 75,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 7,8 milhões ou 11,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R$ 67,3 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de aumento de vendas.

Estoques

O saldo de Estoques totalizou R$ 250,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 59,5 milhões ou 31,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R$ 191,1 milhões. Essa variação ocorreu principalmente em decorrência de abertura de novas lojas.

Impostos a recuperar

O saldo de Impostos a recuperar totalizou R$ 8,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando praticamente uma estabilidade, tendo variado um valor de R$ 540 mil ou 5,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R$ 9,3 milhões.

Outros ativos

O saldo de Outros ativos totalizou R$ 22,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 902 mil ou 4,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$ 21,6 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência de aumento das negociações com fornecedores dos contratos de marketing, publicidade e volume de compra, originados pelo crescimento natural do negócio.

Ativo não circulante

Outros investimentos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O saldo de Outros investimentos totalizou R$ 11,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando nível similar se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia aos mesmos R$ 11,7 milhões.

Impostos a recuperar

O saldo de Impostos a recuperar totalizou R$ 7,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento do mesmo valor se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R$ 0. Essa mudança se deve a reclassificação de curto para longo prazo em função da avaliação de prazos necessários a compensação desses créditos de ICMS.

Ativos fiscal diferido

O saldo de Ativos fiscal diferido totalizou R$ 10,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento do mesmo valor se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R$ 0. Essa variação ocorreu em decorrência de evolução do prejuízo ocasionado, principalmente, pela depreciação e amortização dos investimentos realizados ao longo do ano de 2018 e encargos financeiros de contratos de empréstimos, bem como a o aumento provisões de contingência.

Outros ativos

O saldo de Outros ativos totalizou R$ 30,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 6,5 milhões ou 27,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R$ 23,5 milhões. Essa variação ocorreu em decorrência da evolutiva das negociações comercias, contratos com fornecedores, considerando venda de serviços de publicidade e marketing, bem como negociações envolvendo volume de compras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de Fornecedores em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 227,7 milhões, representando um aumento de R$ 26,2 milhões, ou 13,0% em comparação à 31 de dezembro de 2017, quando o saldo de fornecedores totalizou R$ 201,5 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência do crescimento das operações principalmente através de novas lojas.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de Empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 100,3 milhões, representando um aumento de R$ 43,3 milhões, ou 76,0% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 57,0 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência do volume de investimentos em abertura de novas lojas e reformas nas lojas existentes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Debêntures

O saldo de Debêntures no curto prazo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 3,7 milhões, representando um aumento de 1,6 milhões, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 2,1 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de juros a pagar no curto prazo.

Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de Obrigações sociais e trabalhistas totalizou R$ 34,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 5,6 milhões, ou 19,4% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 28,8 milhões. Esse aumento ocorreu principalmente em função do maior número de colaboradores contratados para a operação das novas lojas.

Parcelamento de tributos

O saldo de Parcelamento de tributos totalizou R$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$ 1,3 milhão, ou 28,8% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 4,7 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência de antecipação de pagamento de parte dos parcelamentos federais, por livre decisão da Companhia.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de Empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 38,3 milhões, representando uma redução de R$ 2,4 milhões, ou 5,9% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2017 no montante de R$ 40,7 milhões. As variações decorrem da necessidade de captação de recursos de capital de giro da Companhia.

Debêntures

O saldo de Debêntures em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 164,6 milhões, representando um aumento de R$ 17,0 milhões, ou 11,5% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 147,6 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência da apropriação da remuneração da debênture aos credores conforme contrato que prevê a apropriação de 50% dos juros.

Parcelamento de tributos

O saldo de Parcelamento de tributos totalizou R$ 29,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$ 2,8 milhões, ou 8,8% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 32,1 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência de antecipação de pagamento de parte dos parcelamentos federais, por livre decisão da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Provisão para contingências

O saldo de provisão para contingências totalizou R$ 8,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 2,0 milhões, ou 31,9% quando comparado ao saldo de R$ 6,4 milhões, em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu em decorrência da análise regular no nível de risco aos quais os processos judiciais da Companhia estão expostos.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos totalizou R$ 23,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$ 494 mil milhões, ou 2,0% quando comparado ao saldo de R$ 24,2 milhões, em 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia aumento/reduziu 17,8% ou R$ 18,4 milhões, passando de R$ 103,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 84,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 principalmente em decorrência dos resultados da Companhia, impactados pelos juros da dívida financeira da Companhia e pela depreciação dos investimentos nas reformas e aberturas de lojas.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa consolidados da Companhia para os períodos indicados:

PERÍODO ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2019

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de			
(em R$ milhares, exceto percentual)	**2020**	**2019**	**AH (%)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.686	23.906	28,3%
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(45.499	(11.874)	283,2%
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(23.543)	(32.332)	-27,2%
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(38.356)	(20.300)	88.9%

Atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais representou uma geração de R$ 30,7 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, comparado à geração de caixa líquido de R$ 23,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. O aumento da geração de caixa operacional de R$ 6,8 milhões, ou 28,3%, decorreu do aumento das atividades

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

operacionais em comparação com o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019, conforme mencionado no início desta seção.

Atividades de investimento

O caixa líquido usado nas atividades de investimento totalizou R$ 45,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$ 33,6 milhões quando comparado ao caixa líquido usado de R$ 11,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019, em função do nível de abertura de novas lojas, com a abertura de 13 lojas, e na aquisição de softwares.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido usado nas atividades de financiamento totalizou R$ 23,6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, comparado ao caixa líquido usado de R$ 32,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Tal geração de caixa, com redução de R$ 8,7 milhões, decorre principalmente da redução do nível de novos empréstimos. A flutuação ocorrida se deve em função da definição da administração da Companhia para ter um maior caixa disponível (reserva de liquidez).

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Exercício social encerrado em 31 de dezembro			
(em R$ milhares, exceto percentual)	**2019**	**2018**	**AH (%)**
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	74.046	(28.461)	n.m.
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(35.262)	(76.033)	-53,62%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	11.668	33.175	-64,83%
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	50.452	(71.319)	n.m.

Atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais representou uma geração R$ 74,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado ao consumo de caixa líquido de R$ 28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento da geração de caixa operacional de R$ 102,4 milhões, decorreu do aumento das atividades operacionais em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado no início desta seção.

Atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$ 35,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução R$ 40,7 milhões quando

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

comparado ao caixa líquido utilizado de R$ 76,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em função principalmente de a maioria das lojas da Companhia terem sido remodeladas ao longo de 2018 da redução no ritmo de abertura de lojas em relação ao período anterior.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$ 11,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado ao caixa líquido gerado de R$ 33,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Uma variação anual de apenas R$ 21,5 milhões, praticamente estável no período

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Exercício social encerrado em 31 de dezembro			
(em R$ milhares, exceto percentual)	**2018**	**2017**	**AH (%)**
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(28.461)	(20.380)	39,6%
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(76.033)	(3.777)	n.m.
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	33.175	114.445	-71,0%
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(71.319)	90.288	-179,0%

Atividades operacionais

O caixa líquido usado nas atividades operacionais representou um consumo R$ 28,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao consumo de caixa líquido de R$ 20,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento do consumo de caixa operacional de R$ 8,1 milhões, ou 39,6%, decorreu do aumento das atividades operacionais em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme mencionado no início desta seção.

Atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$ 76,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 72,2 milhões quando comparado ao caixa investido de R$ 3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função da remodelagem da maioria das lojas da Companhia.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos totalizou R$ 76,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 72,2 milhões quando comparado ao caixa investido de R$ 3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função da remodelagem da maioria das lojas da Companhia.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita bruta da Companhia é gerada principalmente (i) na venda de medicamentos (marca e genéricos), over-the-counter (OTC), não medicamentos (perfumaria, produtos de higiene pessoal, cosméticos, dermocosméticos, produtos de conveniência e etc) e (ii) prestação de serviços.

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, que é utilizado como base para a gestão da entidade e para e para a tomada de decisão.

A tabela a seguir demonstra a composição da receita bruta, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em R$ milhares)	Período de 6 meses findo em		Exercício social encerrado em		
	2020	2019	2019	2018	2017
Receita operacional bruta	793.820	737.579	1.559.559	1.391.034	1.277.148
Vendas de mercadorias	782.010	728.785	1.536.271	1.372.580	1.263.957
Verbas	8.125	6.862	17.874	14.556	10.441
Prestação de serviços	3.685	1.932	5.414	3.898	2.750
Deduções sobre as vendas/ serviços	(35.011)	(25.947)	(60.085)	(45.397)	(40.481)
Impostos sobre vendas/ serviços	(30.079)	(22.306)	(52.052)	(38.527)	(34.778)
Devoluções e abatimentos	(4.932)	(3.641)	(8.033)	(6.870)	(5.703)
Receita operacional líquida	758.809	711.632	1.499.474	1.345.637	1.236.667

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os resultados das operações da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram e continuarão a ser influenciados pelos seguintes principais fatores: (i) crescimento real do produto interno bruto (PIB) e poder de compra dos consumidores; (ii) inflação; (iii) taxa de juros; (iv) comportamento de compra do consumidor; (v) sazonalidade; e (vi) clima.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia entendem que os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e o preço das mercadorias vendidas. O volume reflete variações em função de características sazonais, principalmente em função do número de dias úteis do mês e em função de características específicas de cada estação do ano (por exemplo, venda de protetores solares no verão e venda de antigripais no inverno).

Vale ressaltar que o aumento de preço de medicamentos (preço fábrica e preço máximo ao consumidor) reflete principalmente os reajustes anuais de medicamentos, dado o monitoramento

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

realizado pelo governo nestes produtos. Estes reajustes seguem a tendência da inflação do ano anterior.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação se dá basicamente nos reajustes anuais definidos pelos órgãos reguladores do setor de medicamentos. Nas despesas, sempre que possível, a Companhia busca adequar os reajustes dos contratos de prestação de serviços pela variação ocorrida nestes índices.

As dívidas corporativas e as aplicações financeiras da Companhia são atreladas ao CDI. Dessa forma, oscilam conforme a variação desse índice.

As variações nos índices supracitados podem impactar o resultado operacional e financeiro da Companhia.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como introdução de unidade geradora de caixa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme descrito no item 15.7 deste Formulário de Referência, a Companhia (i) cedeu e transferiu para os demais sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda. a totalidade de suas 61.182.513 quotas. Ademais, a Companhia também cedeu e transferiu, a título gratuito, para o sócio Ricardo Maeoka da Comercio de Medicamentos Maeoka Ltda. a totalidade de suas 16.500 quotas. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R$ 87.000 mil, sendo que o valor de investimento na mesma data era de R$ 107.299 mil, resultando numa perda de R$ 20.299 mil.

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados na Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil em substituição às orientações existentes no CPC 06 (R1)/IAS 17. Tais alterações nas políticas contábeis foram refletidas nas informações intermediárias a partir do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e nas demonstrações financeiras para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do IFRIC 23 / ICPC 22, referente a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS12/CPC32 – Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, não estar claro:
- como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.
Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza. A administração do Grupo entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis, uma vez que os principais tratamentos de apuração de impostos de renda e de contribuição social são considerados pela administração do Grupo, com suporte dos seus consultores jurídicos, como provável que seja aceito pelas autoridades tributárias.

Ademais, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes e do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Ademais, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes e do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

<u>CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil</u>

O CPC 06/IFRS 16 passou a estabelecer os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exigir que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui algumas isenções de reconhecimento para arrendatários, conforme abaixo:

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

• Arrendamentos de ativos de “baixo valor”;
• Arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos);
• Arrendamentos compostos por valores variáveis;
• Arrendamentos em que a Companhia não possui o controle sobre o ativo; e
• Arrendamentos com prazo indeterminado.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O CPC 06/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

O CPC47/IFRS 17 passou a estabelecer critérios de quando e por quanto a receita deve ser reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda, passando a substituir as orientações anteriores sobre reconhecimento de receita.

Sob a norma forma, a receita deve ser reconhecida quando uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Se determinados critérios forem cumpridos, a receita é reconhecida ao longo do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade ou em um momento específico no tempo, quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. Neste sentido, deve-se (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de desempenho; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação; e (v) reconhecer a receita

A Companhia entende que os impactos do IFRS 15 não são relevantes, tendo em vista que a maior parte de sua receita é proveniente do negócio voltado para o varejo, onde a venda é realizada diretamente para o consumidor final, não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle dos produtos e serviços aos consumidores.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

O CPC 48/IFRS 9 passou a estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos e passivos financeiros, devendo-se apresentar informações que sejam pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações financeiras.

As principais mudanças introduzidas pelo IFRS 9 estão relacionadas à classificação dos ativos financeiros e a abordagem de impairment por perda de crédito esperada em substituição ao conceito de perda ocorrida. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: • Mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio do Resultado Abrangente (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 agora são classificados como custo amortizado.

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamentos de Tributos Sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS12/CPC32 – Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, não estar claro:

- como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis, uma vez que os principais tratamentos de apuração de impostos de renda e de contribuição social são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como provável que seja aceito pelas autoridades tributárias.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores da Companhia sobre as últimas informações contábeis divulgadas pela Companhia relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não apresentaram ressalvas ou ênfases nos pareceres.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os últimos 3 exercícios sociais e no período findo em 30 de junho de 2020, salvo indicação ao contrário:

a.Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na consolidação dos saldos comparativos está contemplado o investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda..

Nissei Administradora de Bens Ltda.	Porcentagem de participação		
	Controle	**2020**	**2019**
	Direto	-	99,96%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia efetivou a venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. (veja detalhes na nota explicativa 18). Por este motivo, os saldos consolidados apresentados nestas demonstrações financeiras e identificados como demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2020 consideram os efeitos da consolidação das informações da então investida, até a data de sua venda. Os saldos apresentados no balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 são exclusivamente os da própria Companhia, tendo em vista a venda sua única subsidiária, em 30 de junho de 2020.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controladora. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Não foram eliminados nos procedimentos de consolidação os saldos e operações proporcionais à participação dos sócios não controladores, na consolidação da controlada Nissei Administradora de Bens.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

(i)Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, do Grupo considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR	**a**	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros custo amortizado	**a**	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida VJORA	**a**	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii)Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv)Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d.Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vigência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vigência do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso maior que 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

e.Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

f.Arrendamentos

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.
O Grupo não atua como arrendador em contratos que contém um componente de arrendamento.

g.Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

h.Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não aplicável.

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes às últimas informações financeiras divulgadas pela Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes às últimas informações financeiras divulgadas pela Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes às últimas informações financeiras divulgadas pela Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas informações financeiras intermediárias relativas às últimas informações financeiras divulgadas pela Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes às últimas informações financeiras divulgadas da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

b. Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes às últimas informações financeiras divulgadas da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes às últimas informações financeiras divulgadas da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

O plano de expansão da companhia inclui o crescimento do número de lojas através da abertura de novos pontos nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e outros estados, lojas a serem abertas tanto de forma orgânica como de forma inorgânica.

A companhia trabalha com plano agressivo de expansão até o final do ano de 2025.

A Companhia também está trabalhando para ampliar seu mix de produtos e serviços, incluindo mas não se limitando, a linha Pet, ampliação de testes rápidos e marcas exclusivas.

Conforme informado nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência, os efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19 impactaram nossas operações principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. Entretanto, na data deste Formulário de Referência, exceto conforme disposto acima, nossa administração não vislumbra quaisquer alterações em nosso plano de expansão em decorrência dos impactos da pandemia do COVID-19.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Até este momento a Companhia cresceu através dos recursos gerados pela própria operação e também com operações financeiras junto a bancos, além de uma debenture emitida em 2017. Para financiar este novo plano de crescimento a empresa está buscando operação de abertura de capital que visa utilizar o valor da oferta primária para o pagamento de suas dívidas mais onerosas e, principalmente, para viabilizar este projeto de expansão.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Conforme descrito no item 4.1 –"Descrição dos Fatores de Risco deste Formulário de Referência – O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde ("OMS") em razão da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.", as operações da Companhia, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia sofreram um impacto relevante em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia do COVID-19.

Além disso, a Companhia acredita que a pandemia provocada pelo novo Coronavírus continuará a afetar negativamente seus negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa. A Companhia acredita ainda que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

As consequências adversas da atual pandemia ocorreram (e continuam ocorrendo) após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, permanecendo, ainda, após a publicação das informações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e, em razão de serem eventos recentes, até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto da pandemia do COVID-19 em seus negócios, além das ponderações apresentadas neste item 10.9 e nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.8 deste Formulário de Referência.

Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais impactos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando seus negócios.

Os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia avaliará a evolução dos efeitos da atual pandemia em suas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na sua capacidade de continuar operando seus negócios. As análises da Companhia serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da pandemia do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A declaração da pandemia do COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

A Companhia está monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global do COVID-19, com o objetivo de preservar a sua segurança, de seus colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em seus negócios. A Companhia não tem como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em seu entendimento, a recuperação do volume de lançamentos e vendas nas suas operações deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes.

Medidas adotadas pela Companhia em decorrência do COVID-19:

(i) Com relação a vendas, a Companhia reforçou seu mix e estoque de produtos relativos a pandemia, inclusive com testes rápidos de COVID.

(ii) Com relação à preservação de caixa, a Companhia reduziu seus estoques gerais, reforçando o caixa, bem como criou um colchão de liquidez financeira de forma a dar maior estabilidade a operação frente as instabilidades do momento.

(iii) Com relação às renegociações e prorrogações, a Companhia utilizou as prorrogações oferecidas pelo governo federal ao mercado, o restante das prorrogações foram dentro da normalidade operacional da Companhia.

(iv) Em razão da alteração de horário de funcionamento de algumas lojas, a Companhia fez uma revisão em seu quadro de colaboradores e com isso rescindiu 127 (cento e vinte sete) contratos de trabalho.

(v) Com relação às medidas de contingência, higiene e limpeza tomadas para o escritório e lojas:

- Distribuição de máscara de proteção de uso obrigatório para todos os colaboradores em todas as dependências do escritório e lojas.

- Distanciamento de 1,5 metro entre as estações de trabalho.

- Álcool gel 70% disponibilizado em todas as dependências do escritório e lojas, além de lenços fornecidos aos colaboradores para higienização dos pertences de trabalho.

- Reforço e aumento na limpeza para ampliação na higienização do piso, bancadas, superfícies, maçanetas, banheiros, entre outros.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- Para aqueles profissionais que atendem de forma presencial os clientes da Companhia, foram disponibilizados EPIs adequados, tais como: máscaras, luvas e viseira em acrílico.
- Afastamento de equipe inteira em caso de contaminação.
- Disponibilização de testes de COVID-19 fora das lojas, em estrutura montada no estacionamento.
- Testagem de todos os colaboradores que tenham tido COVID-19 para garantir que não têm mais a carga viral.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por Conselho de Administração e Diretoria. A Companhia também possui um Conselho Fiscal (não permanente); um Comitê de Auditoria (não estatutário) e um Comitê de Ética (não estatutário).

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem mandato de 2 (dois) anos sendo permitida a reeleição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será unificado e terá prazo correspondente ao período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária que os eleger e a Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente, sendo admitida a reeleição. Os membros do Comitê de Auditoria possuem mandato de 2 (dois) anos admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos. O Conselho de Administração aprovará o regimento interno dos demais Comitês que vierem a ser instituídos, estipulando as competências, a composição, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

Todos os membros da administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um termo de posse contemplando sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, conforme previsto no Artigo 40 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Compete ao Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger e destituir seus membros, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;

(iii) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;

(iv) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

(v) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente, observado o disposto no Estatuto Social;

(vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vii) aprovar investimentos, estabelecimento qualquer associação, consórcio, parcerias ou alianças com terceiros envolvendo a Companhia e/ou suas controladas, exceto se expressamente previsto no orçamento anual;

(viii) aprovar celebração de quaisquer acordos no âmbito de processos judiciais, arbitrais ou administrativos em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;

(ix) aprovar a prática, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de doações, inclusive no contexto de programas de assistência social da Companhia, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração, desde que não previsto no orçamento anual da Companhia;

(x) aprovar a realização de transações entre a Companhia e/ou suas controladas e quaisquer partes relacionadas em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração, e observado que eventuais membros não poderão participar da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a matéria;

(xi) aprovar concessão de empréstimos pela Companhia ou qualquer de suas controladas em favor de quaisquer terceiros, incluindo adiantamentos ou empréstimos a fornecedores, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;

(xii) propor à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(xiii) deliberar sobre a admissão à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, bem como sobre ofertas de valores mobiliários de sua emissão no Brasil ou no exterior;

(xiv) aprovar a contratação de qualquer operação de endividamento pela Companhia e/ou suas controladas em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;

(xv) aprovar o plano anual de negócios ("Plano Anual"), os orçamentos anuais preparados pela Diretoria da Companhia e/ou suas controladas ("Orçamento") e/ou qualquer alteração relevante que venha a ser feita subsequentemente. Para fins desta alínea, "relevante" significa qualquer alteração que implique variação igual ou superior a (a) 10% (dez por cento) do total das despesas previstas no Orçamento; ou (b) 10% (dez por cento) do valor previsto para investimentos em ativos fixos não circulantes;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xvi) aprovar orçamento da área de auditoria interna e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;

(xvii) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e/ou quaisquer de suas controladas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(xviii) aprovar a outorga ou concessão, pela Companhia ou qualquer de suas controladas de garantias, incluindo garantia real, garantia fidejussória ou aval, para garantir obrigações da Companhia ou suas controladas, em valor que ultrapasse o limite de alçada da Diretoria estabelecido pelo Conselho de Administração;

(xix) deliberar sobre o resgate ou aquisição, pela Companhia, de ações, ou por qualquer de suas controladas de ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou cancelamento ou alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(xx) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando a: (a) Código de Ética e Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação de Administradores; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (e) Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários ("Políticas da Companhia");

(xxi) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(xxii) autorizar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos limites autorizados no Artigo 6 do Estatuto Social da Companhia, fixando as condições da emissão e subscrição, preço por ação, forma e prazo de integralização, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xxiii) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6 do Estatuto Social da Companhia, aprovar: (i) a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, com base no plano aprovado pela Assembleia Geral; e (ii) o aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(xxiv) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxv) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures; e

(xxvi) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações.

Compete à Diretoria Estatutária: (i) administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração; (ii) realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de credito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia; (iii) aprovar a venda, aquisição, desinvestimento, alienação, oneração de ativos ou bens do ativo não circulante até o limite de alçada estabelecido pelo Conselho de Administração; (iv) submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (v) preparar as demonstrações financeiras anuais e trimestrais, para submissão ao Conselho de Administração, bem como, se for o caso, demonstrações ou balancetes emitidos em menor periodicidade; (vi) propor ao Conselho de Administração o Orçamento Plano Anual; (vii) aprovar a abertura, encerramento e alteração do endereço de filiais, agências, lojas, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia; e (viii) decidir sobre qualquer assunto que não seja competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Compete ao Conselho Fiscal: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e (viii) exercer tais atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não está instalado e não possui Regimento Interno próprio.

Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (órgãos não estatutários):

O Comitê de Expansão foi criado em 24 de agosto de 2020 em reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data.

Compete ao Comitê de Expansão: (i) auxiliar o Conselho de Administração no planejamento do crescimento da Companhia; (ii) avaliar e recomendar eventuais fusões e aquisições; (iii) suportar a administração na análise e na contratação de novos pontos comerciais; e (iv) acompanhar e fiscalizar o cumprimento do planejamento aprovado.

Compete ao Comitê de Auditoria: (i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Compete ao Comitê de Ética: (i) analisar e resolver os conflitos de ética que não são solucionados pela cadeia de comando ou que não estão previstos no Código Ética e Conduta ou em suas diretrizes; (ii) garantir sigilo sobre as informações recebidas; (iii) responder as consultas direcionadas ao Código Ética e Conduta; (iv) emitir comunicados à Companhia sobre questões de interesse geral, visando consolidar uma conduta compatível com seus valores e Código Ética e Conduta; (v) analisar e decidir os casos omissos do Código Ética e Conduta; e (vi) implementar, disseminar, treinar, revisar e atualizar o Código Ética e Conduta e o Canal de Comunicação, quando necessário, para atualizar ou incluir novos itens ou conceitos.

(i) Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria possuem regimento interno próprio.

Conselho de Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Regimento Interno próprio do Conselho de Administração foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de agosto de 2020. O inteiro teor do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).).

Comitê de Auditoria (não estatutário)

O Regimento Interno próprio do Comitê de Auditoria foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de agosto de 2020. O inteiro teor do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

(ii) Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto:

A Companhia possui Comitê de Auditoria não estatutário.

O Comitê de Auditoria, órgão permanente de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de acordo com regulamentação editada pela CVM. Um mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características ora mencionadas.

Os membros do Comitê de Auditoria são eleitos pelo Conselho de Administração, o qual também elege, dentre os membros do Comitê, um Coordenador, a quem caberá organizar e coordenar as atividades do órgão.

O Comitê de Auditoria atua com independência em relação à Diretoria da Companhia, sendo responsável por supervisionar as atividades de gestão de riscos corporativos da Companhia, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, em todos os níveis, além de avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia.

As principais atribuições do Comitê de Auditoria são, dentre outras: (i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria da Companhia atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM, especialmente no que tange à Instrução CVM nº 308/99, bem como aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado da B3.

(iii) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

É competência do Conselho de Administração nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. Além disso, também cabe ao Conselho de Administração convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria.

O Comitê de Auditoria, nos termos de seu Regimento Interno, é responsável por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia.

Atualmente, a Companhia não possui uma política formal de contratação de serviços extra-auditoria.

(b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Os membros da Diretoria são representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Conselho de Administração.

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2(dois) anos, sendo permitida a reeleição e podendo, a qualquer tempo, serem por eles destituídos. De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais, se eleitos, terão suas atribuições designadas pelo Conselho de Administração na reunião que os eleger

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Diretoria da Companhia não possui Regimento Interno próprio.

Seguem abaixo as atribuições dos membros da Diretoria:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Diretor-Presidente: (i) coordenar e supervisionar a atuação dos demais Diretores, dirigindo o trabalho da Companhia e determinando os procedimentos a serem seguidos (ii) definir e acompanhar as diretrizes estratégicas a serem observadas pelos demais Diretores, com visão de curto, médio e longo prazo, em consonância com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e (iii) exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças da Companhia, e suas controladas, que abrange análise de investimento e gestão de risco, preservando a integridade financeira; (ii) planejar a elaboração do orçamento consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia; (iii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e controladas; (iv) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia, incluindo oportunidades de negócios; (v) manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais; (vi) manter os ativos da Companhia devidamente segurados; (vii) controlar o acervo patrimonial da Companhia; (viii) planejar e executar as atividades de pagamentos, compras, contabilidade, tesouraria, crédito e cobrança; e (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

(c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente.

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não está instalado e não possui Regimento Interno próprio.

(d) Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração da Companhia ainda não estruturou seu processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

comitês e da Diretoria, sendo certo que o fará dentro do exercício social de 2020, tendo como diretrizes as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa e do Regulamento do Novo Mercado, especialmente o disposto no Artigo 18 deste último.

(i) A periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros:

De acordo com a Política de Indicação de Administradores da Companhia, a composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento dos critérios constantes referida política, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração. A proposta de reeleição dos Conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

A proposta de reeleição do Diretor-Presidente deverá considerar sua avaliação periódica pelo Conselho de Administração. Do mesmo modo, propostas de reeleição dos Diretores deverão considerar suas avaliações anuais pelo Diretor-Presidente.

A proposta de reeleição dos membros do Comitê de Auditoria deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Comitê.

Além disso, a Política de Remuneração de Administradores da Companhia prevê que o Conselho de Administração deve avaliar periodicamente o alinhamento da referida política às práticas de mercado, a fim de identificar discrepâncias significativas com relação a empresas similares e assim analisar os ajustes e revisões necessários. De modo a garantir o alinhamento com as práticas de mercado e manter a capacidade de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais, a Companhia pretende realizar, periodicamente, pesquisas de mercado e estudos, comparando as práticas da Companhia com as das empresas de porte e setor de atuação similares. Esses trabalhos deverão ser realizados por consultoria independente e o resultado será encaminhado ao Conselho de Administração com as recomendações pertinentes.

(ii) Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação:

O processo de avaliação será estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e cada um dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

(iii) Como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão:

Os resultados consolidados das respectivas avaliações serão levados ao Conselho de Administração e são utilizados para identificar pontos fortes e os que devem ser melhorados por cada órgão e seus respectivos membros.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia será capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da Administração da Companhia. Os planos de ação compreendem, por exemplo, a definição de metas coletivas e individuais para o ano subsequente.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 Regras, políticas e práticas relativas às assembleia gerais:

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação:

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente.

A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por seu substituto, ou, ainda, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, conforme previsões do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações.

Independentemente de qualquer formalidade prevista no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

b. Competências:

Conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral deve se reunir ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia o exigirem, observados os procedimentos e regras de convocação, instalação e deliberação previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

Além das competências que lhe são atribuídas pela legislação vigente, compete à Assembleia Geral:

(i) deliberar sobre a emissão de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações (inclusive debêntures) da Companhia, ressalvado disposição do Artigo 6 do Estatuto Social da Companhia;

(ii) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão total ou parcial envolvendo a Companhia ou a transformação de seu tipo societário;

(iii) deliberar sobre a alteração das matérias sujeitas à aprovação da Assembleia Geral, bem como das normas aplicáveis a convocação e realização da Assembleia Geral;

(iv) tomar as contas dos administradores da Companhia e/ou de suas controladas, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(v) deliberar sobre a liquidação e dissolução da Companhia ou qualquer de suas controladas, o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como sobre a eleição e a destituição de liquidantes e do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(vi) autorizar os administradores a confessar falência, ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial;

(vii) deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia;

(viii) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos

(ix) aprovar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(x) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

(xi) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e no Estatuto Social da Companhia, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

(xii) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;

(xiii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; e

(xiv) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais da Companhia, tanto os relacionados à participação dos acionistas quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços:

Endereço físico: escritório da Companhia, localizado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Acre, 205, Água Verde, CEP 80620-040; e

Endereços Eletrônicos: (i) site da Companhia (https://www.ri.nisseisa.com.br); (ii) site da CVM (www.cvm.gov.br); e (iii) site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de agosto de 2020 ("Política de Transações com Partes Relacionadas"). O inteiro teor da Política de Conflitos de Interesses foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

O objetivo da Política de Transações com Partes Relacionadas é orientar a conduta dos administradores da Companhia e de sua controlada, assim entendidos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria (estatutária e não-estatutária) e de Comitês (permanentes ou temporários), de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas, conforme ali definidas, e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os interesses da Companhia, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Nas situações em que uma Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), exigir aprovação prévia nos termos da referida política, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Caso necessário, a pessoa que estiver em uma situação pessoal de conflito poderá participar parcialmente da discussão sobre a Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), visando, exclusivamente, proporcionar mais informações sobre a operação e as partes envolvidas. Entretanto, tais pessoas não deverão exercer qualquer influência na aprovação da Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas).

Independentemente da manifestação voluntária, a Diretoria Jurídica enviará e-mail até o final de abril de cada exercício para que os administradores da Companhia e de suas controladas atualizem as informações a serem disponibilizadas pela Companhia nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Nos termos do Artigo 126º, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pessoa física da Companhia pode ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos, quando aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

No caso de acionista pessoa jurídica, este pode ser representado por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados como tal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia ou com as regras previstas no Código Civil, nos termos do Artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020. Assim, no caso de pessoas jurídicas, os respectivos procuradores não precisam ser acionistas, advogados ou administradores da Companhia.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Os acionistas da Companhia poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

A Companhia admite procurações enviadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia Geral sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato, mas orientamos nossos acionistas a enviarem com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização:

Nos termos da Instrução CVM n° 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Para exercício dos direitos de voto à distância com envio direto para a Companhia, os acionistas devem enviar os seguintes documentos para a Rua Acre, 205, Água Verde, CEP 80620-040, Curitiba, Paraná: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricando e assinando; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos, conforme aplicável:

- Para Pessoas Físicas: (a) documento de identidade com foto do acionista;
- Para Pessoas Jurídicas: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) documento de identidade com foto do representante legal; e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- Para Fundos de Investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identificação com foto do representante legal.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notarização e apostilamento daqueles assinados fora do país.

Segundo o art. 21-B da Instrução CVM 481, os boletins de voto à distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos por nós em plena ordem até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481/09, comunicaremos aos acionistas se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância:

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto à distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

Os acionistas que desejam incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas pelo correio para a Rua Acre, 205, Água Verde, CEP 80620-040, Curitiba, Paraná aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos a proposta, ou por correio eletrônico invest@nisseisa.com.br, tal como previsto na regulamentação aplicável.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebido pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de Assembleia Geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de Assembleia Geral para eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral extraordinária convocada para tal fim.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância:

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 12.2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração:

(a) Frequência das reuniões:

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, pelo menos, 6 (seis) vezes ao ano, de acordo com calendário a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem.

A convocação das reuniões será realizada mediante notificação escrita entregue a cada membro do Conselho de Administração, enviada por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento. A notificação de convocação será enviada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação à reunião e com indicação da data, hora, lugar e ordem do dia detalhada e apresentação dos documentos pertinentes e necessários para a deliberação sobre os assuntos a serem tratados. As convocações do Conselho de Administração serão feitas mediante convocação de seu Presidente ou de seu Vice-Presidente, se ausente o primeiro. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente ou ao Vice-Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

As reuniões do Conselho de Administração se instalam com a presença da maioria absoluta de seus membros em exercício.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Não existem acordos de acionistas em vigor.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de agosto de 2020 ("Política de Transações com Partes Relacionadas"). O inteiro teor da Política de Conflitos de Interesses foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

O objetivo da Política de Transações com Partes Relacionadas é orientar a conduta dos administradores da Companhia e de sua controlada, assim entendidos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria (estatutária e não-estatutária) e de Comitês (permanentes ou temporários), de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas, conforme ali definidas, e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os interesses da Companhia, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Em situações em que qualquer Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), exija aprovação prévia nos termos da referida política, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Caso necessário, a pessoa que estiver em uma situação pessoal de conflito poderá participar parcialmente da discussão sobre a Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), visando, exclusivamente, proporcionar mais informações sobre a operação e as partes envolvidas. Entretanto, tais pessoas não deverão exercer qualquer influência na aprovação da Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas).

Nos termos do Artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, os administradores da Companhia e de sua controlada que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador que possa ter um interesse pessoal conflitante não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A não manifestação voluntária do administrador sobre seu interesse pessoal conflitante é considerada uma violação da Política de Conflitos de Interesses, devendo ser levada ao Departamento Jurídico e ao Comitê de Auditoria para avaliação e ficando sujeita à proposição de eventual ação corretiva do Conselho de Administração.

Independentemente da manifestação voluntária, a Diretoria Jurídica enviará e-mail até o final de abril de cada exercício para que os administradores da Companhia e de suas controladas atualizem as informações a serem disponibilizadas pela Companhia nos termos da Política de Conflitos de Interesses.

O Estatuto Social da Companhia dispõe que os membros do Conselho de Administração não podem ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia. Além disso, nos termos do Artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão de tal impedimento.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(d) Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:
(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui Política de Indicação de Administradores, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de agosto de 2020. O inteiro teor da Política de Indicação de Administradores da Companhia foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

(ii) Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros:

Diretrizes e Critérios para Indicação

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto por membros de perfil diversificado, com número adequado de Conselheiros Independentes e em tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Além disso, a Política de Indicação de Administradores da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração deverão atender aos seguintes critérios: (i) alinhamento e comprometimento com os princípios, os valores e a cultura da Companhia e seu Código de Ética e Conduta; (ii) reputação ilibada; (iii) não ter sido objeto de decisão irrecorrível, por parte da CVM, que o suspendeu, que o inabilitou ou que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta; (iv) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos; (v) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração; (vi) experiência profissional em temas diversificados; (vii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (salvo dispensa da Assembleia Geral); e (viii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Procedimento para Indicação

A composição do Conselho de Administração será avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento dos critérios constantes da Política de Indicação de Administradores da Companhia, quando da aprovação dos candidatos propostos pela administração da Companhia.

A proposta de reeleição dos Conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes deve ser deliberada na Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado. Cada indicado a Conselheiro Independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência e imparcialidade estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no § 2º do Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

O procedimento acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do Conselho de Administração: (i) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e (ii) para eleição mediante votação em separado (aplicável às companhias com acionista controlador).

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, esta, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes, se houver) ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ou decorrente da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado e dos demais regulamentos da B3 S.A.

Locais onde a política pode ser consultada	O inteiro teor da Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
André Lissner	14/09/1972	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2020	24/08/2022	0
130.331.008-21	Administrador de empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	24/08/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Expansão					
Sergio Maeoka	07/06/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2020	24/08/2022	0
358.417.029-04	Empreendedor	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2020	Sim	100.00%
Presidente do Comitê de Expansão					
Patrícia Maeoka Aisengart Accioly	01/02/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2020	24/08/2022	0
041.332.109-64	Empreendedora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/08/2020	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Antenor de Souza Mello Camargo Filho	07/02/1986	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2020	24/08/2022	0
351.876.618-09	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24/08/2020	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Fabio Malina Losso	01/09/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/08/2020	24/08/2022	0
015.713.439-38	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	24/08/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Alexandre Maeoka	08/11/1984	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	24/08/2020	24/08/2022	0
041.833.849-31	Empreendedor	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	24/08/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Ética Membro do Comitê de Expansão					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
André Lissner - 130.331.008-21					

Administrador com especializações em processo administrativo e liderança. Começou a carreira como auditor da PriceWaterhouseCoopers, Conexão informática (atual Flextronix) do setor de tecnologia (Gerente financeiro), Faurecia do setor automobilístico (Gerente financeiro), Huhtamaki do setor de embalagens (controller), Bematech do setor de tecnologia (Gerente financeiro), Visum Sistemas (atual High Mix) do setor de tecnologia (Diretor financeiro), Rocha Terminais logísticos do setor de infraestrutura (Diretor financeiro), Ao longo dos últimos 5 anos, trabalhou no Grupo Hafil Family Office com operações no setor imobiliário, bebidas e máquinas da linha amarela. Desde 2016, trabalha na Companhia, onde atuou como Diretor Financeiro até agosto de 2020.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Sergio Maeoka - 358.417.029-04

Fundador da Companhia no ano de 1986, exercendo todos os cargos de liderança dentro da mesma, sendo responsável pela definição da estratégia de crescimento e desenvolvimento da Companhia. Exerceu o cargo de presidente da Companhia até agosto de 2020, quando tomou posse como presidente do Conselho de Administração.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Patrícia Maeoka Aisengart Accioly - 041.332.109-64

Formada em farmácia bioquímica pela PUC/PR também com habilitação em indústria e análises clínicas pela mesma instituição e em Programa de Gerenciamento Avançado pelo ESADE. Trabalhou na Indústria Farmacêutica Medley, na Farmácia e Drogaria Nissei como Gerente de Marketing e Marketing Institucional atualmente empreendendo na empresa Hiperzoo PetShop Ltda como sócia gestora.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Antenor de Souza Mello Camargo Filho - 351.876.618-09

Co-fundador da Farallon Latin America, parte da Farallon Capital Management, um hedge fund global sediado em São Francisco, EUA. Antes de ingressar na Farallon, Antenor foi co-fundador da FKG Capital, um hedge fund focado em investimentos alternativos na América Latina e fundado em 2011 em parceria entre a Farallon e Daniel Goldberg (ex-CEO do Morgan Stanley no Brasil). Antes disso, Antenor trabalhou em investment banking no Credit Suisse e no Morgan Stanley. Antenor é formado em Administração de Empresas (BBA) com foco em Gestão e Finanças pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em São Paulo, Brasil.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Fabio Malina Losso - 015.713.439-38

Advogado, bacharel em direito pela PUC/PR e Doutor em Direito Civil, com distinção, pela USP. É membro do The Harris Council e Visiting Scholar na Universidade de Chicago, onde já foi presidente do Conselho Internacional do Reitor. Foi Diretor de Governança, Risco e Compliance da COPEL. É sócio de Losso Advogados e de Priori Capital. É membro independente dos conselhos de administração do Banco da Amazônia, da Eletronuclear, da CEG/Naturgy e da CHESF.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Alexandre Maeoka - 041.833.849-31

Atua na Companhia desde o ano de 2010, ocupando o cargo de Diretor Executivo dede 2016. Responsável pela execução das estratégias da rede de Farmácias Nissei definidas através do plano de negócios de médio e longo prazo e dos planejamentos estratégicos anuais, bem como pelo acompanhamento e desenvolvimento dos gestores e cargos de liderança.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
André Lissner - 130.331.008-21	
N/A	
Sergio Maeoka - 358.417.029-04	
N/A	
Patrícia Maeoka Aisengart Accioly - 041.332.109-64	
N/A	
Antenor de Souza Mello Camargo Filho - 351.876.618-09	
N/A	

Fabio Malina Losso - 015.713.439-38

N/A

Alexandre Maeoka - 041.833.849-31

N/A

641

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Fabio Malina Losso	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	01/09/1974	24/08/2020	24/08/2022
015.713.439-38		Advogado		24/08/2020	0	0.00%
Membro do Conselho de Administração						
Muriel Metzenthin Agge	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	24/10/1983	24/08/2020	24/08/2022
042.510.979-80		Contadora		24/08/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Suzana Marinho	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	07/09/1985	24/08/2020	24/08/2022
047.355.549-20		Contadora		24/08/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Sergio Maeoka	Outros Comitês		Outros	07/06/1960	24/08/2020	24/08/2022
358.417.029-04	Comitê de Expansão	Empreendedor	Presidente do Comitê de Expansão	24/08/2020	0	0.00%
Presidente do Conselho de Administração						
Alexandre Maeoka	Outros Comitês		Outros	08/11/1984	24/08/2020	24/08/2022
041.833.849-31	Comitê de Expansão	Empreendedor	Membro do Comitê de Expansão	24/08/2020	0	0.00%
Membro do Conselho de Administração Diretor Presidente						
André Lissner	Outros Comitês		Outros	14/09/1972	24/08/2020	24/08/2022
130.331.008-21	Comitê de Expansão	Administrador	Membro do Comitê de Expansão	24/08/2020	0	0.00%
Direito Financeiro Diretor de Relações com Investidores						
Marcelo Temple Damari	Outros Comitês		Outros	31/03/1971	24/08/2020	24/08/2022
139.442.068-43	Comitê de Expansão	Administrador	Membro do Comitê de Expansão	24/08/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Fabio Malina Losso - 015.713.439-38						

Advogado, bacharel em direito pela PUC/PR e Doutor em Direito Civil, com distinção, pela USP. É membro do The Harris Council e Visiting Scholar na Universidade de Chicago, onde já foi presidente do Conselho Internacional do Reitor. Foi Diretor de Governança, Risco e Compliance da COPEL. É sócio de Losso Advogados e de Priori Capital. É membro independente dos conselhos de administração do Banco da Amazônia, da Eletronuclear, da CEG/Naturgy e da CHESF.Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Muriel Metzenthin Agge - 042.510.979-80

Contadora e tributarista, há cinco anos atuando como responsável pela área fiscal e tributária da Companhia, exercendo hoje a função de Gerente Fiscal e Tributária – Varejo Farmacêutico. Iniciou sua carreira em 2002, na área financeira, tornando-se parte do corpo gerencial em 2006, no setor de Varejo Supermercadista. Trabalhou por seis anos no segmento editorial, onde adquiriu experiência contábil e tributária, atuando como Controller até 2012. Naquele período fez a opção de ingressar na auditoria externa, onde trabalhou com auditoria e consultoria de empresas de variados segmentos, portes, e nacionalidades, gerenciando o departamento tributário, e sendo associada a RSM Brasil até o ano de 2015, quando integrou o quadro de gestores da Companhia
A Sra. Muriel Metzenthin Agge não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Suzana Marinho - 047.355.549-20

Contadora, com mais de 10 anos de experiência em média e grandes empresas na área de contabilidade, auditoria e controladoria.
Iniciando a carreira em dezembro de 2003, na área contábil e atuando por cinco anos na área de auditoria externa . Atualmente atuando na Companhia por 6 anos nas áreas de contabilidade e controladoria, sendo o cargo atual gerente de contábil.
A Sra. Suzana Marinho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Sergio Maeoka - 358.417.029-04

Fundador da Companhia no ano de 1986, exercendo todos os cargos de liderança dentro da mesma, sendo responsável pela definição da estratégia de crescimento e desenvolvimento da Companhia. Exerceu o cargo de presidente da Companhia até agosto de 2020, quando tomou posse como presidente do Conselho de Administração.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Alexandre Maeoka - 041.833.849-31

Atua na Companhia desde o ano de 2010, ocupando o cargo de Diretor Executivo dede 2016. Responsável pela execução das estratégias da rede de Farmácias Nissei definidas através do plano de negócios de médio e longo prazo e dos planejamentos estratégicos anuais, bem como pelo acompanhamento e desenvolvimento dos gestores e cargos de liderança.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

André Lissner - 130.331.008-21

Administrador com especializações em processo administrativo e liderança. Começou a carreira como auditor da PriceWaterhouseCoopers, Conexão informática (atual Flextronix) do setor de tecnologia (Gerente financeiro), Faurecia do setor automobilístico (Gerente financeiro), Huhtamaki do setor de embalagens (controller), Bematech do setor de tecnologia (Gerente financeiro), Visum Sistemas (atual High Mix) do setor de tecnologia (Diretor financeiro), Rocha Terminais logísticos do setor de infraestrutura (Diretor financeiro), Ao longo dos últimos 5 anos, trabalhou no Grupo Hafil Family Office com operações no setor imobiliário, bebidas e máquinas da linha amarela. Desde 2016, trabalha na Companhia, onde atuou como Diretor Financeiro até agosto de 2020.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marcelo Temple Damari - 139.442.068-43

Formado em Administração de Empresas, com especializações em Gestão Estratégica de Negócios e Extensão em Gestão no Varejo. 31 anos de experiência profissional nas áreas Comercial e de Operações do Varejo em empresas nacionais e regionais líderes nos seus segmentos, entre elas: Pão de Açúcar, Via Varejo e Nissei. É Diretor de Vendas na Companhia desde janeiro de 2020, tendo como principais objetivos o processo de profissionalização e consolidação das Gestões de Pessoas, Processos e Execução, gerando resultados sustentáveis para a empresa.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Fabio Malina Losso - 015.713.439-38

N/A

Muriel Metzenthin Agge - 042.510.979-80

N/A

Suzana Marinho - 047.355.549-20

N/A

Sergio Maeoka - 358.417.029-04

N/A

Alexandre Maeoka - 041.833.849-31

N/A

André Lissner - 130.331.008-21

N/A

Marcelo Temple Damari - 139.442.068-43

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Maeoka	358.417.029-04	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	79.430.682/0001-22	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Alexandre Maeoka	041.833.849-31	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	79.430.682/0001-22	
Diretor Presidente e Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Sergio Maeoka	358.417.029-04	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	79.430.682/0001-22	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Patrícia Maeoka Aisengart Accioly	041.332.109-64	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	79.430.682/0001-22	
Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Alexandre Maeoka	041.833.849-31	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	79.430.682/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Patrícia Maeoka Aisengart Accioly	041.332.109-64	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	79.430.682/0001-22	
Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Alexandre Maeoka	041.833.849-31	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	79.430.682/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Sergio Maeoka	358.417.029-04	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	79.430.682/0001-22	
Presidente do Conselho de Administração e Acionista				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Nos termos do artigo 20 de seu Estatuto Social, a Companhia indenizará e manterá indenes os membros de seu Conselho de Administração, diretores, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários dos Seguros por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

O parágrafo 1º de referido artigo 20 de seu Estatuto Social descreve situações nas quais a Companhia não indenizará os Beneficiários dos Seguros, a saber: (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das Sociedades por Ações ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário dos Seguros.

Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 20 de seu Estatuto Social, caso o Beneficiário dos Seguros seja condenado por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor

Sem prejuízo da contratação de seguro D&O específico para a cobertura de riscos de gestão, as demais condições e limitações da indenização serão estabelecidas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do parágrafo 3º do artigo 20 de seu Estatuto Social.

A administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes de atração e retenção de bons administradores, que se sentem mais seguros ao assumir a gestão de uma empresa que oferece esse tipo de proteção. Além disso, promovem proteção adequada para que eles possam tomar decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis tolerância a riscos fixados no interesse da Companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil. Por fim, o seguro D&O, em particular, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos Beneficiários, também garante a indenização do terceiro prejudicado.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava avaliando a contratação do seguro D&O para perdas e danos decorrentes de reclamações apresentadas por terceiros contra os administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo

Este item foi revogado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017. Considerando que o sistema EmpresasNet ainda não foi atualizado, mantivemos o item e a antiga numeração.

12.12 - Outras informações relevantes

12.13 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	15/03/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	29/05/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/10/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	29/12/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/07/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	15/02/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	08/04/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	30/06/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	22/07/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	24/08/2020	100%	NÃO

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Política de Remuneração de Administradores, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de agosto de 2020. O inteiro teor da Política de Remuneração de Administradores foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

A política de remuneração da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração consiste em remuneração fixa, a qual é alinhada com práticas de mercado. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração que fazem parte do Comitê de Expansão, descrito no item 12.1 deste Formulário de Referência, podem receber uma remuneração variável de acordo com metas a serem definidas pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração também podem fazer jus a (i) benefícios motivados pela cessação do cargo; (ii) e remuneração baseada em ações, incluindo opções. Por fim, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Diretoria Estatutária
Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável atrelada ao cumprimento das metas orçamentarias e operacionais; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, seguro de vida e direito a utilização de automóvel ou recebimento do valor correspondente à categoria disponibilizada pela Companhia.
Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de bônus ou participação nos lucros ou gratificações excepcionais, entre outras formas de remuneração variável, que serão concedidos por liberalidade pela Companhia, nos termos e condições das políticas internas determinadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração pode, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores. Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria Não-Estatutária

A Companhia possui uma Diretoria Não-Estatutária. Os membros da Diretoria não-estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável na forma de bônus atrelada ao cumprimento das metas orçamentarias e operacionais; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, seguro de vida de adesão opcional e direito a utilização de automóvel ou recebimento do valor correspondente à categoria disponibilizada pela Companhia.

Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de bônus ou gratificações excepcionais, entre outras formas de remuneração variável, que serão concedidos por liberalidade pela Companhia, nos termos e condições das políticas internas determinadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração pode, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores. Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada Diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Todos os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a uma remuneração fixa mensal. Os membros dos demais comitês não recebem remuneração específica pela atuação nestes. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente:

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	17,96%	82,04%	0%	100%
Diretoria Não-Estatutária	64,95%	35,05%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	100%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	100%

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	57,93%	42,07%	0%	100%
Diretoria Não-Estatutária	64,95%	35,05%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018:

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	52,03%	47,97%	0%	100%
Diretoria Não-Estatutária	68,98%	31,02%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017:

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	84,36%	15,64%	0%	100%
Diretoria Não-Estatutária	68,98%	31,02%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avalições prévias, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, pode ser calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, pode ser calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: EBITDA, faturamento, Custo de Mercadoria Vendida e Gestão de Despesas. A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal não é impactada por indicadores de desempenho assim como a das áreas de Riscos e *Compliance* são predominantemente impactadas por entregas da área.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela significativa do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.
A remuneração variável anual dos diretores estatutários leva em consideração o atingimento do EBITDA em relação ao orçamento, o percentual de recebimento varia de acordo com a tabela abaixo.

0 a 79,99%	0%
80 a 89,99%	60%
90 a 94,99%	80%
95 a 99,99%	90%
100 a 109,99%	100%
Acima de 110%	120%

Além da remuneração variável acima indicada para os Estatutários existe outra remuneração variável bianual que compara o EBITDA atingido do biênio com o orçamento plurianual e paga na proporção da realização.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2020, foi aprovado prêmio a ser concedido a determinados colaboradores e que integrará a remuneração global da Companhia para o exercício, caso venha a se realizar (e seja devidamente concluída) uma oferta pública de ações da Companhia no exercício social de 2020, limitado ao montante de R$ 15 milhões ("Prêmio"), cuja alocação será definida em reunião do Conselho de Administração a ser realizada posteriormente.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Cabe ao Conselho de Administração, a seu critério, fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, bem como remuneração individual do Diretor-Presidente, dentro do limite global da remuneração da administração aprovada pela Assembleia Geral, podendo delegar ao Diretor-Presidente a fixação da remuneração individual dos demais Diretores, observada a aderência a esta Política.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Com base na Política de Remuneração de Administradores, o Conselho de Administração formulará a Proposta da Administração para a remuneração anual global dos Administradores a ser submetida à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, observado o disposto no artigo 152 da Lei das S.A.

Cabe ao Conselho de Administração, a seu critério, fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, bem como remuneração individual do Diretor-Presidente, dentro do limite global da remuneração da administração aprovada pela Assembleia Geral, podendo delegar ao Diretor-Presidente a fixação da remuneração individual dos demais Diretores, observada a aderência à Política de Remuneração de Administradores.

De modo a garantir o alinhamento com as práticas de mercado e manter a capacidade de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais, a Companhia pretende realizar, periodicamente, pesquisas de mercado e estudos, comparando as práticas da Companhia com as das empresas de porte e setor de atuação similares. Esses trabalhos deverão ser realizados por consultoria independente e o resultado será encaminhado ao Conselho de Administração com as recomendações pertinentes.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração da Companhia é responsável pela implementação, supervisão e revisão periódica da Política de Remuneração de Administradores. É facultada a instalação de um comitê de remuneração, o qual participará do processo, por meio de pesquisa de mercado para cada cargo envolvido, recomendando anualmente – ou sempre que demandado – uma nova proposta de remuneração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

O Conselho de Administração avaliará periodicamente o alinhamento da Política de Remuneração de Administradores às práticas de mercado, a fim de identificar discrepâncias significativas com relação a empresas similares e assim analisar os ajustes e revisões necessários. As revisões do pacote de remuneração dos Administradores podem ser feitas como parte do processo de avaliação dos Administradores, conforme previsto na Política de Indicação de Administradores da Companhia.

De modo a garantir o alinhamento com as práticas de mercado e manter a capacidade de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais, a Companhia pretende realizar, periodicamente, pesquisas de mercado e estudos, comparando as práticas da Companhia com as das empresas de porte e setor de atuação similares. Esses trabalhos deverão ser realizados por consultoria independente e o resultado será encaminhado ao Conselho de Administração com as recomendações pertinentes.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.294.104,00	1.573.945,72		2.868.049,72
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	240.000,00	1.689.803,61		1.929.803,61
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.534.104,00	3.263.749,33		4.797.853,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.630.161,59		1.630.161,59
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		1.183.636,29		1.183.636,29
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		2.813.797,88		2.813.797,88

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		957.568,80		957.568,80
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		882.722,57		882.722,57
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		1.840.291,37		1.840.291,37

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,00		2,00
Nº de membros remunerados		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		511.473,36		511.473,36
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		94.800,00		94.800,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração		606.273,36		606.273,36

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	2	N/A	7
Nº de membros remunerados	4	2	N/A	6
Bônus	240.000,00	1.689.803,61	N/A	1.929.803,61
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	240.000,00	1.689.803,61	N/A	1.929.803,61
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	240.000,00	1.408.169,68	N/A	1.648.169,69
Participação nos Resultados	0	0	N/A	0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	0	N/A	0
Bônus Diferido	0	0	N/A	0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	0	N/A	0
Remuneração baseada em ações	0	0	N/A	0

*(os valores acima não incluem o potencial bônus previsto no item 13.1(g) acima)

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	N/A	3	N/A	3
Nº de membros remunerados	N/A	3	N/A	3
Bônus	N/A	R$1.183.636,29	N/A	R$1.183.636,29
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	R$1.183.636,29	N/A	R$1.183.636,29
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	R$986.363,58	N/A	R$986.363,58
Participação nos Resultados	N/A	0	N/A	0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	0	N/A	0
Bônus Diferido	N/A	0	N/A	0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	0	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	0	N/A	0

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	N/A	3	N/A	3
Nº de membros remunerados	N/A	3	N/A	3
Bônus	N/A	R$882.722,57	N/A	R$882.722,57
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	R$882.722,57	N/A	R$882.722,57
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	0	N/A	0
Participação nos Resultados	N/A	0	N/A	0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	0	N/A	0
Bônus Diferido	N/A	0	N/A	0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	0	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	0	N/A	0

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	N/A	2	N/A	2
Nº de membros remunerados	N/A	2	N/A	2
Bônus	N/A	94.800,00	N/A	94.800,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	94.800,00	N/A	94.800,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	0	N/A	0
Participação nos Resultados	N/A	0	N/A	0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	0	N/A	0
Bônus Diferido	N/A	0	N/A	0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	N/A	0	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	0	N/A	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações o qual foi aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 24 de agosto de 2020 ("Plano") e que estabelece as condições gerais de outorga de opções ("Opção") de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações") a seus administradores, empregados, prestadores de serviços e outros colaboradores estratégicos da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei n.º 6.404/76.

O Plano destina-se a administradores, empregados, prestadores de serviços e outros colaboradores estratégicos da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, desde que vinculados à Companhia há, pelo menos, 6 (seis) meses escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu exclusivo critério ("Beneficiários").

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que terá poderes isolados para (a) aprovar Programas de Opções de Compra de Ações, de acordo com os termos do Plano, e definir limitações, restrições e condições nas Opções conforme apropriado; (b) interpretar o Plano e adotar, alterar e rescindir manuais administrativos e outras regras e regulamentos em relação a estes manuais administrativos, bem como decidir sobre eventuais conflitos ou omissões inerentes ao Plano; e (c) realizar todas as outras determinações e tomar todas as medidas necessárias e recomendáveis para a implementação e administração do Plano. Competirá exclusivamente ao Conselho de Administração da Companhia, sujeito sempre ao cumprimento do Plano e quaisquer diretrizes fixadas de tempos em tempos pela Assembleia Geral de Acionistas, adotar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas aos Programas de Opção de Compra de Ações e à outorga da Opção nos termos do Plano e à solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento das condições gerais das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (c) a emissão das Ações nos termos do exercício das Opções e a fixação do preço de exercício das respectivas Opções; e (d) suprir a competência do Diretor Presidente no que se refere às Opções outorgadas ao próprio Diretor Presidente.

Compete ao Diretor Presidente da Companhia a administração do Plano, podendo exercer todos os atos que não sejam proibidos pelo Plano, pelo Estatuto Social ou pela Lei, bem como a aplicação das diretrizes gerais traçadas pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os termos do Plano: (i) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos Beneficiários, de forma a estabelecer critérios objetivos para a seleção dos Beneficiários; e (b) periodicamente selecionar os Beneficiários aos quais serão outorgadas as Opções, ressalvado que a outorga de Opções será submetida ao Conselho de Administração para aprovação. O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente até que sejam outorgadas opções de compra de Ações até o limite de 5% do capital social da Companhia, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções de compra ainda em vigor outorgadas com base nele.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários, que assim desejarem por sua livre e espontânea vontade e sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a realização dos objetivos sociais da Companhia; e (b) alinhar os interesses dos administradores, empregados e outros colaboradores estratégicos da Companhia, e de outras sociedades sob o controle da Companhia, com os interesses de seus acionistas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano consiste na concessão de direito de compra de ações, conforme preços e prazos pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração. Com a outorga desse direito, a Companhia espera integrar capital e trabalho de forma que todos os envolvidos compartilhem dos riscos e ganhos da Companhia, permitindo dessa forma também a retenção de talentos.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano faz parte da remuneração dos Beneficiários e visa a valorização da Companhia na medida em que os ganhos dessa valorização passam a ser compartilhados, gerando assim um alinhamento entre empregados, administradores e acionistas, uma vez que temos uma convergência de esforços para os resultados da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A Companhia acredita que, ao tornar os administradores e demais colaboradores estratégicos acionistas da Companhia, ela alinha os interesses ao vincular parte do seu patrimônio com a criação sustentável de valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. Além disso, o Plano busca preservar e fortalecer o vínculo dos nossos administradores e demais colaboradores. Os diferentes prazos das opções proporcionam incentivos aos participantes para que se comprometam com a constante valorização das ações no curto e médio prazo, assim como a titularidade de ações provenientes de opções exercidas, podendo ou não ter restrições quanto à transferência das mesmas, alinha os interesses no longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, poderão ser outorgadas opções de compra de Ações até o limite de 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a ser outorgado anualmente será determinado pelo Conselho de Administração e limitado à diluição máxima disposta no item “f” acima.

h. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição das opções de Ações serão definidas pelo Conselho de Administração no momento das aprovações das Opções, que deverão prever ao menos os prazos de carência, preços, restrições à transferência e condições para exercício.

Ademais, os Contratos de Opção deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou o Comitê: (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) os termos e as condições para aquisição do direito ao exercício da Opção; (c) o prazo final para exercício da Opção; e (d) o preço de exercício da Opção, sendo que poderão haver termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de compra das Opções outorgadas nos termos do Plano. Enquanto o preço de compra não for pago integralmente pelos Beneficiários, as ações adquiridas com o exercício da Opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas ou sob qualquer forma transferidas a terceiros ou ser dadas em garantia ou caução, salvo na hipótese em

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

que, desde que previamente autorizado pela Companhia, o resultado da venda a um terceiro for destinado primeiramente à quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções deverão ser exercidas pelos Beneficiários nos prazos definidos pelo Conselho de Administração, mas em nenhuma hipótese o período de exercício de uma Opção deverá exceder 6 (seis) anos da data de sua outorga.

k. Forma de liquidação

Qualquer Beneficiário que desejar exercer a sua Opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, por meio de uma notificação de exercício endereçada à mesma, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja subscrever ou adquirir, consoante termo de comunicação, cujo modelo integrará o Contrato de Opção, ou conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de 2 dias úteis a contar do recebimento da comunicação mencionada acima, o preço de exercício a ser pago e a forma de pagamento, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

l. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da Opção, e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.
As Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(a) mediante o seu exercício integral;
(b) após o decurso do prazo de vigência da Opção;
(c) em caso de violação, pelo Beneficiário, das regras do Plano ou das disposições do Contrato de Opção;
(d) mediante o distrato do Contrato de Opção; ou
(e) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o abaixo.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não possam ser exercidos de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 90 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante rescisão do seu contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços por justa causa ou destituição do seu cargo por violar seus deveres e atribuições, todos os direitos que já possam ser exercidos ou que ainda não possam ser exercidos de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos seus deveres e atribuições: (i) os direitos ainda não possam ser exercidos de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre a possibilidade dos direitos que ainda não possam ser exercidos de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarem a ser automaticamente passíveis de exercício, antecipando-se o prazo de carência ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos em até 1 ano contado da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(e) vier a falecer: (i) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre a possibilidade dos direitos que ainda não possam ser exercidos de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, passarem a ser automaticamente exercidos, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva Opção, desde que o façam no prazo de 1 ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 1 ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Sem prejuízo do disposto acima, fica facultado ao Conselho de Administração, em casos excepcionais, definidos conforme sua própria avaliação, adotar critérios mais benéficos aos Beneficiários, desde que respeitadas as regras gerais do Plano.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Item não aplicável, tendo em vista que os membros de nosso conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal não fizeram jus ao recebimento de remuneração baseada em ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Ademais, em relação a remuneração baseada em ações prevista para o presente exercício social, será definida após a realização de nossa oferta pública inicial de ações, quando o conselho de administração pretende aprovar o primeiro programa de opção de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não havia quaisquer opções de compra de ações em aberto no final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

a. Modelo de precificação

O Conselho de Administração definirá o modelo de precificação. Por ainda não existir um programa devidamente aprovado pelo Conselho, a informação será esclarecida posteriormente.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Idem resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Idem resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Idem resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Idem resposta do item 13.8 – a. Modelo de precificação

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo apresenta a quantidade de valores mobiliários diretamente detidos por administradores da Companhia na data de encerramento do último exercício social:

Órgão	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	Participação (%)
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	Ações Ordinárias	21.503.158	99%
Diretoria	Nissei Administradora de Bens Ltda.*	Quotas	21.667	0,0354% (diretamente) 99% (indiretamente, por meio da Companhia)
Diretoria	Comercio de Medicamentos Maeoka Ltda.*	Quotas	871.200	61% (indiretamente, por meio da Companhia e da SMAP Investimentos e Participações Ltda.)
Diretoria	SMAP Investimentos e Participações Ltda.	Quotas	1.511.250	97% (diretamente)
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

A tabela abaixo apresenta a quantidade de valores mobiliários diretamente detidos por administradores da Companhia na data de 30 de junho de 2020:

Órgão	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	Participação (%)
Diretoria	Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	Ações Ordinárias	21.503.158	99%

*A Companhia esclarece que, em 30 de junho de 2020, foi realizada reestruturação societária que resultou desvinculação societária da Companhia no quadro societário das empresas listadas no exercício de 31 de dezembro de 2019.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,00	3,00	2,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	74.406,93	56.589,74	26.822,78
Valor da menor remuneração(Reais)	21.812,50	19.091,67	15.800,00
Valor médio da remuneração(Reais)	48.109,72	37.840,71	21.311,39

Observação

Diretoria Estatutária

674

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	43,24%
Conselho Fiscal	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	56,41%
Conselho Fiscal	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, tendo em vista que os membros da administração da Companhia são remunerados apenas pela função que nela ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que nenhum administrador da Companhia recebe remuneração de controladores ou controladas pelas funções exercidas na Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 30/06/2020			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Advogado	1	-	-	1
Analista	259	4	12	275
Assistente	2.427	118	172	2.717
Atendente de Manipulação	2	-	-	2
Auditor	7	-	-	-
Auxiliar	997	22	48	1.067
Caixa	7	-	-	7
Conferente	2	-	-	2
Coordenador	11	-	-	11
Diretor	5	-	-	5
Encarregado	3	-	-	3
Enfermeiro	1	-	-	1
Especialista	2	-	-	2
Farmacêutico	922	44	57	1.023
Gerente/Subgerente	302	15	18	335
Instrutor Comercial	16	-	2	18
Jardineiro	1	-	-	1
Líder	17	-	-	17
Médico	2	-	-	2
Motociclista/Motorista	24	-	-	24
Oficial de Manutenção	1	-	-	1
Operador	7	-	-	7
Orientador de Estacionamento	14	1	2	17
Perfumista	1	-	-	1
Promotor de Vendas	2	-	-	2
Recebedor de Mercadoria	5	-	-	5
Supervisor	2	-	-	2
Suporte Técnico	1	-	-	1
Técnico	35	-	-	35
Televendedor	47	-	-	47
Zelador	1	-	-	1
Total	**5.124**	**204**	**311**	**5.639**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2019			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Administrador	1	-	-	1
Advogado	1	-	-	1
Analista	366	5	17	388
Assistente	2.426	91	176	3.081
Atendente de Manipulação	1	-	-	1
Auditor	6	-	-	6
Auxiliar	892	18	45	955
Caixa	9	-	-	9
Conferente	2	-	-	2
Coordenador	10	-	-	10
Diretor	4	-	-	4
Encarregado	3	-	-	3
Enfermeiro	1	-	-	1
Especialista	2			2
Farmacêutico	840	43	57	940
Fiscal	1	-	-	1
Gerente/Subgerente	283	13	21	317
Instrutor Comercial	10	-	-	10
Jardineiro	1	-	-	1
Líder	12	-	-	12
Médico	2	-	-	2
Motociclista/Motorista	25	-	-	25
Oficial de Manutenção	1	-	-	1
Operador	12	-	-	12
Orientador de Estacionamento	16	1	2	18
Perfumista	1	-	-	1
Promotor de Vendas	2	-	-	2
Recebedor de Mercadoria	5	-	-	5
Supervisor	1	-	-	1
Suporte Técnico	1	-	-	1
Técnico	37	-	-	37
Televendedor	41	-	-	41
Zelador	1	-	-	1
Total	**5.032**	**171**	**318**	**5.892**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2018			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Administrador	1	-	-	1
Advogado	1	-	-	1
Almoxarife	1	-	-	1
Analista	395	9	19	423
Assistente	2.247	105	157	2.509
Atendente de Manipulação	1	-	-	1
Auditor	4	-	-	4
Auxiliar	822	15	29	866
Caixa	10	-	-	10
Conferente	2	-	-	2
Consultor	1	-	-	1
Coordenador	12	-	-	12
Diretor	4	-	-	4
Encarregado	4	-	-	4
Enfermeiro	1	-	-	1
Engenheiro	1	-	-	1
Especialista	5	-	-	5
Farmacêutico	879	46	51	976
Fiscal	1	-	-	1
Fisioterapeuta	1	-	-	1
Gerente/Subgerente	267	13	19	299
Jardineiro	1	-	-	1
Líder	10	-	-	10
Médico	2	-	-	2
Motociclista/Motorista	25	-	-	25
Oficial de Manutenção	1	-	-	1
Operador	8	-	-	8
Orientador de Estacionamento	17	-	3	20
Perfumista	2	-	-	2
Promotor de Vendas	4	-	-	4
Recebedor de Mercadoria	6	-	-	6
Supervisor	2	-	-	2
Suporte Técnico	1	-	-	1
Técnico	46	-	-	46
Televendedor	36	-	-	36
Zelador	2	-	-	2
Total	**4.840**	**188**	**278**	**5.100**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2017			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Administrador	1	-	-	1
Advogado	1	-	-	1
Analista	56	-	-	56
Assessor	1	-	-	1
Assistente	192	-	-	192
Atendente de Manipulação	630	26	69	725
Auditor	1	-	-	**1**
Auxiliar	780	17	27	824
Caixa	1.205	66	85	1.356
Conferente	2	-	-	2
Consultor de Beleza	2	-	-	2
Coordenador	12	-	-	12
Diretor	3	-	-	3
Encarregado	2	-	-	2
Enfermeiro	1	-	-	1
Especialista	1	-	-	1
Farmacêutico	776	41	42	859
Gerente/Subgerente	318	15	19	352
Jardineiro	1	-	-	1
Líder	11	-	-	11
Médico	2	-	-	2
Motociclista/Motorista	25	-	-	25
Oficial de Manutenção	4	-	-	4
Operador	5	-	-	5
Orientador de Estacionamento	19	1	2	22
Perfumista	2	-	-	2
Promotor de Vendas	5	-	-	5
Recebedor de Mercadoria	5	-	-	5
Supervisor	2	-	-	2
Técnico	44	-	-	44
Televendedor	44	-	-	44
Zelador	2	-	-	2
Total	**4.184**	**166**	**244**	**4.437**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. - 30/06/2020			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Auxiliar de Serviços Gerais	17	-	-	17
Auxiliar de Depósito	21	-	-	21
Analista Contábil	-	-	1	1
Total	**38**	**-**	**1**	**39**

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2019			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Analista	2	-	-	2
Atendente de Alarme	14	-	-	14
Auxiliar	47	-	-	47
Cozinheiro	1	-	-	1
Desenvolvedor	1	-	-	1
Fiscal de Loja	21	-	-	21
Gerente	6	-	-	6
Vigilantes	15	-	-	15
Total	**107**	**-**	**-**	**107**

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2018			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Analista	2	-	-	2
Atendente de Alarme	10	-	-	10
Auxiliar	11	-	-	11
Cozinheiro	2	-	-	2
Desenvolvedor	4	-	-	4
Fiscal de Loja	25	-	-	25
Gerente	8	-	-	8
Vigilantes	15	-	-	15
Total	**77**	**-**	**-**	**77**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2017			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Analista	2	-	-	2
Atendente de Alarme	10	-	-	10
Auxiliar	12	-	-	12
Cozinheiro	1	-	-	1
Desenvolvedor	2	-	-	2
Fiscal de Loja	25	-	-	25
Gerente	6	-	-	6
Vigilantes	15	-	-	15
Total	**73**	**-**	**-**	**73**

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. - 30/06/2020			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Auxiliar de Serviços Gerais	17	-	-	17
Auxiliar de Depósito	21	-	-	21
Analista Contábil	-	-	1	1
Total	**38**	**-**	**1**	**39**

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2019			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Analista	2	-	-	2
Atendente de Alarme	14	-	-	14
Auxiliar	47	-	-	47
Cozinheiro	1	-	-	1
Desenvolvedor	1	-	-	1
Fiscal de Loja	21	-	-	21
Gerente	6	-	-	6
Vigilantes	15	-	-	15
Total	**107**	**-**	**-**	**107**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2018			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Analista	2	-	-	2
Atendente de Alarme	10	-	-	10
Auxiliar	11	-	-	11
Cozinheiro	2	-	-	2
Desenvolvedor	4	-	-	4
Fiscal de Loja	25	-	-	25
Gerente	8	-	-	8
Vigilantes	15	-	-	15
Total	**77**	**-**	**-**	**77**

Atividade	Farmácia e Drogaria Nissei S.A. – 31/12/2017			
	Paraná	Santa Catarina	São Paulo	Total
Analista	2	-	-	2
Atendente de Alarme	10	-	-	10
Auxiliar	12	-	-	12
Cozinheiro	1	-	-	1
Desenvolvedor	2	-	-	2
Fiscal de Loja	25	-	-	25
Gerente	6	-	-	6
Vigilantes	15	-	-	15
Total	**73**	**-**	**-**	**73**

(c) índice de rotatividade

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.			
31/06/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**30/12/2017**
3,8%	4,2%	4,5%	3,3%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Em 10 de julho de 2020, a Companhia celebrou Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") com o Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Paraná ("SINDIFAR-PR"), que versa sobre o impacto da pandemia de Covid-19 nos contratos de trabalho. De acordo com o documento, como forma de manter os empregos dos farmacêuticos do grupo de risco, que comprovem sua condição por meio de declaração/atestado médico, fica autorizada a suspensão temporária do contrato de trabalho, independente do salário do empregado, pelo prazo máximo de 60 dias, que poderá ser fracionado em até dois períodos de 30 dias, garantindo o direito do empregado de receber o Benefício Emergencial pago pelo Governo Federal e a concessão de todos os benefícios oferecidos pela Companhia aos empregados. O ACT perdurará enquanto durar o estado de calamidade.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o empregado conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) política de benefícios

A Companhia possui uma política unificada de benefícios, sempre em observância à legislação aplicável. Nesse sentido, os benefícios concedidos pela Companhia aos seus empregados são: (i) plano de saúde; (ii) plano odontológico; (iii) vale refeição, para os empregados lotados nas lojas, e refeição no local, para os empregados do setor Administrativo; (iv) vale alimentação, para os empregados do setor de Logística; (v) cartão convênio farmácia; (vi) auxílio educação para cursos de graduação e de pós-graduação; e (vii) seguro de vida.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Todas as características listadas acima estão descritas no item 13.4 deste Formulário.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia informa que nos últimos 3 exercícios sociais não houve qualquer indício de paralisação ou greve. Adicionalmente, a Companhia mantém relação harmoniosa com o sindicato, mantendo negociações em conformidade com os interesses da Companhia e com o pleito de seus empregados.

Os sindicatos que representam a Companhia, bem como todos os seus empregados, estão devidamente descritos abaixo:

#	Descrição com a Sigla
1	Sindicato dos Empregados do Comércio de Curitiba (SEC – Curitiba)
2	Sindicato dos Empregados do Comércio de Paranaguá e Litoral (SEC – Paranaguá)
3	Sindicato dos Empregados do Comércio de Ponta Grossa (SEC – Ponta Grossa)
4	Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná (SINDIFAR – PR)
6	Sindicato dos Condutores de Motocicletas de Curitiba (SINTRAMOTOS)
9	SIMEPAR -MEDICOS (SIMEPAR)
10	Sindicato dos Empregados do Comércio de Londrina (SEC – Londrina)
11	Sindicato dos Empregados do Comércio de União da Vitória (SEC – União Vitória)
14	Sindicato dos Empregados do Comércio de Maringá (SEC – Maringá)
15	Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Estado do Paraná (SITRO)
18	Sindicato dos Empregados do Comércio de Campo Mourão e Goioerê (SEC – Campo Mourão e Goioerê)
19	Sindicato dos Empregados em Farmácias de Cascavel e Regional Oeste (SEC – Cascavel)
20	Sindicato dos Empregados em Farmácias e Drogarias de Manipulação de Medicamentos e Similares de Cascavel e Região (SINTERFAVEL)
21	Sindicato do Comércio de Guarapuava (SEC – Guarapuava)
23	Sindicato do Comércio de Foz do Iguaçu (SEC – Foz do Iguaçu)
24	Sindicato dos Empregados do Comércio de Itajaí (SEC – Itajaí)
25	Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina (SINDIFAR SC)
26	Sindicato do Comércio de Joinville (SEC – Joinville)
27	Sindicato dos Empregados de Blumenau e Gaspar (SEC – Blumenau)
28	Sindicato dos Empregados do Comércio de Balneário Camboriú (SEC – Balneário Camboriú)
29	Sindicato dos Empregados do Comércio de São José (SEC – São José)
30	Sindicato dos Farmacêuticos do Vale do Itajaí (SINDIFAR Vale do Itajaí)
31	Sindicato do Comércio de Pato Branco (SEC – Pato Branco)
32	Sindicato do Comércio de Paranavaí (SEC – Paranavaí)
33	Sindicato do Comércio de São Bento do Sul (SEC – São Bento do Sul)
34	Sindicato do Comércio de Francisco Beltrão (SEC – Francisco Beltrão)
37	Sindicato dos Empregados do Comércio de Apucarana (SEC – Apucarana)

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

38	Sindicato dos Empregados do Comércio de Cianorte (SEC – Cianorte)
40	Sindicato dos Empregados do Comércio de Umuarama (SEC – Umuarama)
41	Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná (SENGE PR)
42	Sindicato dos Empregados do Comércio de Bauru (SEC – Bauru)
43	Sindicato dos Empregados do Comércio de Marília (SEC – Marília)
44	Sindicato dos Empregados do Comércio de Lins/Penápolis (SEC – Lins)
45	Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo (SINFAR)
46	Sindicato dos Empregados do Comércio de Ourinhos (SEC – Ourinhos)
47	Sindicato dos Empregados do Comércio de São Carlos (SEC – São Carlos)
48	Sindicato dos Empregados do Comércio de Palhoça (SEC – Palhoça)
50	Sindicato dos Empregados do Comércio de Birigui (SEC – Birigui)
51	Sindicato dos Empregados do Comércio de Araraquara (SEC – Araraquara)
52	Sindicato dos Empregados do Comércio de Presidente Prudente (SEC – Presidente Prudente)
54	Sindicato dos Práticos de Farmácia de Ribeirão Preto (SINPRAFARMA – Ribeirão Preto)
56	Sindicato dos Empregados do Comércio de Jaú (SEC – Jaú)
59	Sindicato dos Empregados do Comércio de Registro (SEC – Registro)
60	Sindicato dos Empregados do Comércio de Cornélio Procópio (SEC – Cornélio Procópio)
62	Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Negro/Lapa (FECEP)
63	Sindicato dos Empregados do Comércio de Santo Antônio da Platina/Ibaiti
64	Sindicato dos Farmacêuticos de Santo Antônio da Platina/Ibaiti (SINDIFAR – PR)
65	Sindicato do Comércio de Assis (SECAC)
66	Sindicato do Comercio de Palotina
67	Sindicato dos Farmacêuticos de Palotina (SINDIFAR – PR)
68	Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto União (SEC – Porto União)
71	Sindicato dos Empregados do Comércio de Canoinhas/Mafra (SEC – Canoinhas)

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Patrícia Maeoka Aisengart Accioly					
041.332.109-64	Brasileira-PR	Não	Não	14/03/2014	
Não					
217.204	1,000%	0	0,000%	217.204	1,000%
Alexandre Maeoka					
041.833.849-31	Brasileiro-PR	Não	Não	14/03/2014	
Não					
217.204	1,000%	0	0,000%	217.204	1,000%
Sergio Maeoka					
358.417.029-04	Brasileiro-PR	Não	Sim	14/03/2014	
Não					
21.285.954	98,000%	0	0,000%	21.285.954	98,000%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
21.720.362	100,000%	0	0,000%	21.720.362	100,000%

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/08/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte mas, atualmente, o acionista controlador negocia com os demais acionistas acordo de acionistas para regular, dentre outros, direito de preferência na alienação de ações da Companhia e obrigações de não concorrência dos atuais acionistas em relação à Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não foram realizadas alterações relevantes (aquisições ou alienações) nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente, além daquelas descritas no item 15.7 abaixo.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) evento

Subscrição e aumento de capital, e posterior cessão e transferência da participação da Companhia na Nissei Administradora de Bens Ltda. ("Nissei Administradora").

b) principais condições do negócio

Em 30 de junho de 2020, a Companhia subscreveu 3.918.042 novas quotas sociais na Nissei Administradora, e posteriormente cedeu e transferiu para os demais sócios da Nissei Administradora a totalidade de suas 65.100.555 quotas representativas do capital social da Nissei Administradora, com valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R$ 65.100.555,00. A cessão e transferência aos demais sócios se deu a título oneroso, pelo valor total de R$ 87.000.000,00, e na seguinte proporção: (i) 63.798.597 quotas para Sergio Maeoka; (ii) 650.979 quotas para Patrícia Maeoka Aisengart Accioly; e (iii) 650.979 quotas para Alexandre Maeoka. O valor acima será pago no prazo de 24 meses contados a partir de 30/06/2020, sendo que (i) Sergio Maeoka deverá pagar R$ 85.260.000,00; (ii) Alexandre Maeoka deverá pagar R$ 870.000,00; e (iii) Patrícia Maeoka Aisengart Accioly deverá pagar o valor de R$ 870.000,00. Os valores acima não sofrerão atualização monetária até a data do vencimento da obrigação de pagamento, inclusive na hipótese de eventual materialização de contingências ativas ou passivas da Nissei Administradora. Em decorrência da obrigação de pagamento, Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patrícia Maeoka Aisengart Accioly emitiram notas promissórias nos valores individualmente devidos por cada qual, com vencimento em 30 de junho de 2022, as quais poderão ser resgatadas na hipótese de antecipação do pagamento do preço. Em 30 de junho de 2020, o valor do investimento da Companhia na Nissei Administradora era de R$ 107.299,00, de modo que a operação descrita acima resultou em perda de R$ 20.299,00 para a Companhia.

A venda da participação societária teve por objetivo segregar atividades que não estavam relacionadas diretamente ao objeto social principal da Companhia (propriedades de imóveis e ativos biológicos, dentre outros) e focar exclusivamente no mercado farmacêutico, considerando as potenciais oportunidades de crescimento de vendas e serviços.

c) sociedades envolvidas

Nissei Administradora de Bens Ltda. e Companhia

d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário

Com a cessão e transferência da totalidade das quotas detidas pela Companhia na Nissei Administradora, a Companhia deixou de integrar o quadro societário da Nissei Administradora, o qual passou a ser composto apenas pelos acionistas da Companhia.

Não houve alteração no quadro societário da Companhia.

e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

e) quadro societário antes e depois da operação

Quadro societário da Nissei Administradora antes da operação:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VALOR (R$)	PART (%)
Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	65.100.555	R$65.100.555,00	99,9664%
Sérgio Maeoka	21.422	R$21.422,00	0,0329%
Patrícia Maeoka Aisengart Accioly	245	R$245,00	0,00035%
Alexandre Maeoka	245	R$245,00	0,00035%
TOTAL	65.122.467	R$65.122.467,00	100%

Quadro societário da Nissei Administradora depois da operação:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VALOR (R$)	PART. (%)
Sérgio Maeoka	63.820.019	R$63.820.019,00	98%
Patrícia Maeoka Aisengart Accioly	651.224	R$651.224,00	1%
Alexandre Maeoka	651.224	R$651.224,00	1%
TOTAL	61.204.425	R$61.204.425,00	100%

15.7 - Principais Operações Societárias

a) evento

Cessão e transferência da participação da Companhia e da SMAP Investimentos e Participações Ltda. ("SMAP") na Comercio de Medicamentos Maeoka Ltda. ("Comercio Maeoka").

b) principais condições do negócio

A Companhia cedeu e transferiu, a título oneroso, para o sócio Ricardo Maeoka da Comercio Maeoka a totalidade de suas 16.500 quotas representativas do capital social da Comercio Maeoka, com valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R$ 16.500,00. A SMAP cedeu e transferiu, a título oneroso, para o sócio Ricardo Maeoka, a totalidade de suas 854.700 quotas representativas do capital social da Comercio Maeoka, com valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R$ 854.700.

c) sociedades envolvidas

Companhia, Comercio Maeoka e SMAP

d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário

Com a cessão e transferência da totalidade das quotas detidas pela Companhia e pela SMAP na Comercio Maeoka, a Companhia e a SMAP deixaram de integrar o quadro societário da Comercio Maeoka, o qual passou a ser composto apena pelo Sr. Ricardo Maeoka.
Não houve alteração no quadro societário da Companhia e da SMAP.

e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

e) quadro societário antes e depois da operação

Quadro societário da Comercio Maeoka antes da operação:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VALOR (R$)	PART (%)
Farmácia e Drogaria Nissei S.A.	16.500	R$ 16.500,00	1%
Ricardo Maeoka	778.800	R$ 778.800,00	39%
SMAP Investimentos e Participações Ltda.	854.700	R$ 854.700,00	60%
TOTAL	1.650.000	R$1.650.000,00	100%

Quadro societário da Comercio Maeoka depois da operação:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VALOR (R$)	PART. (%)
Ricardo Maeoka	1.650.000	R$1.650.000,00	100%
TOTAL	1.650.000	R$1.650.000,00	100%

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 Fornecer outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 15 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de agosto de 2020 ("Política de Transações com Partes Relacionadas"). O inteiro teor da Política de Transações com Partes Relacionadas foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo orientar a conduta dos administradores da Companhia, assim entendidos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria (estatutária e não-estatutária) e de Comitês (permanentes ou temporários), de forma a zelar para que todas as Transações com Partes Relacionadas, conforme ali definidas, e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os interesses da Companhia, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

De acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, cada administrador da Companhia deve preencher, no momento de sua nomeação, um questionário criado para coletar informações sobre as Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) a ele, de acordo com as definições contidas na referida política. Cada um dos administradores deve, ainda, informar ao Departamento Jurídico da Companhia qualquer operação prevista de que tome conhecimento que possa ser qualificada como uma Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas. Cada um desses indivíduos também será responsável por obter as informações relevantes dos familiares próximos e atualizar as informações relevantes periodicamente.

Os diretores não estatutários da Companhia e de suas controladas serão instruídos pelos diretores da Companhia e orientados a informar ao Departamento Jurídico da Companhia qualquer Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) em potencial/previstas de que tomem conhecimento antes de sua assinatura e/ou implementação.

Cada Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) em potencial informada ao Departamento Jurídico deverá conter todas as informações necessárias permitindo que o Departamento Jurídico faça a análise e a avaliação necessárias. O Departamento Jurídico deverá analisar cada Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) em potencial informada para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. O Departamento Jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas. O Departamento Jurídico poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas.

Se a análise levar à conclusão de que a Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) deve ser informada ao Comitê de Auditoria e/ou ao Conselho de Administração, o Departamento Jurídico deverá transmitir ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, antecipadamente, todas as informações relevantes que permitam ao Comitê de Auditoria e então ao Conselho de Administração analisar a Transação com Partes

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) de acordo com as diretrizes previstas na Política de Partes Relacionadas.

Todas as Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) a serem celebradas dentro do curso dos negócios e que não envolvam Valores Relevantes, conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas, deverão ser formal e previamente aprovadas pelo Departamento Jurídico da Companhia com relato ao Comitê de Auditoria após a assinatura da Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas). As Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) a serem celebradas fora do curso normal dos negócios e que não envolvam Valores Relevantes deverão ser aprovadas formal e previamente pelo Departamento Jurídico com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria. Ainda, as Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) que envolvam Valores Relevantes (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), sejam celebradas no curso normal dos negócios ou não, deverão ser formal e previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria.

A Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) deve ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria devem: (i) ter acesso a toda documentação relevante e necessária com relação a transações específicas ou a diretrizes para contratação de transações; e (ii) solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos, bem como eventuais pareceres de especialistas ou relatórios técnicos porventura julgados necessários para fornecer seu parecer ou tomar sua decisão.

O Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, conforme o caso, podem aprovar uma Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) se constatarem, de boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e no interesse da Companhia e/ou de suas controladas. Além disso, podem, a seu critério, estabelecer como condição para a aprovação de uma Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no interesse da Companhia e/ou de suas controladas.

Caso uma Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) tenha que ser aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral de acordo com a lei aplicável, essa transação deverá ser submetida aos acionistas acompanhada de uma proposta submetida pelo Conselho de Administração da Companhia, embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros.

O Conselho de Administração deve zelar para que reestruturações societárias envolvendo Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) assegurem tratamento equitativo para todos os acionistas.

Em sua análise e decisão sobre os méritos da Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), o Departamento Jurídico, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, se pertinente, devem considerar os critérios que julguem relevantes e, em especial, os seguintes: (i) se houver motivos justificáveis, do ponto de vista comercial da Companhia e/ou de suas controladas para a conclusão da Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas); (ii) se a transação for negociada em Condições de Mercado; (iii) se existem alternativas de mercado à

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Transação com Partes Relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos; (iv) se tiver ocorrido um procedimento de tomada de preços, processo competitivo ou tentativa de qualquer outra forma de realizar a essa transação com terceiros e para o seu resultado; (v) a metodologia de avaliação usada e outras abordagens possíveis para avaliação da transação; (vi) possíveis disposições ou limitações impostas à Companhia e/ou suas controladas resultantes da celebração da transação ou se a transação incluir qualquer risco em potencial à Companhia e/ou suas controladas (incluindo risco reputacional); e (vii) extensão da participação da Parte Relacionada (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) na transação, levando em consideração o montante envolvido na transação, a situação financeira geral da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta da participação da Parte Relacionada (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) na transação e a natureza contínua ou não da transação, dentre outros aspectos que considerar relevantes.

São vedadas as Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) nas seguintes hipóteses: (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

As seguintes Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) não estão sujeitas à Política de Transações com Partes Relacionadas: (i) transações entre a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, salvo nos casos em que haja participação no capital social da controlada por parte dos controladores diretos ou indiretos da Companhia, de seus administradores ou de pessoas a eles vinculadas; (ii) transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia, salvo nos casos em que haja participação no capital social da controlada por parte dos controladores diretos ou indiretos da Companhia, de seus administradores ou de pessoas a eles vinculadas; (iii) remuneração (incluindo remuneração fixa e variável e possíveis planos de incentivo de longo prazo (incluindo na forma de planos de opção de compra de ações)) e outros benefícios (como a atribuição de celular, computador, veículos profissionais, garantias concedidas pela Companhia e/ou suas controladas em contratos de aluguel, etc.) dos administradores da Companhia e/ou de suas controladas, desde que tenham sido aprovadas pelos órgãos societários aplicáveis; (iv) transações entre a Companhia e qualquer entidade controlada pela Companhia; (v) concessão de garantias pela Companhia a controladas, desde que os termos e condições contidos nos contratos que regem a garantia concedida pela Companhia cumpram aqueles previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme aplicável; (vi) renovação de Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) já aprovadas pelo Departamento Jurídico ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável, desde que estejam sob os mesmos termos e condições pré-existentes; e (vii) reembolso de despesas de viagem e treinamento, desde que elas sejam devidamente justificadas e razoáveis em linha com os procedimentos de viagem e treinamento relevantes aplicáveis.

Se qualquer Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) não tiver sido submetida aos procedimentos de aprovação antes de sua assinatura e/ou implementação, tal transação deve ser informada ao Departamento Jurídico para análise e aprovação pelo Conselho de Administração ou pelo próprio Departamento Jurídico, conforme aplicável. Esse órgão deve conduzir a análise e deve considerar, ainda, todas as opções disponíveis à Companhia, incluindo a ratificação, alteração ou término da Relação com Partes Relacionadas. O Departamento Jurídico, o Comitê de Auditoria e, conforme o caso, o Conselho de Administração deverão examinar também os fatos e circunstâncias relacionados à não submissão da Transação com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Relacionadas) para aprovação e deverão praticar os atos que considerem apropriados, garantindo a eficácia da Política de Transações com Partes Relacionadas.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em seu detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia , ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a Deliberação CVM nº 642/10, a Companhia deve divulgar as Transações com Partes Relacionadas em suas demonstrações financeiras, fornecendo detalhes suficientes para identificar as Partes Relacionadas e todos os termos essenciais dessas transações. A divulgação dessas informações deve ser feita, de forma clara e precisa, nas notas das demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com as regras contábeis aplicáveis. A Companhia também divulgará as Transações com Partes Relacionadas (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) de acordo com os regulamentos da CVM aplicáveis e as Regras de Listagem da B3.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.	30/06/2020	10.075.000,00	0	Não é possível aferir	Não aplicável.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia detinha 1% do quadro societário, o qual foi vendido em 30/06/2020.						
Objeto contrato	Em 30 de junho de 2020, a Companhia firmou acordo com a Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda., o que resultou, dentre outros, na liquidação do mútuo ativo de R$ 10.075 por meio do recebimento do precatório, cujo valor foi avaliado em R$ 3.790, sendo reconhecida perda de R$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período. Não há valores adicionais decorrentes desta negociação entre as empresas.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Extinção.						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Nissei Administradora de Bens Ltda.	01/04/2010	10.467,00	0	Não é possível aferir	31/03/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda.(i.e. Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accioly) são acionistas, membros do Conselho de Administração e, no caso do Sr. Alexandre Maeoka, Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel da filial 40 localizada na Praça Rui Barbosa, 486, Curitiba Paraná. A Nissei Administradora de Bens Ltda. é proprietária de 50% do imóvel.						
Garantia e seguros	Fiança outorgada por Sérgio Maeoka (CPF 358.417.029-04) e Cristiane Lumi Fikino Maeoka (CPF 007.263.379-43). Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	(i) Impedimento da Locatária exercer sua atividade, conforme descrita no contrato. (ii) Desistência quanto a renovação automática deve ser comunicada mediante notificação efetuada por meio de Cartório de Títulos e Documentos com no mínimo 90 dias de antecedência em relação ao vencimento original ou aquele decorrente das prorrogações.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóveis para o desenvolvimento das operações da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nissei Administradora de Bens Ltda.	01/10/2010	11.962,70	0	Não é possível aferir	Indeterminado (renovação automática a cada 5 anos após 30 de setembro de 2015).	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Os sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda.(i.e. Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accioly) são acionistas, membros do Conselho de Administração e, no caso do Sr. Alexandre Maeoka, Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel da filial 20 Praia de Leste, localizado em PR 412, nr. 40, Praia de Leste, Pontal do Sul, Paraná. A Nissei Administradora de Bens Ltda. é proprietária do imóvel.						
Garantia e seguros	Fiança outorgada por Sérgio Maeoka (CPF 358.417.029-04) e Cristiane Lumi Fikino Maeoka (CPF 007.263.379-43). Seguro contra risco de incêndio.						
Rescisão ou extinção	(i) Impedimento da Locatária exercer sua atividade, conforme descrita no contrato. (ii) Desistência quanto a renovação automática deve ser comunicada mediante notificação efetuada por meio de Cartório de Títulos e Documentos com no mínimo 90 dias de antecedência em relação ao vencimento original ou aquele decorrente das prorrogações.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel para o desenvolvimento das operações da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nissei Administradora de Bens Ltda.	01/10/2010	30.100,02	0	Não é possível aferir	Indeterminado (renovação automática a cada 5 anos após 30 de setembro de 2015).	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda.(i.e. Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accioly) são acionistas, membros do Conselho de Administração e, no caso do Sr. Alexandre Maeoka, Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel da filial 44 Alto da XV, localizado na Rua Marechal Deodoro, 2.550, Alto da Rua XV, Curitiba, Paraná. A Nissei Administradora de Bens Ltda. é proprietária do imóvel.						
Garantia e seguros	Fiança outorgada por Sérgio Maeoka (CPF 358.417.029-04) e Cristiane Lumi Fikino Maeoka (CPF 007.263.379-43). Seguro contra risco de incêndio.						
Rescisão ou extinção	(i) Impedimento da Locatária exercer sua atividade, conforme descrita no contrato. (ii) Desistência quanto a renovação automática deve ser comunicada mediante notificação efetuada por meio de Cartório de Títulos e Documentos com no mínimo 8 meses de antecedência em relação ao vencimento original ou aquele decorrente das prorrogações.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel para o desenvolvimento das operações da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nissei Administradora de Bens Ltda.	01/10/2018	5.450,95	0	Não é possível aferir	30 de setembro de 2023 (renovações automáticas a cada 5 anos).	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Os sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda.(i.e. Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accioly) são acionistas, membros do Conselho de Administração e, no caso do Sr. Alexandre Maeoka, Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel da filial 63 Champagnat, localizado na Rua Capitão Souza Franco, 760, Batel, Curitiba, Paraná. A Nissei Administradora de Bens Ltda é proprietária do imóvel.						
Garantia e seguros	Fiança outorgada por Sérgio Maeoka (CPF 358.417.029-04). Seguro contra risco de incêndio e vendaval.						
Rescisão ou extinção	(i) Impedimento da Locatária exercer sua atividade, conforme descrita no contrato. (ii) Desistência quanto a renovação automática deve ser comunicada mediante notificação efetuada por meio de Cartório de Títulos e Documentos com no mínimo 12 meses de antecedência em relação ao vencimento original ou aquele decorrente das prorrogações. (iii) Aplicação de multa em caso de rescisão antes de 30 meses de vigência. Após esse prazo, não há incidência de multa se a rescisão for notificada com no mínimo 30 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel para o desenvolvimento das operações da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nissei Administradora de Bens Ltda.	01/01/2012	9.347,23	0	Não é possível aferir	Indeterminado (renovações automáticas a cada 5 anos).	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda.(i.e. Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accioly) são acionistas, membros do Conselho de Administração e, no caso do Sr. Alexandre Maeoka, Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel da filial 106 Juvevê Rocha Pombo, localizada na Rua Rocha Pombo, 572, Curitiba, Paraná. A Nissei Administradora de Bens Ltda. é proprietária do imóvel.						
Garantia e seguros	Fiança outorgada por Sérgio Maeoka (CPF 358.417.029-04). Seguro contra risco de incêndio.						
Rescisão ou extinção	(i) Impedimento da Locatária exercer sua atividade, conforme descrita no contrato. (ii) Desistência quanto a renovação automática deve ser comunicada mediante notificação efetuada por meio de Cartório de Títulos e Documentos com no mínimo 12 meses de antecedência em relação ao vencimento original ou aquele decorrente das prorrogações. (iii) Possibilidade de rescisão unilateral pela Companhia após 30 meses.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel para o desenvolvimento das operações da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Nissei Administradora de Bens Ltda.	14/01/2012	27.057,87	0	Não é possível aferir	Indeterminado (renovações automáticas a cada 5 anos).	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda.(i.e. Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accioly) são acionistas, membros do Conselho de Administração e, no caso do Sr. Alexandre Maeoka, Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel localizado na Estrada da Graciosa, entre os quilômetros 09 e 10, Grêmio Recreativo, Morretes, Paraná (Centro de Treinamento Morretes). A Nissei Administradora de Bens Ltda. é proprietária do imóvel.						
Garantia e seguros	Fiança outorgada por Sérgio Maeoka (CPF 358.417.029-04) e Cristiane Lumi Fikino Maeoka (CPF 007.263.379-43). Seguro contra risco de incêndio.						
Rescisão ou extinção	(i) Impedimento da Locatária exercer sua atividade, conforme descrita no contrato. (ii) Desistência quanto a renovação automática deve ser comunicada mediante notificação efetuada por meio de Cartório de Títulos e Documentos com no mínimo 12 meses de antecedência em relação ao vencimento original ou aquele decorrente das prorrogações. (iii) Possibilidade de rescisão unilateral pela Companhia após 30 meses.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel para o desenvolvimento das operações da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nissei Administradora de Bens Ltda.	27/07/2015	2.045,40	0	Não é possível aferir	29 de janeiro de 2021.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda.(i.e. Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accioly) são acionistas, membros do Conselho de Administração e, no caso do Sr. Alexandre Maeoka, Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel localizado na Rua Dr. Pedrosa, 445, apartamento 2504, Edifício Orbit, Curitiba, Paraná. A Nissei Administradora de Bens Ltda. é proprietária do imóvel.						
Garantia e seguros	Fiança outorgada por Sérgio Maeoka (CPF 358.417.029-04) e Cristiane Lumi Fikino Maeoka (CPF 007.263.379-43). Seguro contra risco de incêndio.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel residencial para uso de Gerentes e Diretores da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nissei Administradora de Bens Ltda.	22/12/2015	59.750,00	0	Não é possível aferir	28 de fevereiro de 2021.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Os sócios da Nissei Administradora de Bens Ltda.(i.e. Sergio Maeoka, Alexandre Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accioly) são acionistas, membros do Conselho de Administração e, no caso do Sr. Alexandre Maeoka, Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de 7 veículos. A Nissei Administradora de Bens Ltda. é proprietária dos veículos.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Desistência quanto a renovação automática deve ser comunicada mediante notificação com no mínimo 30 dias de antecedência, sem prejuízo do pagamento do mês da rescisão.						
Natureza e razão para a operação	Locação de veículos.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sergio Maeoka	31/07/2017	3.702.023,87	0	Não é possível aferir	31 de julho de 2021.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	O mutuário, Sergio Maeoka, é acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo no valor total de R$ 3.702.023,87, sendo a Companhia mutuante.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo de Sócios.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais reconhecidamente efetivos para tratar conflitos de interesse no contexto de tais transações.

Em 24 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesse, bem como o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia com o intuito de aprimorar a estrutura de governança no que tange a situações de conflito de interesses. O inteiro teor de ambos os documentos foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

Para mais informações sobre as políticas de administração de conflitos de interesse da Companhia, veja os itens 12.1(d) e 12.3(c) deste Formulário de Referência.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado:

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no que diz respeito a tais transações.

Não obstante tal ausência de procedimentos ou políticas formais, as transações com partes relacionadas da Companhia são formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparência para cada transação contratada. Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de modo a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas.

Em 24 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, bem como o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia com o intuito de aprimorar a estrutura de governança no que tange às transações com partes relacionadas. O inteiro teor de ambos os documentos foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.nisseisa.com.br).

Para mais informações sobre as políticas de transações com partes relacionadas da Companhia, veja o item 16.1 deste Formulário de Referência.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 – Fornecer outras informações que o emissor considerado relevante

Não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
24/08/2020	0,00		250.000.000	0	250.000.000
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
14/03/2014	21.720.362,00	14/03/2014	21.720.362	0	21.720.362
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
14/03/2014	21.720.362,00	14/03/2014	21.720.362	0	21.720.362
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
14/03/2014	21.720.362,00	14/03/2014	21.720.362	0	21.720.362

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve aumento do capital social da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações de emissão da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 17 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reservas, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório não será inferior a 10% (dez por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório e destinada para a reserva de incentivos fiscais.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Liquidação A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o(s) liquidante(s), bem como os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e remuneração. Reembolso Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou deliberações tomadas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas da Companhia do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de suas respectivas participações no capital social; (iii) fiscalizar nossa gestão nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Os direitos que não sejam estabelecidos por lei poderão ser alterados por deliberação da Assembleia Geral de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	As ações da Companhia são admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em Assembleia Geral.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Limitações ao Direito de Voto

A Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia estabelecem que a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela Lei das Sociedades por Ações ou pelo Estatuto Social.

Não há outras cláusulas constantes do Estatuto Social da Companhia que limitem o direito de voto dos acionistas.

Oferta Pública de Ações

O Estatuto Social prevê ainda a obrigação de realização de oferta pública de ações (“OPA”) em caso de alienação de controle acionário da Companhia.

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deve ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Além disso, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de OPA realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. Nesses casos, a realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em Assembleia Geral.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do Artigo 120 da Lei das Sociedades caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo Estatuto Social, cessando a suspensão assim que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional
Data de emissão	29/10/2017
Data de vencimento	31/10/2021
Quantidade (Unidades)	153.061.225
Valor total (Reais)	153.061.225,00
Saldo Devedor em Aberto	241.331.587,17
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As debêntures da 1ª (primeira) série poderão ser integralmente resgatadas, a exclusivo critério da Companhia, a qualquer tempo, observado o disposto no art. 55 da Lei das Sociedades por Ações. Não haverá resgate antecipado facultativo para a debênture da 2ª (segunda) série. Para que se possa exercer a faculdade de resgate antecipado das Debêntures da 1ª (primeira) série, a Companhia deve enviar ao debenturista, com no mínimo 15 dias de antecedência, comunicado no qual conste (i) a data do resgate; (ii) o valor do resgate; e (iii) qualquer outra informação que, no entendimento da Companhia, seja relevante ao debenturista. A Companhia deve prestar quaisquer esclarecimentos solicitados pelo debenturista em até 5 dias. O resgate antecipado facultativo das Debêntures da 1ª (primeira) série deve ser efetuado mediante pagamento do saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª (primeira) série acrescido da remuneração estipulada para a 1ª (primeira) série ("Remuneração Primeira Série") ainda não paga, calculada pro rata temporis desde a data de emissão das Debêntures até a data do efetivo pagamento da remuneração mínima estipulada ("Remuneração Mínima"). Para fins do cálculo acima, a Remuneração Primeira Série consiste, para cada debênture, em juros de: (i) 14,5% a.a. capitalizados semestralmente nos 6 primeiros meses a contar da data de emissão das debêntures; (ii) 16,5% a.a. capitalizados semestralmente do 7º ao 12º mês a contar da data de emissão das debêntures; e (iii) 18% a.a. capitalizados semestralmente a partir do 13º mês a contar da data de emissão das Debêntures e até o pagamento integral da respectiva debênture da 1ª (primeira) série. A Remuneração Mínima terá valor equivalente à Remuneração Primeira Série capitalizada até o término do 12º mês a contar da data de emissão das debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	1ª (primeira) emissão de debêntures, conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada, no valor total de R$153.061.225,00 (cento e cinquenta e três milhões, sessenta e um mil, duzentos e vinte e cinco reais). Foram emitidas 153.061.225 (cento e cinquenta e três milhões, sessenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) debêntures, sendo (i) 153.061.224 (cento e cinquenta e três milhões, sessenta e uma mil, duzentas e vinte e quatro) no âmbito da primeira série; e (ii) 1 (uma) no âmbito da segunda série. O valor nominal unitário das Debêntures é de R$1,00 (um real)
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Propriedade Fiduciária Para garantir o integral e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas pela Companhia com relação às Debêntures de 1ª (primeira) série e demais obrigações pactuadas na Escritura de Emissão, foi constituída, em favor do Debenturista, alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, inclusive de futura titularidade dos atuais acionistas da Companhia, bem como cessão fiduciária de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos decorrentes de tais ações, direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos ao capital social da Companhia de titularidade dos acionistas da Companhia. A garantia ora descrita foi formalizada por meio de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças celebrado em 29/10/2017 entre os acionistas da Companhia, o Debenturista e a Companhia. As ações estão em processo de liberação em vista da potencial oferta secundária. Garantia Fidejussória Como garantia do fiel e pontual pagamento das obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia com relação às Debêntures e demais obrigações pactuadas na Escritura, o acionista da Companhia, Sr. Sergio Maeoka prestou fiança em favor do Debenturista, obrigando-se como fiador e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. A fiança ora descrita entrou em vigor em 29/10/2017 e permanecerá válida em todos os seus termos até o recebimento integral pelo Debenturista de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição desde a data de sua constituição.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição desde a data de sua constituição.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição desde a data de sua constituição.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição desde a data de sua constituição.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Fornecer outras informações que julgue relevantes

1ª Emissão de Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 02 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia autorizaram a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures, conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada, no valor total de R$153.061.225,00 (cento e cinquenta e três milhões, sessenta e um mil, duzentos e vinte e cinco reais). Foram emitidas 153.061.225 (cento e cinquenta e três milhões, sessenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) debêntures, sendo (i) 153.061.224 (cento e cinquenta e três milhões, sessenta e uma mil, duzentas e vinte e quatro) no âmbito da primeira série; e (ii) 1 (uma) no âmbito da segunda série. O valor nominal unitário das debêntures é de R$1,00 (um real).

A critério do Debenturista, as Debêntures da primeira série e/ou a debênture da segunda série podem ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia a partir, e inclusive, do penúltimo dia útil do 48º mês contado da data de emissão. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado da totalidade das debêntures, acrescido da remuneração de conversão, calculada conforme fórmula prevista na respectiva Escritura de Emissão.

As bases da conversão (i) deverão respeitar a proporção de ações ordinárias em que o capital social da Companhia estiver dividido à época da conversão; (ii) deverão respeitar a proporção em que as classes de ações ordinárias estiverem divididas à época da conversão; e (iii) serão calculadas nos termos da fórmula abaixo:

$$\textbf{Número de Ações} = \frac{\textbf{(Valor Nominal Unitário x D) + Remuneracaõ de Conversão}}{\textbf{Valor da Ação objeto da Conversão}}$$

sendo:

Número de Ações = número total de ações em que as debêntures deverão ser convertidas, respeitando-se a proporção entre as ações ordinárias de diferentes classes, se for o caso.

Valor Nominal Unitário = Valor Nominal Unitário das debêntures integralizadas não amortizado até o dia útil imediatamente anterior à data da conversão

D = Quantidade de debêntures não amortizadas

Remuneração de Conversão = remuneração da primeira série devida pro rata temporis até o duia útil imediatamente anterior à data de conversão e encargos moratórios, calculado um dia útil imediatamente anteior à data de conversão.

Valor da Ação objeto da Conversão = R$ 121,45

Na mesma operação, a Companhia autorizou a recompra de 5.107.066 ações ordinárias não integralizadas para permanência em tesouraria, consumada na mesma data. Em seguida, tais ações foram integralizadas mediante a utilização de parte do saldo da conta de reserva de capital.

Caso a conversão das debêntures resulte em número fracionário de ação, os valores relativos às frações de ações serão desprezados para fins da conversão, sendo que a parcela correspondente à fração não convertida será devida ao debenturista, devendo ser paga em até 10 dias úteis contados da data da conversão, em moeda corrente nacional, acrescida (a) da Remuneração Primeira Série, conforme definido no item 18.5 deste Formulário de Referência, calculada *pro rata temporis* desde a data da conversão até a data do efetivo pagamento e (b) do preço de exercício do Put, *pro rata*, calculado um dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

As ações originadas da conversão de debêntures terão os mesmos direitos das demais ações de emissão da Companhia, incluindo, sem limitação, o direito ao recebimento integral dos dividendos do exercício social em que ocorrer a conversão.

Demais informações sobre a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia encontram-se no item 18.5 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão desde a data de sua constituição.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 19 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**24/08/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração da Companhia
Cargo e/ou função	A política abrange as Pessoas Vinculadas e Parentes Próximos. “Pessoas Vinculadas” são as pessoas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, incluindo a Companhia, os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, empregados com acesso a informações privilegiadas e membros de quaisquer Comitês, incluindo quaisquer observadores nomeados, ou outros órgãos estatutários da Companhia que possam ser criados com funções técnicas ou consultivas e, também, qualquer pessoa que, devido ao seu cargo ou posição na Companhia ou em suas Subsidiárias, tiver aderido expressamente ao Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários e possa ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia. “Parentes Próximos” são definidos como pessoas que sejam vinculadas aos administradores, acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, empregados com acesso a informações privil

Principais características e locais de consulta

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia tem como diretrizes: (i) fornecer informações adequadas aos acionistas e quaisquer bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado, no Brasil ou no exterior, em que os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação (“Entidades do Mercado”); (ii) garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fatos Relevantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados; (iii) consolidar as boas práticas de governança corporativa; e (iv) cooperar com o bom funcionamento e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.
As proibições se aplicam a (i) negócios feitos nas Entidades do Mercado, conforme ali definido, bem como negócios feitos sem a intermediação de uma instituição integrante do sistema de distribuição; e (ii) operações de empréstimo de valores mobiliários realizadas por Pessoa Vinculada. Além disso, também se aplicam a negociações realizadas por Pessoas Vinculadas, direta ou indiretamente, incluindo os casos em que os negócios forem feitos por intermédio de: (i) sociedade controlada pelas pessoas mencionadas acima, direta ou indiretamente; (ii) terceiros com quem foi assinado um contrato de gestão, fideicomisso (trust) ou administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (iii) procuradores ou agentes; (iv) cônjuges dos quais eles não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos na sua declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda de pessoa física; e (v) quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de qualquer uma das pessoas impedidas de negociar, cientes de que elas ainda não foram divulgadas ao mercado.
Não obstante as proibições previstas acima, as Pessoas Vinculadas estão proibidas de negociar, direta ou indiretamente, Valores Mobiliários emitidos pela Companhia no período que antecede a divulgação de qualquer Fato Relevante relacionado a decisão tomada pelos Acionistas Controladores, por meio de deliberação da assembleia geral de acionistas ou pelos órgãos de administração da Companhia com relação à: (i) modificação do capital social da Companhia por meio da subscrição de Ações; (ii) aprovação de negociações realizadas pela Companhia com seus próprios Valores Mobiliários; (iii) distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio; e (iv) transferência do controle acionário da Companhia.
A negociação realizada por fundos de investimento, cujos cotistas são as pessoas mencionadas acima, não será considerada uma negociação indireta, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador de fundos ou fundo de investimento não possam, de forma alguma, ser influenciadas por seus cotistas.
O inteiro teor da Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://www.ri.nisseisa.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Períodos de Vedação Além dos períodos de restrição à negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores pode decidir sobre a imposição de períodos de restrição à negociação. Nesse caso, ele deverá indicar claramente às Pessoas Vinculadas o início e o final da vigência desses períodos de restrição adicionais. As Pessoas Vinculadas não podem negociar valores mobiliários no período de 15 (quinze) dias antes da divulgação ou publicação, conforme for o caso, de: (i) informações trimestrais da Companhia (ITR); (ii) demonstrações financeiras padronizadas da Companhia (DFP) e (iii) qualquer divulgação antecipada das informações financeiras mencionadas nos itens “i” ou “ii” acima.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações:

A Companhia possui Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de agosto de 2020 ("Política de Divulgação"). O inteiro teor da Política de Divulgação foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponível na sede da Companhia e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://www.ri.nisseisa.com.br).

A divulgação e comunicação imediata de um fato relevante à CVM e às Entidades do Mercado, bem como a adoção de outros procedimentos estabelecidos na Política de Divulgação, são de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, sendo que: (i) a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início ou após o encerramento da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades do Mercado. Se e quando os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia forem negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra geral, antes ou depois do encerramento da negociação em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro; (ii) nos casos excepcionais, em que for absolutamente necessária a divulgação de fato relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia na B3, o Diretor de Relações com Investidores deverá contatar a B3 previamente à efetiva divulgação do fato relevante, que poderá suspender a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável. Se for necessária a divulgação de fato relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em Entidades do Mercado diversas da B3, será aplicável o procedimento adotado por tais Entidades do Mercado, sendo certo que, no caso de incompatibilidade, prevalecerá a regulamentação aplicável à B3; e (iii) a divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no site de Relações com Investidores da Companhia.

As Pessoas Vinculadas, conforme ali definido, que tenham acesso a informações sobre fatos relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas nesta Política e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações. Caso as Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento pessoal de um fato relevante verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores em cumprir com o seu dever de comunicação e divulgação no prazo de 2 (dois) dias úteis contado a partir da referida comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, e, contanto que a questão de manter o sigilo sobre o fato relevante não tenha decorrido de uma exceção de divulgação, essas Pessoas Vinculadas deverão comunicar o fato relevante imediatamente à CVM, a fim de se eximirem da responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável a tais hipóteses.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de fato relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o fato relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado. Os administradores da Companhia e outros empregados que poderão ser inquiridos deverão responder prontamente à solicitação do Diretor de Relações com Investidores. Se não for possível entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores no mesmo dia em que os administradores ou empregados tiverem tido conhecimento da exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os administradores ou empregados em questão deverão enviar um e-mail com as informações e esclarecimentos para invest@nisseisa.com.br.

Caso seja excepcionalmente imperativo que a divulgação dos fatos relevantes ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar, simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiro e estrangeiro, a suspensão da negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, durante o tempo necessário para concluir a disseminação adequada de tais informações, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas Entidades do Mercado correspondentes sobre o assunto.

Excepcionalmente, os fatos relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos acionistas controladores ou os administradores da Companhia entender(em) que a sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação devem ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais fatos relevantes.

Caso o fato relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos acionistas controladores, estes deverão informar o Diretor Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruir o Diretor de Relações com Investidores a não divulgar o fato relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o interesse legítimo da Companhia. Em tais situações, a fim de assegurar a confidencialidade do fato relevante em questão, os procedimentos previstos na Política de Divulgação devem ser observados.

O acionista controlador ou administradores da Companhia são obrigados, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, a divulgar o fato relevante imediatamente, em qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) as informações tenham se tornado de conhecimento de terceiros não relacionados à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o fato relevante, sem estar vinculado a uma obrigação de confidencialidade com a Companhia; (ii) haja indícios concretos e fundado receio de que houve violação do sigilo do fato relevante; ou (iii) haja uma oscilação atípica na cotação ou volume de negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, devido a fato relacionado a um fato relevante. Nesses casos, se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação, caberá, conforme o caso, ao acionista controlador ou ao Conselho de Administração, por meio do seu presidente, a adoção de tais medidas devidas.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre fato relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para garantir a confidencialidade.

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações, por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Além da Política de Divulgação, a Companhia observa a legislação e as normas específicas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções da CVM nº 358 e 480, que disciplinam, entre outras matérias, as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas:

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Política de Divulgação, conforme definida no item 21.1 deste Formulário de Referência, estabelece como responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores a divulgação e comunicação tempestiva de fatos relevantes à CVM e à B3, observado que: (i) divulgação deve ser feita simultaneamente à CVM e à B3, antes ou depois do encerramento da negociação na B3; e (ii) a divulgação deve ser feita na íntegra no site de Relações com Investidores da Companhia (https://www.ri.nisseisa.com.br).

Demais informações sobre a política de divulgação de ato ou fato relevante encontram-se no item 21.1 deste Formulário de Referência.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

A Política de Divulgação prevê que as Pessoas Vinculadas, conforme ali definido, deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento.

Além disso, os procedimentos a seguir também devem ser observados: (i) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em fatos relevantes; (ii) não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa; (iii) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes; (iv) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e (v) sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os valores mobiliários emitidos pela Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos funcionários da Companhia ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus acionistas controladores, subsidiárias ou coligadas, exceto um administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários da Companhia que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela implementação dos procedimentos necessários à observância das regras da Política de Divulgação de Informações e Negociação da Companhia.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.